



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

JOYCE CAROLINE ALECCI MENEGHIM FUJIWARA

**MULHERES SEM FILHOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS,
RAZÕES E REPERCUSSÕES**

CAMPINAS

2018

JOYCE CAROLINE ALECCI MENEGHIM FUJIWARA

MULHERES SEM FILHOS NO BRASIL: UMA ANÁLISE DE
CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E DEMOGRÁFICAS, RAZÕES E
REPERCUSSÕES

Tese apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutora em Demografia.

Orientadora: PROFA. DRA. MARIA COLETA FERREIRA ALBINO DE OLIVEIRA

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL. TESE DEFENDIDA PELA ALUNA JOYCE CAROLINE ALECCI MENEGHIM FUJIWARA E ORIENTADA PELA PROFA. DRA. MARIA COLETA FERREIRA ALBINO DE OLIVEIRA.

CAMPINAS

2018

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq, 133754/2014-6; CAPES, 1610204

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2888-8385>

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

F955m Fujiwara, Joyce Caroline Alecci Meneghim, 1990-
Mulheres sem filhos no Brasil : uma análise de características socioeconômicas e demográficas, razões e repercussões / Joyce Caroline Alecci Meneghim Fujiwara. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ausência de filhos. 2. Postergação da fecundidade. I. Oliveira, Maria Coleta Ferreira Albino de, 1947-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Childless women in Brazil : an analysis of socio-economic and demographic characteristics, reasons and repercussions

Palavras-chave em inglês:

Childlessness

Postponement of childbearing

Área de concentração: Demografia

Titulação: Doutora em Demografia

Banca examinadora:

Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira [Orientador]

Glaucia dos Santos Marcondes

Joice Melo Vieira

Adriana de Miranda-Ribeiro

Elisabete Dória Bilac

Data de defesa: 30-11-2018

Programa de Pós-Graduação: Demografia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, composta pelas Professoras Doutoradas a seguir descritas, em sessão pública realizada em 30 de novembro de 2018, considerou a candidata Joyce Caroline Alecci Meneghim Fujiwara aprovada.

Profa. Dra. Maria Coleta Ferreira Albino de Oliveira

Profa. Dra. Glaucia dos Santos Marcondes

Profa. Dra. Joice Melo Vieira

Profa. Dra. Adriana de Miranda-Ribeiro

Profa. Dra. Elisabete Dória Bilac

A Ata de Defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertações/Teses e na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Para minha família.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais por todo o amor e suporte que sempre me deram, por acreditarem em mim e estarem ao meu lado em todas as situações. Obrigada por serem os melhores exemplos que eu poderia ter na vida. Sem vocês nada do que eu fiz seria possível.

À minha irmã, Glaucia, que foi a maior incentivadora que tive para que um dia eu me tornasse doutora e que me deu os puxões de orelha que eu mereci. Obrigada por seu zelo e por acreditar em mim em todas as situações. Também te agradeço, junto a meu cunhado Guilherme, por me dar as duas maiores alegrias da minha vida: meus sobrinhos Heitor e Helena, que são fonte inesgotável de amor e que me ajudaram a viver de maneira mais leve o período do Doutorado.

À minha avó Araci e à minha tia Marilda, sempre tão presentes e por suas orações tão importantes em todos os momentos em que precisei delas.

Ao Diego, que me apoiou de maneira incondicional nessa jornada, que respeitou minhas escolhas e foi meu ombro amigo, principalmente nessa reta final em que já dividíamos o mesmo teto. Muito obrigada por todo o apoio e suporte.

À minha orientadora Maria Coleta, que me acolheu e me encorajou desde o nosso primeiro contato. É uma honra ter nesse papel alguém que admiro e respeito profundamente. Muito obrigada por tudo o que me ensinou e por sempre confiar tanto em meu trabalho.

Aos professores e pesquisadores que mostraram que a Demografia era ainda mais incrível do que eu esperava e me ensinaram tudo com muito carinho. Em especial àqueles com quem fiz disciplinas: Maria Coleta, Glaucia, Bete, José Marcos, Luciana, Tirza, Rosana, Roberto, Encá, Everton, Alberto e Álvaro.

Aos meus colegas de coorte – Bladimir, Camila, Fernanda, Lina, Luiz e Pier –, com quem pude compartilhar as alegrias e as angústias das disciplinas. Juntos fomos mais longe do que teríamos ido sozinhos.

Aos colegas da disciplina de Seminário de Tese – Ana Camila, Anna Karoline, Chandeline, Felipe, Fernanda, Giovana, Marcelo, Pedro e William – que fizeram críticas e sugestões importantes para o delineamento deste trabalho de maneira interessada e gentil.

A todos os meus amigos, de dentro e de fora da pós, que me proporcionaram momentos incríveis de descontração nessa caminhada. Em especial à Bruna e à Ana Maria, pelo interesse e pela parceria de sempre.

Ao IFCH e ao NEPO, pelo acolhimento e suporte em toda essa trajetória. Em especial à Raquel e ao Rogério, que me deram todo o suporte necessário para que eu conseguisse explorar a gigantesca base de dados usada nessa tese, e à Adriana, por sua dedicação incansável.

Às professoras Maria Coleta, Bete Bilac e Glaucia, pela incrível confiança que depositaram em mim no exame de qualificação do mestrado, além de todas as contribuições para o aprimoramento do projeto. À professora Adriana de Miranda-Ribeiro, juntamente com a professora Glaucia, pelas contribuições no exame de qualificação do doutorado.

Às professoras Adriana de Miranda-Ribeiro, Elisabete Bilac, Glaucia Marcondes e Joice Vieira, por terem aceitado tão prontamente o convite de fazer parte da banca de defesa, assim como por todos os comentários e sugestões feitos a esse trabalho.

Aos professores André Caetano, Marta Azevedo e Luciana Alves pela disponibilidade de serem suplentes na banca de defesa da tese.

Ao CNPq e à Capes, pelo apoio financeiro que me permitiu realizar esse trabalho com mais tranquilidade. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

A Deus, que me guiou e me fortaleceu.

*“Filhos... Filhos? Melhor não tê-los!
Mas se não os temos, como sabê-lo?”
(Vinícius de Moraes)*

RESUMO

A ausência de filhos no Brasil cresceu em todos os grupos etários entre 1970 e 2010, principalmente entre as mulheres de 25 a 34 anos. Os efeitos da postergação da maternidade são sentidos nas medidas de período de fecundidade no país desde meados da década de 1990. Este trabalho tem três objetivos. O primeiro é explorar a relação entre a ausência de filhos e as características socioeconômicas e demográficas das mulheres que não têm filhos, definitiva ou temporariamente. O segundo é investigar as razões que fizeram com que estas mulheres deixassem de ter filhos ou adiassem o nascimento destes. O terceiro objetivo, por sua vez, é explorar as repercussões desta condição na vida dessas mulheres. Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizadas duas fontes de dados: os censos demográficos de 1970 a 2010 e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006. A metodologia aplicada para exploração de todos os objetivos foi análise descritiva dos dados e, exclusivamente para o primeiro, foram também aplicados modelos de regressão logística. Escolaridade, renda e situação marital são as características socioeconômicas e demográficas que se relacionam mais fortemente à ausência de filhos. Há uma forte indicação que de o avanço da escolaridade feminina vivenciado no Brasil entre 1970 e 2010 tenha uma estreita relação com o aumento da ausência de filhos no mesmo período. Estimou-se a ausência definitiva e involuntária de filhos por razões biológicas em 2% e a ausência voluntária de filhos num intervalo de 2% a 7,5% para as mulheres brasileiras em 2006. As razões mais comumente mencionadas pelas mulheres para não ter filhos antes dos 30 anos são “queria estudar/ter profissão”, “queria aproveitar a vida antes de ser mãe”, “não quis ter filhos” e “nunca se casou”. Por fim, a avaliação geral das mulheres brasileiras quanto à ausência de filhos é bastante positiva no Brasil, principalmente entre aquelas que apenas adiaram a maternidade para após os 30 anos de idade.

Palavras-chave: Ausência de filhos; Mulheres sem filhos; Postergação da fecundidade.

ABSTRACT

Childlessness increased in all age groups in Brazil between 1970 and 2010, especially among women aged 25 to 34 years. The postponement of maternity has impacted fertility measures in the country since the mid-1990s. This work has three objectives. The first is to explore the relationship between childlessness and women socioeconomic and demographic characteristics. The second is to investigate why these women no longer have children or postpone having them. The third objective is to explore the repercussions of this condition on women's lives. Two data sources were used for the development of this study: the demographic censuses from 1970 to 2010 and the National Demographic and Health Survey (PNDS, in Portuguese) of 2006. The methodology used to explore all the objectives was descriptive analysis of the data and, exclusively for the former, logistic regression models were also applied. Education, income, and marital status are the socioeconomic and demographic characteristics that are most strongly related to childlessness. There is a strong indication that the increase in female education in Brazil between 1970 and 2010 is closely related to the increase in childlessness in the country during the same period. Involuntary childlessness for biological reasons was estimated at 2% and the voluntary childlessness in the range of 2% to 7.5% for Brazilian women in 2006. The most common reasons for childlessness are "wanted to study / have a profession", "wanted to enjoy life before becoming a mother", "did not want to have children" and "never married". Finally, the general evaluation of Brazilian women regarding childlessness is quite positive in Brazil, especially among those who have only postponed motherhood after the age of 30.

Keywords: Childlessness; Childless women; Postponement of childbearing.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Taxa de fecundidade total (TFT). Brasil, 1933-2015, anos selecionados.....	24
FIGURA 2 – Distribuição padronizada das mulheres em idade reprodutiva por total de filhos tidos nascidos vivos. Brasil, 1970-2010.....	28
FIGURA 3 – Percentual de mulheres de 15 a 49 anos sem filhos, por grupos quinquenais de idade. Brasil, 1970-2010.....	38
FIGURA 4 – Percentual de mulheres sem filhos por coorte por grupo quinquenal de idade. Brasil, coortes de 1931-1940 a 1981-1990.....	39
FIGURA 5 – Percentual de mulheres de 45 a 49 anos sem filhos e taxas de fecundidade total (TFT). Brasil, 1970-2010.....	41
FIGURA 6 – Percentual de mulheres sem filhos por região geográfica em grupos etários selecionados Brasil, 1970-2010.....	49
FIGURA 7 – Percentual de mulheres sem filhos por situação de domicílio em grupos etários selecionados Brasil, 1970-2010.....	51
FIGURA 8 – Distribuição padronizada das mulheres de 25 a 49 anos por situação reprodutiva (com e sem filho) e situação de domicílio. Brasil, 1970-2010.....	52
FIGURA 9 – Distribuição padronizada das mulheres de 25 a 49 anos por situação reprodutiva (com e sem filho) e nível de instrução. Brasil, 1970-2010.....	54
FIGURA 10 – Percentual de mulheres sem filhos por nível de instrução em grupos etários selecionados Brasil, 1970-2010.....	55
FIGURA 11 – Percentual de mulheres sem filhos, por grupos etários e anos censitários selecionados, com e sem padronização por estrutura etária e educacional. Brasil, 1970-2010.....	57
FIGURA 12 – Distribuição padronizada das mulheres de 25 a 49 anos por situação reprodutiva (com e sem filho) e situação laboral. Brasil, 1970-2010.....	60
FIGURA 13 – Percentual de mulheres sem filhos por situação laboral em grupos etários selecionados Brasil, 1970-2010.....	62
FIGURA 14 – Distribuição padronizada das mulheres de 25 a 49 anos por situação reprodutiva (com e sem filho) e grupo de renda. Brasil, 1970-2010.....	64
FIGURA 15 – Percentual de mulheres sem filhos por grupo de renda em grupos etários selecionados Brasil, 1970-2010.....	65
FIGURA 16 – Distribuição padronizada das mulheres de 25 a 49 anos por situação reprodutiva (com e sem filho) e situação marital. Brasil, 1970-2010.....	68
FIGURA 17 – Percentual de mulheres sem filhos por situação marital em grupos etários selecionados Brasil, 1970-2010.....	69
FIGURA 18 – Percentual de mulheres sem filhos por cor ou raça em grupos etários selecionados. Brasil, 1980-2010.....	71
FIGURA 19 – Distribuição padronizada das mulheres de 25 a 49 anos por situação reprodutiva (com e sem filho) e religião. Brasil, 1970-2010.....	72
FIGURA 20 – Percentual de mulheres sem filhos por religião em grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010.....	73
FIGURA 21 – Percentual de mulheres de 30 a 49 anos que apontaram outra(s) razão(ões) para a ausência de filhos além de “não quis” ou “nunca quis ter filhos”, por tipo de razão. Brasil, 2006.....	113

FIGURA 22 – Distribuição das mulheres por condição da ausência de filhos (voluntária, involuntária e classificação indeterminada) por grupo etário e situação reprodutiva. Brasil, 2006	116
FIGURA 23 – Percentual de ausência voluntária de filhos segundo três diferentes critérios por grupo etário e situação reprodutiva. Brasil, 2006	118
FIGURA 24 – Distribuição das mulheres de 30 a 49 anos por condição da ausência de filhos (voluntária, involuntária e classificação indeterminada), por características socioeconômicas e demográficas selecionadas. Brasil, 2006	122
FIGURA 25 – Percentuais de mulheres sem filhos de 30 a 49 anos que relatam que se sentem frustradas porque nunca foram mães, por natureza desta condição (voluntária/involuntária). Brasil, 2006	146
FIGURA 26 – Ilustração de Carol Rossetti sobre ausência voluntária de filhos	153

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Distribuição das mulheres de 25 a 49 anos por nível de escolaridade e por ano censitário Brasil, 1970-2010.....	53
TABELA 2 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de situação marital nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010	78
TABELA 3 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de nível de instrução nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010	79
TABELA 4 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de renda nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010.....	81
TABELA 5 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de região geográfica nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010	82
TABELA 6 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de religião nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010	84
TABELA 7 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de cor ou raça nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010.....	85
TABELA 8 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de situação laboral nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010	88
TABELA 9 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de situação de domicílio nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010.....	89
TABELA 10 – Distribuição das mulheres de 40 a 49 anos por características socioeconômicas e demográficas e situação reprodutiva. Brasil, 2006	96
TABELA 11 – Percentual de mulheres que indicaram cada uma das categorias de razões de ausência de filhos, por grupo etário e situação reprodutiva. Brasil, 2006	102
TABELA 12 – Percentual de mulheres de 30 a 49 anos que indicaram determinada razão para a ausência de filhos por situação reprodutiva e características socioeconômicas e demográficas selecionadas Brasil, 2006.....	105
TABELA 13 – Percentual de mulheres de 30 a 49 anos que indicaram razões relacionadas à ausência involuntária de filhos por constrangimentos nos grupos extremos de renda e escolaridade. Brasil, 2006	124
TABELA 14 – Percentual de mulheres que indicaram cada uma das repercussões da ausência de filhos, por grupo etário e situação reprodutiva. Brasil, 2006.....	132
TABELA 15 – Distribuição das mulheres por qualificação (positiva/negativa) da repercussão da ausência de filhos, por grupo etário e situação reprodutiva. Brasil, 2006	136
TABELA 16 – Percentual de mulheres de 30 a 49 anos que indicaram determinada repercussão da ausência de filhos por situação reprodutiva e características socioeconômicas e demográficas selecionadas Brasil, 2006.....	139

TABELA 17 – Distribuição das mulheres de 30 a 49 anos por qualificação (positiva/negativa) da repercussão da ausência de filhos, por características socioeconômicas e demográficas selecionadas e situação reprodutiva. Brasil, 2006	141
TABELA 18 – Distribuição das mulheres de 30 a 49 anos por qualificação (positiva/negativa) da repercussão da ausência de filhos, por razões selecionadas e situação reprodutiva. Brasil, 2006	143
TABELA 19 – Distribuição das mulheres de 30 a 49 anos por qualificação (positiva/negativa) da repercussão da ausência de filhos, por natureza desta condição (voluntário/involuntário) e situação reprodutiva. Brasil, 2006.....	144

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Quadro-resumo dos critérios de classificação desenvolvidos neste trabalho a partir dos dados da PNDS 2006 para ausência voluntária e involuntária de filhos.....	113
QUADRO 2 – Quadro-resumo da classificação das repercussões da ausência de filhos em positiva, negativa e neutra, a partir dos dados da PNDS 2006.....	133

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I.....	21
1. Fecundidade no mundo e no Brasil: qual é o papel das mulheres sem filhos?	21
1.1. Introdução	21
1.2. A queda da fecundidade para o nível de reposição	21
1.3. A fecundidade abaixo do nível de reposição.....	30
1.4. A participação das mulheres sem filhos na fecundidade	35
1.5. Comentários finais	42
CAPÍTULO II.....	44
2. Quem são as mulheres sem filhos?.....	44
2.1. Introdução	44
2.2. Ausência de filhos e características socioeconômicas e demográficas: há predominância em grupos específicos?.....	45
2.3. Qual é o impacto das características socioeconômicas e demográficas sobre a chance de uma mulher não ter filhos?	74
2.4. Comentários finais	90
CAPÍTULO III.....	93
3. Quais são as razões da ausência de filhos?.....	93
3.1. Introdução	93
3.2. Ausência definitiva x temporária: há diferença em termos de características socioeconômicas e demográficas?.....	94
3.3. As razões da ausência de filhos no Brasil	101
3.4. Ausência voluntária ou involuntária de filhos?.....	108
3.5. Comentários finais	126

CAPÍTULO IV.....	130
4. Quais são as implicações da ausência de filhos na vida das mulheres?.....	130
4.1. Introdução	130
4.2. As repercussões da ausência de filhos: percepção positiva ou negativa?	131
4.3. As características socioeconômicas e demográficas e as repercussões da ausência de filhos: como elas se relacionam?	137
4.4. Razões <i>versus</i> repercussões da ausência de filhos	142
4.5. Comentários finais	147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	149
REFERÊNCIAS.....	155
APÊNDICE A – Fontes de dados e variáveis.....	164
APÊNDICE B – Tabulações do Capítulo II.....	189
APÊNDICE C – Resultados dos modelos do Capítulo II.....	193

INTRODUÇÃO

A ausência de filhos é um tema que cresce em importância e em número de trabalhos nos últimos anos, motivado especialmente pela generalização das taxas de fecundidade total (TFT)¹ em patamares abaixo do nível de reposição². A ausência temporária de filhos – marcada pela postergação da maternidade para idades mais avançadas – impacta, tanto nos países desenvolvidos quanto no Brasil, as medidas de período para a fecundidade. O adiamento do nascimento dos filhos, independentemente de ser o primeiro ou não, reduz o número de nascidos vivos em um dado período. Como resultado, a TFT deste período se reduz, mesmo que as medidas de coorte não necessariamente se alterem. Este impacto é chamado de efeito tempo (GOLDSTEIN; SOBOTKA; JASILIONIENE, 2009).

Esse efeito é apontado como o principal fator associado aos níveis tão baixos de fecundidade experimentados pelos países desenvolvidos. Se não houvesse a ação do efeito tempo, nenhum dos países que atingiram fecundidade “*lowest-low*”, isto é, abaixo de 1,3 filho por mulher, teriam chegado a um patamar tão baixo de fecundidade (SOBOTKA, 2004).

O Brasil, ainda que não tenha atingido níveis tão baixos – pela disponibilidade de dados, a TFT mais baixa para o Brasil é de 1,7 filho por mulher, experimentada em 2015 (IBGE, 2016) – o efeito tempo também desempenha um papel importante nessa medida de fecundidade do país. Desde meados da década de 1990, a TFT é reduzida pelo adiamento dos nascimentos (MIRANDA-RIBEIRO; RIOS-NETO; GARCIA, 2016).

Entre 1970 e 2010, período de queda mais acentuada da fecundidade brasileira, a proporção de mulheres sem filhos cresceu em todos os grupos etários, com exceção das adolescentes de 15 a 19 anos. O aumento mais importante ocorreu entre 2000 e 2010, período no qual o percentual de mulheres de 25 a 34 anos que não tinham filhos aumentou cerca de 30%. Além disso, a proporção de mulheres entre 30 e 39 anos no grupo das primíparas mais que triplicou entre 1980 e 2010 (OLIVEIRA; MARCONDES, 2014).

Com estes fortes indícios da importância da ausência de filhos para a fecundidade brasileira, buscar compreender o papel das mulheres sem filhos na fecundidade se mostra

¹ Número médio de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao final do seu período reprodutivo em determinado período e espaço geográfico se estivesse exposta às taxas específicas de fecundidade daquela região naquele ano (CARVALHO; SAWYER; RODRIGUES, 1998).

² O nível de reposição é de 2,1 filhos por mulher.

fundamental para iniciar o estudo deste grupo específico de mulheres. Dos quatro capítulos desta tese – excluídos esta introdução e as considerações finais na contagem – o primeiro dedica-se a esta investigação. Para tal, é inicialmente retomado o histórico de queda da fecundidade nos países desenvolvidos e, em especial, no Brasil. Por não existir nenhuma teoria robusta sobre ausência de filhos, visualizar as formulações para a fecundidade como um todo fornece o alicerce necessário para o desenvolvimento deste trabalho. Através da literatura e dos dados censitários, investiga-se especificamente o impacto da ausência de filhos nesta componente demográfica.

A ausência de filhos, entretanto, não se limita ao impacto que pode trazer para as medidas demográficas. Um dos debates mais antigos e duradouros em matéria de ausência de filhos tem sido conhecer que tipo de indivíduo adia o nascimento destes ou mesmo deixa de tê-los (SHAPIRO, 2014) e vários fatores contribuintes para esta condição já foram delineados (MIETTINEN et al., 2015). No Brasil, a relação entre ausência de filhos e características socioeconômicas e demográficas ainda foi pouco explorada (CAVENAGHI; ALVES, 2013; OLIVEIRA; MARCONDES, 2014). Um dos intuitos desta tese é, portanto, contribuir com a discussão iniciada por estes trabalhos com a expansão da exploração desta relação. Conhecer quem são as mulheres temporária ou permanentemente sem filhos é elementar para o avanço nos estudos deste tema e, por isso, é o ponto de partida para qualquer aprofundamento posterior.

Essa investigação é realizada no Capítulo 2 desta tese, a partir dos dados censitários de 1970 a 2010. As perguntas que norteiam esta análise são: o que diferencia as mulheres que não tiveram filhos daquelas que os tiveram? Quais características socioeconômicas e demográficas apresentam maior concentração de ausência de filhos? E, por fim, quais características e em quanto estas características influenciam a chance de uma mulher não ter filhos? Além das análises exploratórias dos dados, são também ajustados modelos de regressão logística, cuja finalidade é modelar a probabilidade de uma mulher não ter filhos. As características consideradas nesta tese são região geográfica, situação de domicílio, cor ou raça, religião, situação marital, nível de escolaridade, situação laboral e renda.

Porém, conhecer as mulheres sem filhos a partir de suas características socioeconômicas e demográficas é conhecer apenas uma parte deste fenômeno. Ainda que um grupo de mulheres sem filhos possuam características semelhantes, as razões por trás da ausência de filhos podem ser muito diferentes, assim como a maneira com que esta condição pode ter

repercutido em suas vidas. Investigar, portanto, outras dimensões da ausência de filhos é um caminho para conhecer o fenômeno de maneira mais ampla e complexa.

No Brasil, apesar da queda abrupta da fecundidade, não ter filhos – principalmente de maneira definitiva – nunca foi um caminho natural e esperado para as mulheres. Há até um termo utilizado historicamente para denominar mulheres que não se casaram e não tiveram filhos: “ficar para titia” (COUTINHO, 2016). Não desejar ter filhos não era de “bom tom”, mesmo entre as mulheres vanguardistas na redução do tamanho de suas proles, e as mulheres estéreis eram dignas de pena (SOUZA, 1996). Embora ainda não seja um comportamento esperado, a ausência de filhos ainda que temporária, se torna cada vez mais comum.

A literatura aponta que a postergação da fecundidade pode ser utilizada pelas mulheres como estratégia para alcançar níveis mais altos de escolaridade, estabelecer-se no mercado de trabalho e desfrutar de uma vida sem as limitações relacionadas às responsabilidades maternas (SOBOTKA, 2005; LESTHAEGHE, 2010; TANTURRI et al., 2015). Esta seria também a realidade para o Brasil? Quais seriam as razões mais comuns apontadas pelas mulheres para não ter tido filhos antes dos 30 anos? O que pode ser considerado ausência voluntária e o que pode ser considerado ausência involuntária de filhos? Haveria diferenças de acordo com as características socioeconômicas e demográficas? Isto é, entre as principais características relacionadas à ausência de filhos, haveria concentração de determinadas razões para estes grupos de mulheres?

O Capítulo 3 desta tese é desenvolvido a partir dessas questões. A exploração dessas perguntas é realizada a partir dos dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS), de 2006. Nessa pesquisa, há um quesito específico sobre razões da ausência de filhos, na qual a mulher é diretamente indagada sobre quais razões explicam melhor porque elas não tiveram filhos antes dos 30 anos.

Esta pesquisa compreende também outra perspectiva importante da ausência de filhos: a repercussão desta condição na vida das mulheres. A abordagem menos discutida na literatura que as anteriores, a exploração das implicações da ausência de filhos para as mulheres, definitiva ou temporária, fornece uma nova dimensão do fenômeno. Além de compreender o que levou uma mulher a adiar o nascimento de seus filhos ou mesmo deixar de tê-los, é importante entender como esta condição impactou sua vida.

Quais são as principais repercussões da ausência de filhos no Brasil? A avaliação desta condição é mais positiva ou negativa entre as mulheres que adiaram o nascimento dos filhos ou deixaram de tê-los? Há diferenças nessa avaliação entre estes dois grupos de mulheres? Estas repercussões variam de acordo com as características socioeconômicas e demográficas? Ser voluntária ou involuntariamente sem filhos influencia a avaliação que a mulher faz desta condição em sua vida? É no quarto – e último – capítulo desta tese que essa abordagem é explorada.

São estes os quatro capítulos que compõem este trabalho, além desta introdução e das considerações finais. Pretende-se que esta tese contribua para o avanço do debate sobre a ausência de filhos no Brasil, cujos estudos ainda são insipientes. Ao avaliar o fenômeno sob diferentes perspectivas, o intuito é evidenciar a pluralidade de situações que permeiam esta condição e salientar os ganhos obtidos na análise por essas diferentes óticas.

CAPÍTULO I

1. Fecundidade no mundo e no Brasil: qual é o papel das mulheres sem filhos?

1.1. Introdução

A ausência de filhos – definitiva ou temporária – está cada vez mais presente nas agendas de pesquisa sobre fecundidade. Com taxas de fecundidade total abaixo do nível de reposição, a investigação sobre a parcela da população feminina que (ainda) não experimentou a maternidade torna-se ainda mais importante, dado o impacto que o número das mulheres sem filhos pode causar nas medidas de fecundidade. O adiamento dos nascimentos para idades mais avançadas reduz o número de nascimentos em um dado período, fazendo com que a TFT seja menor mesmo que as medidas de coorte não necessariamente se alterem – o chamado *efeito tempo* (GOLDSTEIN; SOBOTKA; JASILIONIENE, 2009). Esta é uma realidade conhecida nos países desenvolvidos, principalmente os europeus, e que tem se tornado cada vez mais difundida no Brasil.

Entre 1970 e 2010, período de queda mais acentuada da fecundidade brasileira, a proporção de mulheres sem filhos cresceu em todos os grupos etários no Brasil, com exceção das adolescentes de 15 a 19 anos. Um salto importante ocorreu entre 2000 e 2010: houve um aumento de 30% no percentual de mulheres de 25 a 34 anos que não ainda tinham filhos, o que é um indicativo relevante do aumento da postergação do nascimento do primeiro filho no país.

Neste primeiro capítulo busca-se compreender o papel das mulheres sem filhos na fecundidade. Retomar a queda da fecundidade e as principais interpretações acerca dos fatores envolvidos é fundamental para iniciar a reflexão mais específica sobre a ausência de filhos. Como não há teorias robustas exclusivas sobre a ausência de filhos, a estratégia principal é buscar compreendê-la à luz da literatura já existente sobre comportamento reprodutivo.

1.2. A queda da fecundidade para o nível de reposição

Houve na história humana moderna duas ondas internacionais de declínio da fecundidade: a primeira ocorreu entre 1880 e 1930 apenas nos países desenvolvidos e, a segunda, já no final do século XX, ocorreu em todo o mundo, porém com características diferentes entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento (THERBORN, 2006).

Na maior parte da Europa – com exceção da França e de algumas subpopulações específicas – a fecundidade teria se mantido relativamente alta até 1870. Nesta década, as TFT variavam entre 4,5 e 6 filhos por mulher, com alcance do nível de reposição pouco menos de um século depois (COALE, 1986). Apesar das diferenças no tempo, ritmo e nível entre os países, houve uma convergência nessa tendência de queda (ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015), que é parte de um processo mais amplo conhecido entre os demógrafos por transição demográfica³. Esta queda nas taxas de fecundidade conduziu ao desenvolvimento de importantes teorias sobre o comportamento reprodutivo da população.

Entre as teorias de cunho econômico destaca-se a de Becker (1960; 1981). Nesta abordagem, em linhas gerais, o tamanho da família seria decidido a partir de motivações racionais: com o aumento da renda os indivíduos poderiam escolher, em relação aos filhos, entre investir em quantidade ou em qualidade. Isto é, aumenta-se o número de filhos ou o investimento em cada um deles. A busca por reduzir os custos e maximizar os lucros resultaria na redução da quantidade de filhos tidos por mulher, uma vez que a escolha racional seria o investimento na qualidade destes.

Expoente da perspectiva cultural, Caldwell (1976) afirma que o tamanho das famílias não seria determinado exclusivamente por fatores econômicos, mas também por elementos pessoais, sociais e psicológicos. A visão de Caldwell (1976) é mais completa que aquela apresentada por Becker (1960; 1981), uma vez que a teoria não se restringe apenas a fatores econômicos. O ponto fundamental da explicação da transição demográfica para ele é a direção e a intensidade dos fluxos de riqueza entre as gerações ou o saldo entre estes fluxos: em sociedades com altas taxas de fecundidade, o fluxo mais intenso seria dos filhos para os pais; com a inversão do fluxo intergeracional de riquezas e nucleação da família, a fecundidade tenderia a cair, estando estes fluxos sujeitos a mudanças sociais, psicológicas e a circunstâncias fisiológicas. Isto é, a fecundidade seria alta enquanto as crianças constituíssem um ativo para seus pais e outros membros mais velhos da família, por meio de trabalho, renda e outras fontes de “riqueza” fluindo das crianças para os mais velhos. A fecundidade seria limitada quando as crianças se tornassem um custo líquido, sendo alimentadas, vestidas e cuidadas sem a expectativa de que dessem muito

³ A transição demográfica se caracteriza pela mudança de uma situação aproximada de equilíbrio entre taxas de natalidade e mortalidade em níveis moderadamente elevados para equilíbrio em níveis muito baixos (COALE, 1986).

retorno enquanto crianças, ao frequentar a escola, ou mesmo na idade adulta, quando iriam embora para viver suas próprias vidas (THERBORN, 2006).

Na maioria dos países em desenvolvimento, por outro lado, o declínio da fecundidade não teria se iniciado exclusivamente a partir de ação espontânea da população, mas teria sido conduzido pelo Estado e discutida entre as elites mundiais, impulsionada por patrocinadores como a ONU e o Banco Mundial. O planejamento familiar realizado pelo Estado teria sido decisivo na rápida queda da fecundidade nos países asiáticos e do oeste da África. Nos países latino-americanos, entretanto, apenas na Colômbia e na Venezuela estes programas de planejamento familiar teriam importância para a redução da fecundidade (THERBORN, 2006).

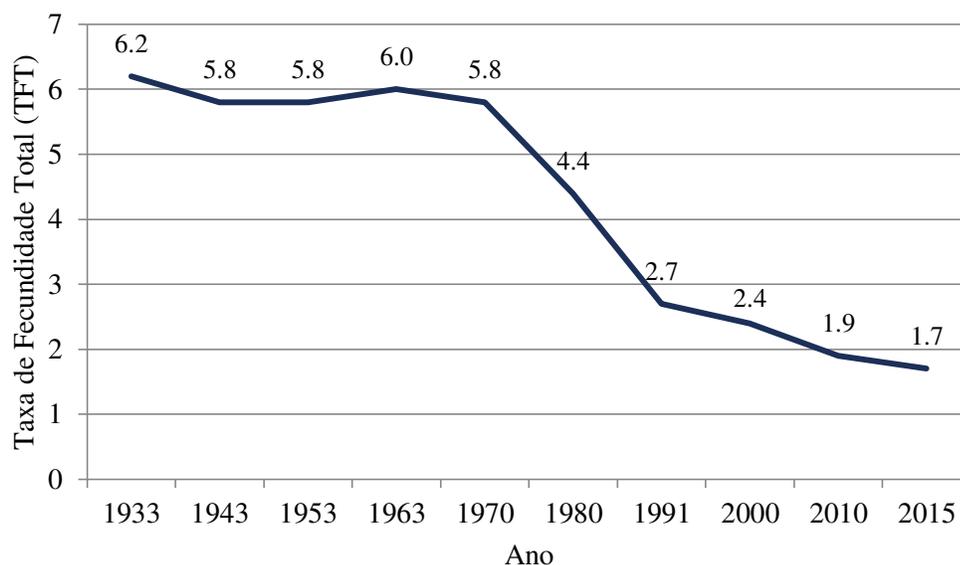
Therborn (2006) aponta que, na América Latina, mudanças culturais teriam ocorrido quase na mesma época da implantação dos programas de planejamento familiar. Guzmán e Rodríguez (1993) acreditam que o comportamento reprodutivo teria começado a mudar na América Latina à medida que, com a recuperação econômica, mais pessoas passaram a fazer parte do grupo social que já fazia controle da fecundidade e então, adotaram o comportamento reprodutivo deste grupo. Isto é, primeiramente teria ocorrido pelos indivíduos recém-chegados a estes grupos sociais a assimilação do comportamento de fecundidade reduzida comum às elites. Apenas posteriormente este comportamento seria difundido para os demais grupos sociais, sem necessidade de pertencimento dos indivíduos às elites. No longo prazo, portanto, a queda da fecundidade seria um processo de redução generalizada, que tenderia à diminuição das diferenças do comportamento reprodutivo entre os grupos sociais.

No Brasil, o comportamento da fecundidade a nível nacional no início do século XX teria queda em ritmo compatível com o da transição observada na Europa na primeira onda de declínio, cujo processo foi lento. Em 1933, a TFT era de 6,2 filhos por mulher e, 15 anos depois, de 5,8 filhos por mulher, ou seja, quase não se observou redução na TFT nacional nesse período. Nos anos 1950 e início dos anos 1960 observou-se um ligeiro aumento nas taxas de fecundidade⁴ e, posteriormente, o declínio foi retomado de forma acelerada, de modo que a trajetória reprodutiva do Brasil tenha se distanciado daquela observada nos países desenvolvidos (FRIAS; CARVALHO, 1992; RIOS-NETO, 2000). Entre 1970 e 1980 houve redução de 24,1% na taxa de

⁴ Este aumento das taxas de fecundidade antes do início de seu declínio é comum em grande parte das sociedades. Além do Brasil, outros países da América Latina vivenciaram a mesma experiência nesse mesmo período (GUZMÁN; RODRÍGUEZ, 1993). Embora comum este comportamento das taxas ainda não foi totalmente explicado pelos especialistas.

fecundidade total, passando de 5,8 filhos por mulher para 4,4; na década seguinte, a redução foi de 38,6%, atingindo 2,7 filhos por mulher e de 11,1% entre 1991 e 2000, ano no qual se verificou TFT de 2,4 filhos por mulher (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2006). Em 2010, a TFT observada no Brasil foi de 1,9 filhos por mulher e, em 2015, de 1,7, valores abaixo do nível de reposição (IBGE, 2012; 2016). Embora não tenham existido programas oficiais de planejamento familiar no Brasil, o ritmo de queda da fecundidade brasileira se assemelha àquele de países com décadas de programas agressivos de controle de natalidade, sendo até mesmo mais rápida que em países como Índia e Bangladesh (MARTINE, 1996).

FIGURA 1 – Taxa de fecundidade total (TFT). Brasil, 1933-2015, anos selecionados



Fontes: TFT de 1933 a 1963 (FRIAS; CARVALHO, 1992); TFT de 1970 a 2000 (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2006); TFT de 2010 (IBGE, 2012); TFT de 2015 (IBGE, 2016). Elaboração própria.

Até a década de 1960, o controle da fecundidade era restrito às elites no Brasil. Embora não seja tão evidente nos números deste período, era de conhecimento popular que o grupo de mulheres mais escolarizadas e com maior poder aquisitivo faziam controle de natalidade. Isto era evidenciado mesmo em marchinha de Carnaval da época⁵. Desta forma, embora a década de 1960 seja considerada como um período de destaque no sentido de

⁵ A marchinha de Carnaval citada por Souza (1996) foi lançada no início dos anos 1950: “Ai, ai, ai, dona Cegonha / Saiu risonha pra trabalhar / Voltou danada, encabulada / Com a Cegonha, ninguém quer nada, ai, ai, ai / Ela trabalhava noite e dia / Não encalhava mercadoria / Mas a carestia está medonha / Ninguém quer nada com a Cegonha”.

generalização e aceleração do processo de declínio da fecundidade, ela não pode ser considerada o marco inicial dessa queda (SOUZA, 1996; GOLDANI, 2001).

Por isso, falar sobre transição demográfica no Brasil como um todo não é tarefa simples, considerando-se as grandes diferenças sociais e regionais do país, que há muito tempo marcam a sociedade brasileira (PATARRA; OLIVEIRA, 1988). Nesse esforço, Merrick e Berquó (1983) identificaram que o determinante próximo mais importante para a queda abrupta da fecundidade no Brasil foi a difusão da regulação consciente da fecundidade, através do aumento do uso de meios contraceptivos – como a pílula e a esterilização – e também do aborto provocado. Para Martine (1996), o aborto provocado seria o principal método utilizado na década de 1960 e início da década de 1970 devido à falta de informação sobre disponibilidade e uso de contraceptivos modernos na época. Após este período, com a maior divulgação e orientação sobre outros métodos, a esterilização e a pílula teriam ganhado um espaço importante na regulação da fecundidade das mulheres brasileiras.

Se o uso de contraceptivos foi o principal responsável pelo declínio da fecundidade, verifica-se a necessidade de compreender a existência da demanda por anticoncepção (PATARRA; OLIVEIRA, 1988), uma vez que esta vem para suprir uma necessidade social já criada (SOUZA, 1996). A hipótese de Oliveira (1989; 2008) é que o impacto das mudanças na organização do trabalho no sentido da proletarização na vida feminina teria aberto espaço para a demanda por regulação da fecundidade. As transformações nos processos de trabalho na segunda metade do século XX teriam provocado mudanças importantes nos modos de vida. Isto teria se dado com a migração para as cidades e também com a reorganização da produção agrícola, em que as contratações se tornaram individuais e não mais familiares. Com esta nova realidade as mulheres não tinham mais a flexibilidade de organização de seu próprio tempo, dedicado ao trabalho produtivo e ao reprodutivo. Sem alterações no regime de gênero, a resposta feminina aos constrangimentos provocados pelo modo de vida seria a regulação da fecundidade.

Apesar de ser clara a inexistência de um programa oficial de controle de natalidade, alguns estudos de fecundidade consideram que o Estado, por omissão, teria realizado uma política não formal de planejamento familiar. Isto significa que a falta de uma política formal poderia ter possibilitado que iniciativas privadas fizessem controle de natalidade no Brasil. Estes trabalhos, entretanto, não ofereceriam evidência empírica satisfatória e adotariam implicitamente uma perspectiva conspiratória da ação do Estado (FARIA, 1989).

Segundo Faria (1989), todavia, algumas políticas governamentais efetivamente realizadas principalmente após 1964 pelo governo militar teriam contribuído para a redução da fecundidade, ainda que esta consequência não tenha sido previamente considerada. A política governamental de crédito direto ao consumidor – em um contexto de renda concentrada, achatamento salarial e difundida pobreza –, que teria facilitado a incorporação de significativos contingentes populacionais ao mercado, seria uma delas. Esta política teria afetado a demanda por regulação da fecundidade na medida em que contribuiu para reduzir a demanda por filhos por parte das famílias. Esta redução se daria pela reiteração da necessidade do exercício do cálculo econômico racional como instrumento de sobrevivência social. Não apenas teriam se elevado os custos monetários de produção dos filhos – até mesmo pela seletividade da política de facilidade de compra de bens de consumo e não de bens indispensáveis à reprodução da família, como alimentos, escola e aluguel –, mas também os custos de oportunidade.

A política de telecomunicações – que tornou eficiente a estrutura de telecomunicação do país, com enorme importância do rádio e principalmente da televisão – também teria trazido consequências não esperadas na redução da natalidade. Esta demanda por regulação seria resultado da absorção dos conteúdos dos programas televisivos – como as telenovelas –, de modo a difundir novos valores e comportamentos que estariam associados ao declínio do tamanho desejado de família e assim, aumentaria a demanda por regulação de fecundidade. Estes valores seriam desde uma desejável separação entre atividade sexual e reprodutiva, até a divulgação da família pequena, igualitária e consumista como o padrão “normal” da organização social (FARIA, 1989; FARIA; POTTER, 2002).

A política de benefícios previdenciários teria contribuído para o aumento da demanda por regulação da fecundidade, devido ao deslocamento da responsabilidade da proteção das famílias do âmbito familiar e comunitário para o âmbito estatal e público, principalmente neste caso, quando os pais alcançam idades mais avançadas. Além disso, a inclusão na Previdência Social era condição essencial para se acessar os serviços de atenção à saúde, outro poderoso mecanismo de institucionalização da demanda por regulação.

A política de atenção à saúde, por sua vez, reforçou a autoridade médica no campo da sexualidade e da reprodução, através da possibilidade de separar sexo e procriação. Além disso, permitiu progressivas medicalização e institucionalização da demanda por regulação da fecundidade. Ainda, aumentou os custos de criação dos filhos, ao estabelecer novos parâmetros

para o cuidado destes e, indiretamente, contribuiu também para a regulação da fecundidade através da diminuição da mortalidade infantil (FARIA, 1989). Esta política, para Faria (1989), teria sido uma arena onde os interesses favoráveis e os interesses contrários a uma política de planejamento familiar se confrontaram, sem que resultasse em uma política consistente, estável e visível.

Em suma, esta modernização induzida pelo governo promoveu uma série de mudanças na sociedade brasileira que impactaram não apenas as intenções reprodutivas, como também a possibilidade de realizá-las (MARTINE, 1996).

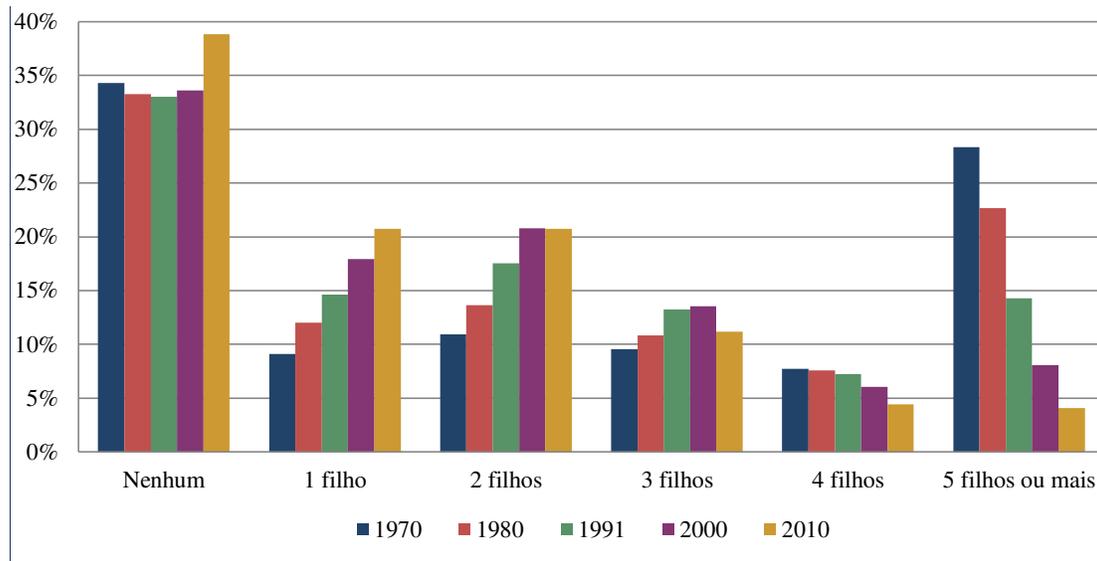
Ao longo destas décadas de queda acelerada da fecundidade brasileira, pode-se observar o aumento do percentual de mulheres que tiveram um ou dois filhos e a redução de parturições⁶ mais altas, em especial de 5 filhos ou mais. Entre as primeiras o percentual dobrou entre 1970 e 2010; entre as últimas a redução foi de 85% no mesmo período (Figura 2).

De maneira similar houve aumento da participação de nascimentos de ordens inferiores – principalmente ordens 1 e 2 – e conseqüente redução da participação de nascimento de ordens elevadas – 3º nascimento ou superior nas últimas décadas. Em 1980 a proporção de nascimentos de ordens 1 e 2 conjuntamente e ordem 4 e mais foram bastante próximos, cerca de 42%. Já em 2010, a soma do percentual de nascimentos de ordens 1 e 2 foi de 74,4%, enquanto que os nascimentos de ordem 4 ou mais representavam menos de 12% do total de nascimentos daquele ano (MIRANDA-RIBEIRO; RIOS-NETO; GARCIA, 2016).

O percentual geral de mulheres sem filhos manteve-se praticamente constante até 2000, em torno de 34%, porém em 2010 este número sobe para quase 40%, destacando a importância destas mulheres para a fecundidade brasileira nos dias atuais (Figura 2). Moreira e Fusco (2016) projetam a proporção de mulheres com dois filhos em contínuo declínio nas próximas décadas e a presença de filho único e a ausência de filhos, ao contrário, com tendência de crescimento.

⁶ “Parturição refere-se ao número médio de nascidos vivos, por mulher, até uma determinada idade” (CARVALHO; BRITO, 2005).

FIGURA 2 – Distribuição padronizada das mulheres em idade reprodutiva por total de filhos tidos nascidos vivos. Brasil, 1970-2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: A população adotada como base para a padronização foi a população feminina de 15 a 49 anos em 2010.

Apesar da queda generalizada da fecundidade ocorrida no Brasil, ainda existem diferenças importantes entre os grupos socioeconômicos (BERQUÓ; CAVENAGHI, 2005). O nível de fecundidade das brasileiras em 2010, por exemplo, equivale àquele observado em 1970 entre as mulheres com ensino superior completo no país. As mulheres com o mais alto nível de escolaridade nunca excederam TFT de 2,5 filhos por mulher neste período de 40 anos. Já as mulheres sem instrução ou com fundamental incompleto possuíam TFT de 6,3 filhos por mulher em 1970 e de 3 filhos por mulher em 2010, isto é, uma redução a menos da metade. Apesar desta notável diminuição, a fecundidade destas mulheres não atingiu nem mesmo os patamares mais altos experimentados pelas mulheres com ensino superior completo (OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015).

Nos últimos anos mudanças estruturais importantes têm ocorrido na educação brasileira. Não apenas o ensino fundamental atingiu cobertura quase completa no país, como também é expressivo o aumento do número de concluintes do ensino médio e a expansão do ensino superior. Berquó e Cavenaghi (2014) estimaram que se as taxas específicas de fecundidade observadas em 2010 estivessem sujeitas à estrutura educacional de 2000, a TFT teria sido de 2,3 filhos por mulher, o que representa 0,4 filho a mais por mulher do que o calculado

para este ano. Desta forma, a estrutura educacional tem um efeito de composição bastante forte na TFT, mesmo após controlar pelo efeito da distribuição etária.

Estar inserida no mercado de trabalho também significa para as mulheres ter um número menor de filhos. A composição das mulheres que trabalham mudou significativamente de 1970 a 2010 no Brasil: se antes eram jovens e solteiras, as trabalhadoras passam a ser predominantemente mulheres com filhos, casadas ou unidas consensualmente e com mais de 30 anos de idade (OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015). Em 2000, mulheres no grupo de maior renda e maior escolaridade – primeiro quartil de renda e 9 anos ou mais de estudo – apresentaram a menor TFT dentre todos os grupos analisados – abaixo de 1,5 filho por mulher – e padrão etário⁷ mais próximo ao dos países desenvolvidos. As mulheres na força de trabalho que pertenciam ao grupo de renda alta apresentam um padrão etário de fecundidade próximo ao da Espanha, mas com TFT ainda mais baixa, com uma média de 1,05 filhos por mulher (ALVES; CAVENAGHI, 2009).

Nos anos 2000 havia no Brasil grupos de mulheres com TFT próxima a 6 filhos por mulher e outros grupos com TFT em níveis “*lowest-low*”⁸ – isto é, com valores iguais ou inferiores a 1,3 filho por mulher. Assim, ao mesmo tempo em que havia no Brasil mulheres que possuíam fecundidade similar à TFT nacional de 1970, havia também mulheres com TFT próxima à dos países desenvolvidos que, na mesma época, vivenciavam as menores taxas de fecundidade que já haviam experimentado. O que ainda se vê no Brasil, mesmo após 30 anos da publicação de Patarra e Oliveira (1988), é que não é possível falar em uma única transição da fecundidade brasileira: grupos socioeconômicos diferentes ainda experimentam transições marcadamente distintas.

O declínio da fecundidade no Brasil, em linhas gerais, teria ocorrido não pelo espaçamento entre os nascimentos, mas pelo encurtamento da vida reprodutiva das mulheres (ALVES; CAVENAGHI, 2009). Estes dois comportamentos reprodutivos – conhecidos na literatura por *spacing* e *stopping*, respectivamente – eram a classificação binária usada para

⁷ O padrão etário da fecundidade é obtido a partir da curva das taxas específicas de fecundidade, que representam o número médio de filhos nascidos vivos tidos por mulher em determinado grupo etário. Em linhas gerais, refere-se à distribuição dos nascimentos em determinado período por idade da mãe (RIPSA, 2012; UNITED NATIONS, 2015).

⁸ Segundo estimativas de Berquó e Cavenaghi (2005), as mulheres com até 3 anos de escolaridade e renda domiciliar mensal per capita de até ¼ de salário mínimo apresentavam TFT de 5,8 filhos por mulher em 2000. Já as mulheres com mais de 9 anos de escolaridade e mais de 3 salários mínimos per capita mensal no domicílio, apresentavam TFT de 1,1 a 1,3 filho por mulher.

agrupar todos os relatos que as mulheres e seus parceiros poderiam oferecer sobre suas razões para não querer engravidar. Atualmente, porém, vislumbra-se um terceiro comportamento importante: a postergação dos nascimentos – ou *postponement*, como é internacionalmente conhecida. Esta postergação pode ser realizada tanto por mulheres que já são mães quanto por mulheres que nunca tiveram filhos (TIMÆUS; MOULTRIE, 2008; 2013).

Entre as que já tiveram pelo menos um filho, a dificuldade de classificação se destaca: o que pode ser considerado adiamento e o que seria espaçamento? Uma classificação possível seria considerar espaçamento as situações em que as mulheres pratiquem o controle da natalidade por razões relacionadas à duração do intervalo entre um nascimento e o próximo, como, por exemplo, não querer engravidar enquanto o filho mais novo ainda seja amamentado ou ainda seja incapaz de andar. A postergação, por outro lado, envolveria razões não relacionadas à idade do filho mais novo, como circunstâncias econômicas, saúde ou estabilidade da união (TIMÆUS; MOULTRIE, 2008; 2012).

Como esta tese se dedica ao estudo das mulheres sem filhos, o comportamento reprodutivo de postergação da fecundidade apresenta-se entre os três como o principal a ser explorado neste trabalho. Embora o Brasil tivesse TFT abaixo do nível de reposição em 2010 (1,9 filho por mulher), este valor nem se aproxima da TFT de países como Portugal e Hungria, por exemplo, que em 2011 tinham TFT de 1,35 e 1,23 filho por mulher, respectivamente⁹. Esses valores são resultado da segunda onda de declínio da fecundidade que ocorreu após os anos 1960 nos países desenvolvidos, concomitantemente à queda da fecundidade nos países em desenvolvimento. É nessa onda que a postergação dos nascimentos se coloca de fato como uma questão. As hipóteses elaboradas neste período – exploradas nas seções seguintes – contribuem significativamente para a discussão proposta neste capítulo.

1.3. A fecundidade abaixo do nível de reposição

Após os anos 1960, com a segunda onda internacional de declínio da fecundidade, as TFT atingiram níveis abaixo de 2,1 filhos por mulher nos países desenvolvidos. Desde 1990 nenhum destes países apresenta fecundidade acima do nível de reposição. A menor TFT da União Europeia como um todo foi atingida em 2003, com 1,47 filhos por mulher (EUROSTAT, 2015).

⁹ Dados sobre Portugal e Hungria extraídos de EUROSTAT (2015).

Pontos importantes relacionados a esta nova fase de declínio da fecundidade são o lançamento de novos métodos contraceptivos eficazes como a pílula; o ataque violento ao patriarcado pela ascensão do feminismo e do movimento de mulheres; a expansão da educação e o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, orientada não apenas pela necessidade de complementação da renda familiar, mas também por novas prioridades de vida, de renda independente e do desejo de executar um trabalho interessante e ter uma carreira (THERBORN, 2006).

Alguns autores consideram que esta segunda onda de queda da fecundidade seria mais do que uma onda: ela configuraria uma nova transição. Este é o caso de Lesthaeghe e Van de Kaa, que formularam em 1986¹⁰ a teoria da segunda transição demográfica. Esta assume que o desenvolvimento econômico faz com que as pessoas mudem suas preocupações com necessidades materiais para necessidades não materiais, uma vez que as primeiras estariam superadas neste momento; assim, os indivíduos poderiam almejar realizações de ordens superiores, como liberdade de expressão e autorrealização¹¹, por exemplo. Nesta transição, fecundidade abaixo do nível de reposição e aumento no percentual de mulheres sem filhos seriam características marcantes, diferentemente do que teria sido observado na que seria a primeira transição demográfica (LESTHAEGHE, 2010).

As vias de redução seriam substancialmente diferentes e este é um ponto central na discussão proposta neste capítulo: na primeira, a redução da fecundidade seria causada pela diminuição de nascimentos nas idades mais avançadas; já na segunda, esta redução se daria via postergação da fecundidade. O prolongamento do tempo de estudo e de formação de carreira das mulheres – nesta teoria atribuídos às suas necessidades de níveis mais altos, como realização e aspirações pessoais –, agiriam negativamente sobre as taxas de fecundidade (LESTHAEGHE, 2010). A difusão de valores pós-modernos causaria uma erosão das visões tradicionais da vida familiar.

Esping-Andersen e Billari (2015) contestam esta visão baseados em três evidências. A primeira diz respeito à manutenção das preferências familiares durante a queda da fecundidade. O tamanho ideal de família não diminuiu muito abaixo do nível de reposição ainda que a TFT observada tenha caído para níveis “*lowest-low*”. Desta forma a dita mudança de valores pós-

¹⁰ Lesthaeghe e Van De Kaa (1986). Texto em idioma que não tenho acesso.

¹¹ Os formuladores da Segunda Transição Demográfica utilizam a Hierarquia de Necessidades de Maslow para fundamentar este raciocínio. A referência do livro original é Maslow (1954).

modernos não teria afetado o tamanho ideal de família. A segunda evidência é a inversão recente das tendências observadas nos países desenvolvidos na metade do século XX. Destacam-se a inversão da relação entre nível de fecundidade e desenvolvimento econômico, rendimento e emprego feminino em alguns destes países. Se antes tinham relação negativa, atualmente a relação passa a ser positiva. Além disso, o ritmo de adiamento da fecundidade teria desacelerado. Um resultado importante disto é a recente recuperação da fecundidade nestes países a níveis mais próximos aos níveis de reposição ou, no mínimo, de desaceleração da queda da fecundidade. Por fim, a terceira evidência é a reversão também no nível micro. Ao contrário do que ocorria anteriormente, é observado nos dias atuais em alguns países desenvolvidos que mulheres mais escolarizadas tenderiam a aumentar o tamanho de suas proles e experimentar uniões mais estáveis. Para os autores, estes três pontos – dissonantes da formulação da segunda transição demográfica – indicam que os países desenvolvidos estariam vivenciando uma reversão demográfica, isto é, “[...] a tendência ‘menos familiar’ era transitória ao invés de um prenúncio de uma nova era” (ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015, p. 2-3, tradução nossa)¹².

Além disso, na formulação da segunda transição demográfica, as pessoas se moveriam somente por desejos, livres de constrangimentos. Porém, quando se trata de recuperação da fecundidade, Lesthaeghe (2010) sugere que maior simetria de gênero e melhores serviços poderiam reduzir os custos de oportunidade para mulheres que trabalham e assim aumentar os níveis de fecundidade. Nos trabalhos posteriores ao original da formulação da segunda transição demográfica há uma flexibilização ao se pensar as concepções e práticas de gênero. Ainda que se reconheça que a recuperação da fecundidade dependeria da atenuação dos constrangimentos, estes parecem que ainda não foram totalmente incorporados à formulação. A premissa básica ainda parece ser que a busca por aspirações de níveis mais altos ocorra de forma deliberada e desimpedida, como se os constrangimentos fossem secundários. Oliveira (2012) chega a questionar se seriam “dois pesos e duas medidas em uma só teoria” (OLIVEIRA, 2012, p. 146).

Se antes existia uma pressão social para que as mulheres se mantivessem fora do mercado de trabalho – em especial após o nascimento dos filhos –, atualmente a realidade é oposta: a cobrança para que as mulheres exerçam alguma atividade remunerada é tão grande

¹² Citação original: “[...] the ‘less family’ trend was transitory rather than a harbinger of a new era” (ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015, p. 2-3).

quanto para os homens (CALDWELL, 2008). As mulheres, entretanto, ainda são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidados dentro das famílias (McDONALD, 2000; ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015; OLIVEIRA; MARCONDES, 2016). E é na observação desse descompasso que McDonald (2000) interpreta a recente queda da fecundidade.

Antes do século XX os direitos individuais femininos eram muito limitados. Com o tempo, a mulher conquistou o direito de votar e de participar igualmente em instituições orientadas para o indivíduo. Como resultado, ocorreu o aumento da participação no mercado de trabalho e da escolarização feminina; o avanço para equidade de gênero na família, entretanto, caminharia lentamente, dada a manutenção da responsabilidade feminina sobre as atividades domésticas e familiares. Desta forma, a queda da fecundidade mais recente nos países desenvolvidos seria o resultado da incompatibilidade entre os elevados níveis de equidade de gênero nas instituições sociais voltadas para os indivíduos – tais como trabalho e educação – e a sustentada desigualdade de gênero nas instituições sociais orientadas para a família.

Segundo o autor, a remuneração das mulheres tenderia agora a ser guiada pelo princípio de salário igual para trabalho igual nestes países. As mulheres estariam também em nível de igualdade com os homens quando se trata de escolarização. Assim, as mulheres seriam capazes de competir no mercado de trabalho de igual para igual com os homens se não fossem limitadas por seus papéis familiares. Mulheres que valorizam o seu envolvimento em instituições voltadas para o indivíduo seriam confrontadas com um dilema em que seu papel na família seria incompatível com suas aspirações como indivíduos. Algumas mulheres nestas circunstâncias poderiam evitar um papel na família ao invés de abrir mão de suas aspirações individuais, o que significa ter menos filhos do que pretendiam ou mesmo não ter filhos.

McDonald (2000) destaca que esta teoria se diferencia das demais teorias de fecundidade por considerar que as instituições sociais – e não os indivíduos – modificam os níveis desta componente demográfica. Quando se considera que os responsáveis pelas mudanças na fecundidade são os indivíduos, haveria um pressuposto de que estes possuem o conhecimento e a permissão social necessários para controlar o nascimento de filhos, o que não reflete a realidade. McDonald (2000), portanto, também contrapõe a visão dos valores individuais que pautam a teoria da segunda transição demográfica.

Inspirados na abordagem de McDonald (2000), Esping-Andersen e Billari (2015) propõem uma abordagem teórica para a queda da fecundidade baseada na transformação contínua

dos papéis e relações de gênero. Nesta visão, a fecundidade tenderia a diminuir à medida que o equilíbrio tradicional – padrão *breadwinner* – se desgastasse e nenhum novo regime normativo tomasse seu lugar. Este período de desequilíbrio é a experiência atual vivenciada por grande parte dos países, em que as atividades laborais e educacionais femininas competem com responsabilidades domésticas e de cuidado. Quando um novo equilíbrio de regime de plena equidade de gênero se estabelecesse, estes conflitos tenderiam a cessar. Como resultado, os níveis de fecundidade aumentariam.

Os autores consideram que este novo equilíbrio apenas poderá se instaurar em sociedades em que a relação com emprego e carreira seja a mesma para homens e para mulheres. Porém, sem a divisão das responsabilidades domésticas e familiares é quase impossível que haja um novo equilíbrio. Para alcançar o máximo de equidade, um casal de dupla carreira requer grande simetria no trabalho doméstico (ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015). Porém, a retomada aos papéis tradicionais de gênero quando ocorre o nascimento dos filhos não é incomum (OLIVEIRA; MARCONDES, 2004; ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015). Para Tanturri et al. (2015), uma completa recusa da maternidade poderia ser uma estratégia usada por algumas mulheres para evitar a desigualdade de gênero no casal.

Para McDonald (2000), as mulheres podem optar por ter um número menor de filhos a fim de mudar a natureza do resto de suas vidas, e não necessariamente porque essas alterações já ocorreram. A decisão de ter um filho (ou evitar ter filhos) não é independente dos efeitos que se seguem a partir dela. Neste ponto a teoria vai ao encontro da ideia de que a postergação da fecundidade pode ser encarada como estratégia para atingir níveis mais altos de escolaridade, estabelecer-se no mercado de trabalho, acumular recursos materiais e desfrutar de atividades de lazer e de consumo incompatíveis com a vida com filhos (SOBOTKA, 2005; LESTHAEGHE, 2010; TANTURRI et al., 2015). Pode ocorrer, entretanto, que no momento de ter os filhos após a postergação, a mulher tenha menos filhos do que ela poderia ou gostaria de ter tido (CASTLES, 2003).

Mudar de condição pode exigir estratégias não desejadas, mas impostas pela situação em que a mulher se encontra. Portanto, ter ou não filhos e quando tê-los, são decisões tomadas a partir das possibilidades disponíveis e não necessariamente de forma livre de constrangimentos. Ao tratar de postergação da fecundidade, é preciso considerar que há mulheres que permanecem até mais tarde sem ter filhos por adiar constantemente o momento de tê-los – seja por motivação,

seja por constrangimento –, por estar em dúvida se terão ou não filhos, por tentar engravidar sem sucesso ou mesmo por escolha deliberada de não ter filhos durante toda a vida. Esta discussão será aprofundada no Capítulo 3 desta tese.

Em suma, neste segundo momento de queda da fecundidade, reconhece-se a importância da ausência – temporária, ao menos – de filhos. É neste ponto que se centra a próxima seção deste capítulo, que versa sobre o impacto das mulheres sem filhos na fecundidade brasileira e também na dos países desenvolvidos.

1.4. A participação das mulheres sem filhos na fecundidade

Quando ocorrem mudanças na idade média da fecundidade, o número de nascimentos no período é diferente do número que seria observado na ausência dessas mudanças. Se os nascimentos são antecipados, o número observado é maior do que teria sido e se os nascimentos são adiados, a quantidade acaba sendo menor do que se poderia esperar na ausência dessa mudança. Como as medidas de período se referem a um determinado momento, esta alteração da idade média da fecundidade – e consequente mudança no número de nascimentos – causa uma distorção nestas medidas. Esta distorção é chamada efeito tempo¹³ (GOLDSTEIN; SOBOTKA; JASILIONIENE, 2009; MIRANDA-RIBEIRO; RIOS-NETO; GARCIA, 2016). Com a postergação da fecundidade, nascimentos que deveriam ocorrer em determinado período passam a ocorrer mais tardiamente, de forma que a TFT daquele período seja menor do que ela seria se as mulheres tivessem seus filhos no tempo em que antes costumavam tê-los. Ainda que as medidas de fecundidade de período se alterem, é possível que o mesmo não ocorra com as medidas de coorte. Ou seja, é possível que a quantidade de nascimentos que ocorreria sem o adiamento se mantenha e apenas o momento em que eles aconteçam seja alterado.

Alguns países desenvolvidos, a partir da década de 1990 – como mencionado nas seções anteriores –, chegaram a atingir fecundidade em níveis “*lowest-low*”, isto é, abaixo de 1,3 filho por mulher. A postergação dos nascimentos – e consequente ação do efeito tempo – são apontados como um dos principais fatores associados a este nível tão baixo de fecundidade (SOBOTKA, 2004; GOLDSTEIN; SOBOTKA; JASILIONIENE, 2009). Sobotka (2004) observa que no início dos anos 2000 todos os países com fecundidade “*lowest-low*” apresentariam níveis

¹³ Quando o efeito tempo atua no sentido de diminuir a TFT, ele é positivo. Quando atua no sentido de inflar, é negativo.

acima de 1,3 filho por mulher se não houvesse ocorrido postergação dos nascimentos. Isto significa que se não fosse a ação do efeito tempo, nenhum destes países teria cruzado o marco que caracteriza fecundidade “*lowest-low*”.

A idade média da fecundidade é, portanto, um importante indicador que deve ser levado em consideração nesta discussão sobre adiamento da maternidade. Todos os países da União Europeia apresentaram, entre 2003 e 2013, aumento da idade média da fecundidade e ao nascimento do primeiro filho – com exceção da França, neste último. Em conjunto, a idade média da fecundidade aumentou cerca de um ano neste período, passando de 29,2 para 30,3 anos. No Brasil, em 1980, as mulheres tiveram filhos, em média, aos 28,9 anos. Com o passar das décadas, a idade média da fecundidade declinou: passou de 27,2 anos em 1991 para 26,3 anos em 2000. Este rejuvenescimento se deve, em grande parte, à redução da parturição e encurtamento da vida reprodutiva das mulheres. Em 2010 a tendência de queda cessou: nesse ano a idade média da fecundidade foi de 26,8 anos (ALVES; CAVENAGHI, 2009; BERQUÓ; CAVENAGHI, 2014; MIRANDA-RIBEIRO; RIOS-NETO; GARCIA, 2016).

Na Europa, entre os países em que há informação disponível em 2003 e 2013¹⁴, aumentos importantes ocorreram na idade média ao nascimento do primeiro filho. Países como Áustria, Letônia, Lituânia e República Checa tiveram aumento de mais de dois anos nesta idade média no período. A Itália destaca-se em 2013 com a maior idade média ao nascimento do primeiro filho, de 30,6 anos (EUROSTAT, 2015). Já no Brasil, em 2010 a idade média ao nascimento do primeiro filho era de 22 anos para as mulheres altamente escolarizadas e 19 anos para aquelas com pouca instrução (BONIFÁCIO; BARROS, 2012).

Ainda que o Brasil mantenha uma característica jovem quando se avaliam médias nacionais, a postergação de nascimentos é uma realidade em expansão no país. De 1980 até meados dos anos 1990 havia efeito tempo negativo atuando na TFT, no sentido de inflar a fecundidade observada. Se não tivessem ocorrido variações na idade média da fecundidade, a queda da fecundidade brasileira observada nas últimas décadas teria sido ainda maior. A partir de meados da década de 1990, a TFT passou a ser diminuída pelo adiamento dos nascimentos, que causou efeito tempo positivo. Ou seja, a TFT ajustada¹⁵ – isto é, desconsiderados os efeitos

¹⁴ Em 2003 não existe informação de idade média ao nascimento do primeiro filho para 20% dos países da União Europeia, a saber: Alemanha, Dinamarca, Irlanda, Itália, Malta e Reino Unido.

¹⁵ A TFT foi ajustada pelo modelo de Ortega e Köhler (2002), que busca corrigir as falhas do modelo de Bongaarts e Feeney (1998). Além do efeito tempo, o modelo proposto por Köhler e Ortega mensura também o efeito da mudança

tempo e de parturição¹⁶ – passa a ser maior que a TFT observada. Se em 1980 havia cerca de 15% de nascimentos contabilizados a mais no Brasil, em função da antecipação dos nascimentos, em 2010 havia 15% de nascimentos a menos no Brasil, em função do adiamento, o que fez com que a fecundidade observada fosse menor do que seria na ausência desse efeito (MIRANDA-RIBEIRO; RIOS-NETO; GARCIA, 2016).

As brasileiras mais escolarizadas e nos grupos mais altos de renda destacam-se neste adiamento da fecundidade. Os índices de postergação para estas mulheres nos anos 2000 ultrapassam os 80%, enquanto que para o país como um todo, não chega a 60%. Alguns grupos específicos chegam a atingir índices superiores àqueles observados na Itália e na França. Em outras palavras, alguns grupos de mulheres brasileiras postergam mais a maternidade que as italianas e francesas como um todo (ALVES; CAVENAGHI, 2009). Dada a importância do efeito tempo nesta diferença entre as taxas, a postergação da fecundidade se apresenta como uma realidade para o Brasil nos tempos atuais. Embora ainda incipiente, a característica de redução da fecundidade via postergação dos nascimentos – típica da segunda onda de declínio da fecundidade nos países desenvolvidos –, ganha espaço no Brasil contemporâneo. A importância deste fenômeno passa a ser tão grande que chega a impactar as medidas de período em nível nacional.

A proporção de mulheres sem filhos¹⁷ – que inclui todas as possibilidades de razões para a ausência de descendência – aumentou em todos os grupos etários no Brasil nos últimos 40 anos, com destaque para o salto que ocorreu entre 2000 e 2010. A única exceção é o grupo das adolescentes de 15 a 19 anos (Figura 3). Até 2000, com o aumento das taxas específicas de fecundidade neste grupo, era esperado que a ausência de filhos diminuísse. Nascimentos de ordem 1 devem representar a maioria dos nascimentos que ocorrem nesse grupo etário. Com a redução desta taxa em 2010, ocorre aumento da ausência de filhos também nesse grupo. Não apenas o aumento no percentual de mulheres sem filhos neste grupo etário como também no

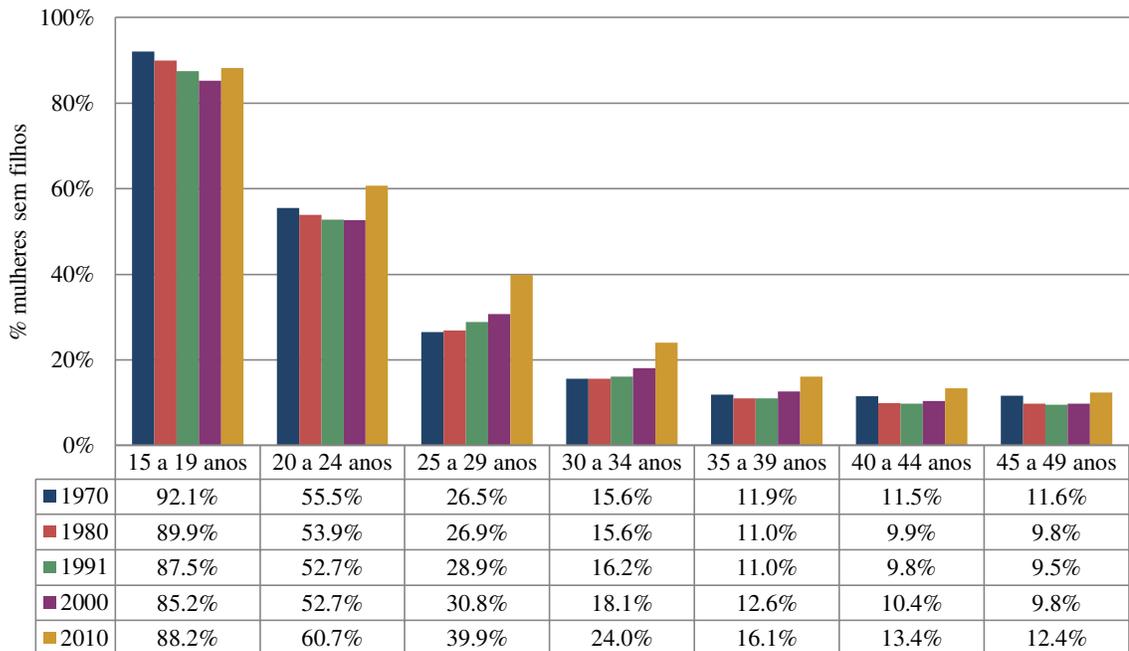
na composição por parturição da fecundidade. Para aprofundamento na técnica, sugere-se a leitura do artigo original dos autores: Ortega e Kohler (2002).

¹⁶ Embora tenha se reduzido com o passar das décadas, em todo o período considerado o efeito da composição por parturição é positivo. Isto significa que ele atua no sentido de inflar a fecundidade observada a partir dos nascimentos extras decorrentes do aumento da participação das ordens inferiores na composição da fecundidade.

¹⁷ Foi avaliada a viabilidade de aplicação da correção de El-Badry, que é um método que visa corrigir erros nos dados sobre quantidade de filhos nascidos vivos causados por respostas que deveriam ser “zero” e foram registradas como “missing”. Entretanto, para os dados de 1970, 1980 e 1991 – que possuem “missing” nesta variável, a relação entre a proporção de “missing” e a proporção de zeros não é linear, o que inviabiliza a aplicação do método (MOULTRIE, 2013a).

seguinte, de mulheres de 20 a 24 anos, é coerente com a desaceleração do rejuvenescimento da fecundidade e aumento da postergação do nascimento dos filhos apontada na literatura. Paralelamente, o aumento de 30% entre 2000 e 2010 no grupo das mulheres sem filhos de 25 a 29 anos e de 30 a 34 anos é um indicativo ainda mais forte dessa postergação do nascimento do primeiro filho no país. Neste sentido, Oliveira e Marcondes (2014) reforçam esta noção quando apontam que a proporção de mulheres entre 30 e 39 anos no grupo de primíparas cresceu consideravelmente entre 1980 e 2010, passando de cerca de 7% para mais de 25% para o conjunto da população.

FIGURA 3 – Percentual de mulheres de 15 a 49 anos sem filhos, por grupos quinquenais de idade Brasil, 1970-2010

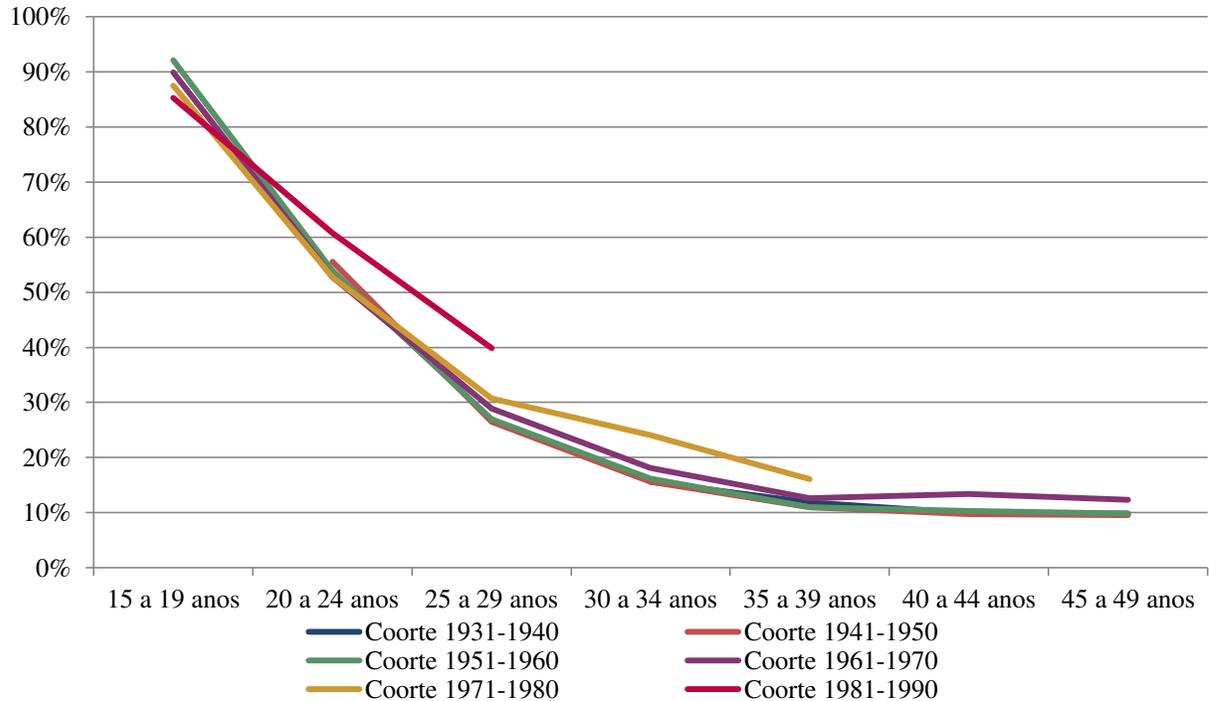


Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Ao reconstruir sinteticamente as coortes a partir dos dados censitários de 1970 a 2010, é possível observar que as coortes femininas mais recentes apresentam maior percentual de sem filhos que as coortes mais antigas. Nas idades entre 25 e 29 anos, por exemplo, cerca de 27% das mulheres que nasceram entre 1941 e 1960 não haviam tido filhos. Já entre as mulheres nascidas entre 1981 e 1990, quase 40% delas não tinham experimentado a maternidade até os 29 anos. Este aumento, entretanto, não é gradativo. Na coorte anterior, das mulheres nascidas entre 1971 e 1980, havia cerca 31% delas sem filhos até os 29 anos. Este percentual é mais próximo

aos das coortes mais antigas que das coortes mais recentes. Assim, a coorte mais recentemente reconstruída, que compreende as mulheres que tinham de 20 a 29 anos em 2010, destaca-se quando comparadas às coortes anteriores (Figura 4).

FIGURA 4 – Percentual de mulheres sem filhos por coorte por grupo quinquenal de idade
Brasil, coortes de 1931-1940 a 1981-1990



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Além da postergação da fecundidade, é importante explorar também o papel que as mulheres definitivamente sem filhos, isto é, aquelas que finalizaram o período reprodutivo sem ter experimentado a maternidade, têm na fecundidade geral.

No passado eram comuns altas proporções de mulheres definitivamente sem filhos nos países desenvolvidos – de 15 a 25% nas coortes nascidas no século XIX. Nos Estados Unidos houve um aumento significativo da proporção de mulheres permanentemente sem filhos entre as coortes de 1840 e 1875 e novamente entre coortes nascidas no início do século XX. Estes picos de ausência definitiva de filhos teriam ocorrido principalmente devido aos impactos na nupcialidade e na fecundidade trazidos pelos eventos da época em que essas mulheres estavam no período reprodutivo. Algumas mulheres viúvas em idade jovem em consequência da Primeira ou da Segunda Guerra Mundial podem nunca ter tido filhos ou mesmo não ter se casado novamente.

Além disso, por causa da Grande Depressão e das Grandes Guerras, os casais que adiaram o nascimento dos filhos até tempos mais prósperos podem ter permanecido definitivamente sem filhos por adiar o nascimento destes por um período excessivamente longo (ROWLAND, 2007).

Atualmente, os países desenvolvidos classificam-se – segundo Miettinen et al. (2015), em três categorias considerando-se o percentual de mulheres sem filhos: baixo – menor ou igual a 10% do total de mulheres; moderado – entre 11 e 15%; e alto – em torno de 20%. Entre os países com baixo percentual de mulheres sem filhos destacam-se Portugal e os países que pertenciam ao bloco socialista até o início dos anos 1990. No nível moderado encontram-se países como França, Alemanha, Suécia e Estados Unidos. Entre os países com alto percentual de mulheres sem filhos, Itália, Reino Unido e Áustria ganham evidência.

Outra classificação possível é considerar as combinações de TFT e proporção de mulheres sem filhos¹⁸: alto-alto, alto-baixo, baixo-alto e baixo-baixo. O principal representante do grupo dos países “alto-alto” é o Reino Unido, que possui TFT alta – quando comparado aos demais países europeus – e alta proporção de mulheres sem filhos. Países com esta combinação, em geral, seriam marcados por fecundidade polarizada, isto é, além do grande percentual de mulheres sem filhos – cerca de 20% do total de mulheres, haveria também um grande percentual de mulheres com quatro filhos ou mais. Entre os países com combinação “alto-baixo” destacam-se França e Escandinávia, que apresentam fecundidade alta – próxima ao nível de reposição – e baixa proporção de mulheres sem filhos. A Europa Oriental e alguns países da Europa do Sul e Central têm sido caracterizados como “baixo-baixo”, pois possuem fecundidade muito baixa e também apresentam uma proporção pequena de mulheres sem filhos. Por fim, a baixa fecundidade dos países de língua alemã, por exemplo, combinada ao alto percentual de mulheres sem filhos, faz com que estes sejam classificados como “baixo-alto”. Nestes países – diferentemente daqueles que se enquadram nas outras categorias, a alta proporção de mulheres sem filhos é considerada um importante fator para que a fecundidade seja tão baixa (BASTEN; SOBOTKA, 2013).

O percentual de mulheres permanentemente sem filhos¹⁹ no Brasil no período de 1970 a 2010 varia de 9,5% a 12,4%, em 1991 e 2010, respectivamente. Apesar da diferença

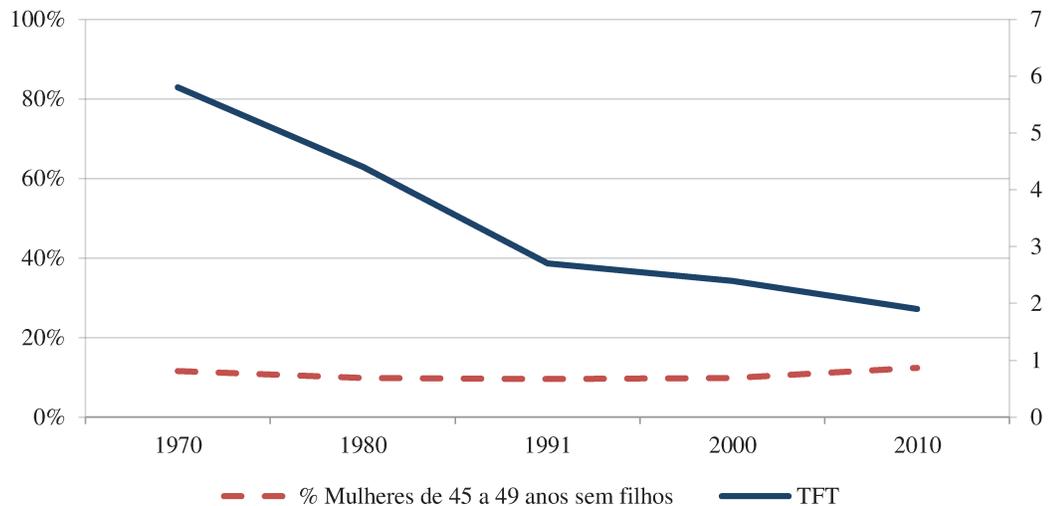
¹⁸ Nesta classificação a proporção de mulheres sem filhos é considerada alta quando se aproxima de 20% do total de mulheres.

¹⁹ Aqui foram consideradas permanentemente sem filhos as mulheres do grupo etário de 45 a 49 anos que não tinham tido filhos nascidos vivos até a data de referência do Censo.

máxima não chegar a 3 pontos percentuais, relativamente esta diferença é importante. O salto ocorre, assim como visto anteriormente, entre 2000 e 2010: a ausência definitiva de filhos é 26% maior em 2010 que na década anterior.

O Brasil – pela classificação proposta por Miettinen et al. (2015) – estaria em um nível moderado (ou baixo e bastante próximo de moderado) de ausência definitiva de filhos. Ao avaliar a combinação de TFT e proporção de mulheres sem filhos – a partir da proposta de Basten e Sobotka (2013), o Brasil poderia ser classificado como “alto-baixo”, assim como a França e os países escandinavos, pois apresenta fecundidade alta – próxima ao nível de reposição – e proporção de mulheres sem filhos inferior a 20%, que é considerada baixa (Figura 5). Como a ausência definitiva de filhos deve ser um fator importante para a redução da fecundidade apenas quando há baixa TFT associada a alto percentual de mulheres permanentemente sem filhos, no Brasil as mulheres que finalizam o período reprodutivo sem filhos não devem impactar expressivamente as medidas de fecundidade.

FIGURA 5 – Percentual de mulheres de 45 a 49 anos sem filhos e taxas de fecundidade total (TFT) Brasil, 1970-2010



Fontes: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010); Berquó e Cavenaghi (2006); IBGE (2012).
Elaboração própria.

1.5. Comentários finais

Neste capítulo buscou-se compreender a participação das mulheres sem filhos na fecundidade. Primeiramente com a retomada do histórico de queda da fecundidade nos países desenvolvidos e, em especial, no Brasil. Posteriormente, através da literatura e dos dados censitários, com a investigação do impacto da ausência de filhos nesta componente demográfica.

A postergação dos nascimentos – que ao que tudo indica, tem se difundido no Brasil – mostra-se como um ponto central na discussão sobre ausência de filhos. Numericamente sua importância pode ser mensurada a partir da direção e da intensidade do efeito tempo nas medidas de período de fecundidade. No Brasil, desde 1991, o efeito tempo tem agido no sentido de diminuir a TFT, devido ao adiamento dos nascimentos. Além da importância numérica das medidas de período, trata-se de uma mudança bastante relevante no comportamento reprodutivo de pelo menos alguns grupos de mulheres brasileiras.

Ao se considerar a postergação da fecundidade neste trabalho, o enfoque é nas mulheres que adiam o nascimento do primeiro filho. É importante frisar isto porque a idade média da fecundidade utilizada no cálculo do efeito tempo considera os nascimentos de todas as ordens. Assim, com aumento do espaçamento entre os nascimentos, é possível que a idade média da fecundidade aumente ainda que a idade média ao ter o primeiro filho não se altere. Este não deve ser o caso do Brasil. Além do aumento da idade média da fecundidade e consequente ação positiva do efeito tempo, também se observa no país o aumento da ausência de filhos em todos os grupos etários – em especial no período entre 2000 e 2010 – e também da participação das mulheres mais velhas no grupo das primíparas.

Além da ausência temporária de filhos, este trabalho também considera a ausência definitiva destes. Pelas indicações da literatura internacional, o percentual de ausência permanente de filhos no Brasil não deve afetar significativamente a TFT. Isto não faz com que o estudo a respeito destas mulheres não seja importante. Embora o percentual de mulheres permanentemente sem filhos não sofra grandes alterações entre 1970 e 2010, isso não significa que o perfil destas mulheres não tenha se alterado neste período.

Diante do exposto nesse capítulo, importantes questionamentos acerca da ausência de filhos se revelam: quem são as mulheres que adiam ou permanecem definitivamente sem filhos? Quais são as razões envolvidas nesta condição? E quais seriam os impactos desta conjuntura na vida dessas mulheres?

À vista disso, esta tese tem como objetivo explorar e buscar responder a essas questões para o caso brasileiro considerando, sempre que possível, as mudanças que ocorreram desde o início da aceleração da queda da fecundidade no país. As quatro grandes perguntas que norteiam este trabalho são:

1. Qual a relação entre as características socioeconômicas e demográficas das mulheres e a ausência de filhos?
2. Quais são as razões apontadas pelas mulheres sem filhos para (ainda) não o(s) ter (em) tido?
3. Quais são as implicações desta condição apontadas pelas mulheres sem filhos?
4. Como as razões e as repercussões da ausência de filhos se relacionam?

A primeira pergunta é abordada no Capítulo 2 desta tese. Para buscar respondê-la são realizadas análises descritivas e ajustados modelos de regressão logística binários com os dados censitários de 1970 a 2010. A partir destes modelos é possível explorar como a chance de não ter filhos se altera de acordo com as características socioeconômicas e demográficas das mulheres. A segunda pergunta é abordada no Capítulo 3 da tese, com a utilização dos dados da PNDS de 2006. Com os mesmos dados, as perguntas 3 e 4 são exploradas no Capítulo 4 da tese. Nestes dois últimos capítulos para a abordagem empírica são realizadas densas análises descritivas dos quesitos específicos de razões e repercussões de ausência de filhos presentes na PNDS de 2006 com base nos resultados do Capítulo 2. As fontes de dados e variáveis utilizadas na tese são aprofundadas e discutidas no Apêndice A.

CAPÍTULO II

2. Quem são as mulheres sem filhos?

2.1. Introdução

Como abordado no Capítulo 1, a ausência de filhos e a TFT não estão necessariamente relacionadas, uma vez que existem diferentes combinações de percentual de ausência de filhos e nível de fecundidade nos países. Como nem sempre as mulheres sem filhos são a principal causa do declínio das taxas de fecundidade, interpretações específicas do fenômeno da ausência de filhos podem ser demandadas (MIETTINEN et al., 2015).

Uma das poucas propostas teóricas que relacionam tendências e causas da ausência de filhos é o trabalho de Poston e Trent (1982 *apud* ROWLAND, 2007), intensamente criticado. A hipótese é de que a curva da proporção de mulheres sem filhos seguiria um formato de U com o desenvolvimento econômico no eixo das abscissas. Isto é, existiriam altas proporções de mulheres sem filhos em países com baixo e alto desenvolvimento econômico e baixa proporção de mulheres sem filhos nos países com nível intermediário de desenvolvimento. Este esquema seria resultado da diminuição na ausência involuntária²⁰ de filhos e aumento da ausência voluntária conforme o país se desenvolve economicamente. O percentual de mulheres sem filhos voluntária e involuntariamente variaria, portanto, de acordo com o desenvolvimento econômico do país.

Os autores acreditam que existiria, nos países pouco desenvolvidos, baixa fertilidade causada por desnutrição, tuberculose, malária, doenças venéreas e fatores genéticos, o que impactaria o percentual de mulheres sem filhos. Com o desenvolvimento socioeconômico, através da redução de doenças e desnutrição, a infertilidade deveria se reduzir e, conseqüentemente, também se reduziria a ausência involuntária de filhos. Já o aumento da ausência voluntária de filhos nos países mais desenvolvidos seria devido a fatores estruturais associados com o declínio da fecundidade, tais como a urbanização e o aumento das

²⁰ Para os autores, a ausência involuntária de filhos é assumida apenas como a incapacidade biológica de reprodução. Neste trabalho, entretanto, considera-se que a ausência involuntária de filhos não se restringe apenas a esses casos. Há também mulheres que gostariam de ter filhos, mas que devido a outras circunstâncias alheias à sua vontade adiam o nascimento destes ou mesmo deixam de tê-los definitivamente. No Capítulo 3 esta definição é discutida mais profundamente.

oportunidades laborais e educacionais. Nestas condições, mais mulheres tenderiam a não ter filhos por opção.

Um problema desta teoria, segundo Rowland (2007), é que ela não leva em conta as tendências dos casamentos. O casamento precoce e quase universal em países com baixos níveis de desenvolvimento teria promovido quadros de baixos níveis de ausência de filhos, o que não seria condizente com a hipótese original. Além disso, na percepção deste autor, a distinção entre ausência voluntária e involuntária de filhos não seria tão clara. É provável que em todos os momentos do desenvolvimento econômico exista uma mistura de situações. Portanto, não se pode presumir que de um lado o casamento e a formação da família sejam universalmente desejados, ou que de outro todos sejam capazes de atingir seus objetivos conjugais e reprodutivos.

Não existe, em vista disso, nenhuma teoria robusta que trate exclusivamente da ausência de filhos. Em contrapartida, vários fatores contribuintes para esta condição já foram delineados (MIETTINEN et al., 2015). Um dos debates mais antigos e duradouros em matéria de ausência de filhos tem sido conhecer que tipo de indivíduo compõe este grupo (SHAPIRO, 2014). É nesta perspectiva que este capítulo se desenvolve.

O objetivo deste capítulo é explorar qual é a relação entre as características socioeconômicas e demográficas das mulheres e a ausência de filhos. Para isto é realizada análise exploratória dos dados censitários de 1970 a 2010 e ajustados modelos de regressão logística binários. Com estes modelos é possível, a partir da avaliação das razões de chance, conhecer como a chance de não ter filhos se altera de acordo com as características socioeconômicas e demográficas das mulheres.

As variáveis selecionadas para o desenvolvimento deste capítulo são região geográfica, situação de domicílio, cor ou raça, religião, situação marital, nível de escolaridade, situação laboral e grupo de renda.

2.2. Ausência de filhos e características socioeconômicas e demográficas: há predominância em grupos específicos?

Nesta seção, a partir da análise descritiva dos dados, são exploradas as relações entre a ausência de filhos e as características socioeconômicas e demográficas das mulheres. São três os objetivos principais desta seção. O primeiro é investigar em quais variáveis há diferenças

importantes entre as mulheres sem filhos e as que são mães²¹. Isto é feito com a comparação da distribuição destes dois grupos entre as categorias das variáveis. Ou seja, é possível verificar se há concentração maior de mulheres sem filhos em determinadas categorias quando comparadas às mulheres que têm filhos.

O segundo objetivo é traçar, entre as categorias das variáveis, aquelas que possuem os maiores percentuais de ausência de filhos. Uma categoria com grande percentual de ausência de filhos não necessariamente implica que as mulheres sem filhos concentram-se nela. Pode ser que uma categoria de uma determinada variável apresente pouca concentração na população ou mesmo no grupo das mulheres sem filhos. Por exemplo, em 2010, 33% das mulheres de 25 a 49 anos que declaravam ter religiões não cristãs não tinham tido filhos até a data de referência do Censo. Elas correspondem, entretanto, a apenas 7% das mulheres sem filhos, pois este é um grupo de religiões menos difundidas no país. Desta forma, olhar por diferentes ângulos oferece uma visão mais ampla do fenômeno da ausência de filhos do que restringir a uma única perspectiva.

O terceiro objetivo é que, a partir dos resultados obtidos com os objetivos anteriores, sejam traçadas estratégias de análise para a seção seguinte e formuladas hipóteses para estes resultados. Assim, esta seção, ainda que isoladamente forneça resultados importantes para a questão, se constrói principalmente como alicerce para a seção seguinte, que busca responder diretamente à principal pergunta norteadora deste capítulo.

As análises são feitas em quatro grupos etários de mulheres: de 25 a 29 anos, de 30 a 34 anos, de 45 a 49 anos e por fim, no grupo etário mais amplo que compreende mulheres de 25 a 49 anos. O último grupo permite avaliar a situação global da ausência de filhos no Brasil. Porém, por se tratar de um grupo etário muito grande, há muita heterogeneidade intrínseca e, por isso, propõe-se também o aprofundamento das análises para grupos etários específicos, extremos e representativos. De um lado as mulheres de 25 a 34 anos, divididas em dois grupos, e de outro, as mulheres de 45 a 49 anos. Estas últimas representam as mulheres que finalizaram o período reprodutivo sem filhos. As primeiras, por outro lado, são analisadas com o intuito de explorar a postergação da fecundidade. Claramente este grupo não é composto exclusivamente por mulheres que tenham apenas adiado a maternidade, porém, em média, mais da metade delas experimenta a

²¹ São apresentados apenas os resultados das variáveis que indiquem diferença importante de distribuição das mulheres nas categorias quando é feita a comparação entre mulheres com e sem filhos.

maternidade posteriormente²². Além disso, entre as mulheres de 45 e 49 anos, pode haver aquelas que apenas pretendiam adiar a maternidade e acabaram por não concretizar seus planos reprodutivos. Infelizmente não é possível que estes controles e separações sejam realizados com os dados utilizados. A escolha da análise destes grupos etários como “*proxies*” para mulheres temporária ou definitivamente sem filhos é, portanto, conhecidamente limitada. Porém, com uma análise cuidadosa e comparativa, estes resultados podem acrescentar muito à discussão sobre a ausência de filhos no Brasil.

Região geográfica

O primeiro ponto a ser avaliado é se existem diferenças regionais na ausência de filhos. Em todos os anos analisados, de 1970 a 2010, a Região Norte apresenta os menores percentuais de mulheres sem filhos, enquanto que a Região Sudeste apresenta os maiores percentuais. Apenas em 1970 a Região Nordeste se aproxima da Região Sudeste para as mulheres mais jovens e, entre as mais velhas, também em 1980. Como estas duas regiões juntas abrangem cerca de 80% da população brasileira de 25 a 49 anos, em 1970 o percentual geral de ausência de filhos no país acompanhou o que foi experimentado pelas mulheres destas duas regiões geográficas.

Uma hipótese é que a ausência de filhos seja maior na Região Nordeste em 1970 devido à forte migração jovem masculina ocorrida nesta época, de forma que os planos conjugais e reprodutivos pudessem não ser concretizados por um número excepcional de mulheres desta região. Por este mesmo motivo, o percentual ainda seria mais alto entre as mais velhas em 1980, que teriam vivido o momento mais comum de realizar estes planos durante o período mais intenso de migração, principalmente masculina. A partir de 1980 a migração masculina não teria

²² Para as coortes que podem ser reconstruídas sinteticamente a partir dos dados censitários, o percentual de mulheres que não tinha filhos entre 25 e 29 anos e continuaram sem filhos quando tinham de 45 a 49 anos é de 36% na coorte de nascidas nas primeiras metades da década de 1940 e 1950 e 43% na coorte de mulheres nascidas na primeira metade da década de 1960. Por se tratar de coortes antigas, estes valores podem não ser razoáveis para as coortes mais jovens. Por um lado pode ocorrer que mais mulheres tenham filhos após os 35 anos devido a tratamentos médicos de fertilização. Por outro lado pode ser que este número seja menor caso mais mulheres jovens decidam permanecer sem filhos definitivamente. Não apenas o avanço neste Capítulo, mas principalmente os resultados do Capítulo 4, podem colaborar nessa reflexão.

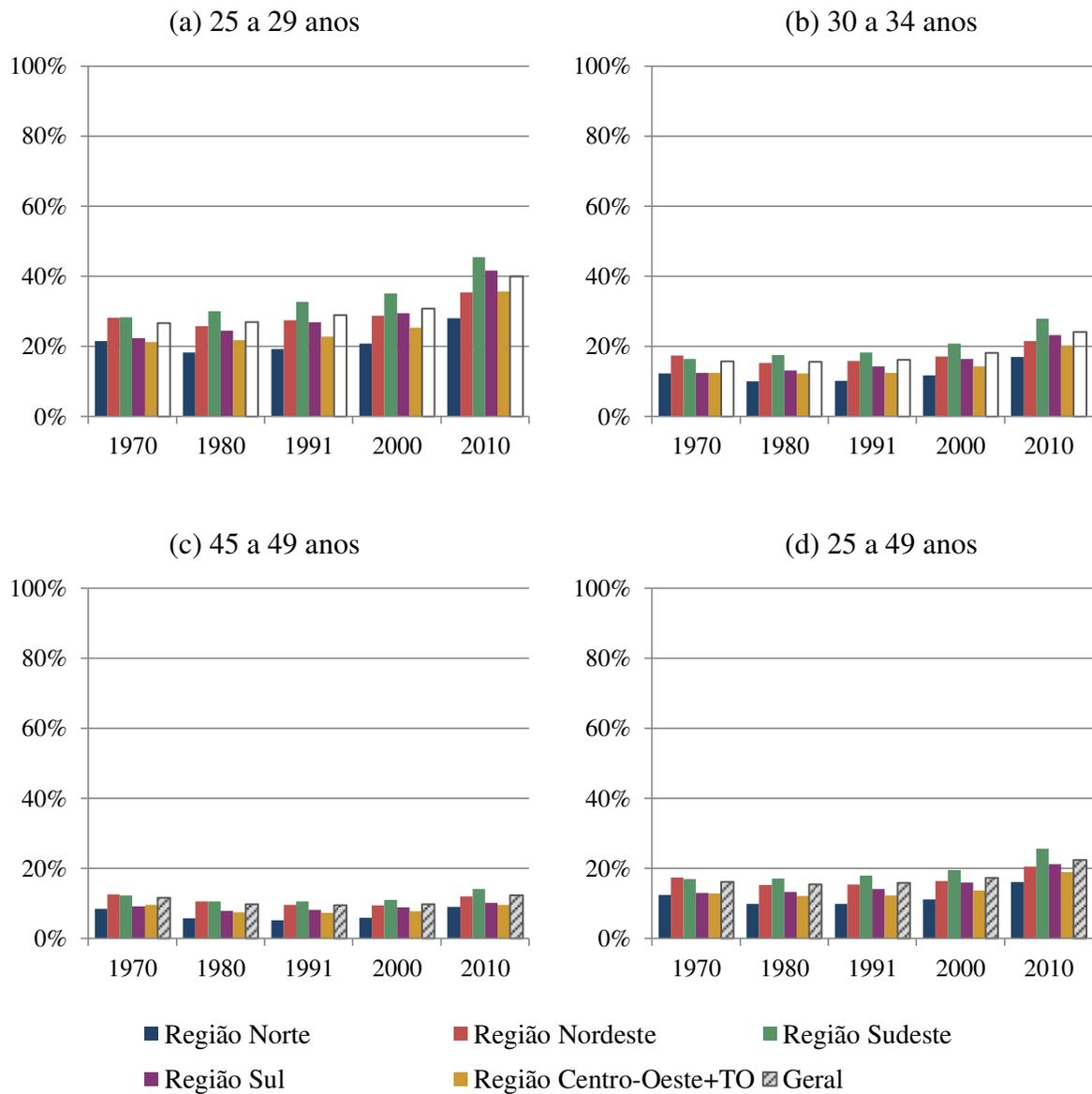
números tão diferentes da feminina²³, por isso nos grupos mais jovens a ausência de filhos teria encolhido.

Estes resultados também reforçam que a ausência de filhos no Brasil não deve estar diretamente ligada ao desenvolvimento econômico e nem à TFT da região, uma vez que a Região Sul – que é conhecidamente mais desenvolvida e com TFT sempre abaixo da média nacional –, não se destaca em nenhum ano e em nenhum grupo etário. Esta região em geral ocupa a terceira posição entre as regiões com maior percentual de ausência de filhos, atrás apenas das Regiões Sudeste e Nordeste, respectivamente. Apenas nas décadas mais recentes, em especial entre as mulheres mais jovens, a Região Sul ultrapassa os percentuais da Região Nordeste.

O aumento observado em 2010 no percentual geral de mulheres sem filhos foi experimentado em todas as regiões do país. Embora o peso da Região Sudeste deva ter sido o principal responsável por este aumento – o aumento relativo do percentual foi bastante similar entre esta região e o geral da população, este comportamento não se restringiu apenas ao Sudeste. Entre as mulheres mais jovens, as Regiões Sul e Centro-Oeste foram as que tiveram maior crescimento no período. Entre as mais velhas, a Região Norte se destaca. As diferenças, entretanto, não variam a ponto de sugerir que a região geográfica em que as mulheres vivem, avaliada isoladamente, seja responsável pelo aumento observado neste período, uma vez que em maior ou menor grau, todas as regiões experimentaram movimento semelhante. (Figura 6).

²³ Para mais informações sobre o histórico da migração nordestina, recomenda-se a leitura do texto: Camarano (1998).

FIGURA 6²⁴ – Percentual de mulheres sem filhos por região geográfica em grupos etários selecionados Brasil, 1970-2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos, os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

²⁴ Tabulações disponíveis no Apêndice B, Tabela B.1.

Situação de domicílio

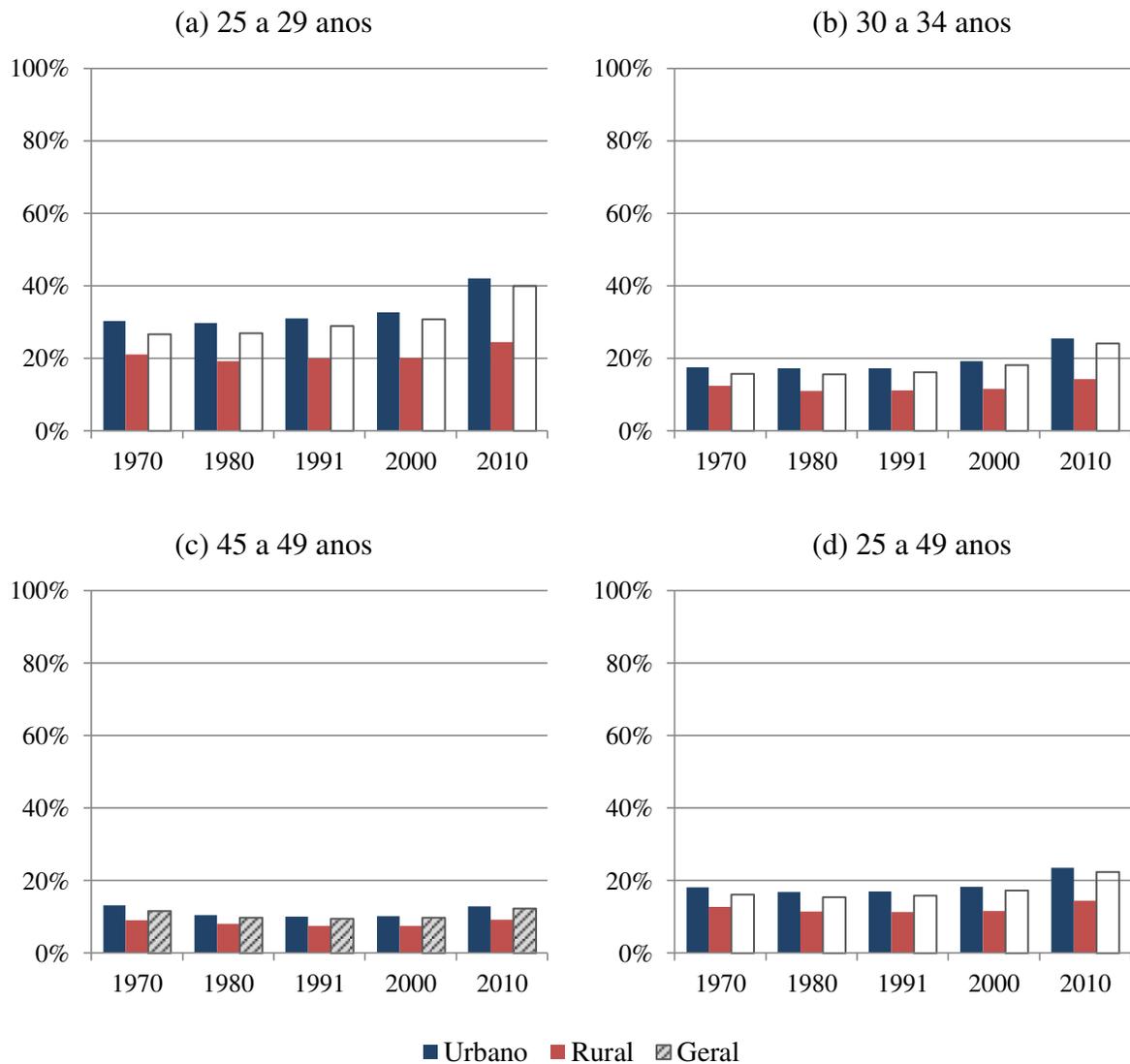
Quando se avalia a situação de domicílio da mulher, é possível observar que em todo o período analisado – de 1970 a 2010 – há uma proporção maior de mulheres sem filhos entre aquelas que vivem em áreas urbanas do que entre as que vivem em áreas rurais (Figura 7). A diferença entre estes dois grupos diminui com o avanço da idade. Se entre as mulheres mais jovens – de 25 a 34 anos, o percentual de sem filhos entre as que vivem em áreas urbanas é de 55% a 77% maior que entre as que vivem nas áreas rurais, entre as mulheres mais velhas – de 45 a 49 anos, esta razão não ultrapassa 40%²⁵. Como isto é comum em diferentes décadas, não há indícios de que se trate de uma questão de coorte, mas sim de idade. O que se pode supor a partir destes dados é que nas áreas rurais não apenas uma proporção maior de mulheres experimente a maternidade, como também que elas a vivenciem mais cedo. Estes resultados não surpreendem quando se considera a participação da urbanização no processo de queda da fecundidade²⁶. Embora a ausência de filhos não esteja necessariamente ligada ao declínio da fecundidade, os fatores associados a ambas as situações podem ser coincidentes, como maior facilidade no acesso à escolarização mais avançada e a métodos contraceptivos eficazes nas áreas urbanas, por exemplo.

No caso do Brasil, o aumento geral em 2010 foi sentido com magnitude semelhante em ambas às situações de domicílio em todos os grupos etários analisados, o que pode indicar que esta variável isoladamente não tenha grande responsabilidade neste aumento.

²⁵ A única exceção ocorre em 1970, quando em todos os grupos etários o percentual de sem filhos entre as mulheres que vivem em áreas urbanas é cerca de 40% maior que entre as que vivem nas áreas rurais.

²⁶ Para aprofundamento nesta questão em nível mundial, recomenda-se o seguinte trabalho: Martine; Alves e Cavenaghi (2013).

FIGURA 7²⁷ – Percentual de mulheres sem filhos por situação de domicílio em grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010



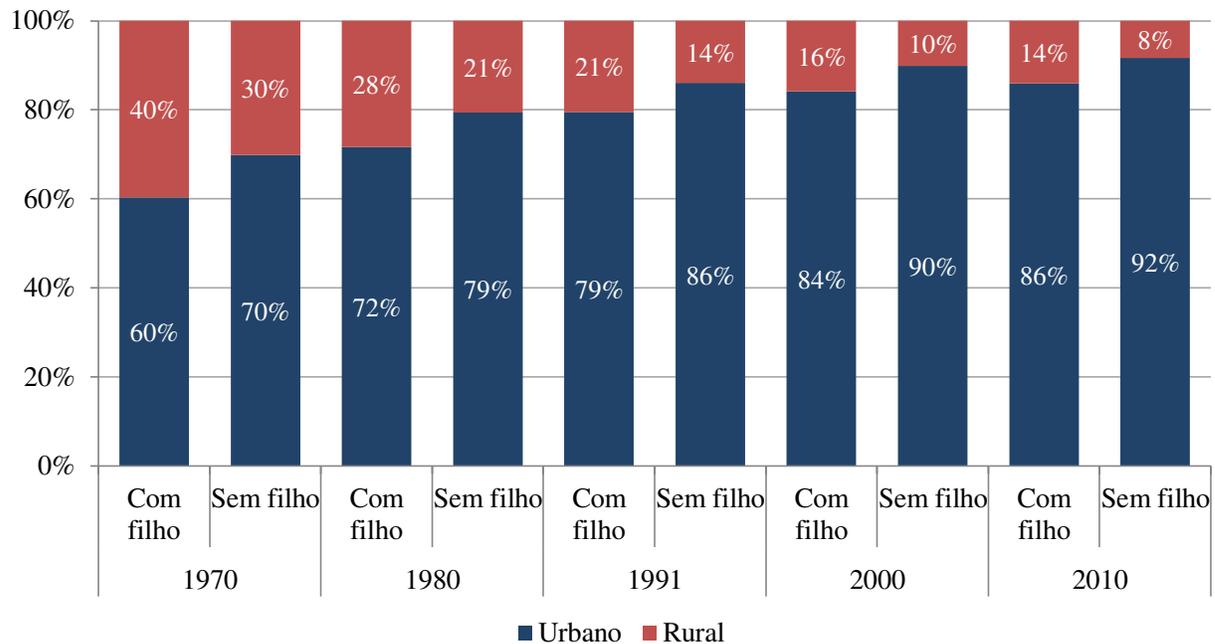
Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos, os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

A ausência de filhos geral é próxima à das mulheres que vivem em áreas urbanas devido ao grande percentual de mulheres que vivem nestas áreas. Quanto mais a urbanização avança, mais os percentuais se aproximam. As mulheres sem filhos apresentam uma concentração um pouco maior nas áreas urbanas do que as que são mães. Porém, esta diferença se reduz com o passar das décadas (Figura 8).

²⁷ Tabulações disponíveis no Apêndice B, Tabela B.2.

FIGURA 8 – Distribuição padronizada das mulheres de 25 a 49 anos por situação reprodutiva (com e sem filho) e situação de domicílio. Brasil, 1970-2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: A população-base da padronização é a população feminina total em 2010.

Escolaridade

A escolarização feminina – determinante tradicional da queda da fecundidade – desempenha também um papel importante na ausência de filhos, em especial na postergação da maternidade. A probabilidade de não ter filhos, mesmo que temporariamente é, em geral, substancialmente mais elevada para as mulheres com maior nível de educação. Esta relação é explorada em diversos estudos sobre o tema, tanto nos países desenvolvidos²⁸, quanto nos países em desenvolvimento, incluindo o Brasil.

O Brasil passou por grandes mudanças estruturais na educação no período de 1970 a 2010. Em 1970 quase a totalidade das mulheres de 25 a 49 anos não tinha instrução ou não tinha terminado o ensino fundamental. Em 2010 esse número se reduz a menos da metade: nesse ano pouco menos de 40% das mulheres estavam no estrato educacional mais baixo. O aumento mais substancial se deu na categoria que compreende o ensino médio completo e o superior

²⁸ Algumas referências: Bloom e Trussell (1984); Heaton; Jacobson e Hollandet (1999); Mencarini e Tanturri (2006); Tanturri e Mencarini (2008); Miettinen et al. (2015).

incompleto, que passou de 0,5% para 31,7% da população feminina no grupo etário analisado neste mesmo período. Avanço importante também pode ser observado no ensino superior completo, cuja participação aumentou em quase 20 vezes neste período de 40 anos (Tabela 1).

TABELA 1 – Distribuição das mulheres de 25 a 49 anos por nível de escolaridade e por ano censitário Brasil, 1970-2010

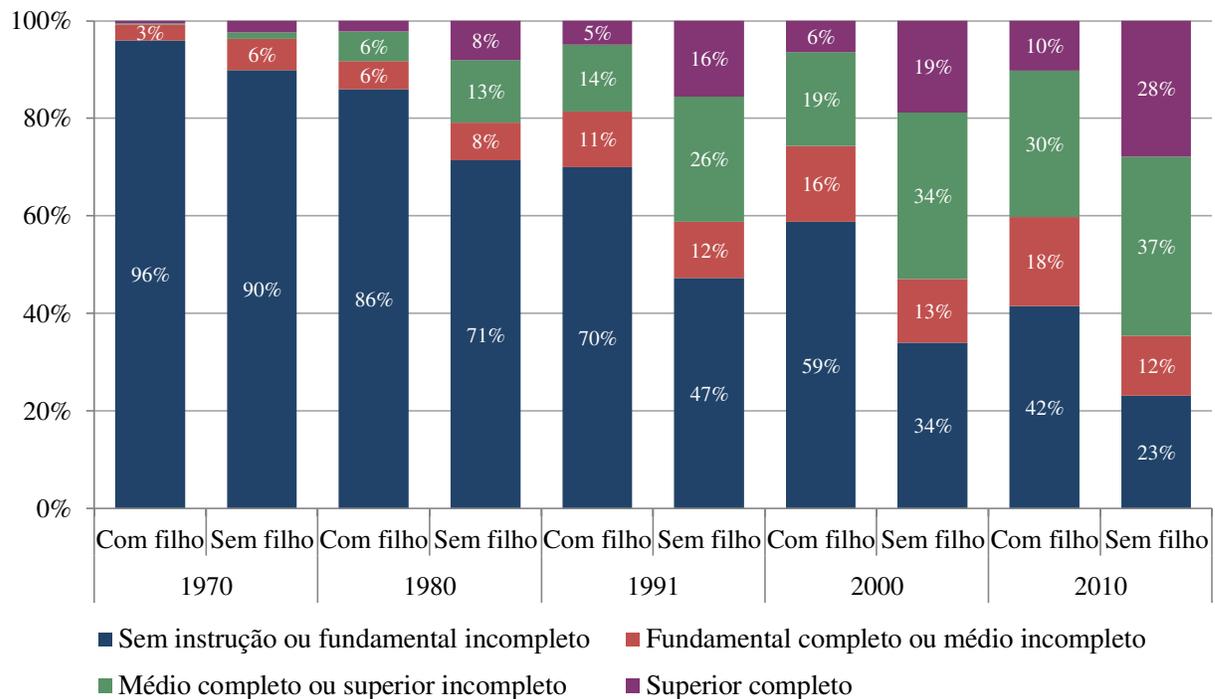
Ano	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo
1970	94,9%	3,8%	0,5%	0,8%
1980	83,1%	6,2%	7,5%	3,2%
1991	65,1%	11,8%	16,4%	6,7%
2000	53,9%	15,1%	22,4%	8,6%
2010	37,1%	16,6%	31,7%	14,6%
Razão 2010/1970	0,4	4,3	70,1	17,5

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: Os valores apresentados são as estimativas diretas para cada período. A padronização pela estrutura etária gerou estimativas muito próximas àquelas obtidas diretamente, com variação máxima de 2,5%. Como a diferença era mínima, optou-se por apresentar as estimativas diretas por estas poderem ser avaliadas individualmente, o que não seria possível com a padronização.

Na distribuição das mulheres por nível de escolaridade há diferenças importantes quando se avalia separadamente aquelas que tiveram e as que não tiveram filhos. Em ambos os grupos – com e sem filhos, nota-se a mesma tendência geral anteriormente apresentada de aumento da escolarização das mulheres. As mulheres sem filhos, porém, apresentam uma concentração muito maior nos níveis mais altos de escolaridade quando comparadas àquelas que são mães. Em 2010, apenas 10% das mulheres que tiveram filhos tinham completado o ensino superior; entre as que não os tiveram, esse número chega a quase 30%. Ao se considerar as mulheres com no mínimo ensino médio completo, em 1991 as mulheres sem filhos já estavam no patamar alcançado apenas em 2010 pelas mães, de cerca de 40% das mulheres nestes níveis de instrução (Figura 9).

FIGURA 9 – Distribuição padronizada das mulheres de 25 a 49 anos por situação reprodutiva (com e sem filho) e nível de instrução. Brasil, 1970-2010

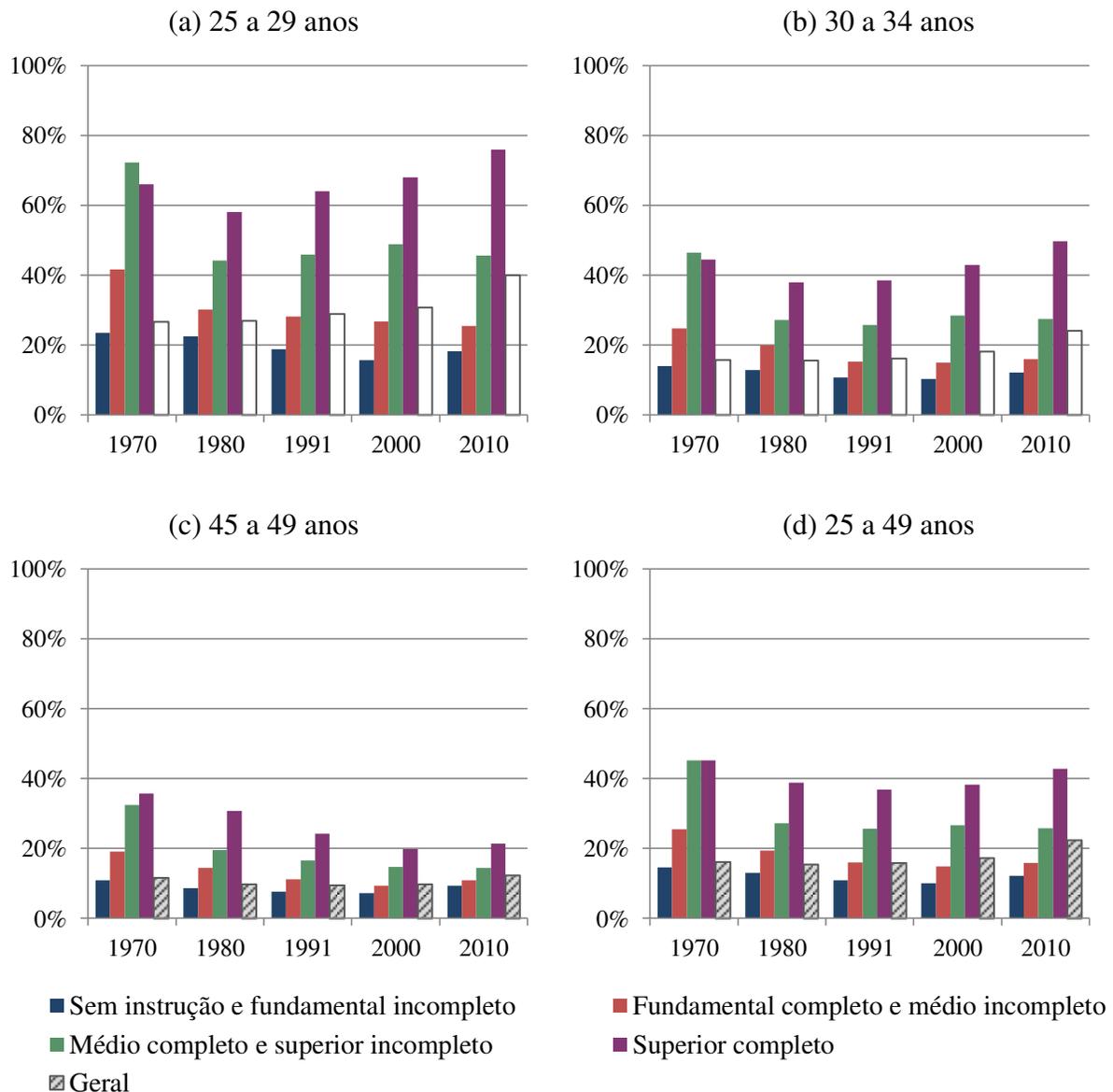


Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: A população-base da padronização é a população feminina total em 2010.

Outro olhar importante sobre essa variável é a reflexão a partir da escolaridade e não da situação reprodutiva. Isto é, entre as mulheres com determinado nível de instrução, quantas delas não haviam tido filhos até a data de referência dos Censos? Neste esforço, a Figura 10 corrobora uma hipótese universal: quanto mais alto o nível de escolaridade, maior o percentual de mulheres sem filhos. Por exemplo, 75% das mulheres de 25 a 29 anos com ensino superior em 2010 não haviam tido filhos até a data de referência do Censo. No extremo oposto, constituído pelas mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, este número foi de apenas 18%. Além disso, é importante observar que entre as mulheres mais jovens a partir de 1980, a ausência de filhos cresce entre aquelas que possuem ensino superior completo.

FIGURA 10²⁹ – Percentual de mulheres sem filhos por nível de instrução em grupos etários selecionados Brasil, 1970-2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos, os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

A escolaridade pode estar relacionada à ausência de filhos de diversas maneiras. Uma hipótese é de que as mulheres que alcançam níveis mais altos de escolaridade podem pertencer previamente a um grupo em que há pouca ênfase na maternidade. Ou então que ao ter filhos, as mulheres possam se tornar menos capazes de continuar a estudar. Por outro lado, o avanço

²⁹ Tabulações disponíveis no Apêndice B, Tabela B.3.

educacional pode influenciar os valores e o estilo de vida de uma mulher, tornando-os menos tradicionais quanto mais ela avança nos estudos. Ou seja, a maternidade não seria adiada apenas devido ao seu longo período de estudo, mas também porque a educação pode oferecer planos alternativos ao casamento e/ou à maternidade para as mulheres. Por fim, outra hipótese é que pessoas altamente qualificadas podem ser melhores usuárias de contraceptivos, o que as tornaria mais capazes de atrasar os seus planos familiares e posteriormente realizá-los, ainda que com tratamentos médicos para a concepção. Entretanto, pode ocorrer que após sucessivos adiamentos, a maternidade se torne menos atraente ou mesmo impraticável (BLOOM; PEBLEY, 1982; TANTURRI; MENCARINI, 2008; SOBOTKA, 2009; COUTINHO, 2016).

Em vista a esta última hipótese, o avanço médico em tratamentos de fertilidade em décadas mais recentes pode ser um dos responsáveis pela redução – ao contrário do ocorrido entre as mulheres mais jovens, do percentual de mulheres definitivamente sem filhos entre aquelas que terminaram o ensino superior. Outro fator que pode ter ocasionado esta redução é que a expansão do ensino superior – em grande parte com ingresso e permanência mais viabilizados nos cursos à distância e nas instituições de ensino particulares, atingiu também mulheres mais velhas que já tinham filhos, o que pode ter mudado um pouco as características das mulheres de 45 a 49 anos com ensino superior³⁰.

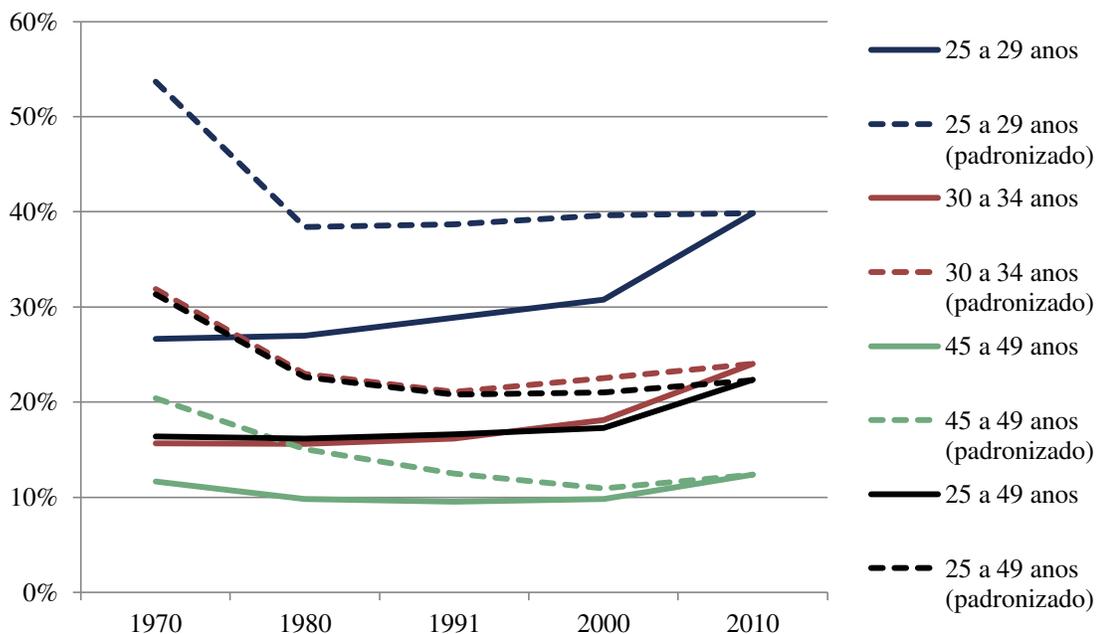
Com estrutura educacional tão diferente entre os anos e comportamento reprodutivo tão variado entre os níveis de instrução, os percentuais de mulheres sem filhos observados na população devem sofrer forte influência desta característica. O aumento observado no percentual geral de mulheres sem filhos apenas foi vivenciado entre as mulheres mais jovens nos estratos educacionais extremos: sem instrução e fundamental incompleto e superior completo. Entre as mais velhas, aquelas com ensino fundamental completo e médio incompleto também apresentaram aumento entre 2000 e 2010. O primeiro estrato educacional, embora represente uma parcela grande da população feminina, tem percentual de mulheres sem filhos muito inferior ao percentual geral, especialmente entre as mulheres mais jovens. Desta forma, tanto o avanço da escolarização feminina quanto o aumento da ausência de filhos entre as mulheres mais jovens no

³⁰ A partir dos dados censitários não é possível explorar nenhuma destas hipóteses, já que não há informações sobre procura por tratamentos de fertilidade, idade ao nascimento do primeiro filho e idade em que iniciou e concluiu o ensino superior. As duas últimas informações apenas podem ser obtidas de forma direta para uma parcela muito pequena da população. No primeiro caso, composta pelas mulheres que têm apenas um filho(a) e este(a) tem menos de um ano de idade e no segundo caso parcialmente para as mulheres que declararam que estavam estudando na data de referência dos Censos.

nível mais alto de escolaridade parecem ter contribuído para o aumento do percentual geral de ausência de filhos no Brasil em 2010.

Como um exercício extra para a reflexão do efeito do avanço da escolaridade feminina no Brasil entre 1970 e 2010 sobre o percentual de mulheres sem filhos, foi feita uma simulação – através de padronização direta pela estrutura educacional³¹, de qual seria o percentual de mulheres sem filhos nos anos censitários se a estrutura educacional naquele ano fosse similar à estrutura educacional das mulheres em 2010 (Figura 11).

FIGURA 11 – Percentual de mulheres sem filhos, por grupos etários e anos censitários selecionados, com e sem padronização por estrutura etária e educacional. Brasil, 1970-2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: Para cada grupo etário, foi considerada a estrutura educacional do mesmo grupo etário da população feminina geral em 2010. Para o grupo etário de 25 a 49 anos, também foi feita a padronização pela estrutura etária da população feminina geral em 2010.

³¹ Este método, inspirado no trabalho de Berquó e Cavenaghi (2014), somente controla o comportamento das variáveis consideradas na padronização. As variáveis correlacionadas a ela podem ser confundidas nesse efeito, portanto neste caso não se pode atribuir as mudanças observadas diretamente à educação. Só se pode concluir que o percentual de mulheres sem filhos seria maior ou menor se a população em questão tivesse a mesma estrutura educacional de 2010. Tecnicamente, a padronização pela estrutura educacional é realizada de maneira similar àquela feita para a estrutura etária de uma população. Isto é, foram aplicados os percentuais de ausência de filhos em cada categoria em cada ano censitário na estrutura educacional de 2010, assumida como padrão. Para mais informações sobre padronização, recomenda-se a leitura de: Carvalho; Sawyer e Rodrigues (1998).

Nestas condições não se teria observado aumento do percentual geral de mulheres sem filhos, mas quase uma constância nestes valores entre 1980 e 2010, com variação entre 20,8% e 22,6%. O salto observado entre 2000 e 2010 de 17,3% para 22,3%, seria uma elevação suave quase imperceptível quando colocada em perspectiva com os demais Censos: passaria de 21% para 22,3%. Entre as mulheres de 25 a 29 anos, a partir de 1980 se observaria um aumento constante e lento, sem salto entre 2000 e 2010. Entre as mulheres de 30 a 34 anos o aumento ocorreria após 1991, com intensidade um pouco maior que o grupo etário anterior, mas bastante inferior ao que foi vivenciado de fato. A ausência definitiva de filhos, neste trabalho mensurado com as mulheres de 45 a 49 anos, ao contrário da constância experimentada a partir de 1980, teria enfrentado uma ligeira redução até 2000 com retomada sutil em 2010.

Um destaque na curva padronizada é o ano de 1970, que apresenta percentuais de ausência de filhos até 80% maiores do que os obtidos para as décadas seguintes. Este número deve estar fortemente influenciado pela diferença entre ter ensino médio completo e superior incompleto em 1970 e em 2010. Apenas em 1970, como previamente apresentado, o percentual de mulheres sem filhos neste grupo educacional se assemelha ao das mulheres com ensino superior. Nos anos subsequentes, o percentual é notadamente menor no primeiro grupo. Assim, ter ensino médio ou superior completo em 1970 não fazia diferença ao se pensar a ausência de filhos, diferentemente dos anos seguintes. Como em 2010 – ano tomado como base na padronização – há uma acentuada concentração das mulheres no grupo de ensino médio completo e superior incompleto, o percentual padronizado de mulheres sem filhos foi inflado substancialmente, sem que isso de fato reflita o que poderia ser a realidade. Se quase metade das mulheres se concentrasse nestes níveis educacionais, como se observa em 2010, e não apenas 1,3% como era a realidade em 1970, possivelmente haveria diferenças entre estes grupos de escolaridade no que diz respeito à ausência de filhos, uma vez que isto ocorreu já a partir da década seguinte, em que pouco mais de 10% das mulheres haviam atingido estes níveis educacionais³². Portanto, a padronização para 1970 foi possivelmente influenciada por um fator que não afetou os demais anos e que não pode ser controlado sem um aprofundamento na questão

³² Estes valores referem-se às mulheres de 25 a 49 anos.

do significado de ter determinado nível de escolaridade em diferentes décadas³³. Por isso, o ano de 1970 não foi considerado na análise.

Assim como no Brasil, na maioria dos países europeus em 2010 a alta escolarização feminina era positivamente relacionada com a ausência de filhos. No entanto, há países em que isso não é mais verdade. Em países como Finlândia, Hungria e Rússia, nesse ano as mulheres com educação de nível básico apresentaram proporções maiores de ausência de filhos do que as mulheres com maior escolaridade. Em outros países a menor proporção de sem filhos foi encontrada entre as mulheres com educação de nível médio. Há ainda o padrão em forma de U da ausência de filhos, com concentração tanto nas menos quanto nas mais escolarizadas, que pode ser encontrado em países como Alemanha, Hungria e Polônia, entre outros. Com isso, a ausência de filhos europeia contemporânea já não pode mais ser mais associada à imagem de uma mulher altamente educada e orientada para a carreira, uma vez que há outras realidades coexistentes no continente (MIETTINEN et al., 2015).

Situação laboral

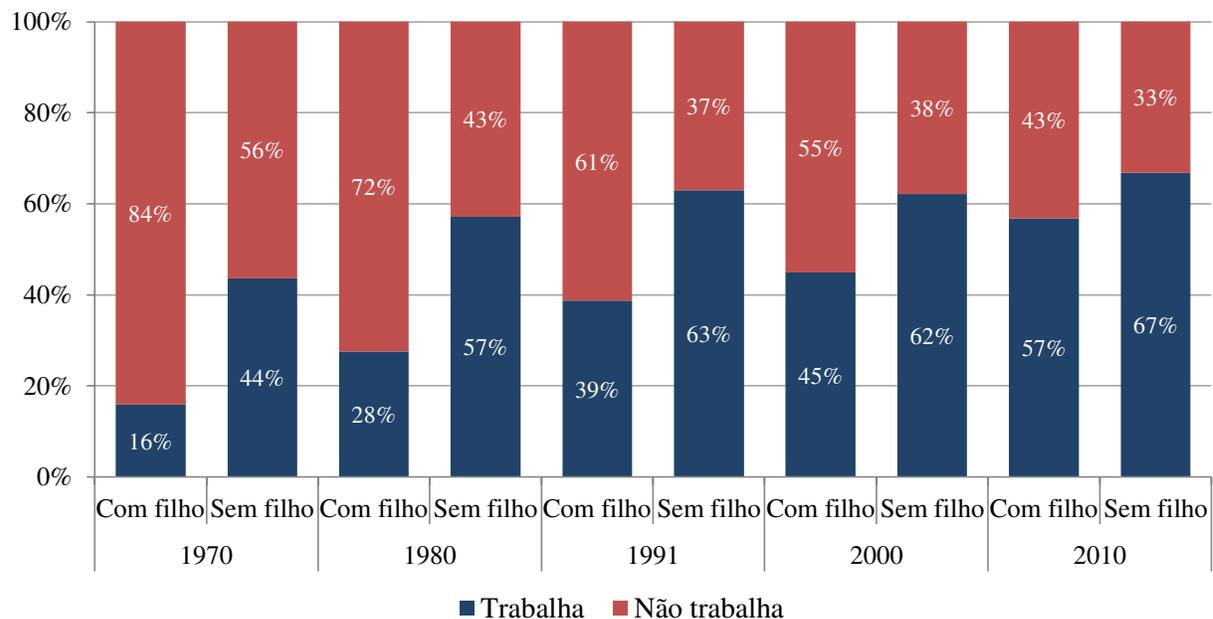
A atuação da participação feminina no mercado de trabalho na ausência de filhos é controversa. Enquanto alguns estudos encontram que estar inserida no mercado de trabalho aumenta a chance de não ter filhos (BLOOM; PEBLEY, 1982; ROSERO-BIYBY; CASTRO-MARTÍN; MARTÍN-GARCIA, 2009), outros encontram relação inversa. Entre os países europeus, em 2010 quanto maior a proporção de mulheres empregadas, mais baixas eram as proporções de mulheres sem filhos (MIETTINEN et al., 2015). No Brasil no mesmo ano, mulheres de 30 a 34 anos que não trabalhavam tinham 13% mais chance de não ter filhos do que aquelas que trabalhavam (CAVENAGHI; ALVES, 2013). Na Itália a condição de já ter trabalhado não parece ser relevante para a previsão de não ter filhos, porém não ter trabalhado no primeiro período da união aumenta a probabilidade de ser mãe (TANTURRI; MENCARINI, 2008).

Entre 1970 e 2010 como é amplamente conhecido, houve aumento da participação feminina no mercado de trabalho no Brasil, tanto entre as mães quanto entre aquelas que (ainda)

³³ Este trabalho não se propõe a explorar em profundidade esta questão. Qualquer simulação adicional, como considerar o percentual de sem filhos de 1980 como uma *proxy* para o que seria em 1970 se houvesse um número maior de mulheres nestes estratos educacionais seria apenas arbitrário. Desta forma, esta análise não avançará além do apresentado.

não haviam experimentado a maternidade. A diferença entre estes dois grupos de mulheres entre 25 e 49 anos, entretanto, se reduz com o passar das décadas. Enquanto que em 1970 o percentual de mulheres que trabalhavam entre aquelas que não haviam tido filhos era quase três vezes maior que entre as mães; em 2010 é apenas 15% maior (Figura 12). Isto deve ser um reflexo direto da mudança na composição das mulheres trabalhadoras neste mesmo período, já apontado no Capítulo 1. Como constatado por Oliveira; Vieira e Marcondes (2015), as mulheres que trabalhavam no início deste período eram em sua maioria jovens e solteiras, porém passaram a ser predominantemente mulheres com filhos, casadas ou unidas consensualmente e com mais de 30 anos de idade.

FIGURA 12 – Distribuição padronizada das mulheres de 25 a 49 anos por situação reprodutiva (com e sem filho) e situação laboral. Brasil, 1970-2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

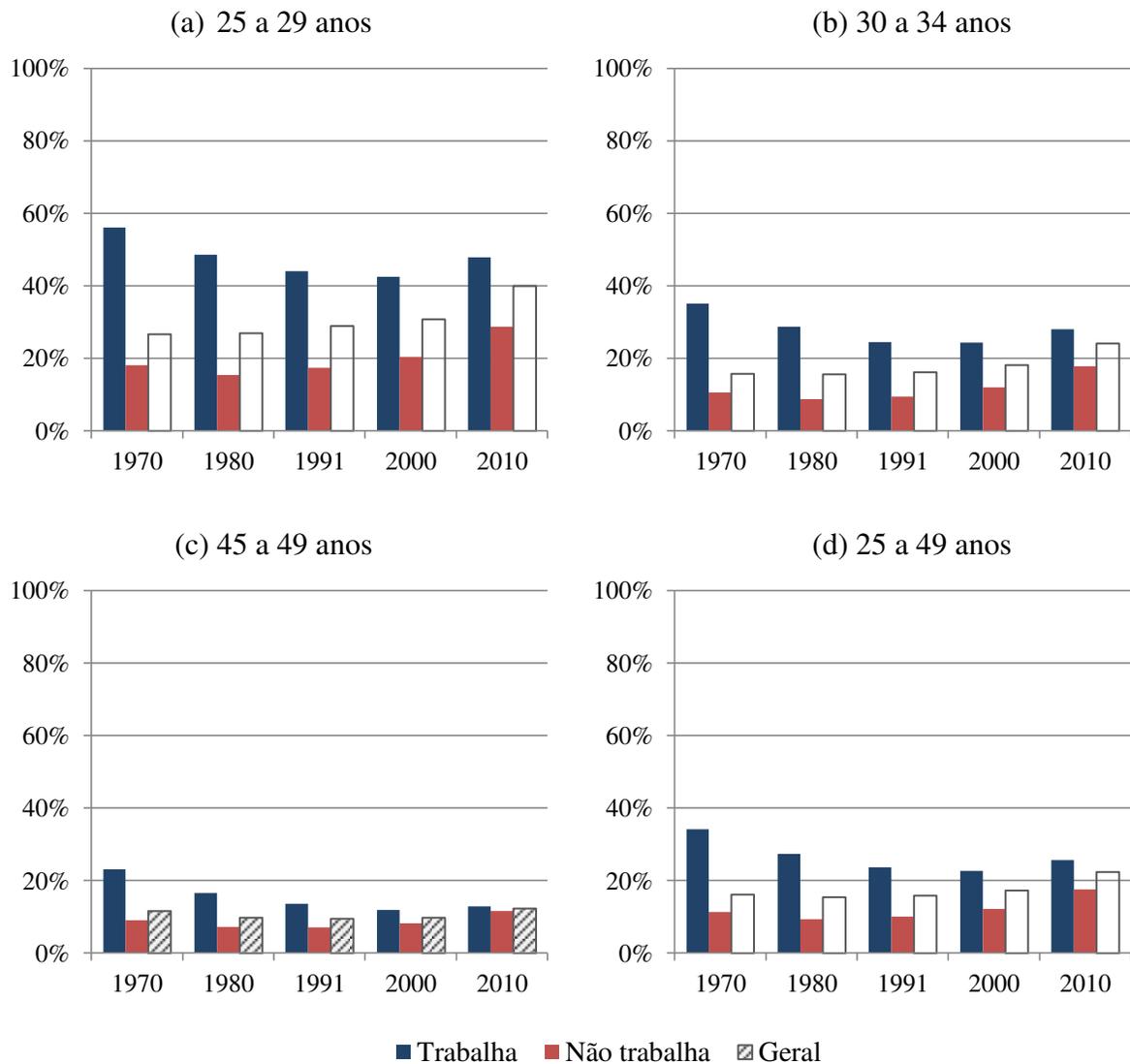
Nota: A população-base da padronização é a população feminina total em 2010.

Quando se trata de participação feminina no mercado de trabalho e condição reprodutiva, alguns fatores devem ser levados em consideração. Primeiramente que esta é uma variável instável ao longo do curso de vida da mulher, isto é, podem ocorrer múltiplas entradas e saídas do mercado de trabalho no decorrer dos anos. Além das questões relacionadas à maternidade – como, por exemplo, uma possível preferência pela contratação de mulheres sem

filhos ou a dificuldade de reentrada no mercado de trabalho após o nascimento dos filhos pela precariedade de oferecimento de creches, existem também fatores independentes, como a situação econômica do país no momento da busca por emprego. Além disso, os Censos captam a situação laboral da mulher no momento da pesquisa. O que para as mulheres mais velhas significa que a informação não se refere ao momento em que a maioria das mulheres estabelece sua condição reprodutiva, mas a um momento subsequente. Por fim, a direção da causalidade na relação entre situação laboral e ausência de filhos não pode ser determinada com os dados que temos disponíveis, como aponta Rosero-Bixby; Castro-Martín e Martín-García (2009) as mulheres não teriam filhos porque estão no mercado de trabalho ou elas estariam no mercado de trabalho porque não têm filhos?

A ausência de filhos é mais comum entre as mulheres que trabalham do que entre as que não trabalham, em todo o período analisado e em todos os grupos etários selecionados. Esta diferença é maior entre as mulheres mais jovens que entre as mais velhas. Em todos os grupos etários, entretanto, a diferença se reduz drasticamente com o passar das décadas. Em 1970 entre as mulheres de 25 a 34 anos, era três vezes maior o percentual de sem filhos entre as trabalhadoras do que entre as que não trabalhavam; em 2010 era apenas 60% maior. Entre as mulheres de 45 a 49 anos, passou de 2,5 vezes para apenas 11% no mesmo período (Figura 13).

FIGURA 13³⁴ – Percentual de mulheres sem filhos por situação laboral em grupos etários selecionados Brasil, 1970-2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos, os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

Este resultado faz sentido quando se considera que era mais comum no início do período que as mulheres deixassem a força de trabalho ao se casar e ter filhos e retornassem apenas anos depois. Já em décadas mais recentes, as mulheres casadas e com filhos passaram a integrar cada vez mais a força de trabalho (PAULO, 2014; OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015). Porém em 2010, quando houve aumento significativo no percentual geral de mulheres sem filhos em todos os grupos etários, o percentual de mulheres sem filhos cresce

³⁴ Tabulações disponíveis no Apêndice B, Tabela B.4.

nos dois grupos, com destaque para aquelas que não trabalhavam. O aumento entre as trabalhadoras entre 2000 e 2010 foi de pouco mais de 10%; entre as que não trabalhavam ultrapassou 40% (Figura 13).

É importante considerar que nesse mesmo período a distribuição por escolaridade das mulheres que não trabalhavam mudou consideravelmente. No grupo etário de 25 a 29 anos, o percentual de mulheres que possuíam no mínimo ensino médio completo, aumentou 90% em 10 anos, passando de 22% para 41%. Este crescimento é maior do que o observado para a população em geral, que cresceu 60% no período. Ao se padronizar para este grupo etário o percentual de ausência de filhos entre as mulheres que não trabalhavam pela estrutura educacional delas em 2010, ao invés de 40%, o aumento seria de 10% entre 2000 e 2010. Desta forma, embora não se possa afirmar que o aumento da ausência de filhos entre as mulheres que não trabalhavam tenha se dado pelo avanço da escolaridade, este resultado é um forte indicativo de que pode haver uma correlação importante entre estes acontecimentos.

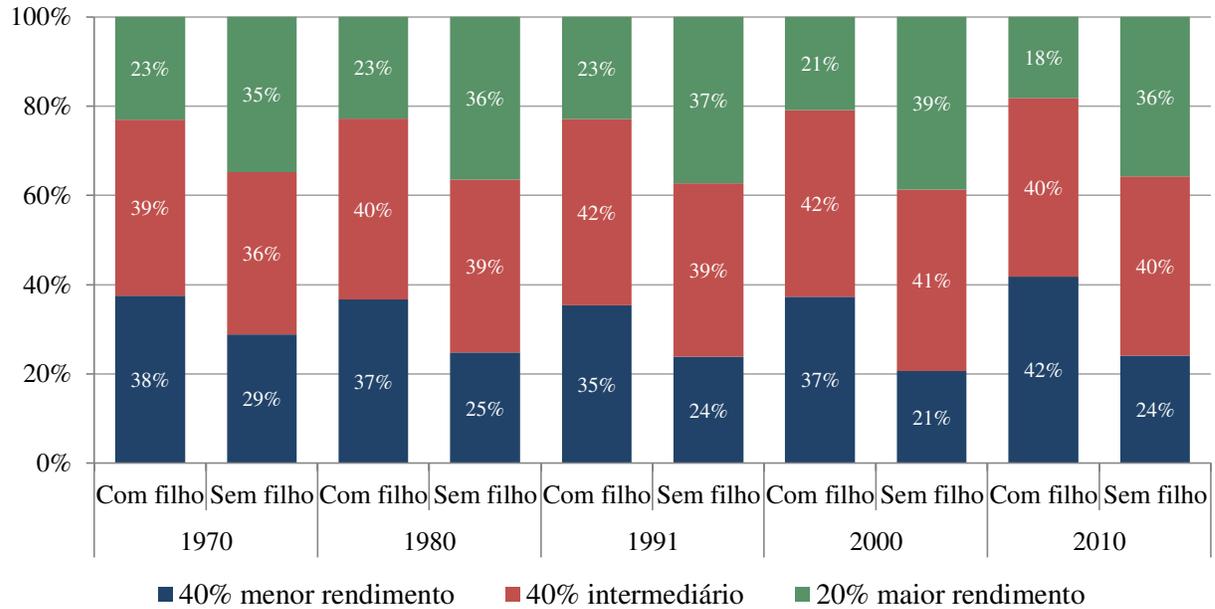
Renda³⁵

Mulheres e casais sem filhos também apresentam certa concentração nos estratos mais altos de renda, como apontam estudos nacionais e internacionais³⁶. As mulheres de 25 a 49 anos que não tiveram filhos até a data de referência dos Censos apresentam concentração ligeiramente superior no estrato mais alto de renda quando comparadas àquelas que tiveram filhos. Esta diferença, entretanto, não muda expressivamente ao longo das décadas analisadas (Figura 14).

³⁵ Neste capítulo a renda é trabalhada sob a perspectiva de escala de equivalência, cujos conceitos e justificativas estão disponíveis no Apêndice A – Fontes de dados e variáveis.

³⁶ Algumas referências sobre o assunto: Bloom e Pebley (1982); Abma e Martinez (2006); Cavenaghi e Alves (2013); Oliveira e Marcondes (2014); Meneghim e Oliveira (2016).

FIGURA 14 – Distribuição padronizada das mulheres de 25 a 49 anos por situação reprodutiva (com e sem filho) e grupo de renda. Brasil, 1970-2010

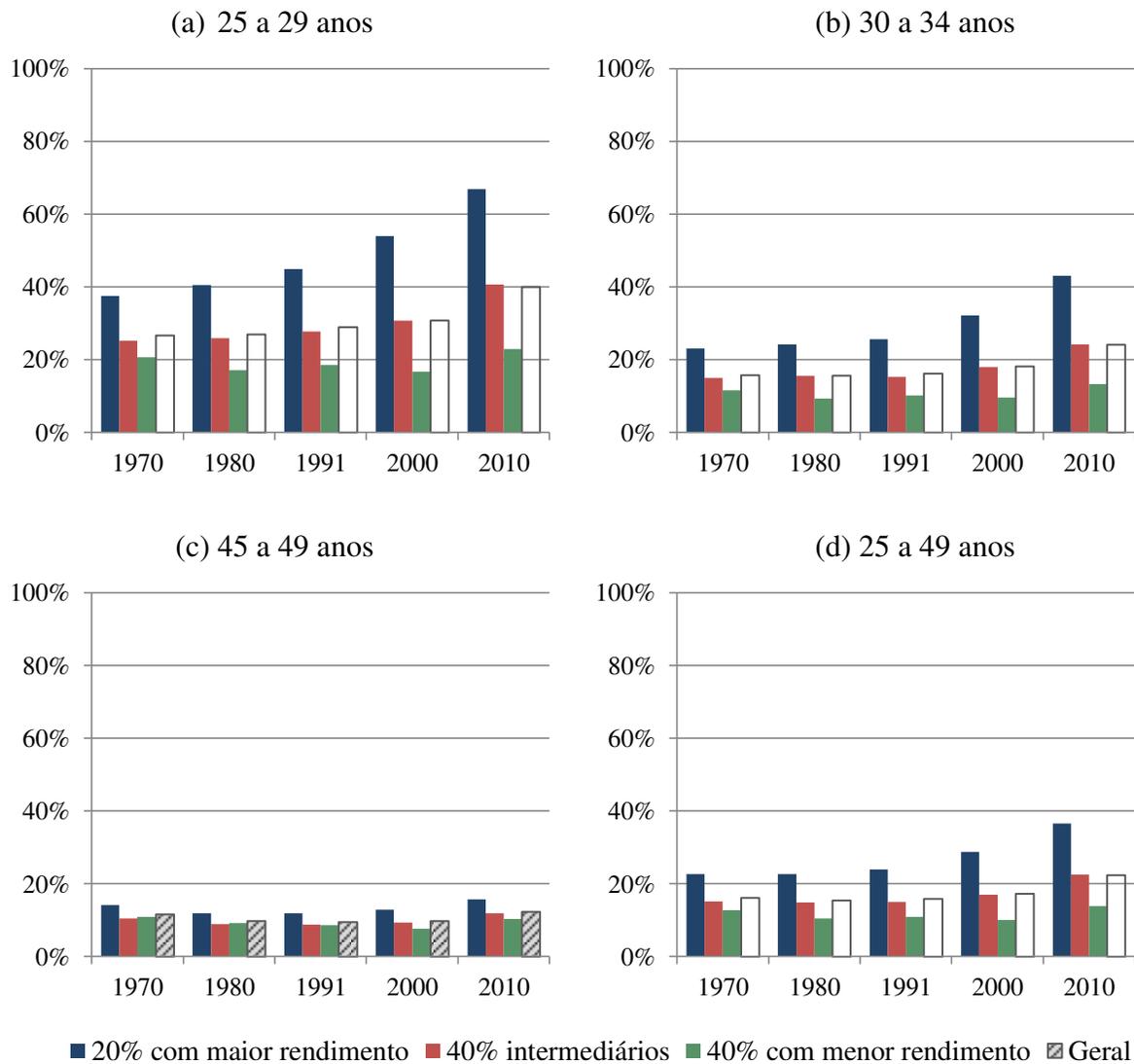


Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: A população-base da padronização é a população feminina total em 2010.

Sob a perspectiva de avaliar a ausência de filhos em cada grupo de renda, os dados corroboram a hipótese de que quanto mais alto o estrato de renda, maior será o percentual de mulheres sem filhos (Figura 15).

FIGURA 15³⁷ – Percentual de mulheres sem filhos por grupo de renda em grupos etários selecionados Brasil, 1970-2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos, os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

Entre as mulheres mais ricas, a ausência de filhos aumentou ao longo das décadas em todos os grupos etários analisados³⁸. Entre as mais pobres estes percentuais são oscilantes durante o período. Em 2010, quando o percentual geral salta, o mesmo movimento pode ser percebido com magnitude relativamente próxima em todos os grupos de renda, o que pode indicar que as

³⁷ Tabulações disponíveis no Apêndice B, Tabela B.5.

³⁸ A única exceção é no grupo etário de 45 a 49 anos em 1970, que possuía percentual mais próximo a 2010 que aos demais anos.

variáveis correlacionadas a esta devem ter uma participação mais importante para o aumento geral que a renda em si (Figura 15).

A diferença entre os grupos extremos de renda – 20% com maior rendimento e 40% com menor rendimento é notável. Entre as mulheres mais jovens com idade entre 25 e 34 anos, o percentual de mulheres sem filhos entre as mais ricas chega a ser três vezes maior que entre as mais pobres, com aumento ao longo das décadas estudadas. Por exemplo, em 2010 entre as mulheres de 25 a 29 anos no estrato mais alto de renda, quase 70% delas não haviam tido filhos; entre aquelas que pertenciam ao estrato mais baixo, apenas 23% das mulheres não tinham experimentado a maternidade. Esta diferença entre os extremos reduz-se consideravelmente entre as mulheres no fim do período reprodutivo, com idade entre 45 e 49 anos. O percentual de mulheres sem filhos entre as mais ricas é em média apenas 40% maior que entre as mais pobres (Figura 15). Este resultado indica que embora a ausência de filhos seja diferente entre os estratos de renda, esta variável parece ser mais importante ao se pensar a postergação da fecundidade que a ausência definitiva de filhos.

Guedes (2008) constata que em 2000 havia relação inversa entre presença de filhos e rendimentos para as mulheres de 20 a 39 anos. A única parturição a apresentar melhores distribuições salariais foi o segmento das mulheres sem filhos. Esta relação poderia ser explicada, para a autora, pelo processo de início de carreira e necessidade de grande investimento na vida profissional. No grupo de 40 a 49 anos, entretanto, a relação entre prole e salários das mulheres se inverte. A presença de filhos passa a estar positivamente relacionada com a proporção de mulheres mais bem remuneradas: as mulheres que têm crianças estariam em melhores condições que as sem filhos, com exceção daquelas que têm 3 ou mais filhos. Paulo (2014) estima, a partir de dados da PNAD de 2009, que as mulheres do 90º quantil de rendimento que adiaram a fecundidade apresentam um salário 3,8% maior do que entre aquelas que não adiaram. Assim, a postergação da maternidade atuaria como um prêmio no salário da mulher. O momento em que se concretiza a maternidade desta forma parece ser mais importante sobre os rendimentos das mulheres no mercado de trabalho do que propriamente ter ou não filhos em termos de efeitos negativos (GUEDES, 2008; PAULO, 2014).

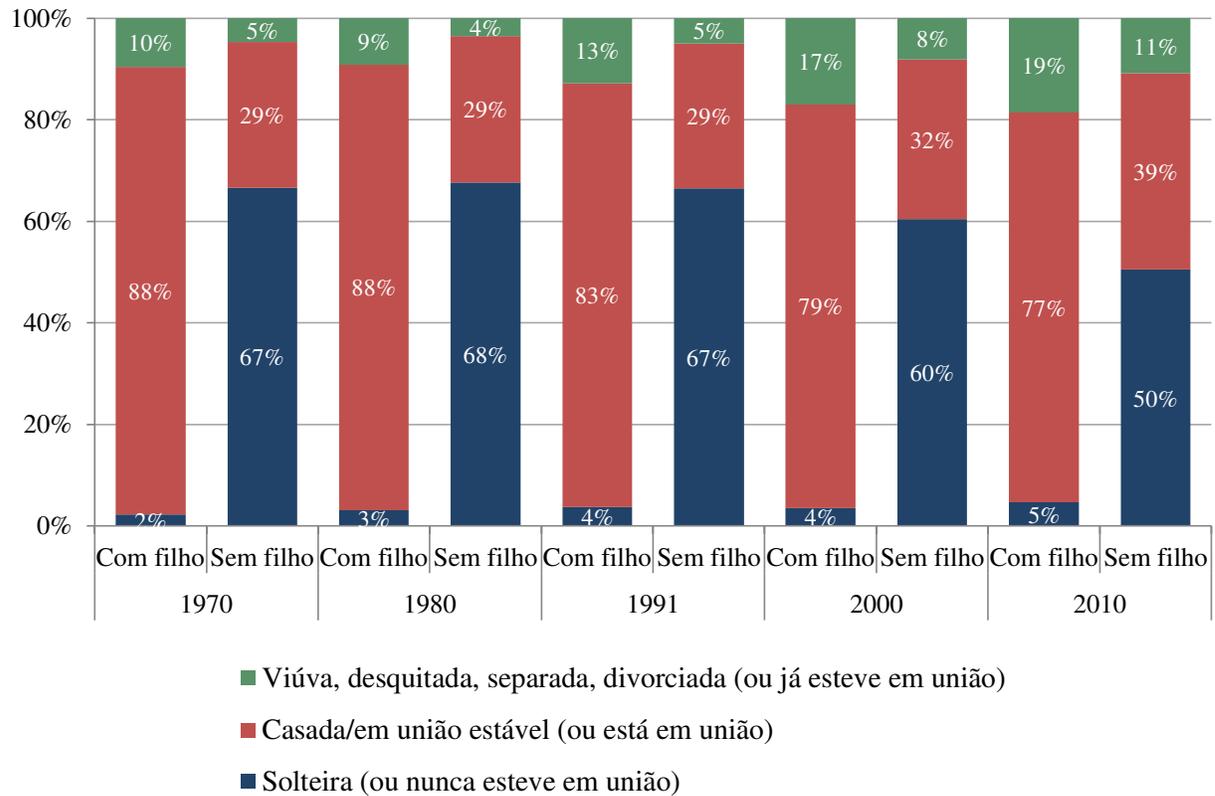
Nupcialidade

No que se refere à nupcialidade, a literatura é consoante: as mulheres que nunca se uniram têm chances muito maiores de nunca haver vivenciado a maternidade que aquelas que vivem ou viveram em união formal ou informal. Na Europa quanto maior a proporção de alguma vez casadas no país, menor é a proporção de mulheres sem filhos (MIETTINEN et al., 2015). No nível individual a probabilidade de não ter filhos é maior entre as mulheres nunca unidas. No Brasil entre as mulheres de 45 a 49 anos em 2010, aquelas que nunca se uniram tinham cerca de 30 vezes mais chance de não terem experimentado a maternidade do que aquelas estavam em união (CAVENAGHI; ALVES, 2013). Em 2000, entre mulheres de 50 a 59 anos, as chances eram mais de 80 vezes maiores (MENEUGHIM; OLIVEIRA, 2016).

A nupcialidade é sem dúvida a variável cuja distribuição é mais discrepante entre as mulheres que tiveram e as que não tiveram filhos. Enquanto que entre as primeiras há concentração na situação marital “casada/em união estável (ou está em união)”, entre as últimas a concentração é na categoria “solteira (ou nunca esteve em união)” no período de 1970 a 2010 entre mulheres de 25 a 49 anos. Pode-se notar também um aumento do percentual de mulheres viúvas, desquitadas, separadas e divorciadas em ambos os grupos³⁹. A redução de mulheres unidas formal ou informalmente entre as que tiveram filhos é, em sua maior parte, causada por este aumento no percentual de mulheres que estiveram em união e não estavam mais na data de referência dos Censos. O aumento de solteiras neste grupo é pequeno demais para impactar tão significativamente o percentual de unidas. Por outro lado, entre as mulheres sem filhos, a participação das unidas aumenta à medida que a das nunca unidas diminui. Em 2010 ocorre um salto importante: pela primeira vez nos 40 anos analisados, as mulheres nunca unidas representam apenas metade das mulheres sem filhos. Este número chegou a valores próximos a 70% até 1991.

³⁹ Para aprofundamento nesta questão, sugere-se a leitura do texto: Oliveira; Vieira e Marcondes (2015).

FIGURA 16 – Distribuição padronizada das mulheres de 25 a 49 anos por situação reprodutiva (com e sem filho) e situação marital. Brasil, 1970-2010

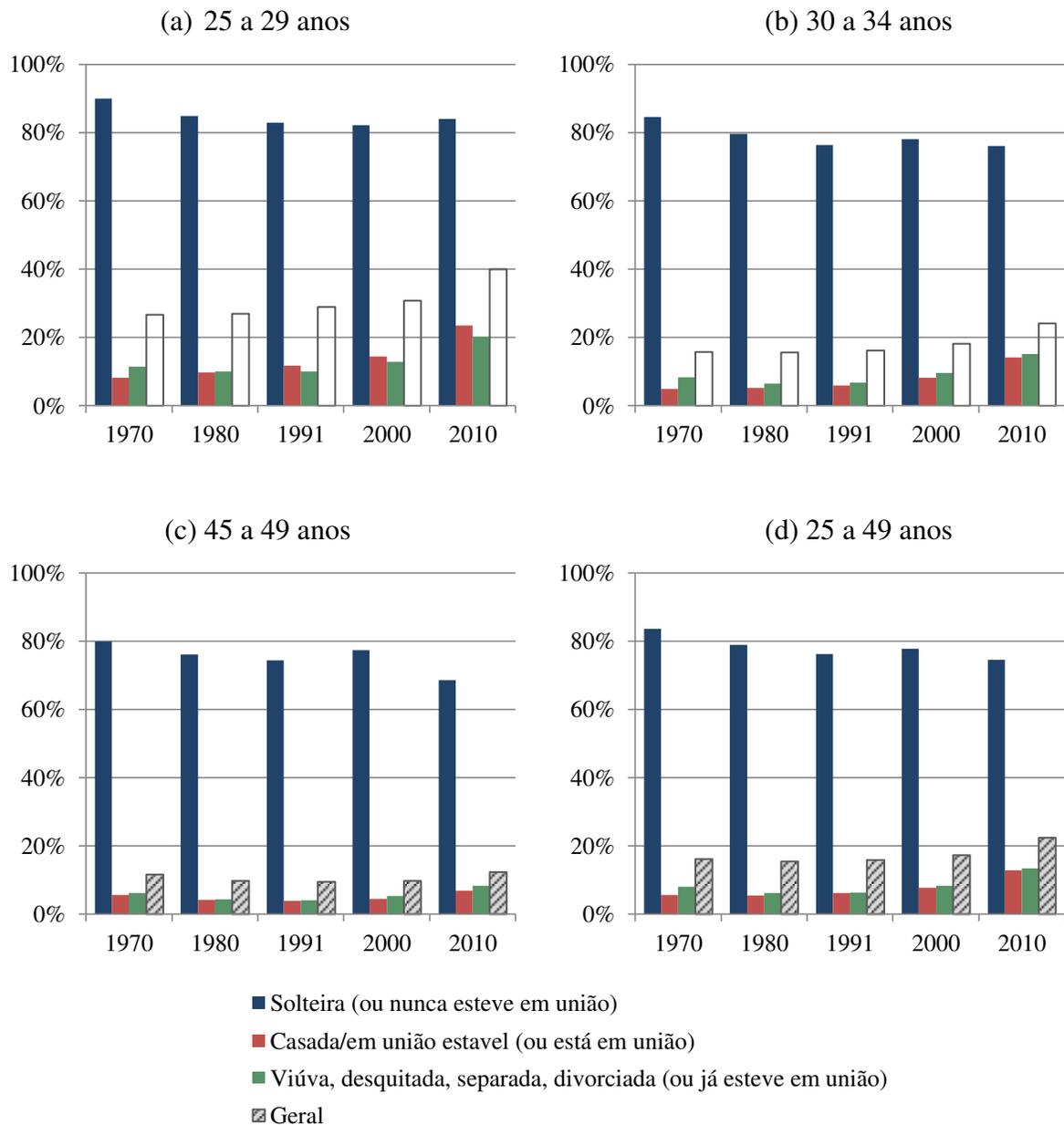


Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: A população-base da padronização é a população feminina total em 2010.

Quando se considera, sob outra perspectiva, o percentual de mulheres sem filhos em cada categoria, é possível observar em todos os grupos etários analisados, dois movimentos contrários, porém igualmente importantes. De um lado, ocorre a redução de ausência de filhos entre as mulheres que nunca se uniram e do outro o aumento do percentual de sem filhos entre as mulheres unidas ou que estiveram em união. Há um indicativo de que este aumento entre as mulheres unidas e alguma vez unidas responda por parte importante do aumento de 30% observado para o total da população feminina de 25 a 49 anos em 2010 (Figura 17). Enquanto que entre 2000 e 2010 houve redução no percentual de mulheres sem filhos entre as nunca unidas, o aumento da ausência de filhos entre as unidas ou alguma vez unidas variou de 57% a 73%. E sendo estas em média, mais de 85% da população feminina de 25 a 49 anos no período estudado, é esperado que este aumento gere um impacto grande no percentual geral.

FIGURA 17⁴⁰ – Percentual de mulheres sem filhos por situação marital em grupos etários selecionados Brasil, 1970-2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos, os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

Não se pode afirmar, entretanto, com análise univariada, que o aumento tenha sido causado por esta variável ou por variáveis correlacionadas a esta. De qualquer forma, contudo, pode-se visualizar que o Brasil esteja caminhando para uma mudança fundamental na relação

⁴⁰ Tabulações disponíveis no Apêndice B, Tabela B.6.

entre ausência de filhos e nupcialidade. Embora a situação marital ainda seja o que mais diferencia as chances de ter ou não filhos – o que reflete a importância da nupcialidade para o comportamento reprodutivo – esta condição parece ter menos importância com o passar das décadas e para as coortes mais jovens (CAVENAGHI; ALVES, 2013; MENEGHIM; OLIVEIRA, 2016). Pode-se figurar, ainda que de maneira muito suave dada a vasta diferença da ausência de filhos entre as mulheres unidas e nunca unidas, um ligeiro afrouxamento da relação entre união e reprodução: tanto mais mulheres nunca unidas têm filhos quanto mais mulheres unidas deixam de tê-los, ainda que temporariamente.

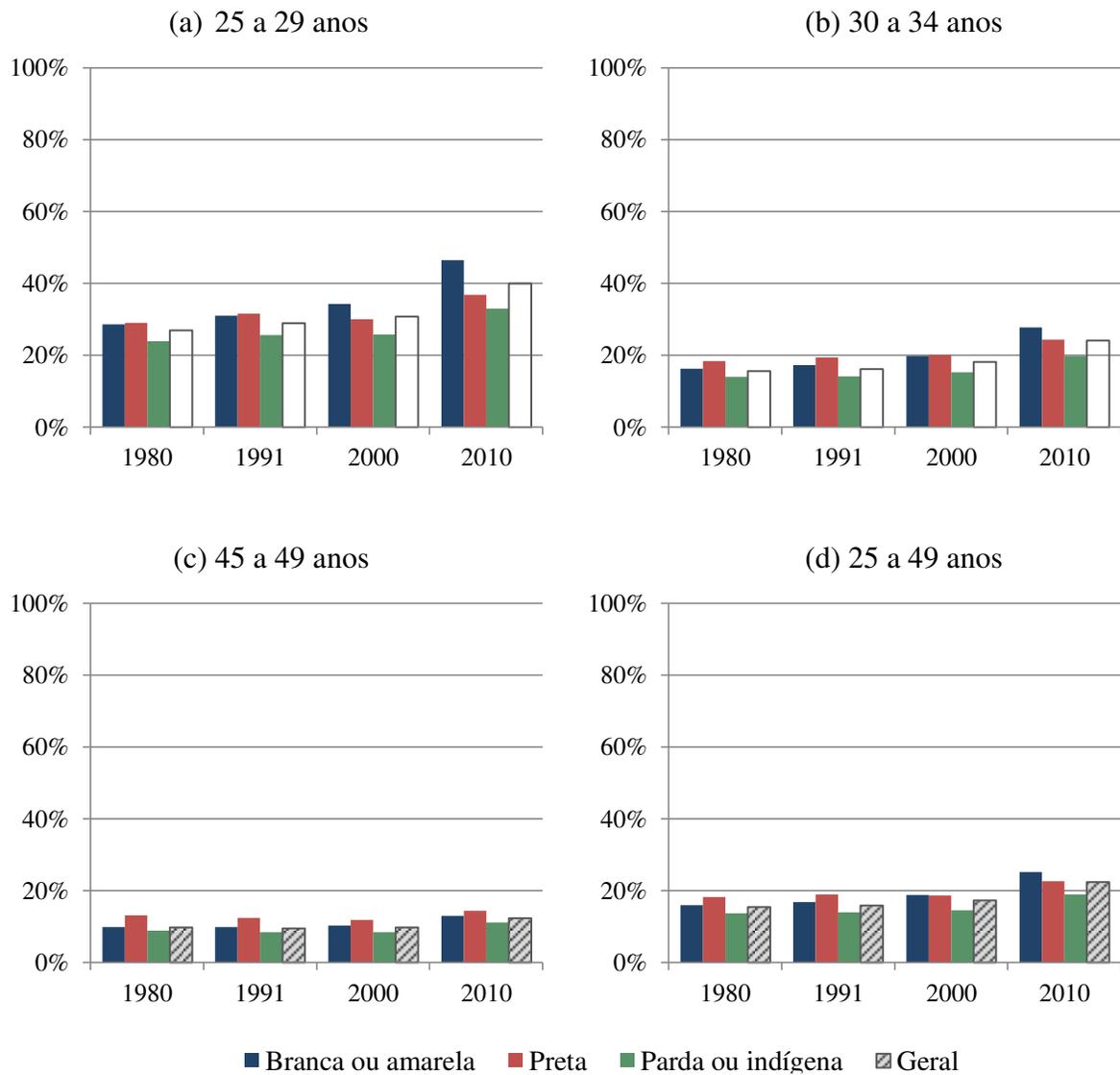
Cor ou raça

Cor ou raça é outra variável interessante ao se pensar a ausência de filhos. O percentual de mulheres sem filhos entre as categorias de cores ou raças não se diferenciam drasticamente no período (Figura 18).

As pardas ou indígenas apresentam sempre os menores percentuais de ausência de filhos, enquanto os maiores percentuais são em geral encontrados entre as pretas, com raras exceções entre as mulheres mais jovens. Estas exceções, no entanto, são importantes. Entre as mulheres de 25 a 29 anos, quando as mulheres pretas apresentam percentuais de ausência de filhos superiores às mulheres brancas em 1980 e 1991, este percentual não chega a ser nem 3% maior que o das brancas, isto é, pode-se dizer que na prática não há diferença importante. Porém, nos anos em que o percentual de ausência de filhos entre as brancas é maior que entre as pretas, em 2000 e 2010, o percentual é em média 20% maior (Figura 18)⁴¹.

⁴¹ Ambas as categorias apresentam aumento no percentual de mulheres sem filhos ao longo das décadas, porém este aumento é maior entre as brancas.

FIGURA 18^{42,43} – Percentual de mulheres sem filhos por cor ou raça em grupos etários selecionados Brasil, 1980-2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos, os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

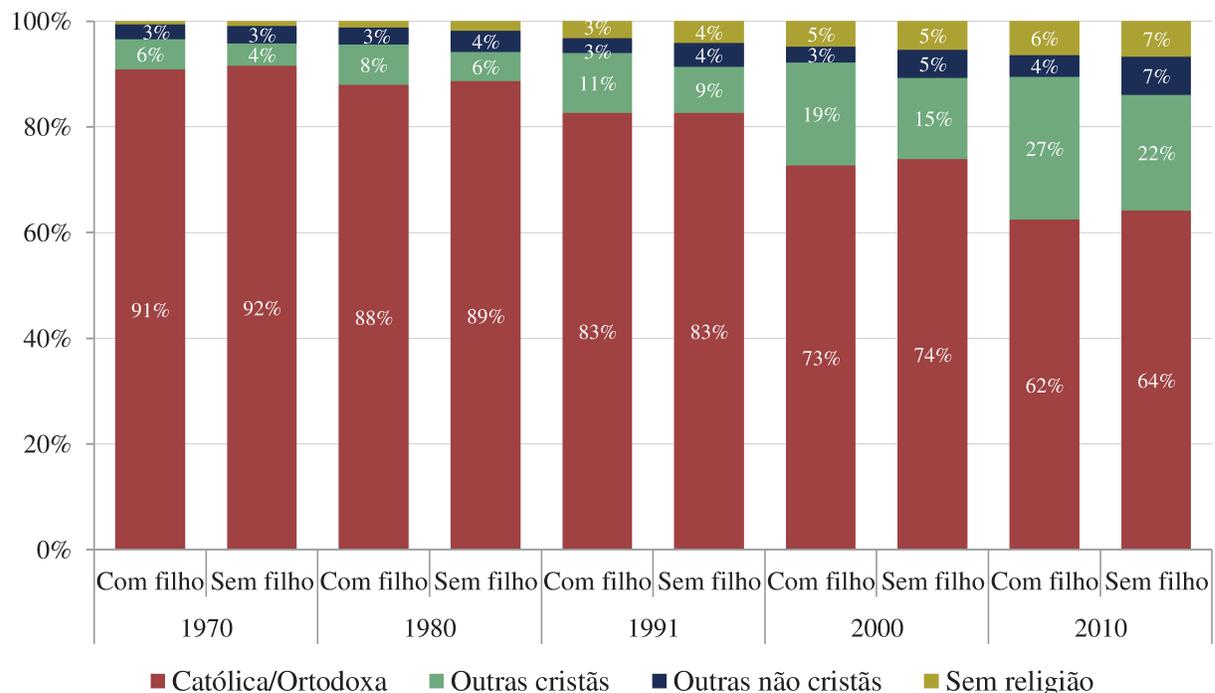
⁴² Tabulações disponíveis no Apêndice B, Tabela B.7.

⁴³ Este quesito está disponível somente nos Censos a partir de 1980.

Religião

A distribuição dos brasileiros por religião tem mudado de maneira importante nas últimas décadas⁴⁴. A partir da Figura 19 é possível observar que, em conformidade ao que ocorreu com a população em geral, entre as mulheres de 25 a 49 anos a religião católica perdeu espaço. Não há, apesar disso, diferença importante na declaração desta religião entre mulheres com e sem filhos. Neste mesmo período de 1970 a 2010, o aumento da concentração de mulheres que apontaram seguir outras religiões cristãs é maior entre aquelas que são mães que entre aquelas que não tiveram filhos. O contrário, porém, pode ser observado com as religiões não cristãs e entre aquelas que responderam que não tinham religião: há uma concentração ligeiramente maior destas respostas entre aquelas que não tiveram filhos. Desta forma, apesar de não ser uma diferença tão expressiva, é interessante observar que entre as mães a redução de católicas parece ter sido mais impactada pelo aumento da participação de outras religiões cristãs que entre as mulheres sem filhos, para as quais uma parcela importante desta redução poderia ser atribuída às religiões não cristãs e declaração de não ter religião.

FIGURA 19 – Distribuição padronizada das mulheres de 25 a 49 anos por situação reprodutiva (com e sem filho) e religião. Brasil, 1970-2010



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

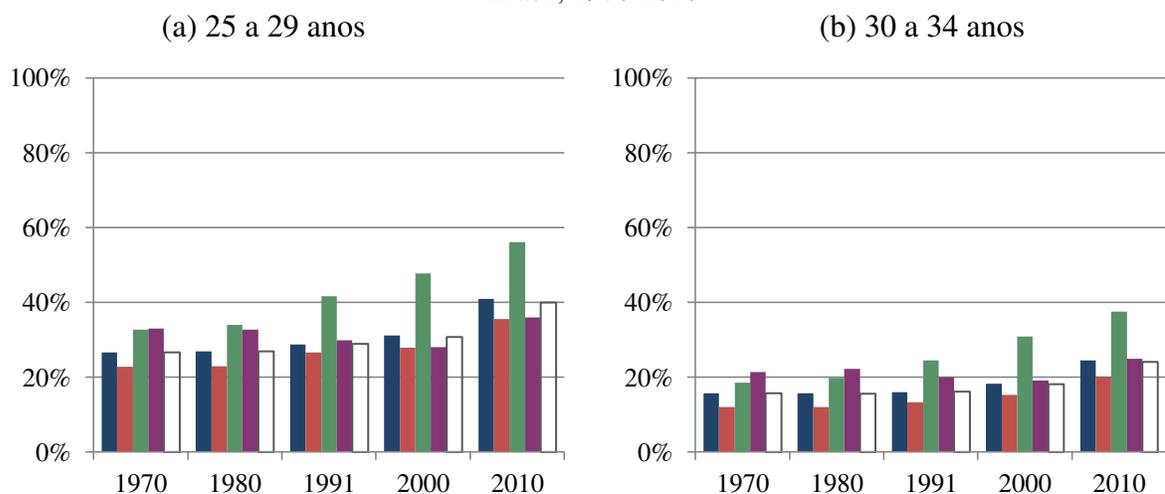
Nota: A população-base da padronização é a população feminina total em 2010.

⁴⁴ Para aprofundamento nesta questão, sugere-se a leitura do texto: Almeida e Barbosa (2015).

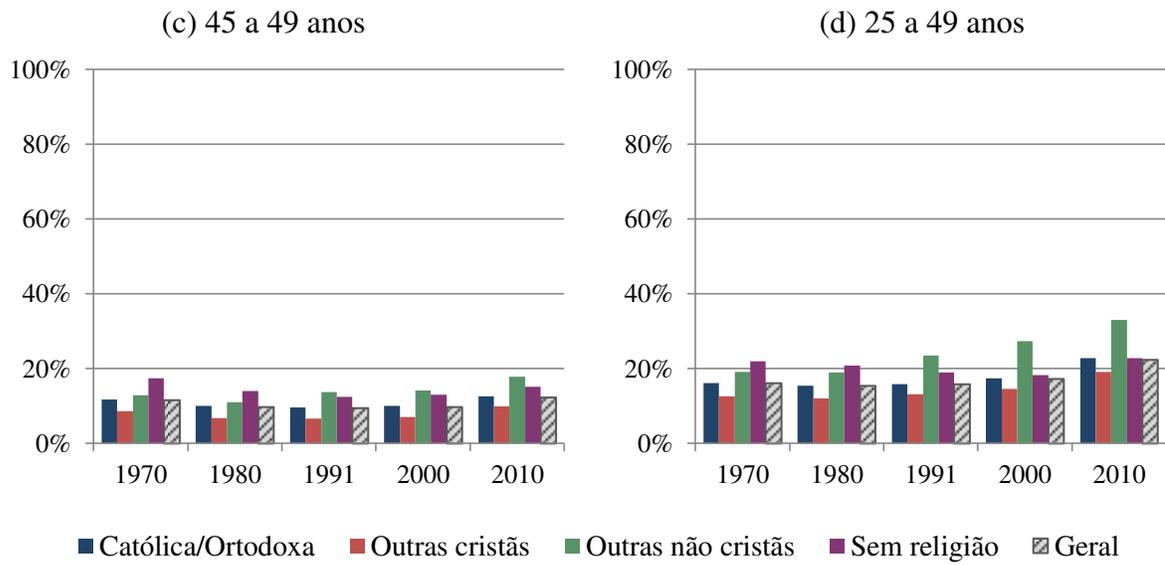
A partir da Figura 20 observa-se que durante o período de 1970 a 2010 houve aumento no percentual de mulheres de 25 a 34 anos sem filhos entre as católicas, com o maior salto registrado em 2000 e 2010, de mais de 30%. Por outro lado, entre as mulheres mais velhas, de 45 a 49 anos, o percentual de ausência de filhos foi oscilante neste período de 40 anos. O aumento observado entre as mais jovens entre 2000 e 2010 na religião católica, porém, foi também observado entre as mais velhas. Dada a grande participação desta religião na distribuição desta variável, era esperado que a curva desta religião e a curva geral fossem bastante próximas.

Os menores percentuais de ausência de filhos em todos os grupos etários durante todo o período pertencem às mulheres de outras religiões cristãs. Os maiores percentuais, por sua vez, dividem-se entre as mulheres sem religião e as mulheres de religiões não cristãs. Em 1970 e 1980 destacam-se as primeiras e a partir de 1991 as últimas. Entre as mulheres de religiões não cristãs ocorre uma mudança singular: a partir de 1991 o percentual de sem filhos entre as mulheres que praticam alguma religião não cristã se afasta drasticamente das demais categorias. Em 2010, 33% das mulheres de 25 a 49 anos desta categoria não tinham filhos e este número é quase 50% maior que a média geral para este ano (Figura 20). O impacto deste aumento não é tão sentido nos percentuais gerais devido à pequena participação deste grupo no total da população, embora seja crescente nas últimas décadas.

FIGURA 20⁴⁵ – Percentual de mulheres sem filhos por religião em grupos etários selecionados Brasil, 1970-2010



⁴⁵ Tabulações disponíveis no Apêndice B, Tabela B.8.



Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos, os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

Com base nos resultados apresentados acima, a próxima seção aprofunda a investigação da relação entre ausência de filhos e características socioeconômicas e demográficas a partir do ajuste de modelos de regressão logística. O intuito é verificar, de maneira isolada, o efeito destas características sobre a chance de uma mulher não ter filhos. As mudanças temporais, assim como nesta seção, são parte importante desta avaliação.

2.3. Qual é o impacto das características socioeconômicas e demográficas sobre a chance de uma mulher não ter filhos?

Esta seção tem como objetivo explorar o efeito das características socioeconômicas e demográficas sobre a chance de uma mulher não ter filhos, com a perspectiva temporal adotada na seção anterior. Para buscar responder a esta questão, são aplicados modelos de regressão logística binários nos dados censitários de 1970 a 2010. Assim como na seção anterior, nesta seção também são avaliados três grupos etários extremos e representativos: os das mulheres de 25 a 29, de 30 a 34 e de 45 a 49 anos. Os dois primeiros como *proxy* da ausência temporária de filhos e o último como *proxy* da ausência definitiva de filhos.

Com os modelos de regressão logística binários é possível explorar como a chance de não ter filhos se altera de acordo com as características socioeconômicas e demográficas das

mulheres⁴⁶. A razão de chances, resultado de mais fácil interpretação da modelagem, indica em quanto muda a chance de uma mulher não ter filhos por pertencer a uma categoria diferente da categoria de referência em uma das variáveis, considerando que todas as demais características econômicas e demográficas incluídas no modelo se mantenham constantes. Desta forma, é possível isolar o efeito das demais variáveis sobre as mudanças observadas nas análises exploratórias realizadas na seção 2.2.

A partir das análises previamente realizadas e da literatura já existente sobre o tema, é possível elencar as variáveis mais promissoras para a exploração do objetivo deste capítulo. As características socioeconômicas e demográficas que possam indicar maior impacto na ausência de filhos são situação marital, escolaridade, renda e situação laboral. São estas as variáveis que apresentam os maiores percentuais de ausência de filhos e também as maiores diferenças entre as categorias.

O método utilizado para a seleção das variáveis dos modelos foi o *stepwise*. Nele, após o ajuste do modelo apenas com o intercepto, as variáveis com maior correlação com a variável resposta são incluídas uma a uma. A cada nova inclusão, todas as variáveis são reavaliadas e podem ser excluídas se não forem estatisticamente significativas no novo modelo. Na construção dos modelos a partir deste método, a situação marital foi a primeira variável a ser incluída em todos os grupos etários e em todos os anos censitários, ou seja, é a variável que apresenta a relação mais forte com a ausência de filhos. Este resultado é bastante coerente com o resultado da análise descritiva, que indicou esta variável como a que mais separava as mulheres que tinham e as que não tinham filhos e também a que apresentava os percentuais de ausência de filhos mais afastados entre as categorias.

A partir da inclusão da segunda variável, sua avaliação é feita em relação às variáveis incluídas anteriormente, ou seja, controlada por estas. Nos 15 modelos ajustados, após a variável de situação marital ter sido incluída, apenas duas variáveis ocuparam a segunda posição na ordem de inclusão nos modelos: as variáveis de escolaridade e de grupo de renda. Entre as mulheres de

⁴⁶ Nenhum dos modelos ajustados apresenta grande qualidade de ajuste (resultados insatisfatórios nos testes de Pearson e de Hosmer e Lemeshow) ou grande poder de predição (percentuais de predição correta disponíveis na Tabela C.1). Como o intuito deste modelo não é realizar predições, mas apenas compreender a relação entre as variáveis, estes resultados se tornam menos preocupantes. O ideal seria trabalhar com um modelo que tivesse uma boa capacidade de prever a ausência de filhos, porém muitos dos fatores que devem estar associados a esta condição podem ser de difícil mensuração e inclusão em um modelo estatístico. Ainda que se reconheça a fragilidade dos modelos construídos, os resultados obtidos para as razões de chance são muito importantes para o avanço na discussão deste capítulo.

25 a 29 anos em 1970 e 1980, a renda se mostra mais relacionada à ausência de filhos do que a escolaridade, porém a situação se inverte a partir de 1991. De 30 a 34 anos apenas em 1991 a escolaridade é incluída antes da renda. Nos demais anos a renda é a segunda variável a ser incluída no modelo. Para as mulheres mais velhas, com exceção de 1970, a escolaridade é indicada como a segunda variável mais importante para a ausência de filhos. Neste grupo etário em particular a renda parece ser muito menos importante do que nos demais grupos etários, uma vez que na maioria dos anos ela passa a ser incorporada no modelo apenas após a inclusão de outras quatro variáveis anteriormente. Isto também é coerente com a análise feita na seção anterior, em que a renda era apontada como mais relacionada à ausência de filhos entre as mulheres mais jovens que entre as mais velhas.

A situação laboral, ao contrário do que era esperado a partir dos resultados das análises exploratórias, não se mostra como uma das principais variáveis para a ausência de filhos quando está controlada pelas variáveis mencionadas anteriormente. Quanto mais velhas as mulheres, mais esta variável demora a ser incluída no modelo.

Desta forma, assim como a indicação da análise exploratória e da literatura sobre o tema, nupcialidade e escolaridade se apresentam como as variáveis mais relacionadas à ausência de filhos. A renda pode ser incluída neste grupo apenas para as mulheres mais jovens, até 34 anos. Para as mais velhas a renda não parece ser tão relevante.

Com a análise dos resultados dos modelos⁴⁷, a partir das razões de chance, esta ideia se reforça. A situação marital, como esperado, é a variável que mais impacta a situação reprodutiva da mulher (Tabela 2). Entre as mulheres mais jovens de 25 a 29 anos, a chance de uma mulher que nunca esteve em união não ter filhos, controlada pelas demais variáveis do modelo, chega a ser 127 vezes maior do que a de uma mulher que está em união. Isto ocorre em 1970 com a coorte de mulheres nascidas entre 1941 e 1945⁴⁸. Esta razão de chance se reduz drástica e gradualmente ao longo do período analisado. Em 2010, que compreende a coorte nascida entre 1981 e 1985, a chance de não ter filhos para as mulheres que nunca estiveram em união é apenas 17 vezes maior que a chance de uma mulher unida.

⁴⁷ Para facilidade de leitura os resultados são apresentados individualmente: uma tabela para cada variável no decorrer na análise. A tabela com o resultado geral do modelo, isto é, com todas as variáveis juntas, está disponível no Apêndice C, Tabela C.1.

⁴⁸ Neste ano não há variável de cor ou raça e, por isso, não foi incluída neste Censo. Se esta variável tivesse sido incluída, este resultado poderia ser diferente. Porém dificilmente seria menor do que foi estimado para os demais anos, já que a redução desta razão de chance parece ser gradativa no período.

Situação semelhante é vivenciada entre as mulheres de 30 a 34 anos. Entre estas, de 2000 para 2010 –coortes de mulheres nascidas de 1966 a 1970 e de 1976 a 1980, respectivamente – a chance de uma mulher nunca unida não ter filho quando comparada a uma mulher unida, controladas as demais variáveis, cai pela metade: passa de 43 para 21 vezes maior. Entre as mulheres mais velhas de 45 a 49 anos, a situação é ligeiramente diferente. As razões de chances se mantêm bastante próximas entre 1970 e 2000 – em torno de 67. Apenas em 2010 – coorte de mulheres nascidas entre 1961 e 1965, ocorre uma redução importante: passa a ser apenas 30 vezes maior, menos da metade do experimentado pela coorte anterior.

Estes resultados reforçam a ideia apresentada na seção anterior de que o Brasil pode estar vivenciando um ligeiro afrouxamento da relação entre a união e reprodução. Ela é inegavelmente a mais forte entre todas as relações, mas certamente tem perdido importância entre as coortes mais jovens.

TABELA 2 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de situação marital nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	Solteira (nunca esteve em união)x Casada (ou está em união)	Viúva, desquitada, separada, divorciada (ou já esteve em união)x Casada (ou está em união)
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	127,62	2,11
	1980 (coorte 1951-1955)	55,85	1,07
	1991 (coorte 1962-1966)	38,83	0,90
	2000 (coorte 1971-1975)	26,85	0,96
	2010 (coorte 1981-1985)	16,84	1,00*
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	133,62	2,49
	1980 (coorte 1946-1950)	76,80	1,40
	1991 (coorte 1957-1961)	56,79	1,28
	2000 (coorte 1966-1970)	42,57	1,33
	2010 (coorte 1976-1980)	21,22	1,34
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	63,60	1,13
	1980 (coorte 1931-1935)	69,38	1,04*
	1991 (coorte 1942-1946)	67,21	1,02*
	2000 (coorte 1951-1955)	70,71	1,23
	2010 (coorte 1961-1965)	29,66	1,29

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: * indica categoria não significativa com nível de confiança de 95% (Wald).

Ainda que nenhuma outra variável apresente um aumento tão grande na chance de não ter filhos em uma categoria quando comparada à categoria de referência, outras características socioeconômicas e demográficas também se mostram bastante importantes. Os dois maiores destaques, como apontado anteriormente, são escolaridade e renda.

Para a escolaridade, reforça-se que quanto maior o nível de instrução, maior a chance de não ter filhos (Tabela 3). Completar o ensino fundamental ou iniciar o ensino médio aumenta em média em 30% a chance de não ter filhos em relação a não ter instrução ou não ter completado o ensino fundamental, controladas as demais variáveis do modelo. Ter ensino médio completo ou superior incompleto chega a dobrar a chance de não ter filhos entre as mulheres mais jovens de 25 a 29 anos. O mesmo não ocorre entre as mulheres de 30 a 34 anos e entre as mulheres de 45 a 49 anos. Para estas há aumento de 39% a 93% na chance de não ter filhos. Apenas em 1970 a chance foi duas vezes maior para as mulheres que finalizaram o ensino médio ou iniciaram o ensino superior.

TABELA 3 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de nível de instrução nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	Fundamental completo e médio incompleto x Sem instrução e fundamental incompleto	Médio completo e superior incompleto x Sem instrução e fundamental incompleto	Superior completo x Sem instrução e fundamental incompleto
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	1,48	3,20	3,97
	1980 (coorte 1951-1955)	1,17	1,64	2,35
	1991 (coorte 1962-1966)	1,33	2,21	3,81
	2000 (coorte 1971-1975)	1,43	2,62	4,27
	2010 (coorte 1981-1985)	1,29	2,39	4,96
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	1,25	2,08	2,53
	1980 (coorte 1946-1950)	1,19	1,48	2,08
	1991 (coorte 1957-1961)	1,14	1,77	2,84
	2000 (coorte 1966-1970)	1,18	1,93	3,18
	2010 (coorte 1976-1980)	1,21	1,88	3,38
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	1,47	2,03	2,23
	1980 (coorte 1931-1935)	1,48	1,83	2,51
	1991 (coorte 1942-1946)	1,31	1,90	2,69
	2000 (coorte 1951-1955)	1,13	1,67	2,33
	2010 (coorte 1961-1965)	1,12	1,39	2,14

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

As maiores diferenças, porém, podem ser observadas entre as mulheres com ensino superior. O mesmo ocorre para a América Latina em geral, onde as mulheres de 20 a 49 anos com este nível de instrução teriam chances até quatro vezes maiores de não ter filhos do que aquelas sem estudo ou com fundamental incompleto em 2006 (ROSETO-BIXBY; CASTRO-MARTÍN; MARTÍN-GARCIA, 2009). No Brasil, entre as mulheres de 25 a 29 anos, controladas as demais variáveis, a chance que uma mulher com ensino superior não tenha filhos chega a ser cinco vezes maior que entre as mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Isto ocorre em 2010 na coorte mais jovem considerada neste estudo, das mulheres nascidas entre 1981 e 1985. Em 1980 a chance de não ter filhos era apenas 2,5 vezes maior: ou seja, dobrou em 30 anos. Em 1970, que considera as mulheres nascidas entre 1941 e 1945, a razão de chance se assemelhava à estimada em 2000 para as mulheres nascidas entre 1971 e 1975.

Entre as mulheres de 30 a 34 anos as razões de chance crescem para esta categoria com o passar das décadas, com exceção de 1970. O ritmo, porém, é muito mais lento do que se

observa no grupo etário anterior. Para as mulheres de 30 a 34 anos com ensino superior as chances de não ter filhos são em torno de 3 vezes maior do que para as mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto.

Para as mulheres mais velhas as razões de chances não mudam muito ao longo do período analisado. A chance de uma mulher de 45 a 49 anos com ensino superior completo não ter filho é em média 2,4 vezes maior que a chance de uma mulher que não tem instrução ou não finalizou o ensino fundamental. Assim, conforme esperado, a escolaridade se apresenta como uma variável importante para analisar a ausência de filhos.

A variável de renda atua mais fortemente entre as mulheres mais jovens de 25 a 34 anos do que entre as mais velhas (Tabela 4). Entre as mulheres mais jovens, a chance de uma mulher que pertence ao grupo dos 20% com maior rendimento não ter filhos chega a ser mais de cinco vezes maior do que no grupo com 40% menor rendimento. Entre as mais velhas este valor não ultrapassa os 73%. Ambas as razões de chances foram observadas em 1970. Para os três grupos etários analisados, as razões de chances se reduzem com o passar das décadas, porém a partir de 1991 não se distanciam tanto. Entre as mais jovens mantêm-se próximas da média de 3,3 vezes maior entre as mais ricas quando comparadas às mais pobres; e entre as mais velhas varia de 13% a 47% maior nos anos consecutivos. Neste mesmo sentido, Cavenaghi e Alves (2013) a partir de uma classificação diferente da renda – com base na renda per capita –, encontraram que mulheres de 45 a 49 anos que viviam em domicílios com 5 ou mais salários mínimos per capita em 2010 tinham quase três vezes mais chance de que não tivessem filhos do que as mulheres com menos de um quarto de salário mínimo. No grupo etário de 30 a 34 anos a chance chega a ser quase 12 vezes maior no estrato mais alto, quando comparado ao estrato mais baixo de renda considerado no estudo. Os resultados reforçam mais uma vez que a renda deve ser mais importante ao se pensar a ausência temporária de filhos do que a ausência definitiva.

TABELA 4 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de renda nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	40% intermediários x40% com menor rendimento	20% com maior rendimento x40% com menor rendimento
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	2,54	5,37
	1980 (coorte 1951-1955)	1,95	4,37
	1991 (coorte 1962-1966)	1,61	3,14
	2000 (coorte 1971-1975)	1,75	3,53
	2010 (coorte 1981-1985)	1,78	3,52
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	2,57	5,26
	1980 (coorte 1946-1950)	2,12	4,16
	1991 (coorte 1957-1961)	1,62	3,04
	2000 (coorte 1966-1970)	1,74	3,42
	2010 (coorte 1976-1980)	1,85	3,53
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	1,32	1,73
	1980 (coorte 1931-1935)	1,14	1,37
	1991 (coorte 1942-1946)	1,01	1,13
	2000 (coorte 1951-1955)	1,11	1,32
	2010 (coorte 1961-1965)	1,17	1,47

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

As demais variáveis apresentam razões de chances menores do que as observadas para as três características anteriormente apresentadas: situação marital, escolaridade e renda. Ainda que a comparação entre as categorias das variáveis não registre diferenças tão acentuadas entre elas, estes resultados são importantes na análise.

Para as regiões geográficas é possível observar que as razões de chance tornam-se menores com o passar das décadas (Tabela 5). Enquanto que em 1970 uma mulher de 25 a 29 anos que vivia na Região Nordeste tinha 2,2 vezes mais chance de não ter filhos do que uma que vivia na Região Norte, em 2010 a chance é apenas 40% maior. As demais regiões embora também apresentem diminuição, manifestam ritmo muito mais lento. Além disso, a diferença entre as regiões também diminui no período. Para as mulheres de 25 a 34 anos em 2010 não há diferença tão grande entre as regiões, controladas as demais variáveis. À exceção da Região Centro-Oeste + TO, as razões de chances das demais regiões variam de 17% a 41% em relação à Região Norte. A Região Centro-Oeste + TO é a única que se reduz a ponto de que em 2010 apresente chance de ausência de filhos menor ou igual à Região Norte. Todas as demais, embora

diminuem as diferenças, ainda se mantêm com uma chance maior de ausência de filhos que a Região Norte.

As chances de uma mulher não ter filhos, em relação a uma que vive na Região Norte, é sempre maior para a Região Nordeste que para a Região Sudeste entre as mais jovens, controlada as demais variáveis. Entre as mulheres de 25 a 29 anos em 2010, as chances não se diferenciam tanto entre as Regiões Nordeste, Sudeste e Sul, embora a primeira seja ligeiramente maior. Entre as mulheres de 30 a 34 anos a semelhança fica entre Nordeste e Sudeste, com razão de chances pouco menor para a Região Sul. Entre as mulheres mais velhas, por outro, desde 1980 a Região Sudeste é a que apresenta a maior chance de ausência de filhos, controladas as demais variáveis. Mesmo com a redução generalizada de 1970 a 2010 – com altos e baixos no período, a Região Sudeste mantém-se sempre com a maior chance de ausência de filhos quando comparada à Região Norte.

TABELA 5 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de região geográfica nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	Região Nordeste x Região Norte	Região Sudeste x Região Norte	Região Sul x Região Norte	Região Centro-Oeste + TO x Região Norte
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	2,22	1,73	1,56	1,60
	1980 (coorte 1951-1955)	1,94	1,74	1,64	1,31
	1991 (coorte 1962-1966)	1,75	1,73	1,64	1,13
	2000 (coorte 1971-1975)	1,63	1,48	1,45	1,05
	2010 (coorte 1981-1985)	1,41	1,31	1,31	0,98*
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	2,29	1,75	1,52	1,63
	1980 (coorte 1946-1950)	2,02	1,81	1,62	1,40
	1991 (coorte 1957-1961)	1,97	1,88	1,69	1,23
	2000 (coorte 1966-1970)	1,56	1,53	1,37	1,01*
	2010 (coorte 1976-1980)	1,33	1,33	1,17	0,94
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	1,73	1,63	1,34	1,54
	1980 (coorte 1931-1935)	1,96	1,95	1,60	1,58
	1991 (coorte 1942-1946)	2,08	2,22	1,87	1,60
	2000 (coorte 1951-1955)	1,49	1,65	1,45	1,17
	2010 (coorte 1961-1965)	1,23	1,43	1,09	0,95*

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: * indica categoria não significativa com nível de confiança de 95% (Wald).

Como o modelo está controlado por diversas características socioeconômicas e demográficas e, ainda assim, as regiões apresentam diferenças importantes entre si no que diz respeito à chance de uma mulher não ter filho, isso significa que são fatores externos ao modelo que afetam esta variável. Elementos como migração, acesso à escolarização e a meios contraceptivos e até mesmo as diferenças sociais e culturais entre as regiões podem impactar a ausência de filhos.

Encontrar significância estatística quando se trabalha com bases de dados tão grandes como as utilizadas neste trabalho pode não significar que as categorias tenham diferenças realmente relevantes entre si, uma vez que o poder do teste gerado por amostras grandes reconhece que mesmo diferenças muito pequenas são significativas. Embora seja estatisticamente significativa uma diferença de 5% na chance de não ter filhos nos modelos ajustados, por exemplo, interpretativamente este resultado não diz muito. Avaliar a significância interpretativa além da estatística se faz, portanto, fundamental.

Na variável de religião algumas categorias não apresentaram significância estatística nos modelos (Tabela 6). Isto quer dizer que não há evidência de que exista diferença nas chances de uma mulher não ter filhos se ela pertence à religião de referência – no caso, Católica/Ortodoxa – ou à categoria da variável de religião em questão. E ainda que haja significância estatística, muitas delas não têm significância interpretativa, uma vez que as chances são no máximo 10% maiores ou menores do que entre as católicas. Este é o caso das outras religiões cristãs entre as mulheres mais jovens de 25 a 34 anos. Ainda que a análise descritiva indicasse que estas mulheres tinham um percentual menor de ausência de filhos que as católicas, ao se controlar pelas demais variáveis, não se observa diferença importante entre elas. Entre as mais velhas, entretanto, a chance de uma mulher pertencente a esta categoria não ter filhos é sempre menor que a das católicas, cerca de 15% em todos os períodos, em média.

A situação para as mulheres de outras religiões não cristãs em todos os grupos etários é parecida com o que se observa para as mulheres mais jovens de outras religiões cristãs. Para as mais jovens de 25 a 29 anos, e para as mais velhas de 45 a 49 anos, apenas em 2010 elas se diferenciam ligeiramente das católicas, com chance 15% e 18% maior de não terem filhos, respectivamente. Para as mulheres de 30 a 34 anos, elas começam a se afastar em 2000, com razões de chance de 17% e 24% em 2000 e 2010, respectivamente. Nos anos anteriores, não há diferença importante entre elas. Este aumento nas chances em décadas mais recentes é coerente

com as análises descritivas da seção anterior, que apresentava um aumento importante da ausência de filhos entre as mulheres de outras religiões não cristãs. Mesmo controlada pelas demais variáveis, esta categoria realmente apresenta um aumento na chance de ausência de filhos no período.

TABELA 6 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de religião nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	Outras cristãs x Católica/Ortodoxa	Outras não cristãs x Católica/Ortodoxa	Sem religião x Católica/Ortodoxa
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	0,98*	1,02*	0,71
	1980 (coorte 1951-1955)	0,99*	0,95	0,84
	1991 (coorte 1962-1966)	1,05	0,91	0,93
	2000 (coorte 1971-1975)	1,06	1,04	0,94
	2010 (coorte 1981-1985)	1,01*	1,15	1,01*
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	0,90	1,02*	0,85
	1980 (coorte 1946-1950)	0,96	0,94	0,93
	1991 (coorte 1957-1961)	1,01*	0,96*	1,05
	2000 (coorte 1966-1970)	0,98*	1,17	1,09
	2010 (coorte 1976-1980)	0,95	1,24	1,19
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	0,85	1,01*	1,05*
	1980 (coorte 1931-1935)	0,87	0,95	1,12
	1991 (coorte 1942-1946)	0,84	1,05*	1,00*
	2000 (coorte 1951-1955)	0,85	1,10	1,27
	2010 (coorte 1961-1965)	0,88	1,18	1,18

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota: * indica categoria não significativa com nível de confiança de 95% (Wald).

As mulheres sem religião que têm de 25 a 29 anos apresentam sempre chances de não ter filhos menores ou iguais às católicas. Este resultado é inesperado com base na análise descritiva da seção anterior, que apresentava percentual de ausência de filhos maior nesta categoria. Entre as mulheres de 30 a 34 anos, a relação entre as católicas e as sem religião se inverte. Até 1980, a chance de uma mulher sem religião não ter filhos era menor que a de uma mulher católica, controladas as demais variáveis. A partir de 1980 a chance passa a ser maior e crescente ao longo das décadas. Em 2010 a chance é 20% maior. Entre as mais velhas de 45 a 49 anos a chance de uma mulher sem religião não ter filhos é sempre igual ou maior à chance de uma mulher católica. Em décadas mais recentes as chances chegam a ser 27% e 18% maiores em

2000 e 2010, respectivamente. Estas são as maiores razões de chance encontradas na variável de religião.

Ainda que a variável de religião apresente efeitos pequenos sobre a ausência de filhos, controlada pelas demais variáveis, e por vezes até opostos ao que era esperado a partir dos resultados da seção 2.2, ela é um controle importante nos modelos, já que foi incorporada com base em critério estatístico em todos eles.

Cor ou raça – dado disponível apenas a partir de 1980 – é uma variável que apresenta comportamento diferente entre os grupos etários e alguns que até mesmo vão contra o que se esperava a partir da análise exploratória da seção anterior. Assim como indicava a análise descritiva, a chance de uma mulher parda ou indígena não ter filhos é pouco menor que a chance de uma mulher branca. Suas chances são no máximo 10% menores (Tabela 7).

TABELA 7 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de cor ou raça nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	Preta x Branca	Parda ou indígena x Branca
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	-	-
	1980 (coorte 1951-1955)	0,82	0,93
	1991 (coorte 1962-1966)	0,94	0,97
	2000 (coorte 1971-1975)	0,96	0,94
	2010 (coorte 1981-1985)	0,97	0,89
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	-	-
	1980 (coorte 1946-1950)	**	**
	1991 (coorte 1957-1961)	1,04*	0,97
	2000 (coorte 1966-1970)	1,12	0,98
	2010 (coorte 1976-1980)	1,06	0,93
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	-	-
	1980 (coorte 1931-1935)	1,04*	0,91
	1991 (coorte 1942-1946)	1,07	0,96
	2000 (coorte 1951-1955)	1,20	0,97
	2010 (coorte 1961-1965)	1,13	1,00*

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Notas: * indica categoria não significativa com nível de confiança de 95% (Wald).

** indica variável não significativa para entrada no modelo (p-valor > 0.05).

- indica variável inexistente no modelo.

As diferenças se dão com as mulheres pretas. Estas apresentaram na maior parte do tempo e dos grupos etários o maior percentual de ausência de filhos. Não há indicação na

literatura de que as mulheres pretas tenham biologicamente maior chance de ser inférteis. Isto significa que esta diferença deva ser resultado de questões sociais, possivelmente relacionadas ao preconceito.

Há correlação desta com outras variáveis analisadas neste trabalho, como renda, escolaridade e situação marital. Pretos e pardos são menos escolarizados e mais pobres do que os brancos. A desigualdade no mercado matrimonial, que desfavorece principalmente as mulheres pretas (BERQUÓ, 1987; CAVENAGHI; ALVES, 2013), também poderia ser um dos fatores associados ao destaque na ausência de filhos, uma vez que a importância desta variável para a situação reprodutiva da mulher é muito grande.

Nos modelos ajustados, entretanto, as razões de chances para a variável de cor ou raça estão controladas tanto por estas variáveis quanto pelas demais características socioeconômicas e demográficas incorporadas aos modelos. Desta forma, os efeitos desta variável estão isolados do efeito das demais variáveis. Nesta condição a chance de uma mulher de 25 a 29 anos não ter filhos não difere muito entre as brancas e as pretas, principalmente após 1991. No grupo etário seguinte de 30 a 34 anos, as chances se afastam um pouco mais, mas apenas a partir de 2000. Em 1980, por exemplo, a variável de cor ou raça nem foi incorporada ao modelo; em 1991 a razão de chances não é significativa. Em 2000 a chance é 12% maior e em 2010 é de apenas 6%. Entre as mulheres mais velhas, isto é, para aquelas que tinham entre 45 e 49 anos na data de referência dos Censos, a maior chance de ausência de filhos entre as pretas do que entre as brancas é a maior observada entre os grupos etários. Em 1980 ainda que a variável tenha sido incorporada ao modelo, esta categoria não se mostrou significativa. Em 2000 é quando se observa a maior razão de chance para esta variável: a chance de uma mulher preta não ter filho era 20% maior que para as mulheres brancas desta coorte de mulheres nascidas entre 1951 e 1955.

Desta forma, pode-se perceber que até 1991 a mulher se autodeclarar preta não impactava positivamente a ausência de filhos em relação às mulheres autodeclaradas brancas, quando avaliada com as demais variáveis socioeconômicas e demográficas controladas. A partir de 2000, entretanto, aumenta a chance de uma mulher preta não ter filhos em relação às mulheres brancas nas faixas etárias de 30 a 34 anos e de 45 a 49 anos. Ainda que nestes casos a chance de não ter filhos não seja tão maior entre as pretas que entre as brancas – em média 13%, este resultado evidencia que há outros fatores associados à ausência de filhos que não foram

incorporados ao modelo e que afetam diferentemente as mulheres de acordo com a sua cor ou raça declarada.

A situação laboral – referente à data de referência dos Censos – atua da maneira esperada na maior parte dos modelos (Tabela 8). Entre as mulheres mais jovens de 25 a 29 anos a variável não era significativa em 1970 e por isso não foi incorporada ao modelo. A partir de 1980 quando que a variável passa a ser incorporada nos modelos, a chance de que uma mulher que não trabalha não tenha filhos é menor do que a que uma mulher que trabalha. Este resultado é totalmente coerente ao que se esperava com base na literatura e na análise exploratória desta variável na seção anterior, que apresentava maior percentual de ausência de filhos entre as mulheres trabalhadoras do que entre as que não trabalhavam. Resultado similar também pode ser observado para as mulheres de 30 a 34 anos entre 1980 e 2000. Entretanto em 1970 e 2010 o resultado é oposto. Respectivamente, a chance de que uma mulher que não trabalhava não tivesse filhos eram 16% e 8% maior do que a de uma mulher que trabalhava. Entre as mulheres mais velhas de 45 a 49 anos, a inversão ocorre a partir de 1991 e chega a atingir 25% em 2010. O resultado para estas mulheres, contudo é menos relevante do que para as demais. Isto porque a informação se refere a um momento posterior ao momento em que comumente as mulheres têm seus filhos.

Com o foco nas mulheres mais jovens, o fator trabalhar fora de casa realmente parece agir de forma a aumentar a ausência de filhos. Ainda que para as mulheres de 30 a 34 anos em 2010 a chance de não ter filhos de uma mulher que não trabalha seja maior que a de uma mulher que trabalha, controladas todas as demais variáveis, a diferença de apenas 8% é muito pequena. Mesmo com a aplicação de um modelo não é possível pensar no sentido de causalidade desta relação. Desse modo não se pode afirmar que as mulheres não tenham filhos porque estão trabalhando ou que elas estejam trabalhando por não ter filhos.

TABELA 8 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de situação laboral nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	Não trabalha x Trabalha
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	**
	1980 (coorte 1951-1955)	0,66
	1991 (coorte 1962-1966)	0,72
	2000 (coorte 1971-1975)	0,75
	2010 (coorte 1981-1985)	0,86
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	1,16
	1980 (coorte 1946-1950)	0,84
	1991 (coorte 1957-1961)	0,89
	2000 (coorte 1966-1970)	0,89
	2010 (coorte 1976-1980)	1,08
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	0,89
	1980 (coorte 1931-1935)	0,94
	1991 (coorte 1942-1946)	1,04
	2000 (coorte 1951-1955)	1,08
	2010 (coorte 1961-1965)	1,25

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Nota:** indica variável não significativa para entrada no modelo (p-valor > 0.05).

A variável de situação de domicílio destaca-se não pela magnitude de suas razões de chances, mas pela direção em que elas afetam a ausência de filhos. Os resultados da modelagem são opostos ao que se esperava com a análise exploratória realizada na seção 2.2. Nela mulheres residentes em área urbanas apresentavam percentuais muito mais altos de ausência de filhos do que as mulheres residentes em áreas rurais. Porém, ao se controlar nos modelos pelas demais variáveis socioeconômicas e demográficas, isto é, avaliar o efeito isolado desta variável sobre a ausência de filhos, a situação se inverte. Em todos os modelos ajustados a chance de que uma mulher residente em áreas urbanas não tenha filhos é significativamente menor do que a de uma mulher residente em área rural (Tabela 9).

TABELA 9 – Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos para a variável de situação de domicílio nos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Grupo etário	Ano censitário/Coorte	Urbano x Rural
25 a 29 anos	1970 (coorte 1941-1945)	0,56
	1980 (coorte 1951-1955)	0,61
	1991 (coorte 1962-1966)	0,69
	2000 (coorte 1971-1975)	0,77
	2010 (coorte 1981-1985)	0,91
30 a 34 anos	1970 (coorte 1936-1940)	0,55
	1980 (coorte 1946-1950)	0,58
	1991 (coorte 1957-1961)	0,65
	2000 (coorte 1966-1970)	0,78
	2010 (coorte 1976-1980)	0,91
45 a 49 anos	1970 (coorte 1921-1925)	0,91
	1980 (coorte 1931-1935)	0,75
	1991 (coorte 1942-1946)	0,80
	2000 (coorte 1951-1955)	0,80
	2010 (coorte 1961-1965)	0,89

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Elaboração própria.

Uma possibilidade é que a migração masculina aja sobre a ausência de filhos, principalmente nas primeiras décadas analisadas. Mesmo que haja controle pela situação marital nestas primeiras décadas, por limitação dos dados ela se refere ao estado civil, ou seja, as uniões consensuais não seriam tão bem captadas quanto nos Censos seguintes. Isto afetaria principalmente as mulheres no início da idade reprodutiva, que nas décadas de 1970 e 1980 teriam em média 40% menos chance de ter filhos que uma mulher que vivia nas áreas urbanas. Ainda que seja uma hipótese, é difícil imaginar que o impacto seria tão grande. As mulheres nas áreas urbanas teriam maior acesso à escola, ao trabalho e aos meios contraceptivos. Seria esperado que, controlado pelas demais variáveis, estar em uma área urbana aumentasse a chance de não ter filhos e não que a diminuísse. A investigação das razões relacionadas a esta inversão pode exigir esforços extras de seleção de variáveis e modelagem estatística, além da exploração de argumentos específicos sobre a relação entre urbanização e fecundidade, por exemplo. Por questões de escopo do trabalho, esta investigação será deixada como agenda de pesquisa.

2.4. Comentários finais

Este capítulo teve como objetivo explorar a relação entre as características socioeconômicas e demográficas das mulheres e a ausência de filhos. Isto foi feito a partir da análise descritiva dos dados censitários de 1970 a 2010 na seção 2.2 e do ajuste de modelos de regressão logística binários na seção 2.3.

As características de nupcialidade, escolaridade e renda se apresentam como as que se relacionam mais fortemente à ausência de filhos.

A situação marital, como esperado, é a variável que mais impacta a situação reprodutiva da mulher. A chance de uma mulher que nunca esteve em união não ter filhos chega a ser até 127 vezes maior que a de uma mulher que está em união, controladas as demais características socioeconômicas e demográficas selecionadas para este trabalho. Isto ocorre em 1970 com a coorte de mulheres nascidas entre 1941 e 1945. Estas razões de chances, entretanto, se reduzem drasticamente no período estudado. De um lado ocorre a redução de ausência de filhos entre as mulheres que nunca se uniram e de outro, o aumento do percentual de sem filhos entre as mulheres unidas ou que estiveram em união. Estes resultados sugerem um ligeiro afrouxamento da relação entre a união e reprodução, ainda que de maneira muito suave em vista à grande diferença na ausência de filhos entre as mulheres unidas e as nunca unidas.

A relação entre escolaridade e ausência de filhos também é clara: quanto mais alto o nível de escolaridade, maior a chance de que a mulher não tenha filhos. Entre as mulheres mais jovens, a chance de uma mulher com ensino superior não ter filhos chega a ser cinco vezes maior que entre as mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto. Além disso, há um papel importante do avanço da escolarização nas últimas décadas. Se todos os anos censitários tivessem a mesma estrutura educacional de 2010, provavelmente não se teria observado tamanho aumento do percentual de mulheres sem filhos, mas quase uma constância nestes valores entre 1980 e 2010. Desta forma, a escolaridade se coloca como uma das variáveis mais importantes para se pensar a ausência de filhos.

A renda é outra variável importante ao se avaliar a ausência de filhos. O percentual de mulheres sem filhos entre as mais ricas chega a ser três vezes maior que entre as mais pobres, com aumento ao longo das décadas estudadas. A relação entre renda e ausência de filhos, entretanto, é mais forte entre as mulheres mais jovens do que entre as mais velhas. Entre as mulheres mais jovens a chance de que uma mulher que pertence ao grupo dos 20% com maior

rendimento não tenha filhos chega a ser mais de cinco vezes maior que no grupo com 40% menor rendimento. Entre as mais velhas este valor não ultrapassa os 73%. Desta forma, a renda deve ser mais importante para a ausência temporária de filhos do que a ausência definitiva destes.

As demais características socioeconômicas e demográficas analisadas neste capítulo também apresentam relação com a ausência de filhos, porém em menor grau. Religião é uma variável que apresenta pouco impacto nas chances de não ter filhos, mas se mostrou uma boa variável de controle por ter sido incorporada em todos os modelos. Há diferenças entre as regiões geográficas – com menores chances de não ter filhos entre as mulheres que residem na Região Norte. Também pela situação laboral, em que na maioria dos casos a mulher trabalhar implica em maior chance de ausência de filhos. Ao avaliar cor ou raça é possível notar que as mulheres pardas e indígenas possuem chances de não ter filhos bastante próximas às das brancas e amarelas. As chances de que as mulheres pretas não tenham filhos se assemelham a das brancas apenas entre as mais jovens; entre as mais velhas a chance é ligeiramente maior, contudo não ultrapassa 20% a mais de chance. Os resultados para situação de domicílio da mulher surpreenderam. Nas análises descritivas o percentual de mulheres sem filhos era maior para as mulheres residentes em áreas urbanas que em áreas rurais. Todavia quando se controla o efeito da situação de domicílio pelas demais variáveis socioeconômicas e demográficas, a chance de uma mulher que vive na área urbana não ter filhos é menor que a de uma que vive em áreas rurais.

Muitos destes resultados poderiam ser diferentes se os fatores relacionados à ausência de filhos não incluídos na análise pudessem ser incorporados em um modelo estatístico. Entretanto, muitos destes fatores podem nem mesmo ser mensurados com precisão, pois se tratam de questões sociais e culturais, por exemplo.

Além disso, devido à limitação da base de dados, não foi possível neste capítulo identificar entre as mulheres que tiveram filhos se elas haviam postergado o nascimento desses para depois dos 30 anos ou se tiveram o primeiro filho antes dessa idade. Para uma análise mais ampla da ausência de filhos não apenas se faz necessário que se conheçam as diferenças socioeconômicas e demográficas dessas mulheres a partir desta classificação mais completa do ponto de vista da ausência de filhos – com três grupos: teve filho antes dos 30 anos, teve filho com 30 anos ou mais e nunca teve filho – como, sobretudo, estudar as razões e repercussões envolvidas nessa condição.

Explorar as características socioeconômicas e demográficas das mulheres é apenas uma parte do que se pode conhecer da ausência de filhos. Mesmo que as mulheres se assemelhem nestas características, as razões envolvidas na ausência de filhos podem ser muito diferentes; assim como a sua avaliação sobre esta condição em suas vidas. Desta forma, explorar as razões e repercussões da ausência de filhos contribui de maneira importante para conhecer o fenômeno de maneira mais ampla e complexa.

No próximo capítulo são avaliadas as diferenças e semelhanças em termos de características socioeconômicas e demográficas entre esses três grupos de mulheres classificadas segundo sua situação reprodutiva. O foco principal do capítulo, no entanto, é a exploração das razões apontadas pelas mulheres para não terem tido filhos antes dos 30 anos de idade – ou nunca os terem tido, se esse for o caso.

No quarto capítulo são exploradas as repercussões da ausência de filhos na vida das mulheres que não os tem ou deixaram para vivenciar a maternidade apenas com 30 anos ou mais.

Em ambos os capítulos são utilizados os dados da PNDS de 2006.

CAPÍTULO III

3. Quais são as razões da ausência de filhos?

3.1. Introdução

A ausência de filhos não pode ser pensada como algo homogêneo. No Capítulo 2 desta tese pôde-se observar que, ainda que ter determinada característica possa aumentar significativamente a chance de que uma mulher não tenha filhos, esse comportamento não é restrito a esses grupos de mulheres: todas os demais grupos apresentam também certa proporção de ausência de filhos. E mais do que isso, mesmo que as mulheres se assemelhem do ponto de vista socioeconômico e demográfico, as razões envolvidas nessa condição, bem como a avaliação que fazem sobre ela em suas vidas, podem ser muito diferentes.

São muitas as circunstâncias que podem levar mulheres a não terem filhos. Houseknecht (1983 *apud* TANTURRI et al., 2015), por exemplo, propõe que as mulheres sem filhos sejam classificadas segundo três principais critérios. Um deles diz respeito à causa, que tem como alternativas possíveis a infertilidade, escolha voluntária ou dificuldade em relacionamentos pessoais. A vigência no tempo da causa assinalada seria também um critério importante: a ausência de filhos pode ser definitiva ou temporária. Ainda, o grau de comprometimento pode ser um critério adicional. Uma vez que se trata de uma decisão, este comprometimento pode ser permanente ou negociável caso as circunstâncias mudem.

Estas definições podem parecer claras, porém classificar mulheres sem filhos segundo estes critérios não constitui tarefa simples. As dificuldades começam ao se pretender distinguir uma ausência voluntária de uma ausência involuntária de filhos.

A dificuldade de distinção elementar como esta nos dá uma ideia da complexidade da análise das razões para a ausência de filhos. O desafio é o de conhecer o fenômeno de maneira mais ampla e profunda. Este capítulo busca investigar a ausência de filhos segundo alguns destes possíveis critérios aqui mencionados.

No Capítulo 2 foi explorada a relação entre ausência de filhos e características socioeconômicas e demográficas da mulher. Não obstante, não foi possível saber se teria havido uma postergação da maternidade para além dos 30 anos ou não. Em razão das limitações da base

de dados censitários, não foi possível identificar que idade a mulher tinha no momento do nascimento de seu primeiro filho. Contudo, a base de dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) permite que esta identificação seja feita.

Desta maneira, o primeiro objetivo deste capítulo – tratado na seção 3.2 – é verificar o que aproxima e o que afasta os três grupos de mulheres: as que tiveram o primeiro filho antes dos 30 anos, as que tiveram o primeiro filho com 30 anos ou mais e as que nunca tiveram filhos. Vale chamar a atenção para o fato de que, devido ao menor tamanho da amostra da PNDS relativamente às amostras censitárias e ao fato de a PNDS referir-se a apenas um momento do tempo – não sendo possível lançar mão de uma perspectiva temporal, a análise a ser aqui empreendida será mais limitada que aquela do Capítulo 2.

O segundo objetivo deste capítulo, tratado na seção 3.3, é explorar quais são as principais razões apontadas pelas mulheres para não terem tido filhos antes dos 30 anos. Em seguida, na seção 3.4, em razão da dificuldade de categorização da ausência de filhos em voluntária ou involuntária – detalhadamente discutida nesta seção –, como terceiro objetivo é feita uma proposta de classificação a partir dos dados da PNDS 2006. Nestas duas últimas seções além de avaliar as mulheres em geral com comparações entre grupos etários e situação reprodutiva, é feita também a comparação entre os grupos extremos das características socioeconômicas e demográficas mais relevantes relacionadas a ela: situação marital, escolaridade e renda.

3.2. Ausência definitiva x temporária: há diferença em termos de características socioeconômicas e demográficas?

No Capítulo 2 desta tese foi possível observar em uma perspectiva de 40 anos diferenças importantes entre as mulheres que tiveram e as que não tiveram filhos em termos de suas características socioeconômicas e demográficas. Entre essas diferenças destacam-se maior nível de escolaridade, maior concentração no estrato mais alto de renda e maior participação das mulheres que nunca se uniram entre as que nunca tiveram filhos quando comparadas àquelas que se tornaram mães em algum momento da vida. Devido à limitação da base de dados, não foi possível identificar entre as que tiveram filhos, qual idade a mulher tinha ao nascimento de seu primeiro filho. Desta forma, no grupo das mulheres que tinham filhos, não foi possível distinguir

entre as que haviam postergado o nascimento do primeiro filho para depois dos 30 anos das que o havia tido antes dessa idade.

É verdade que ao utilizar os dados da PNDS 2006, renuncia-se à temporalidade da análise. Porém, há ganhos a computar. Com a base de dados da PNDS 2006 é possível verificar se há diferenças significativas entre as três situações reprodutivas de interesse nesse trabalho: nunca haver tido filhos, ter tido o primeiro filho com 30 anos ou mais e ter tido o primeiro filho com menos de 30 anos de idade. Esta seção tem, portanto, o objetivo de verificar se há diferenças significativas entre estes três grupos, com foco na exploração das possíveis diferenças entre as mulheres temporariamente sem filhos, isto é, que apenas adiaram o nascimento dos filhos para idade além dos 30 anos e as mulheres que têm ausência definitiva de filhos – ou seja, que terminaram ou terminarão o período reprodutivo sem vivenciar a maternidade.

É importante definir como serão identificadas as diferenças entre as mulheres na amostra. Entre as mulheres que tiveram filhos em qualquer momento da vida, pelos dados da PNDS 2006, apenas 0,2% o fez após os 40 anos. Desta forma, uma *proxy* para a ausência definitiva de filhos pode ser tomada nesta pesquisa como o percentual de mulheres sem filhos de 40 a 49 anos. Para postergação da maternidade, uma *proxy* pode ser o percentual de mulheres neste mesmo grupo etário de 40 a 49 anos que tiveram filhos apenas após os 30 anos de idade⁴⁹. Utilizando esses critérios a partir dos dados da PNDS 2006 estima-se que no Brasil 11,4% das mulheres sejam permanentemente sem filhos⁵⁰ e que 12,7% das brasileiras tenham adiado o nascimento do primeiro filho para depois dos 30 anos. Ou seja, das mulheres que chegam aos 30 anos de idade sem filhos, metade delas deixariam de tê-los permanentemente.

Para verificar se existem diferenças significativas entre as mulheres definitivamente sem filhos, as que adiaram o nascimento dos filhos para idade superior a 30 anos e as que tiveram filhos antes desta idade em termos de suas características socioeconômicas e demográficas são comparadas as distribuições destas mulheres segundo as categorias das variáveis selecionadas,

⁴⁹ Ao considerar apenas as mulheres com 40 anos e mais para a *proxy* do percentual de mulheres que postergam a maternidade, não são contabilizadas as mulheres de 30 a 39 anos que ainda terão filhos. As mulheres desse grupo etário representam cerca de 10% do total de mulheres que tiveram filhos em qualquer momento da vida. Por isso, restringir o cálculo ao grupo etário mais antigo torna a estimativa mais realista.

⁵⁰ A média entre os Censos de 2000 e 2010, aqui calculado como uma estimativa para 2006 é de 11,7% de ausência de filhos neste grupo etário, o que é um valor bastante próximo ao obtido nos dados da PNDS.

disponíveis na Tabela 10⁵¹. O grupo tomado como referência para as comparações é o grupo de mulheres que adiaram o nascimento do primeiro filho para além dos 30 anos de idade. Assim, verifica-se se há diferença entre este grupo e o das mulheres que não tiveram filhos e também entre este grupo e o das mulheres que tiveram filhos antes dos 30 anos. A depender da magnitude observada em cada um dos grupos comparados, é possível também estabelecer comparação entre eles. As características socioeconômicas e demográficas consideradas neste capítulo se assemelham, sempre que possível, àquelas utilizadas no Capítulo 2 para os dados censitários, a fim de possibilitar melhores comparações dos resultados. As variáveis selecionadas são: região geográfica, situação de domicílio, cor ou raça, nível de escolaridade, situação marital, religião em que foi criada, religião atual, frequência a atividades religiosas, situação laboral e grupo de renda (por classes econômicas)⁵².

TABELA 10 – Distribuição das mulheres de 40 a 49 anos por características socioeconômicas e demográficas e situação reprodutiva. Brasil, 2006

Característica socioeconômica ou demográfica	Ausência definitiva de filhos (n=291)	Ausência temporária de filhos (n=322)	Maternidade antes dos 30 anos (n=3113)
Região			
Região Norte	3,4%	3,9%	5,9%
Região Nordeste	31,0%*	21,8%	22,1%
Região Sudeste	47,2%	53,4%	45,0%*
Região Sul	13,2%	14,9%	18,8%
Região Centro-Oeste	5,3%	6,0%	8,2%
Situação de domicílio			
Urbano	86,7%	87,0%	83,6%
Rural	13,3%	13,0%	16,4%
Cor ou raça			
Branca ou amarela	43,1%*	51,2%	47,5%
Preta, parda ou indígena	56,9%*	48,8%	52,5%

⁵¹ Testes de diferença de proporção com nível de significância de 5% foram realizados para verificar se as diferenças entre as proporções observadas nos grupos definidos são estatisticamente significativas. Por contar com uma amostra muito menor àquela disponível nos Censos demográficos, é possível que diferenças que sejam aparentemente grandes não sejam estatisticamente significativas.

⁵² Os critérios de seleção e construção de variáveis com os dados da PNDS 2006 estão disponíveis no Apêndice A, seção A.2.2.

Característica socioeconômica ou demográfica	(continuação)		
	Ausência definitiva de filhos (n=291)	Ausência temporária de filhos (n=322)	Maternidade antes dos 30 anos (n=3113)
Nível de instrução			
Sem instrução e fundamental incompleto	30,2%	30,6%	55,8%*
Fundamental completo e médio incompleto	17,4%	13,6%	18,4%*
Médio completo e superior incompleto	27,5%	27,0%	16,0%*
Superior completo	24,9%	28,9%	9,7%*
Situação marital			
Nunca esteve em união	49,1%*	4,00%	0,9%*
Está em união (formal ou informal)	41,4%*	78,5%	81,2%
Já esteve em união (formal ou informal)	9,5%*	17,5%	17,9%
Religião em que foi criada			
Católica	89,6%*	83,8%	86,5%
Outras cristãs	7,8%	10,6%	9,9%
Outras não cristãs	1,9%*	4,9%	2,1%*
Sem religião	0,7%	0,6%	1,5%
Religião atual			
Católica	61,5%	60,5%	64,9%
Outras cristãs	18,9%	24,5%	24,6%
Outras não cristãs	10,0%	11,6%	6,5%*
Sem religião	9,6%*	3,4%	4,0%
Frequência a atividades religiosas			
Nunca	23,3%*	11,6%	11,7%
Menos de uma vez por semana	29,6%	31,6%	38,3%*
Uma vez por semana ou mais	47,1%*	56,8%	50,0%*
Situação laboral			
Trabalha	80,1%*	72,6%	67,1%*
Não trabalha	19,9%*	27,4%	32,9%*
Grupo de renda (por classe econômica)			
A1, A2 ou B1 (14%)	17,2%	21,5%	10,0%*
B2 ou C (58%)	52,7%	53,7%	54,3%
D ou F (28%)	30,1%	24,7%	35,7%*

Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

Nota: *Diferença estatisticamente significativa em relação ao grupo "ausência temporária de filhos" (confiança de 95%)

A primeira característica a ser avaliada é a região geográfica de residência. Os resultados da PNDS 2006 indicam que na região Nordeste há uma concentração maior de mulheres definitivamente sem filhos quando comparadas às mulheres pertencentes aos demais grupos definidos por situação reprodutiva na mesma região. Entre as mulheres definitivamente

sem filhos, 31% encontram-se na Região Nordeste, enquanto que entre as demais mulheres apenas cerca de 20% residem nesta mesma região. A Região Sudeste por sua vez, destaca-se pela maior concentração de mulheres com ausência temporária de filhos quando comparadas às mulheres que tiveram filhos antes dos 30 anos. Entre as últimas 45% vivem nesta região; já entre as primeiras o número sobe para 53%. Ainda em relação à residência, a distribuição das mulheres por situação de domicílio não é significativamente diferente entre os grupos definidos por situação reprodutiva.

A distribuição das mulheres por cor ou raça indica que há uma concentração maior de pretas, pardas e indígenas entre as mulheres permanentemente sem filhos quando comparadas àquelas que apenas adiaram o nascimento do primeiro filho. Este resultado é coerente ao obtido com os dados censitários. Nesta análise, embora a comparação entre o grupo das mulheres brancas com o grupo das pardas e indígenas não indicasse diferença significativa entre eles com controle do efeito das demais características socioeconômicas e demográficas, pôde-se observar que entre as mulheres mais velhas, a chance de uma mulher preta não ter filhos era ligeiramente maior que a chance de uma mulher branca estar na mesma situação.

Como a análise dos dados da PNDS é feita de maneira univariada e não num modelo estatístico, os resultados, como apontado também na seção 2.2 deste trabalho, podem sofrer influência direta das demais características socioeconômicas e demográficas das mulheres que responderam ao questionário. É importante, neste ponto, retomar que a análise da condição reprodutiva da mulher a partir da variável de cor ou raça está sujeita ao efeito de diversas questões culturais, assim como de características como escolaridade, renda e nupcialidade, nas quais as negras encontram-se sempre em desvantagem (BERQUÓ, 1987; CAVENAGHI; ALVES, 2013).

Em relação à escolaridade, as mulheres que não têm filhos temporária ou definitivamente são semelhantes estatisticamente. Quando comparadas às mulheres que tiveram filhos antes dos 30 anos, entretanto, corrobora-se o achado do capítulo anterior: as mulheres sem filhos – independentemente de que a condição seja temporária ou permanente – são mais escolarizadas que as mulheres que tiveram filhos antes dos 30 anos. Entre as últimas cerca de 25% delas tinham no mínimo ensino médio completo; já entre as primeiras, mais da metade das mulheres atingiram pelo menos esse nível de instrução.

A distribuição das mulheres segundo situação marital é muito diferente entre as mulheres que tiveram e as que não tiveram filhos, como se poderia esperar a partir dos resultados do Capítulo 2. Há uma concentração muito maior de mulheres que nunca estiveram em união entre aquelas que nunca tiveram filhos – cerca de metade delas – do que nos demais grupos. Este percentual é bastante próximo ao observado nos dados censitários de 2000 e 2010 – períodos mais próximos à PNDS 2006, que indicam que em média 55% das mulheres nunca unidas entre aquelas que (ainda) não haviam tido filhos. Embora sejam mais parecidas, também há diferença na distribuição por situação marital entre aquelas que experimentaram a maternidade em algum momento da vida. Aquelas que adiaram provisoriamente a maternidade apresentam concentração ligeira e estatisticamente maior de mulheres nunca unidas do que aquelas que tiveram filhos antes dos 30 anos – 4% e 0,9%, respectivamente. Embora os valores sejam bastante próximos, este resultado pode indicar que para pelo menos uma fração destas mulheres que postergaram a maternidade, a conexão entre nupcialidade e reprodução seja mais fraca, reforçada pela similaridade nos percentuais de mulheres alguma vez unidas nos dois grupos.

A característica religião – diferentemente do Capítulo 2, no qual foi considerada apenas a religião atual da mulher – é avaliada em três perspectivas diferentes nesta seção: religião em que foi criada, religião atual e frequência a atividades religiosas. Os dados censitários mostraram existir uma concentração ligeiramente maior nas categorias de religiões não cristãs e sem religião entre as mulheres que não tiveram filhos. Em conformidade parcial, os dados de religião atual da PNDS 2006 indicam maior concentração de mulheres sem religião entre aquelas que nunca tiveram filhos quando comparadas àquelas que tiveram filhos, independentemente da idade ao nascimento do primeiro filho. Enquanto que entre as últimas este percentual não excede 4%, entre as que nunca tiveram filhos o percentual chega a quase 10%. Nos dados censitários entre as mulheres de 25 a 49 anos, estes valores são mais próximos: variação entre 5% e 7%.

Como consequência esperada de religiosidade das mulheres definitivamente sem filhos, a frequência em atividades religiosas deste grupo é estatisticamente menor que entre os demais. Entre elas 23% nunca participam destas atividades; entre as que tiveram filhos apenas 11% indicaram que nunca o fazem. Entre as que são mães, entretanto, aquelas que tiveram filhos depois dos 30 anos indicam uma assiduidade um pouco maior que aquelas que não adiaram o nascimento dos filhos.

A religião em que foi criada não difere de maneira importante entre os grupos de situação reprodutiva, embora algumas destas diferenças sejam estatisticamente significativas. Destaca-se apenas a maior concentração de mulheres criadas em religiões cristãs não católicas entre aquelas que apenas adiaram o nascimento do primeiro filho quando comparadas aos demais grupos, de mulheres que nunca tiveram filhos e também ao das que os tiveram antes dos 30 anos.

Trabalhar fora de casa é mais comum entre as mulheres que nunca tiveram filhos do que entre as que tiveram. A concentração de trabalhadoras entre as que são mães é maior entre as que adiaram o nascimento do primeiro filho do que entre as que o teve antes dos 30 anos. Como os resultados se referem às mulheres de 40 a 49 anos, que estão em idade posterior ao momento em que a condição reprodutiva da maioria das mulheres deve se estabelecer, nenhuma conclusão pode ser tirada sobre a importância da situação laboral para a definição de postergação ou não postergação da maternidade na diferenciação entre os três grupos de mulheres por situação reprodutiva: nunca teve filhos, teve o primeiro filho com 30 anos ou mais e teve o primeiro filho antes de completar 30 anos de idade. Os resultados indicam, entretanto, que mais mulheres definitivamente sem filhos participam do mercado de trabalho entre os 40 e 49 anos do que aquelas que tiveram filhos em algum momento da vida, em especial antes dos 30 anos.

A renda, assim como a escolaridade, mostra similaridade entre as mulheres que nunca tiveram filhos e as que tiveram filhos apenas a partir dos 30 anos de idade e também indica diferença quando estes grupos são comparados às mulheres que não adiaram o nascimento do primeiro filho. Como esperado a partir dos resultados do Capítulo 2 desta tese e da literatura sobre o tema, os resultados da PNDS 2006 indicam que as mulheres definitiva ou temporariamente sem filhos estão mais concentradas no estrato mais alto de renda que aquelas que tiveram filhos antes dos 30 anos.

Em resumo, três variáveis se destacam na diferenciação entre as possíveis situações reprodutivas consideradas neste trabalho. Em concordância com o Capítulo 2, as variáveis são: escolaridade, renda e situação marital. Como ainda existe uma forte relação entre nupcialidade e reprodução, as mulheres que têm filhos em algum momento da vida se aproximam em termos de situação marital e se distanciam daquelas que nunca vivenciaram a maternidade. As mulheres que têm filhos antes ou depois dos 30 anos apresentam uma concentração semelhante de presença em união, em torno de 80% do grupo. Já entre aquelas que nunca tiveram filhos, este percentual é

cerca da metade do vivenciado pelas demais mulheres. A maior parte deste grupo nunca se uniu, o que está longe de ser uma realidade para as mulheres que são mães.

Escolaridade e renda por outro lado, aproximam as mulheres que nunca tiveram filhos daquelas que adiaram o nascimento do primeiro filho para idade superior a 30 anos. Ambos estes grupos complementarmente afastam-se da realidade das mulheres que se tornaram mães antes dos 30 anos quando se consideram estas características. Alta escolaridade e alta renda são muito mais comuns entre as mulheres que não têm filhos temporária e definitivamente que entre aquelas que tiveram filhos antes dos 30 anos de idade. Estes resultados são consoantes com aqueles obtidos no Capítulo 2 e remetem plenamente à discussão desenvolvida nele.

Devido à limitação do tamanho da amostra, não é possível aprofundar a análise das características socioeconômicas e demográficas da mesma maneira com que foi realizada no Capítulo 2. Porém, com os resultados desta seção, ainda que exploratórios, é possível direcionar a análise das razões da ausência de filhos de maneira mais acurada.

3.3. As razões da ausência de filhos no Brasil

Conhecer as razões apontadas pelas mulheres para que não tenham filhos ou para que adiem o nascimento do primeiro filho para depois dos 30 anos de idade é fundamental para explorar o fenômeno da ausência de filhos de maneira mais ampla e complexa. Para isto, a única base de dados em nível nacional que contempla quesitos relacionados a esta condição no Brasil é a PNDS 2006. No total há 13 respostas possíveis para a pergunta “Quais das seguintes razões explicam melhor por que você não teve filhos nascidos vivos antes dos 30 anos?”. A respondente poderia escolher quantas delas julgasse pertinente, ou seja, as respostas poderiam ser múltiplas. Devido à limitação do tamanho da amostra, as categorias de razões de ausência de filhos foram reduzidas a nove, a saber: queria estudar/ter profissão, queria aproveitar a vida, não quis, por medo da gravidez ou do parto, nunca se casou, companheiro não queria ou não queria ter com o companheiro, engravidou e perdeu ou abortou, nunca teve relações sexuais e outras razões⁵³.

Na Tabela 11 é possível verificar o percentual de mulheres que indicou cada categoria de razões de ausência de filhos na PNDS 2006 de acordo com seu grupo etário e situação reprodutiva – nunca teve filhos ou teve o primeiro filho com 30 anos ou mais.

⁵³ Mais informações sobre a fonte de dados, os critérios de seleção e construção das variáveis estão disponíveis no Apêndice A.

A razão mais comum para a ausência de filhos no Brasil é “queria estudar/ter profissão antes de ser mãe”. Não há diferença significativa no percentual de mulheres que indicaram esta razão para a ausência de filhos entre aquelas que nunca tiveram filhos e aquelas que tiveram o primeiro filho com 30 anos ou mais⁵⁴. Entre as mulheres de 30 a 39 anos, em média, 67% das mulheres indicaram esta como uma das razões que melhor explicam não ter tido filhos antes dos 30 anos; entre as mais velhas de 40 a 49 anos, a média é de 54%. Este resultado é coerente com a literatura sobre o tema. Os resultados dos principais trabalhos apontam que a ausência de filhos e, em especial, a postergação de maternidade, é encarada, por grande parte das mulheres que o fazem, como estratégia para atingir níveis educacionais mais altos e avançar na carreira. Esta decisão sobre o momento certo de ter filhos seria fruto da combinação entre as expectativas educacionais, profissionais, pessoais e familiares (AMBA; MARTINEZ, 2006; HEATON; JACOBSON; HOLLAND, 2009; OLIVEIRA; MARCONDES, 2004; SOBOTKA, 2005; SOBOTKA, 2009; TANTURRI et al., 2015).

TABELA 11 – Percentual de mulheres que indicaram cada uma das categorias de razões de ausência de filhos, por grupo etário e situação reprodutiva. Brasil, 2006

Categoria de razões para a ausência de filhos	30 a 39 anos		40 a 49 anos	
	Nunca teve filho (n=509)	Teve primeiro filho com 30 anos ou mais (n=228)	Nunca teve filho (n=291)	Teve primeiro filho com 30 anos ou mais (n=322)
Querida estudar/ter profissão	64,3%	70,1%	54,1%	54,9%
Querida aproveitar a vida	57,5%	61,9%	49,4%	57,0%
Não quis*	52,8%	32,1%	39,1%	29,3%
Nunca se casou*	34,1%	23,1%	31,5%	16,4%
Por medo da gravidez ou do parto	27,6%	25,2%	29,8%	30,8%
Companheiro não queria ou não queria ter com o companheiro	24,5%	18,4%	21,2%	19,1%
Engravidou e perdeu ou abortou**	11,0%	9,0%	13,1%	21,8%
Nunca teve relações sexuais*	17,5%	10,1%	12,3%	6,1%
Outras razões*	8,9%	4,5%	12,0%	7,0%

Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

Notas: *Diferença estatisticamente significativa entre "nunca teve filho" e "teve primeiro filho com 30 anos ou mais" para os dois os grupos etários (95% de confiança)

**Diferença estatisticamente significativa entre "nunca teve filho" e "teve primeiro filho com 30 anos ou mais" apenas para os grupos etários de 40 a 49 anos (95% de confiança)

⁵⁴ Embora esta razão seja aparentemente mais comum entre as mulheres que postergaram o nascimento dos filhos do que entre as que nunca os tiveram, isto não pode ser estatisticamente comprovado. Como a amostra da PNDS 2006 não é tão grande quanto às dos Censos, é mais difícil verificar diferenças estatisticamente significativas. Por fim, não há evidência de que exista diferença entre estes dois grupos.

Em seguida como segunda razão mais comum para a ausência de filhos no Brasil aparece a resposta “queria aproveitar outras coisas da vida antes de ser mãe”. Assim como a razão “queria estudar/ter profissão antes de ser mãe”, não há diferença significativa entre aquelas que apenas adiaram o nascimento de filhos e aquelas que não os tiveram (ainda). Esta razão juntamente com a busca de escolaridade e posicionamento do mercado de trabalho aparece em diversos trabalhos sobre a ausência de filhos. Assim como no caso anterior, a postergação do nascimento dos filhos seria uma estratégia também para desfrutar de atividades de lazer e de consumo que são incompatíveis com a maternidade (SOBOTKA, 2005; LESTHAEGHE, 2010; TANTURRI et al., 2015).

Outra importante razão apontada pelas mulheres para não ter filhos antes dos 30 anos é nunca ter se casado. Entre as que nunca tiveram filhos o percentual excede 30% e entre as que apenas adiaram o nascimento o nascimento do primeiro filho fica em torno de 20%. Estes números apontam que para uma grande parcela das mulheres, a maternidade não é entendida como desvinculada de uma união. A existência de um parceiro nesses casos é percebida como um pré-requisito para a reprodução (BERQUÓ; GARCIA, 2012). Esta ideia se reforça quando se considera a importância desta variável para a ausência de filhos, explorada tanto no Capítulo 2 quanto na seção 3.2 deste capítulo.

As demais razões relacionadas à conjugalidade, como o companheiro não querer ter filhos, não querer ter filhos com o companheiro e nunca ter tido relações sexuais são menos reportadas em média. Apenas a resposta que aponta não ter tido relações sexuais como razão para a ausência de filhos antes dos 30 anos é diferente entre as situações reprodutivas: é mais comum entre as mulheres que nunca tiveram filhos que entre aquelas que postergaram o nascimento do primeiro filho. Para as demais razões não há diferença estatisticamente significativa. As mulheres que indicam que o companheiro não queria ter filhos ou afirmam que nunca tiveram um parceiro com quem gostariam de ter filhos – de 18% a 24% das mulheres que não tiveram filhos antes dos 30 anos ou que nunca os tiveram – podem indicar uma maior flexibilidade da ausência de filhos de acordo com as circunstâncias conjugais. Se tivessem outro parceiro – um que quisesse ser pai ou que lhe suscitasse a vontade de ter filhos, elas ainda teriam adiado ou evitado a maternidade? Não é possível afirmar que sim a partir dos dados da PNDS 2006, mas esta possibilidade se abre para reflexão.

O medo da gravidez ou do parto é apontado como razão para a ausência de filhos por mais de 25% das mulheres que adiaram o nascimento do primeiro filho ou que nunca o tiveram. Não há diferença, entretanto, entre esses dois grupos. Embora não se destaque entre as principais razões para a ausência de filhos, essas razões são singulares quando se vincula a ausência de filhos à própria gravidez e em especial, a medos relacionados a ela.

De maneira ainda mais escassa, aparece a razão “ter engravidado e perdido ou abortado”. Para esta resposta há diferença entre as situações reprodutivas apenas entre as mulheres mais velhas, de 40 a 49 anos. Este grupo pode enquadrar tanto mulheres que estão tentando completar uma gravidez sem sucesso quantas mulheres que utilizam o aborto provocado como meio para que não se tornem mães. Como correspondem conjuntamente a um grupo pequeno de mulheres – pouco mais de 160 mulheres na amostra total, fica limitada a exploração mais profunda deste quesito em classificações mais específicas.

Não querer ter filhos – seja com a resposta “nunca quis ter filhos” ou “ainda não quis ter filhos” –, é também uma das principais razões apontada pelas mulheres para que nunca tenham se tornado mães ou para que o tenham feito apenas após os 30 anos de idade. Quando avaliada individualmente ela é reportada por um percentual relevante de mulheres: de 30 a 50% a depender do grupo etário e da situação reprodutiva. Os maiores valores são encontrados entre as mulheres que nunca tiveram filhos. Esta diferença não surpreende, uma vez que é esperado que as mulheres que tiveram filhos, independentemente da idade que elas tinham ao nascimento do primeiro, indicassem mais vontade de tê-los do que as que não o fizeram. É preciso lembrar, porém, que um ponto que pode influenciar esta diferença é a racionalização *ex post*, isto é, se estas mulheres fossem questionadas antes do nascimento dos filhos, suas respostas poderiam ser diferentes e um número maior de mulheres poderiam reportar “ainda não quis ter filhos”. Os valores para as que postergaram o nascimento dos filhos, porém, não são baixos: cerca de 30% reporta que não tiveram filhos antes dos 30 anos porque não queriam. Estes filhos devem ter sido, portanto, resultado da reavaliação das preferências reprodutivas a partir de novas circunstâncias da vida⁵⁵.

Em suma as razões mais comumente apontadas pelas mulheres que não tiveram filhos antes dos 30 anos são: “queria estudar/ter profissão”, “queria aproveitar a vida antes de ser mãe”,

⁵⁵ É possível que alguns desses filhos sejam resultado de gravidezes indesejadas, porém presume-se que uma mulher que afirma que não quer ter filhos e atinge os 30 anos de idade sem tê-los seja provavelmente uma boa usuária de métodos contraceptivos.

“nunca quis” ou “ainda não queria ter filhos” e “nunca se casou”. Sabe-se também, pelos resultados anteriores, que as principais características socioeconômicas e demográficas relacionadas à ausência de filhos – temporária ou definitiva – são escolaridade, renda e situação marital. A seguir, a partir da Tabela 12, explora-se a relação entre essas características socioeconômicas e demográficas e essas razões mais comuns apontadas para a ausência de filhos.

A estratégia de análise dos dados é comparar o percentual de mulheres que reportaram estas razões nos grupos extremos de cada uma destas características segundo as situações reprodutivas “nunca tiveram filhos” e “tiveram primeiro filho com 30 anos ou mais”.

TABELA 12 – Percentual de mulheres de 30 a 49 anos⁵⁶ que indicaram determinada razão para a ausência de filhos por situação reprodutiva e características socioeconômicas e demográficas selecionadas Brasil, 2006

		Nunca se casou	Não queria	Queria aproveitar a vida	Queria estudar/ter profissão
Nunca teve filhos	Sem instrução e fundamental incompleto (n=181)	32,2%	37,4%	39,0%	30,4%
	Superior completo (n=218)	35,0%	58,1%	64,4%	55,2%
	Nunca esteve em união (n=360)	61,4%	55,6%	64,0%	66,3%
	Está em união (n=318)	5,4%	38,9%	46,8%	54,5%
	Grupo renda: A1, A2 ou B1 (n=91)	20,5%	58,8%	65,8%	80,1%
	Grupo renda: D ou F (n=199)	34,4%	40,6%	47,4%	48,8%
Teve primeiro filho com 30 anos ou mais	Sem instrução e fundamental incompleto (n=134)	18,2%	39,1%	52,5%	46,4%
	Superior completo (n=139)	25,9%	22,7%	62,4%	82,7%
	Nunca esteve em união (n=28)	12,9%	34,5%	61,9%	45,6%
	Está em união (n=393)	19,0%	28,4%	57,0%	62,6%
	Grupo renda: A1, A2 ou B1 (n=96)	23,4%	23,0%	68,3%	82,7%
	Grupo renda: D ou F (n=131)	17,8%	35,7%	56,4%	44,2%

Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

Na análise da escolaridade retratada pelos extremos “sem instrução e fundamental incompleto” *versus* “superior completo”, como esperado a razão “queria estudar/ter profissão” é reportada por um percentual maior de mulheres com ensino superior completo do que entre aquelas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, independentemente de nunca haver tido filhos ou de ter postergado seu nascimento após os 30 anos. A presença desta razão nas respostas das mulheres mais escolarizadas é cerca de 80% maior do que entre as que não

⁵⁶ Não foi possível realizar a separação por grupos etários por limitações do tamanho da amostra.

chegaram a concluir o ensino fundamental. O percentual entre estas últimas, porém não é pequeno: mais de 30% das mulheres com o menor nível de escolaridade afirmam não ter filhos porque queriam estudar/ter profissão antes que se tornassem mães. Como não avançaram em escolaridade, é provável que esta resposta se relacione mais ao trabalho. A percepção dessas mulheres pode ser a de que a maternidade poderia prejudicá-las na busca de um bom emprego.

Tanto no grupo de mulheres no estrato inferior de instrução quanto no daquelas que concluíram o ensino superior, a resposta “queria estudar/ter profissão” é mais reportada por aquelas que apenas adiaram o início da reprodução do que entre aquelas que nunca tiveram filhos. Ou seja, embora esta resposta não se apresente estatisticamente diferente entre as situações reprodutivas quando se avaliam as mulheres em geral, os dados abertos por escolaridade apontam que não ter filhos para estudar e ter uma profissão deve ser mais comum entre as mulheres que postergaram do que entre as que nunca tiveram filhos, pelo menos em seus grupos extremos.

Quando se considera o percentual de mulheres que adiaram a maternidade e que afirmam que não tiveram filhos antes dos 30 anos porque não queriam, muito mais é revelado. Apenas 20% das mulheres nesta condição reportam esta razão, enquanto que entre as que nunca tiveram filhos quase 60% o fazem. Assim, mais do que falta de vontade de ter filhos, a postergação da maternidade pode ser encarada por estas mulheres apenas como estratégia para atingir estes objetivos, como sugerido por diversos autores. Entre as mulheres menos escolarizadas não há diferença estatisticamente significativa entre as situações reprodutivas no percentual das que reportam que não queriam ter filhos: ambas ficam em torno de 38%. Isto também é consoante com a literatura: essa estratégia seria realmente mais comum entre as mulheres mais escolarizadas.

Este mesmo comportamento pode ser observado para a variável de renda. Entre as mulheres nas classes econômicas mais altas, embora os percentuais de mulheres que reportem que “queria estudar/ter profissão” sejam iguais estatisticamente – cerca de 80% – o percentual que indica “não quis ou nunca quis ter filhos” é bastante diferente: 23% entre aquelas que apenas postergaram o nascimento dos filhos e aproximadamente 60% entre as que nunca tiveram filhos.

Para a situação marital, entretanto, isto não ocorre. A relação entre estas razões não é tão diferente entre as duas situações reprodutivas consideradas – nunca teve filhos ou teve primeiro filho com 30 anos ou mais. Isto pode significar que estas estratégias para atingir

determinados objetivos não estejam tão ligadas à situação marital da mulher quanto estão à sua escolaridade e à sua renda.

Quando se trata de uma ausência temporária de filhos, a razão “queria aproveitar a vida antes de ser mãe” não é reportada de maneira significativamente diferente nos níveis de escolaridade, renda e situações maritais extremos. Porém, para a condição de nunca haver tido filhos, esta razão é mais preponderante entre as mais escolarizadas, mais ricas e que nunca estiveram em união do que entre as que não concluíram o ensino fundamental, estão nas classes econômicas mais baixas e estão em união formal ou informal.

Para as mulheres com o menor nível de instrução e para aquelas nas classes econômicas mais baixas nunca ter se casado é mais reportado entre as que nunca tiveram filhos do que entre as que apenas adiaram o nascimento destes. Entre as mais escolarizadas e entre aquelas nos estratos mais altos de renda isso não ocorre; inclusive a diferença de indicação desta razão entre as situações reprodutivas não é estatisticamente significativa.

Ao comparar os níveis de escolaridade em cada uma das situações reprodutivas também não há diferença significativa entre os percentuais de mulheres que reportam que não tiveram filhos porque não eram casadas. Para os grupos de renda, nunca ter se casado é mais reportado como razão para a ausência de filhos pelas mulheres mais pobres do que pelas mais ricas entre aquelas que nunca tiveram filhos. Para as que apenas adiaram, não há diferença estatisticamente significativa. É importante frisar que as análises desta seção não fazem nenhum tipo de controle pelas demais variáveis. Assim, ao considerar que as mulheres pretas estão em situação desfavorável tanto economicamente quanto no mercado matrimonial (BERQUÓ, 1987; CAVENAGHI; ALVES, 2013), a variável de cor ou raça pode ter uma influência importante nestes resultados.

Das três características analisadas a renda é a que parece mais diferenciar as mulheres em termos de suas razões para a ausência de filhos. Ainda que as demais variáveis também indiquem alguma diferença entre suas categorias extremas, a renda é a que apresenta as maiores diferenças entre os grupos comparados.

Embora avaliar separadamente as razões para a ausência de filhos seja uma abordagem importante, uma perspectiva mais profunda pode ser abordada a partir dos dados disponíveis: como diferenciar uma ausência voluntária de uma ausência involuntária de filhos? É nesta perspectiva que a próxima seção se desenvolve.

3.4. Ausência voluntária ou involuntária de filhos?

A dificuldade de classificação da ausência de filhos entre voluntária e involuntária é amplamente discutida na literatura sobre o tema. Como pontuado anteriormente, no Brasil apenas a PNDS 2006 investiga as razões da ausência de filhos. Por se tratar de uma pergunta com múltiplas respostas fechadas inserida em uma pesquisa muito mais ampla sobre saúde sexual e reprodutiva das mulheres e não de uma entrevista qualitativa em profundidade sobre a ausência de filhos em si, é difícil classificar as respostas em ausência voluntária e involuntária de filhos.

Primeiramente, por ser apenas uma pequena parte de um questionário extenso que não tem como enfoque principal a ausência de filhos, a reflexão sobre suas razões para não haver tido filhos pode ser bastante superficial⁵⁷. É possível que a entrevistada nunca tenha avaliado profundamente suas motivações ou não reconheça como constrangimentos as circunstâncias que a levaram a esta condição, o que a pode fazer entender a ausência de filhos como uma escolha livre quando esta pode não ser a realidade mais profunda ligada a esta questão. Ou mesmo tendo clareza de que como esta condição se estabeleceu em sua vida, ela pode não se sentir à vontade para expor suas razões de não haver tido filhos (antes dos 30 anos) a uma entrevistadora com a qual pode não ter criado vínculo suficiente para tal.

O principal objetivo desta seção é elaborar critérios apurados de classificação da ausência de filhos em voluntária ou involuntária, a partir da combinação das razões apontadas pelas mulheres para que não tenham tido filhos antes dos 30 anos e de outros quesitos disponíveis nesta pesquisa, como número ideal de filhos e autodeclaração de limitação biológica para reprodução.

Porém, não é trivial estabelecer uma classificação de ausência voluntária ou involuntária de filhos através dos dados disponíveis na PNDS 2006. O que se propõe fazer, portanto, é criar *proxies* para estes grupos. Na proposta de classificação de ausência voluntária ou involuntária desenvolvida neste trabalho, há quatro possibilidades de classificação: ausência

⁵⁷ Esta observação não reflete uma crítica à PNDS. A inclusão destes quesitos é fundamental para que esta perspectiva da ausência de filhos seja explorada no Brasil. Sem ela o único caminho possível seria análise qualitativa, inviável em nível nacional para uma tese de doutorado. Porém, é importante pontuar criticamente as limitações da base de dados utilizada.

involuntária de filhos por razões biológicas, provável ausência involuntária de filhos por constrangimentos, ausência voluntária de filhos e classificação indeterminada⁵⁸.

A ausência voluntária de filhos poderia ser mensurada de maneira mais simples apenas pelas respostas “não quis” ou “nunca quis ter filhos”. Ou ainda numa perspectiva mais próxima à proposta pela teoria da segunda transição demográfica, considerando voluntariamente sem filhos todas as mulheres que indicaram que não queriam ter filhos ou que queriam aproveitar a vida ou estudar e ter profissão antes que se tornassem mãe, independente das demais razões apontadas. Porém, ainda que respostas como “queria estudar/ter profissão”, “queria aproveitar a vida” e “nunca quis ou ainda não quis filhos” pareçam claramente ausência voluntária de filhos, individualmente esta classificação pode não ser tão imediata.

Desta forma, a *proxy* escolhida para a ausência voluntária de filhos são os casos em que as mulheres não reportam limitação biológica para a reprodução e indicam exclusivamente que nunca quiseram, que ainda não quiseram ter filhos ou então a combinação destas respostas com as razões “queria estudar/ter profissão” e/ou “queria aproveitar a vida”. Esta última situação pode ser uma indicadora de ausência voluntária de filhos porque a mulher indica um propósito claro para a ausência temporária ou definitiva de filhos e reforça que ter filhos, pelo menos naquele momento, não é algo que ela queira. Isto é, se apenas estas respostas foram apontadas como verdadeiras, não há indícios de que estas mulheres entendam a ausência de filhos como um sacrifício para que níveis mais altos de escolaridade sejam atingidos, para que se estabeleçam profissionalmente ou desfrutem de atividades de lazer que são dificultadas com a maternidade. A indicação é que se trate de uma escolha livre por parte da mulher. Porém, até mesmo nesses casos não há garantias de que se trate estritamente de ausência voluntária de filhos, dados os limites intrínsecos ao questionário. Dentre todas as possibilidades e para que se estabeleça algum critério de ausência voluntária de filhos, esta parece ser a situação mais provável.

A ausência involuntária de filhos – mesmo nos casos mais extremos, como os de limitação biológica para o nascimento de uma criança – também não têm uma classificação imediata. Primeiramente porque uma mulher só saberá que ela não é capaz de conceber se ela fizer alguma tentativa. Nesse caso, pode-se considerar que a ausência de filhos é involuntária,

⁵⁸ Foram considerados *missing* os casos em que há pelo menos um quesito de razão de ausência de filhos com resposta faltante ou então em que a mulher não relatou nenhuma razão para a ausência de filhos. Não se trata de classificação indeterminada porque a limitação não diz respeito à dificuldade de categorização, mas à ausência de informação.

uma vez que ela demonstrou interesse em se tornar mãe, mas foi impedida por fatores que estavam fora de seu controle. Porém, há casos em que a mulher adiou a maternidade por tanto tempo que no momento em que decidiu ter filhos, ela não era mais capaz biologicamente de tê-los. Neste ponto a classificação se torna turva: esta ausência de filhos pode apenas ter se tornado involuntária posteriormente, posto que a postergação da maternidade até aquele momento pode ter sido voluntária (MIETTINEN et al., 2015).

Além disso, a ausência involuntária de filhos engloba não apenas estas mulheres fisicamente incapazes de tê-los, mas também aquelas que gostariam de ter filhos, mas são forçadas por outras circunstâncias alheias à sua vontade a ter filhos mais tarde ou mesmo deixar de tê-los definitivamente (BLOOM; PEBLEY, 1982). Desta forma, mesmo entre as mulheres sem limitações biológicas conhecidas para a reprodução, não se pode pensar de maneira simplista que sempre se trata de escolha, ou seja, de ausência voluntária de filhos. Se a razão apontada pela mulher advir de ausência de parceiro, de dificuldade financeira, de incapacidade de combinar carreira e filhos, de pressão por cuidados de pais doentes ou idosos, por exemplo, essa ausência de filhos pode ser encarada tanto como uma ausência voluntária quanto involuntária, a depender da perspectiva utilizada (BLOOM; PEBLEY, 1982; SOBOTKA, 2009). A linha que separa escolha e constrangimento pode ser muito tênue. A ausência de parceiro, tomada como exemplo, pode ser resultado de uma escolha – derivada de uma baixa expectativa por uma vida familiar tradicional – ou de um constrangimento, ligado à incapacidade de encontrar um parceiro adequado que compartilhe os mesmos objetivos de procriação (TANTURRI; MENCARINI, 2008; MIETTINEN et al., 2015).

Por essas razões, a ausência involuntária de filhos foi dividida em duas: por limitações biológicas e por constrangimentos. Neste primeiro tipo de ausência involuntária de filhos – gerada por limitações biológicas – estão incluídas as mulheres que afirmaram que nunca engravidaram por razões biológicas⁵⁹, que não apontaram não querer filhos como uma razão para a ausência destes e indicaram número ideal de filhos diferente de zero. Por uma questão

⁵⁹ Foram consideradas impossibilitadas de engravidar por razões biológicas aquelas mulheres que afirmam que nunca engravidaram porque elas e/ou os companheiros são inférteis ou então que tentaram engravidar sem sucesso. É importante reforçar que estas respostas se tratam de autodeclaração.

metodológica não é levada em conta se esta dificuldade em conceber é pré-existente ou ocasionada pelo adiamento da maternidade por tempo excessivo⁶⁰.

É considerada uma provável ausência involuntária de filhos por constrangimentos aqueles casos em que a mulher não reporta limitação biológica para a reprodução, mas também não indica nenhuma das respostas mais prováveis de se relacionarem à ausência voluntária de filhos que são “queria estudar/ter profissão”, “queria aproveitar a vida” e “nunca quis ou ainda não quis ter filhos”. Ao invés disso, indicam razão de ausência de filhos relacionada à nupcialidade – ausência de parceiro ou quando presente, desalinhamento de expectativas familiares –, inatividade sexual, medo da gravidez ou do parto e experiência de gravidez interrompida por perda fetal. Como um controle extra foram incluídas nesta categoria apenas as mulheres que indicam número ideal de filhos diferente de zero. Como estas mulheres não indicam falta de vontade de ter filhos, o pressuposto é que as demais razões apontadas teriam agido de maneira negativa em suas intenções reprodutivas. A ideia é que livres das razões apresentadas, as mulheres teriam alguma chance de haver tido filhos.

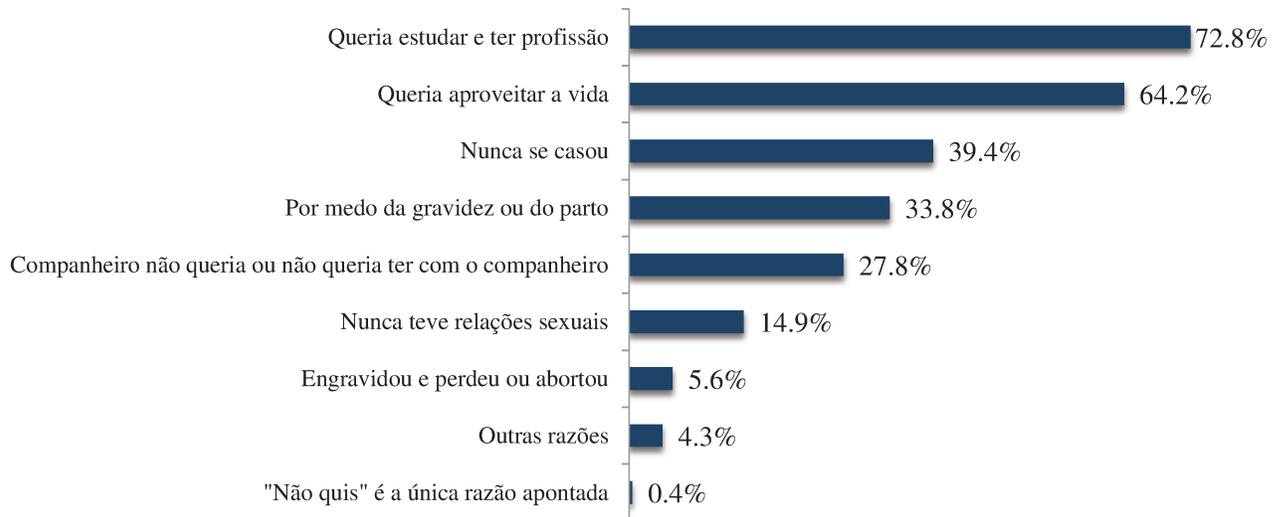
Por fim, a classificação indeterminada contempla as mulheres cujas informações prestadas não permitem que elas sejam classificadas em nenhuma das categorias acima com segurança. Abrange os casos em que pode haver incoerência ou confusão nas respostas e principalmente, aqueles em que há diferentes possibilidades de classificação com a combinação de quesitos. Estão incluídas neste grupo as mulheres que afirmam que nunca quiseram ter filhos e que também apontam razões como desalinhamento de expectativas familiares com o parceiro e medo da gravidez ou do parto, por exemplo.

Na Figura 21 são apresentados os percentuais de mulheres que apontaram outras razões concomitantemente às respostas “nunca quis” e “ainda não quis filhos”. Embora com os dados da PNDS 2006 não seja possível estabelecer a direção desta relação, o “não querer” pode ter suscitado outra razão ou vice-versa. É importante lembrar que as respostas podem ser resultado de uma racionalização *ex post*, isto é uma “revisão” depois que os fatos estejam consumados, o que pode não refletir de fato as razões que seriam apontadas se a pergunta tivesse sido feita anos antes.

⁶⁰ No Capítulo 4 esta questão é retomada e devidamente discutida, já que a dificuldade de engravidar é uma das possíveis repercussões do adiamento da maternidade na vida das mulheres. Para fins classificatórios, toda e qualquer dificuldade biológica de ter filhos associada a não indicação de falta de vontade de ter filhos e número ideal de filhos diferente de zero é considerada ausência involuntária de filhos por razões biológicas.

Cerca de 40% das mulheres que afirmaram que não queriam ter filhos apontaram que nunca ter se casado seria outra razão para que nunca os tenham tido. Para essas mulheres as possíveis relações de causalidade entre estas respostas podem ser opostas. Por um lado a mulher pode nunca ter se casado porque ela não queria ter filhos – seja porque tinha uma baixa expectativa por uma vida familiar tradicional ou então porque não encontrou um companheiro com quem compartilhasse seus ideais familiares. Por outro lado ela pode afirmar que nunca quis ter filhos porque nunca se casou. A união seria um requisito básico para a reprodução e como esta etapa não foi cumprida, a ideia de ter filhos nunca se fez presente em sua vida. De maneira análoga pode-se avaliar as situações das mulheres que afirmaram que não queriam ter filhos e que apontaram que não tiveram filhos porque nunca tiveram relações sexuais, correspondentes a cerca de 15% destas mulheres.

FIGURA 21 – Percentual de mulheres de 30 a 49 anos que apontaram outra(s) razão(ões) para a ausência de filhos além de “não quis” ou “nunca quis ter filhos”, por tipo de razão. Brasil, 2006



Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

Em uma linha parecida figuram as respostas “companheiro não queria ter filhos” e “nunca teve companheiro com quem quisesse ter filhos”, apontadas por quase 30% das mulheres que também afirmaram que não queriam ter filhos. Isto pode significar que esse percentual de mulheres que não queriam ter filhos poderia tê-los tido se elas tivessem um companheiro que quisesse ter filhos ou então tivessem um companheiro que se adequasse às suas expectativas para se tornar o pai de seus filhos. Nesses casos o “não querer” pode ser muito mais flexível com as condições conjugais em que a mulher se encontra do que uma escolha deliberada inegociável.

Além disso, 34% das mulheres que não tiveram filhos e indicaram que nunca quiseram tê-los também apontaram medo da gravidez ou do parto como razão para a ausência de filhos. Ou seja, para estas mulheres, diferente do que se afirma na teoria da segunda transição demográfica, a ausência de filhos pode não ser decorrente da busca de realizações de ordens superiores, mas resultado de um medo desvinculado dessas aspirações. Mesmo que isso não se possa provar estatisticamente a partir desta base de dados, é provável que exista uma relação de causalidade entre essas duas razões. Ao menos uma das razões para que estas mulheres não queiram ter filhos deve ser o medo da gravidez ou do parto e não o contrário. É possível que a relação não seja tão vigorosa em todos os casos, mas pode-se esperar que seja para a maioria deles. Se a decisão de não ter filhos é tomada com um medo como pano de fundo, pode-se

considerar que essa ausência de filhos é voluntária? É realmente uma escolha livre e desimpedida? Mas ao mesmo tempo não poderia ser um exagero afirmar que essa ausência de filhos seja involuntária?

Há ainda os casos que representam menos de 6% dessas mulheres que afirmam que não quiseram ter filhos que também mencionam que em algum momento já engravidaram e perderam ou abortaram. No caso das que perderam, poderia ser anterior a esta gravidez a falta de vontade de ter filhos e que essa não tenha sido planejada, ou então posterior ao aborto espontâneo, cuja experiência pode ter gerado uma reavaliação das preferências reprodutivas. No caso das que afirmam que engravidaram e abortaram – aqui entendidos como abortos provocados –, esta atitude pode reforçar o não desejo por filhos, pelo menos no momento do aborto – ainda que outras situações individuais possam ter culminado num aborto provocado.

Em todos esses casos é possível que a afirmação do “não querer” ter filhos seja acompanhada de situações que poderiam individualmente ser encaradas como constrangimentos relacionados a esta condição. Isto não significa que as mulheres que apresentaram estas combinações de respostas não possam ser sem filhos voluntariamente. É possível que a maioria delas realmente seja. Porém, não há indícios fortes que permitam a classificação dessas mulheres em nenhuma das demais categorias possíveis, isto é, sua classificação é indeterminada com base nas respostas dadas.

Além disso, na classificação indeterminada também estão presentes mulheres que indicam que queriam investir em carreira antes de ter filhos, mas não mencionam que nunca quiseram tê-los. É possível que algumas das mulheres que adiam o nascimento dos filhos ou mesmo deixem de tê-los para se estabelecer profissionalmente sintam que este é um sacrifício que precise ser feito em prol de um propósito maior. Para elas não seria a falta de vontade de ter filhos que impediria o nascimento destes, mas a dificuldade de conciliar estudo e trabalho com a vida familiar. Nesse contexto de desigualdade de gênero nas diferentes esferas da vida feminina (McDONALD, 2000), ter ou não ter filhos pode não ser uma escolha livre e desimpedida.

Embora uma classificação possível para essas mulheres fosse ausência voluntária de filhos, por haver indicado isoladamente uma das razões mais prováveis dessa classificação, elas foram incluídas nessa zona cinzenta por não conter segurança de que não existam outras razões latentes talvez mais importantes do que estas razões indicadoras de escolha desimpedida. A possibilidade de que haja qualquer tipo de prejuízo emocional com a ausência de filhos nesses

casos de aparente ausência voluntária – porém de difícil categorização– foi o principal motivador para a criação de uma categoria de classificação indeterminada. Assim é de conhecimento que em mais de 95% desta categoria há uma tendência à ausência voluntária de filhos, porém não há segurança suficiente para assim classificá-la.

Nem todas as mulheres, portanto, podem ser devidamente classificadas com base em suas respostas. Mais do que fazer uma categorização definitiva das mulheres sem filhos entre condição voluntária e involuntária, o intuito dessa classificação criada neste trabalho é fazer estimativas das melhores *proxies* possíveis que possam ser construídas a partir das informações disponíveis e estimular o debate sobre o tema. Critérios totalmente diferentes poderiam ser utilizados para a construção das categorias, dada a complexidade do fenômeno. Assim, diferentes pesquisadores podem construir diferentes critérios de classificação.

Um resumo dos critérios estabelecidos nesta tese é encontrado do Quadro 1.

QUADRO 1 – Quadro-resumo dos critérios de classificação desenvolvidos neste trabalho a partir dos dados da PNDS 2006 para ausência voluntária e involuntária de filhos⁶¹

Categoria	Critérios
Ausência involuntária de filhos por razões biológicas	<ul style="list-style-type: none"> - Nunca engravidou por razões biológicas⁶². - Não aponta que “não quer ou nunca quis ter filhos”. - Indica número ideal de filhos diferente de zero.
Provável ausência involuntária de filhos por constrangimentos	<ul style="list-style-type: none"> - Não reporta limitação biológica. - Não indica razão comum de ausência voluntária de filhos. - Indica razão(ões) relacionada(s) à nupcialidade, inatividade sexual, medo da gravidez ou do parto e/ou experiência de gravidez interrompida.
Ausência voluntária de filhos	<ul style="list-style-type: none"> - Não reporta limitação biológica. - Indica exclusivamente que nunca quis ou ainda não quis ter filhos ou então a combinação destas respostas com as razões “queria estudar/ter profissão” e/ou “queria aproveitar a vida”.
Classificação indeterminada	<ul style="list-style-type: none"> - Informações prestadas não permitem que seja classificada em nenhuma das categorias anteriores.

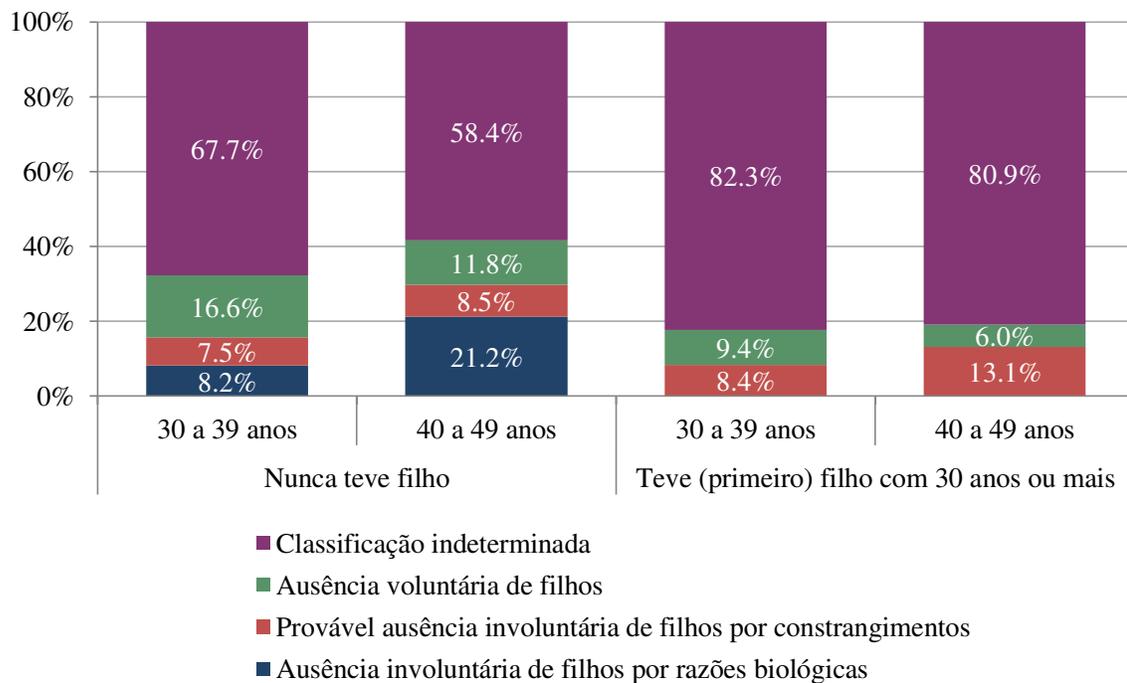
Fonte: Elaboração própria.

⁶¹ As variáveis utilizadas na construção dessas categorias foram: M224_NUNC, M619B_FILH, M63701B_NUNC, M63702B_AIND, M63703B_QUER, M63704B_APRO, M63705B_MEDO, M63706B_MEDO, M63707B_NUNC, M63708B_ENGR, M63709B_ENGR, M63710B_NUNC, M63711B_NUNC, M63712B_COMP, M63796B_OUTR. Para descrições das variáveis, consultar Quadro A.11 do Apêndice A.

⁶² Foram consideradas mulheres que não engravidaram por razões biológicas aquelas que na pergunta M224_NUNC (“Por que você NUNCA engravidou?”) responderam “é infértil”, “companheiro infértil” e “nunca conseguiu engravidar” (categorias 2, 3 e 4). É importante lembrar que se trata de autodeclaração.

A Figura 22 traz o percentual de mulheres segundo cada uma dessas classificações propostas: ausência involuntária de filhos por razões biológicas, provável ausência involuntária de filhos por constrangimentos, ausência voluntária de filhos e classificação indeterminada. A classificação proposta para ausência involuntária por razões biológicas apenas é viável entre as mulheres que nunca tiveram filhos, uma vez que o principal quesito utilizado é a razão para que nunca tenham engravidado. É possível que mulheres que tenham apenas postergado o nascimento dos filhos tenham enfrentado e superado problemas médicos de fertilidade antes que engravidassem, o que poderia indicar uma ausência involuntária de filhos por razões biológicas até então. Estes casos não são contemplados nessa classificação por limitações da base de dados.

FIGURA 22 – Distribuição das mulheres por condição da ausência de filhos (voluntária, involuntária e classificação indeterminada) por grupo etário e situação reprodutiva. Brasil, 2006



Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

Como era de se esperar, a ausência involuntária de filhos por razões biológicas é maior entre as mulheres mais velhas, de 40 a 49 anos, definitivamente sem filhos. Cerca de 20% deste grupo de mulheres que não tiveram filhos não o fizeram por limitações biológicas. Entre as mais jovens cerca de 8% podem ser classificadas nessa mesma categoria. Estes números podem

ser resultado de duas situações distintas: uma delas é a dificuldade de engravidar após um período prolongado de postergação da maternidade. Uma parte destas mulheres pode ter adiado o nascimento dos filhos voluntaria ou involuntariamente por constrangimentos por um período longo e quando tentaram engravidar, descobriram limitações biológicas para tal⁶³. Outra situação é que na maioria dos casos uma mulher só se torna ciente de problemas de infertilidade quando tenta engravidar. No grupo etário de 30 a 39 anos possivelmente há mulheres que estavam adiando o nascimento dos filhos e por isso ainda não haviam “testado” sua fertilidade. Estes números revelam por fim que, no geral, cerca de 2% das mulheres brasileiras são sem filhos de maneira definitiva e involuntária por razões biológicas.

A provável ausência involuntária de filhos por constrangimentos pode ser mensurada tanto para as mulheres que nunca tiveram filhos quanto para as que apenas adiaram o nascimento destes. E não há diferença estatisticamente significativa entre estes grupos e entre os grupos etários. Entre o total de mulheres que não tinham experimentado a maternidade antes dos 30 anos, pelo menos 7,5% não o fizeram provavelmente por constrangimentos. Esta categoria deve englobar mais mulheres do que os números apresentam. Isto porque a classificação indeterminada deve conter mulheres que se encaixariam nessa situação, mas que não fornecem segurança suficiente com as respostas disponíveis para classificá-la como tal.

A ausência voluntária de filhos poderia ser mensurada pelo menos de três maneiras diferentes pelos dados da PNDS 2006, como já apontado. Uma delas é pelas mulheres que reportaram que não tiveram filhos porque não queriam, outra é pelas mulheres que indicaram que não queriam ter filhos ou que queriam aproveitar a vida ou estudar e ter profissão antes que se tornassem mães, independente das demais razões apontadas; e a última, que é a classificação proposta neste trabalho, considera ausência voluntária de filhos apenas as mulheres que indicam que nunca quiseram ou ainda não quiseram ter filhos como a única razão para que não tenham se tornado mães antes dos 30 anos/nunca tenham sido mães ou a combinação destas respostas com as razões “queria estudar/ter profissão” e/ou “queria aproveitar a vida”.

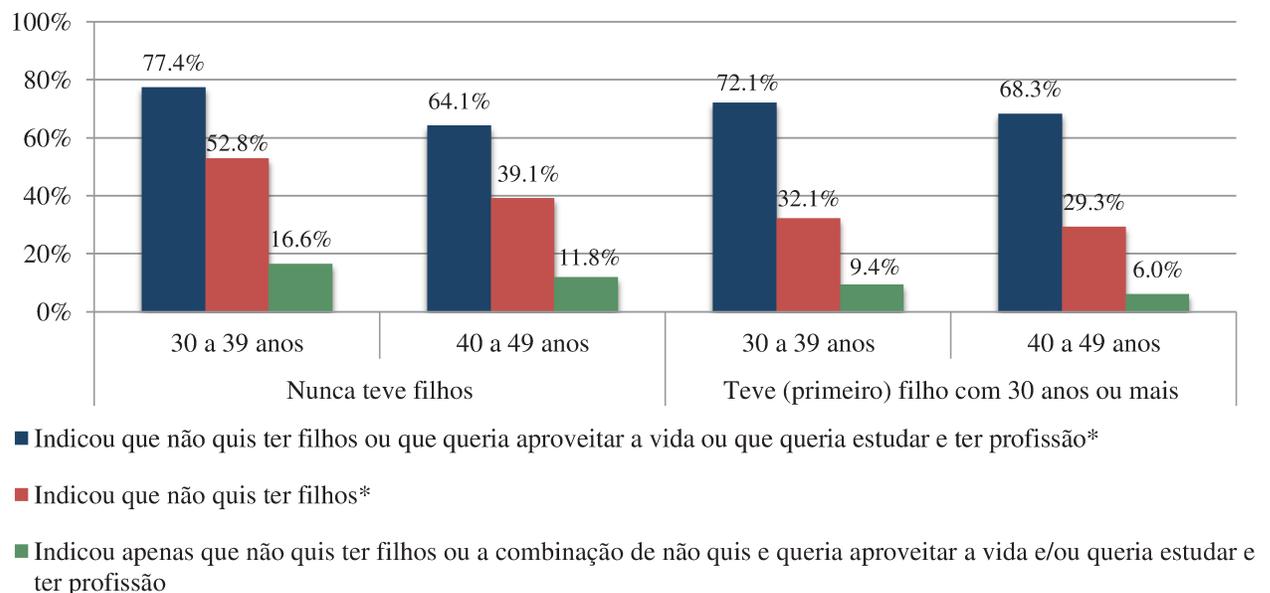
As diferenças entre as três classificações tanto teórica quanto numericamente são muito grandes. A Figura 23 traz a comparação do percentual de mulheres sem filhos que seriam consideradas voluntárias segundo cada um destes critérios. O critério mais amplo que considera

⁶³ Esta situação é melhor explorada no Capítulo 4, que trata das repercussões da ausência de filhos na vida das mulheres que não os tiveram ou adiaram o nascimento destes para 30 anos de idade ou mais.

qualquer uma das três razões utilizadas na construção dos critérios como indicação de ausência voluntária de filhos, atinge valores próximos de 70% das mulheres que não tiveram filhos ou que não os tiveram antes dos 30 anos. Quando se considera apenas a razão “não quis ter filhos”, independente das demais razões apontadas, este percentual cai. Entre as que nunca tiveram filhos e tem entre 30 e 39 anos, é próximo a 50%. Já entre as que tiveram o primeiro filho com mais de 30 anos, fica em torno de 30%.

O critério mais rigoroso – adotado neste trabalho e apresentado também na Figura 22 – exibe percentuais substancialmente menores. Quando se considera ausência voluntária de filhos apenas naqueles casos em que a mulher aponta que não quis ter filhos como a única razão para a ausência destes ou então combina esta resposta com aquelas que apontam investimento na carreira e/ou vontade de aproveitar a vida antes de se tornar mãe, os percentuais nem se aproximam de 20%. Assim como no critério anterior, ele é maior entre as que nunca tiveram filhos do que entre as que iniciaram a maternidade com 30 anos ou mais e também é maior entre as mais jovens do que entre as mais velhas. O percentual de ausência de filhos segundo este critério é de apenas 6% entre as mulheres de 40 a 49 anos que não tiveram filhos antes dos 30 anos.

FIGURA 23 – Percentual de ausência voluntária de filhos segundo três diferentes critérios por grupo etário e situação reprodutiva. Brasil, 2006



Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

Nota: *Pode ter indicado quaisquer outras razões de ausência de filhos além da(s) indicada(s).

Estes valores tão baixos não devem representar toda a ausência voluntária de filhos no Brasil. Isto se deve aos casos de mulheres possivelmente sem filhos de maneira voluntária que se encontram na classificação indeterminada. Porém a totalidade da ausência voluntária de filhos também não deve ser tão alta quanto a apresentada pelos demais critérios, uma vez que estas respostas utilizadas na construção dos critérios podem envolver constrangimentos e não apenas motivações para a ausência de filhos, como previamente mencionado. É necessário também que aqui se retome que há limitações inerentes ao questionário, cuja captação das respostas pode não ter a precisão necessária para se fazer afirmações certas sobre o percentual de ausência voluntária de filhos no Brasil.

Embora não seja possível estimar precisamente a ausência voluntária de filhos no Brasil a partir dos dados da PNDS 2006, algumas conclusões importantes sobre isso podem ser extraídas. Primeiramente, quando se considera ausência voluntária de filhos, é de se esperar que a mulher reporte que não quer tê-los. No questionário não há indicação de que as respostas seriam espontâneas. Assim as opções devem ter sido lidas na ordem em que aparecem no questionário e as primeiras razões elencadas são “nunca quis ter filhos” e “ainda não quis ter filhos”. Se uma mulher é voluntariamente sem filhos, ou seja, se ela escolheu livre e satisfatoriamente não tê-los – ao menos antes dos 30 anos, não há razão aparente para que ela não reporte que não queria como uma razão. Por ser a primeira opção de resposta, o cansaço de responder a pergunta não poderia ser uma justificativa. As demais razões utilizadas na construção dos critérios – “queria aproveitar a vida” e “queria estudar/ter profissão”, se foram indicadas sem a combinação da razão “não quis ter filhos”, pode sugerir a existência de conflitos entre maternidade e carreira que poderiam impactar negativamente as expectativas familiares das mulheres (McDONALD, 2000).

Portanto, o intervalo mais provável do verdadeiro percentual de ausência voluntária no Brasil é aquele entre o critério proposto neste capítulo – que é o mais restrito – e o critério que considera ausência voluntária de filhos para todos os casos em que a mulher reporta que não queria ter filhos, independente das demais razões apontadas. Para refinar a estimativa, são consideradas as mulheres de 40 a 49 anos, cuja situação reprodutiva está permanentemente definida para praticamente todas elas.

Assim, entre as mulheres definitivamente sem filhos, de 12% a 40% delas não os tiveram de maneira voluntária. Entre aquelas que adiaram o nascimento dos filhos, de 6% a 30% delas postergaram a maternidade para após os 30 anos voluntariamente. Entre estas últimas os

números podem ser maiores devido à ausência involuntária de filhos causada por dificuldade de engravidar em idades mais avançadas, que pode ser resultado de uma postergação voluntária prolongada. Ao considerar apenas os valores diretamente, verifica-se então que a ausência voluntária de filhos é maior entre aquelas que nunca os tiveram do que entre aquelas que apenas adiaram o nascimento destes para idade superior a 30 anos.

A partir dos critérios estabelecidos acima, a ausência voluntária definitiva de filhos entre as mulheres brasileiras em geral pode variar de 2% a 16%. O mais provável, entretanto, é que esteja entre 2% e 7,5%. Na Europa o percentual de mulheres voluntariamente sem filhos de maneira definitiva é abaixo de 10% em quase todos os países, exceto na Bélgica e na Áustria. Em alguns países este valor chega a ser abaixo de 1% (HAKIM, 2005; MIETTINEN et al., 2015). Assim o Brasil deve se aproximar da maior parte dos países europeus quando se trata de percentual de ausência definitiva e voluntária de filhos.

A última categoria possível é a classificação indeterminada, composta pelas mulheres que não puderam ser classificadas com segurança em nenhuma das categorias anteriores. Apesar de não permitir conclusões acerca da natureza da ausência de filhos – se é voluntária ou involuntária – a classificação indeterminada é importante neste trabalho. A razão mais imediata é reforçar que existe uma limitação grande da base de dados para a estimação de percentual de ausência voluntária e involuntária de filhos. Por não ser uma pesquisa específica sobre este tema, ainda que ela passe por essa questão e seja importante para uma exploração inicial, apenas uma pesquisa específica – preferencialmente qualitativa – seria capaz de fornecer melhores insumos⁶⁴ para uma classificação mais precisa dessas mulheres, que correspondem de 60% a 80% do total (Figura 22).

Além disso, esta classificação é ainda menos satisfatória entre as que adiaram o nascimento dos filhos do que entre as que não os tiveram. Isto pode ser resultado de duas ações distintas. Como as perguntas foram feitas depois que estas mulheres tiveram filhos, suas respostas podem não ser tão claras e coerentes quanto seriam se tivessem sido perguntadas antes de tê-los. A racionalização *ex post* pode mudar algumas percepções anteriores ou ainda gerar reavaliação das respostas de acordo com o que seria aceita socialmente como uma resposta adequada. Há o

⁶⁴ Mesmo pesquisas qualitativas, como entrevistas em profundidade, podem não permitir a perfeita classificação da ausência de filhos em voluntária e involuntária. Como esta é uma questão muito profunda e pessoal da vida da mulher, diversos elementos da psicologia poderiam ser também levados em conta na análise, o que reforça a complexidade da questão.

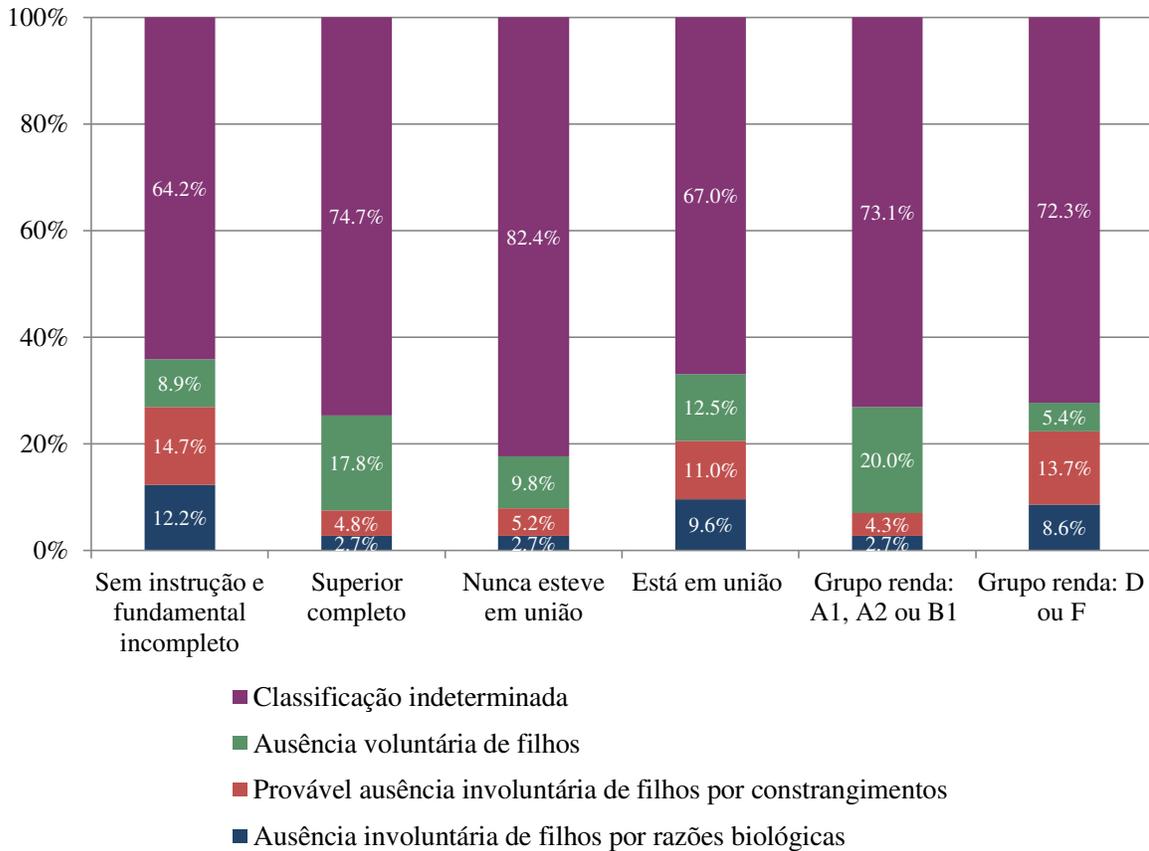
estigma, por exemplo, de afirmar que um filho é indesejado (COUTINHO, 2016). Ou ainda como não é possível classificar a ausência involuntária de filhos por razões biológicas entre aquelas que apenas adiaram a maternidade, pelo menos uma parte destas mulheres também deve se enquadrar na classificação indeterminada.

Porém, como já amplamente discutido neste capítulo, avaliar as razões isoladamente não permite que conclusões mais profundas sejam extraídas dos resultados. Para complementar esta análise, portanto, são avaliadas as distribuições das mulheres nas categorias extremas das características socioeconômicas e demográficas mais importantes para a ausência de filhos segundo a classificação proposta neste trabalho para ausência voluntária e involuntária de filhos⁶⁵. Embora não seja possível afirmar com convicção que exista mais ausência voluntária ou involuntária de filhos em determinada característica devido às limitações desta categorização, algumas indicações importantes sobre o tema podem ser extraídas destes resultados – apresentados na Figura 24, principalmente para orientar pesquisas futuras.

Não há indicações na literatura de que a infertilidade atinja de maneira diferente as mulheres de acordo com as suas características socioeconômicas e demográficas. Porém, de acordo com o critério estabelecido neste capítulo, a ausência involuntária de filhos por razões biológicas mostra-se mais comum entre as mulheres menos escolarizadas, entre aquelas que estão nos estratos mais baixos de renda e também entre as que estão em união. No que diz respeito à situação marital, esta diferença deve ser resultado do menor conhecimento de limitações biológicas para o nascimento de uma criança entre as que nunca se uniram, uma vez que pela vinculação de nupcialidade e reprodução a maior parte delas pode nunca ter tentado engravidar e assim, desconhecem qualquer condição relacionada à infertilidade. Para renda e escolaridade a hipótese é que as mulheres nos estratos mais altos destas características devem ter maior conhecimento e acesso às técnicas de reprodução assistida, o que as permite que saiam do grupo das mulheres inférteis e se integrem ao grupo das mulheres que tiveram filhos. Como a partir do questionário não é possível saber quais entre as que tiveram filhos haviam enfrentado dificuldades biológicas para a concepção, é inviável verificar por meio dos dados se esta hipótese é apropriada.

⁶⁵ Por limitação do tamanho da amostra não é possível realizar a separação entre as situações reprodutivas – nunca teve filhos e teve primeiro filho com 30 anos ou mais.

FIGURA 24 – Distribuição das mulheres de 30 a 49 anos por condição da ausência de filhos (voluntária, involuntária e classificação indeterminada), por características socioeconômicas e demográficas selecionadas. Brasil, 2006



Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

Apesar de existir uma gama de procedimentos possíveis para reverter os casos de infertilidade, todos são caros e não há garantias de sucesso⁶⁶. Até mesmo quando a resposta é positiva e a gravidez é levada a termo, não são incomuns os casos em que os procedimentos precisem ser realizados mais de uma vez até que se tenha êxito. Apenas a partir de 2012 – ou seja, em data posterior à realização da PNDS 2006 – o Sistema Único de Saúde (SUS) passou a garantir recursos financeiros para os estabelecimentos de saúde que realizam procedimentos de atenção à Reprodução Humana Assistida e assim ampliaria a oferta destes tratamentos. Porém, há apenas nove estabelecimentos de saúde credenciados para oferecerem estes serviços (BRASIL, 2012). Além das filas de espera, nem todas as UFs são cobertas, o que ainda indica carência

⁶⁶ A taxa média de fertilização para a técnica de fertilização in vitro era de 73% no Brasil em 2015 (BRASIL, 2016).

destes tratamentos. Sem a garantia de acesso pelo SUS e com os altos preços dos tratamentos em clínicas particulares, as mulheres nos estratos mais baixos de renda são as maiores prejudicadas.

A provável ausência involuntária de filhos por constrangimentos segue o mesmo padrão da ausência involuntária de filhos por razões biológicas, que é mais comum entre as mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, entre as mulheres nos estratos mais baixos e renda e entre aquelas que estão em união. Com a limitação do tamanho da amostra da base de dados⁶⁷, é arriscado tentar separar este grupo de acordo com as razões apontadas ou por outras características socioeconômicas e demográficas numa tentativa de refinar a análise. A hipótese é que a maior dificuldade de acesso à saúde por parte das mulheres nos estratos mais baixos de renda e escolaridade influenciem respostas como “medo da gravidez ou do parto” e “engravidou e perdeu”⁶⁸. Isso se daria pelo menor acesso à informação, a tratamentos para possíveis limitações biológicas não entendidas pelas mulheres como infertilidade⁶⁹ e a acompanhamento pré-natal.

Quando se avalia individualmente a indicação destas razões pelas características de renda e escolaridade (Tabela 13), pode-se observar que elas são mais comuns nos estratos mais baixos do que nos mais altos destas variáveis⁷⁰. Já para as razões relacionadas à conjugalidade, não há diferença estatística entre os grupos extremos dessas características socioeconômicas e demográficas selecionadas. Embora estes números não remetam exclusivamente às mulheres classificadas com provável ausência involuntária de filhos por constrangimentos, eles contribuem para a formulação da hipótese apresentada.

⁶⁷ No estrato mais baixo de renda apenas 51 mulheres foram classificadas com ausência involuntária de filhos por constrangimentos. No nível mais baixo de instrução apenas 55 mulheres receberam esta classificação.

⁶⁸ Nem todas as mulheres que indicaram estas razões são classificadas na categoria de provável ausência involuntária de filhos por constrangimentos. Porém estas são algumas das respostas possíveis para as mulheres que receberam esta classificação.

⁶⁹ É importante lembrar que a infertilidade da mulher ou de seu parceiro é captada no questionário por autodeclaração.

⁷⁰ As diferenças entre os grupos são estatisticamente significativas com 95% de confiança.

TABELA 13 – Percentual de mulheres de 30 a 49 anos que indicaram razões relacionadas à ausência involuntária de filhos por constrangimentos nos grupos extremos de renda e escolaridade. Brasil, 2006

	Grupo renda: A1, A2 ou B1	Grupo renda: D ou F	Sem instrução e fundamental incompleto	Superior completo
Medo de gravidez ou do parto*	21,9%	41,3%	35,1%	19,1%
Engravidou e perdeu*	8,7%	15,1%	16,2%	10,7%
Nunca se casou	21,9%	28,5%	25,9%	31,7%
Companheiro não queria ou não queria ter com o companheiro	18,8%	20,6%	17,8%	22,4%

Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

Nota: * Diferença estatisticamente significativa entre os grupos extremos de uma mesma característica (confiança de 95%).

Outro ponto que pode contribuir para esta diferença entre os grupos extremos de renda e escolaridade são os casos de ausência de filhos por dificuldade de conciliação entre carreira e maternidade, mais comuns às mulheres de alta renda e alta escolaridade (COUTINHO, 2016). Como esta classificação não pode ser realizada com segurança, as mulheres que seriam candidatas segundo as respostas dadas na PNDS 2006 e que poderiam ser incluídas neste grupo, foram alocadas neste trabalho na classificação indeterminada. Classificá-las como involuntariamente sem filhos por constrangimentos ou voluntariamente sem filhos exige uma pesquisa muito mais profunda do que foi possível realizar com o questionário da PNDS. Desta forma é possível que o percentual de ausência involuntária de filhos por constrangimentos entre os grupos extremos de renda e escolaridade não sejam tão diferentes, porém os motivos para que tenham sido classificados nesta categoria, sim.

Diferentemente do esperado, a ausência involuntária de filhos por constrangimentos – em que uma das possibilidades é ser gerada pela ausência de união – é baixa entre as mulheres que nunca se uniram. Aparentemente, conforme resultados anteriores, as mulheres que nunca se uniram – em especial, aquelas que nunca tiveram filhos – apresentam a maior multiplicidade de razões para que nunca tenham sido mães: seus percentuais em cada uma das principais razões são igualmente altos, diferentemente das demais mulheres, cujos percentuais apresentam maiores variações. Isto pode ter contribuído para a maior dificuldade de classificar estas mulheres segundo os critérios estabelecidos neste capítulo: as mulheres que nunca se uniram são as que apresentam o maior percentual de classificação indeterminada. Desta forma é inviável fazer qualquer tipo de afirmação sobre ausência involuntária de filhos por constrangimentos para estas mulheres com os dados utilizados neste capítulo. São muitos os casos em que as mulheres

afirmam que não tiveram filhos porque não se casaram e ao mesmo tempo reportam que não queriam ter filhos⁷¹. Teria uma razão influenciada a outra? Não é possível afirmar pelos dados disponíveis. Porém, uma pesquisa específica sobre o tema – preferencialmente, qualitativa – aumentaria a possibilidade de classificar adequadamente estes casos.

A ausência voluntária de filhos por sua vez é mais comum entre as mulheres mais escolarizadas e nos estratos mais altos de renda. A relação entre ausência voluntária de filhos e renda não é unânime na literatura. Em alguns estudos o efeito da renda sobre a ausência voluntária de filhos parece ser marcadamente positivo, enquanto que em outros o seu impacto parece ser reduzido (TANTURRI et al., 2015). Porém, para as mulheres mais escolarizadas há maior consonância. Estas podem apresentar maior ausência voluntária de filhos, segundo o critério estabelecido, pois pertencem previamente a um grupo em que há pouca ênfase na maternidade ou então porque seus valores e estilo de vida foram influenciados durante sua formação e se tornaram menos tradicionais. A escolarização pode ter oferecido a estas mulheres planos alternativos à maternidade, como maior investimento na carreira, por exemplo. Além disso, o acesso a meios contraceptivos é maior entre essas mulheres, o que viabiliza a não-maternidade pretendida voluntariamente (TANTURRI; MENCARINI, 2008; SOBOTKA, 2009; COUTINHO, 2016).

Sabe-se que este percentual não deve corresponder à totalidade da ausência voluntária de filhos no Brasil devido ao alto nível restritivo do critério, porém é um bom parâmetro para comparação entre os extremos das características socioeconômicas e demográficas. Como neste trabalho as análises foram realizadas sem controle por outras variáveis, por limitações de tamanho de amostra, os efeitos podem se misturar. Entre as mulheres de 30 a 49 anos que não tiveram filhos ou adiaram o momento de tê-los para depois dos 30 anos de idade e estão no estrato mais alto de renda, 80% delas também possuem ensino superior completo. Ao avaliar as duas variáveis isoladamente, não é possível mensurar o que é efeito da renda e o que é efeito da escolaridade, além dos efeitos de todas as demais características socioeconômicas e demográficas não consideradas na análise. Este controle conforme feito no Capítulo 2, tão somente é possível por modelos estatísticos, que são inviabilizados pelo tamanho da amostra da PNDS 2006. A impossibilidade de isolar o efeito de determinada característica não atinge apenas a interpretação

⁷¹ Cerca de metade das mulheres de 30 a 49 anos, independente de sua situação reprodutiva, que reportam nunca ter se casado como razão para a ausência de filhos também indicam “não quis” como razão.

dos resultados da ausência voluntária de filhos, mas todas as análises realizadas neste capítulo e as do Capítulo 4, que utiliza a mesma base de dados.

3.5. Comentários finais

Este capítulo teve quatro objetivos. O primeiro deles era explorar a partir dos dados da PNDS 2006 o que aproxima e o que afasta – em termos de características socioeconômicas e demográficas – as mulheres classificadas segundo sua situação reprodutiva: as que tiveram filhos antes dos 30 anos, as que tiveram filhos com 30 anos e mais e as que nunca tiveram filhos. Como indicado no Capítulo 2, as principais características socioeconômicas e demográficas relacionadas à ausência de filhos – temporária ou definitiva – são escolaridade, renda e situação marital. A última aproxima as mulheres que tiveram filhos depois dos 30 anos daquelas que iniciaram a maternidade antes deste período. Já escolaridade e renda – com concentração em seus estratos mais altos, se mostram mais relacionadas à ausência de filhos, seja ela temporária ou definitiva.

O segundo objetivo era identificar as principais razões da ausência de filhos temporária ou definitiva, e verificar se há diferenças importantes entre as mulheres que apenas adiaram e as que nunca tiveram filhos e entre os grupos etários e principais características socioeconômicas e demográficas. As razões mais comumente apontadas pelas mulheres que não tiveram filhos ou adiaram o momento de tê-los para depois dos 30 anos de idade são: “queria estudar/ter profissão”, “queria aproveitar a vida”, “nunca se casou” e “não quis”. Das três características analisadas – situação marital, renda e escolaridade –, a renda é a que parece diferenciar mais as mulheres em termos de suas razões para a ausência de filhos.

O terceiro objetivo era discutir a dificuldade de categorização da ausência de filhos em voluntária e involuntária, propor um critério de classificação consistente a partir dos dados da PNDS 2006 e verificar se existem diferenças entre os grupos extremos das principais características socioeconômicas e demográficas relacionadas à ausência de filhos. Apesar de todas as limitações dos critérios, algumas estimativas e conclusões puderam ser extraídas desta classificação. Em termos de resultados destacam-se as estimativas da ausência definitiva involuntária por razões biológicas e também da ausência voluntária de filhos no Brasil. A ausência definitiva involuntária de filhos por razões biológicas foi estimada em 2% para a população feminina geral de 40 a 49 anos. A ausência voluntária de filho, por sua vez, foi

mensurada num intervalo de 2% e 7,5% entre todas as mulheres brasileiras deste grupo etário. Na análise das características socioeconômicas e demográficas observou-se que a ausência involuntária de filhos por razões biológicas é mais comum nos estratos mais baixos de renda e escolaridade – provavelmente influenciada pela diferença de acesso a tratamentos de reprodução assistida entre os grupos extremos destas características, enquanto que a ausência voluntária de filhos, por sua vez, é mais comum nos extremos opostos: mulheres mais ricas e escolarizadas.

É fundamental também nestas considerações finais apontar as limitações do estudo desenvolvido e os principais desafios que ficam nesta perspectiva para o avanço da pesquisa sobre ausência de filhos no Brasil.

O primeiro ponto a ser mencionado é a necessidade de repetição destes quesitos na próxima PNDS. Como há apenas um período no tempo disponível para a análise, não é possível determinar se as diferenças encontradas entre os grupos etários são devido à idade ou à coorte destas mulheres. Com mais de um ponto no tempo seria possível buscar a identificação das coortes e verificar qual comportamento é comum a elas e qual é inerente aos grupos etários. Como estas informações só estão disponíveis para um ano, coorte e idade se confundem. Além disso, os dados utilizados neste capítulo – e no próximo desta tese – são referentes a 2006, isto é, têm mais de 10 anos. Como houve um aumento importante da ausência de filhos entre as mulheres de 25 a 34 anos de 2000 para 2010, muito pode ter mudado neste período e não ter sido captado numa pesquisa realizada em 2006, no meio deste período.

Porém, mesmo a repetição da PNDS com estes quesitos não elimina a necessidade de realização de pesquisas qualitativas sobre a ausência de filhos no Brasil. Não ter segurança para classificar adequadamente em ausência voluntária ou involuntária de filhos até 80% das mulheres que não os tiveram antes dos 30 anos, a depender da situação reprodutiva e grupo etário, é o maior indicativo da necessidade de explorar qualitativamente esta questão. Estas pesquisas contribuiriam principalmente para a melhoria da identificação do que se trata de ausência voluntária e o que se trata de ausência involuntária de filhos por constrangimentos. Se as circunstâncias em que vivem as mulheres que adiam a maternidade para depois dos 30 anos ou deixam de ter filhos definitivamente – seja em nível individual ou mesmo no coletivo – em seu período reprodutivo fossem diferentes, elas ainda deixariam de ter ou teriam adiado o nascimento de seus filhos? Se houver qualquer tipo de constrangimento, o que pode ser feito para que estas mulheres realizem suas expectativas reprodutivas e familiares?

No contexto europeu de baixa fecundidade, surge uma importante discussão acerca de políticas públicas que pudessem aliviar o custo de criação dos filhos e aumentar as oportunidades de realização dos desejos reprodutivos, uma vez que mulheres que postergam o nascimento dos filhos por muito tempo podem terminar o período reprodutivo sem filhos ou com menos filhos do que desejavam. Estas políticas provavelmente não teriam impacto sobre as mulheres voluntariamente sem filhos, dada que esta deve ser uma decisão enraizada em um estilo de vida e, portanto, muito além da esfera das políticas públicas. No entanto, entre as pessoas que estão incertas quanto a seus planos reprodutivos futuros, estas políticas podem modificar a quantidade de filhos tidos por elas durante toda a vida. As principais políticas consideradas são as de provimento de creches de qualidade, flexibilização do horário de trabalho, longo período de licença maternidade remunerada e divisão do período de licença entre pais e mães. Na Itália, sob cenários hipotéticos, uma proporção considerável de mulheres sem filhos reagiria positivamente a políticas favoráveis à família, particularmente àquelas que ajudem a conciliar maternidade e trabalho (BLOOM; PEBLEY, 1982; HAKIM, 2005; MENCARINI; TANTURRI, 2006; TANTURRI; MENCARINI, 2008). E no Brasil, haveria necessidades semelhantes?

A principal conclusão que se pode extrair deste capítulo é que há uma pluralidade de razões envolvidas na ausência de filhos e não faz sentido tentar colocar todas essas mulheres dentro de uma mesma “caixinha”. Como pontua Shapiro (2014), o foco central sobre a liberdade como um fator motivador da ausência de filhos é problemático por ser simplista. Não é razoável atribuir no Brasil toda a ausência de filhos – temporária ou definitiva – à liberdade de buscar aspirações de níveis mais altos como autodesenvolvimento e autorrealização, compatíveis aos fundamentos da segunda transição demográfica. É provável que haja um grupo de mulheres que se adequem a essa situação, principalmente entre as mais escolarizadas e em melhores situações econômicas. Elas, porém, não representam a totalidade da ausência de filhos no Brasil e sequer devem corresponder à maioria dela.

De acordo com os critérios estabelecidos neste Capítulo e que geram estimativas inferiores aos que devem ser os percentuais reais, a ausência involuntária de filhos – por razões biológicas ou constrangimentos – chega a corresponder à classificação de 30% das mulheres sem filhos temporária ou permanentemente. E mesmo entre aquelas que poderiam ser classificadas num critério aderente à teoria da segunda transição demográfica, como ausência voluntária de filhos ao indicar aspirações de carreira como razão para a ausência de filhos, parte delas

poderiam ter planos familiares diferentes se não existisse o conflito trabalho-família gerado pelo descompasso de equidade de gênero nas instituições sociais voltadas para os indivíduos – como trabalho e educação – e sustentada desigualdade de gênero nas instituições sociais orientadas para a família (McDONALD, 2000). Embora não haja estimativas precisas para a parcela das mulheres sem filhos ou que adiaram o nascimento destes e se reconheçam nesta realidade, sabe-se que no Brasil as mulheres ainda são as principais responsáveis pelas atividades domésticas e de cuidados dentro das famílias e que o nascimento do primeiro filho torna as atribuições do casal ainda mais demarcadas pelo gênero (OLIVEIRA; MARCONDES, 2004; 2016).

Tampouco existem indicações que haja um princípio de recusa da maternidade entre as mulheres brasileiras. Além das evidências já citadas, há também outro valor importante a ser avaliado nesta questão: entre as mulheres de 30 a 49 anos que nunca tiveram filhos, menos de 10% delas indicam zero como número ideal de filhos para se ter a vida toda e reportam que não querem ter filhos no futuro. Quando são avaliadas na população feminina como um todo neste grupo etário, elas correspondem a menos de 1,5% das mulheres. O que não se pode saber a partir dos dados utilizados, é se este grupo de mulheres tem crescido ao longo dos anos. Porém mesmo que isto tenha ocorrido, não há indícios de que a recusa da maternidade seja uma realidade abundante no Brasil.

A PNDS não se limita a explorar apenas as razões da ausência de filhos, mas também investiga quais foram as repercussões desta condição na vida das mulheres. O próximo capítulo é dedicado, então, a este outro olhar complementar sobre a ausência de filhos. As principais perguntas que se abrem são: quais são as principais repercussões de não ter tido filhos antes dos 30 anos na vida dessas mulheres? Há diferenças de acordo com suas características socioeconômicas e demográficas? E quanto às suas situações reprodutivas – se apenas postergaram o nascimento dos filhos ou deixaram de tê-los definitivamente – as avaliações são diferentes? Estas repercussões variam de acordo com as razões apontadas por estas mulheres? E quando se consideram as classificações de ausência voluntária e involuntária de filhos, as avaliações desta condição sobre suas vidas são diferentes? É nessa linha que o próximo capítulo se desenvolve, com o intuito de aprofundar ainda mais a investigação sobre o fenômeno da ausência de filhos no Brasil.

CAPÍTULO IV

4. Quais são as implicações da ausência de filhos na vida das mulheres?

4.1. Introdução

No Capítulo 3 desta tese foram exploradas as razões da ausência de filhos entre as mulheres brasileiras. A PNDS permite também conhecer as repercussões desta condição na vida das mulheres. Abordagem muito menos discutida na literatura que as demais realizadas nos capítulos anteriores, a exploração das repercussões da ausência de filhos definitiva ou temporária na vida das mulheres fornece uma nova dimensão do fenômeno. Além de compreender o que levou uma mulher a adiar o nascimento de seus filhos ou mesmo deixar de tê-los, é importante entender como esta condição impactou sua vida. Há arrependimento por não ter tido filhos? Não ser mãe proporcionou conquistas que seriam impedidas ou dificultadas pela maternidade? Há concomitantemente vantagens e desvantagens de não ter filhos ou de adiar o nascimento destes?

Este capítulo busca, portanto, explorar a avaliação das mulheres quanto às consequências da ausência de filhos temporária ou definitiva em suas vidas. O primeiro objetivo deste capítulo – tratado na seção 4.2 – é explorar de maneira geral as repercussões da ausência de filhos no Brasil, a partir dos dados da PNDS 2006. A ideia é não apenas verificar o percentual de mulheres que reporta determinada consequência como também qualificá-las em positivas ou negativas e assim visualizar de maneira mais ampla a percepção das mulheres acerca das consequências da ausência de filhos em suas vidas.

Porém, assim como as razões da ausência de filhos exploradas no capítulo anterior, esta percepção pode mudar de acordo com as características socioeconômicas e demográficas das mulheres. Esta avaliação é realizada na seção 4.3 deste capítulo. Há também outro olhar fundamental para estes dados: qual a relação entre as razões e as repercussões da ausência de filhos? Os objetivos ligados à ausência de filhos teriam sido atingidos devido a esta condição? Seriam certas razões mais comumente sucedidas de avaliações positivas ou negativas das consequências da ausência definitiva ou temporária de filhos? A seção 4.4 deste capítulo é destinada a explorar estas questões e, como aprofundamento das indagações anteriores, investigar se há diferença na percepção das repercussões da ausência de filhos entre as mulheres classificadas como voluntária ou involuntariamente nesta condição.

4.2. As repercussões da ausência de filhos: percepção positiva ou negativa?

A PNDS 2006 é a única base de dados que possui em nível nacional um quesito que explore as repercussões da ausência de filhos no Brasil. No total há 11 respostas possíveis para a pergunta “Quais das seguintes situações explicam melhor as repercussões na sua vida por não ter tido filhos antes dos 30 anos?”. Na Tabela 14 é possível verificar o percentual de mulheres que indicaram cada uma das repercussões da ausência de filhos existentes nesta pesquisa, de acordo com seu grupo etário e situação reprodutiva – nunca teve filhos ou teve o primeiro filho com 30 anos ou mais.

As avaliações positivas sobre a ausência de filhos, definitiva ou temporária, são as mais comuns entre as mulheres que responderam a este quesito. Ter conseguido aproveitar a vida é reportada como consequência da ausência de filhos pela maioria das mulheres de 30 a 49 anos que adiaram o nascimento dos filhos ou deixaram de tê-los definitivamente: em média 70% delas o fazem. Esta é a resposta mais comumente dada pelas mulheres que nunca tiveram filhos e entre as que postergaram a maternidade é apenas menos reportada que “ter tido filho(s) mais tarde a tornou uma mãe mais confiante”.

Embora por construção não fosse esperado que mulheres que nunca tiveram filhos indicassem que ter tido filhos mais tarde a tenha tornado uma mãe mais confiante, um percentual relevante delas indicou esta opção – entre 12% e 25%. Há duas principais hipóteses para que isto tenha ocorrido. Uma parte pode ter sido respondida por mulheres que nunca tiveram filhos nascidos vivos, mas que adotaram uma criança em algum momento da vida⁷², isto é, que são mães e falam sobre sua experiência. A outra situação é que haja equívoco nos questionários, seja por preenchimento indevido ou por interpretação confusa. Algumas mulheres podem ter respondido prospectivamente, ou seja, tenham dado sua percepção sobre uma situação que vislumbram no futuro.

⁷² Entre as mulheres sem filhos com idade entre 30 a 39 anos, cerca de 3% delas adotaram uma criança em algum momento da vida. Entre as mais velhas, de 40 a 49 anos, este percentual é de 10%. Para aprofundamento na questão da adoção, sugere-se a leitura da tese: Pereira (2012).

TABELA 14 – Percentual de mulheres que indicaram cada uma das repercussões da ausência de filhos, por grupo etário e situação reprodutiva. Brasil, 2006

Repercussão	Nunca teve filho		Teve primeiro filho com 30 anos ou mais	
	30 a 39 anos (n=509)	40 a 49 anos (n=291)	30 a 39 anos (n=228)	40 a 49 anos (n=322)
Pôde aproveitar a vida	69,0%	67,3%	75,0%	66,8%
Tornou-se uma pessoa independente	59,2%	55,2%	65,1%	62,6%
Ser mãe mais tarde exige mais energia para acompanhar a vida dos filhos	52,5%	40,3%	51,7%	65,6%
Ter tido filho(s) mais tarde a tornou uma mãe mais confiante	24,5%	12,5%	81,3%	78,0%
Alcançou seus objetivos profissionais	48,2%	46,5%	55,4%	43,1%
Ficou mais fácil namorar, transar ou manter uma relação amorosa	33,4%	37,3%	37,9%	34,7%
Adiou demais e acabou por não ter filhos ⁷³	21,7%	41,5%	2,5%	3,8%
Adiou demais e acabou tendo dificuldade para engravidar	15,8%	24,5%	10,2%	16,2%
Sente-se frustrada por não ter sido mãe	15,8%	25,2%	0,8%	7,4%
Separou-se e ficou sozinha	5,6%	3,2%	0,5%	5,3%
Outras	4,3%	6,5%	2,4%	1,3%
Perdeu companheiro porque ele queria ter filhos logo	0,7%	0,2%	0,6%	0,1%

Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

A maioria das mulheres independentemente da idade e da situação reprodutiva – que tenha apenas adiado ou que não tenha tido filhos definitivamente –, reporta ter se tornado independente como consequência da ausência de filhos. Destaca-se também como repercussão da vida sem filhos o alcance dos objetivos profissionais – relatados por cerca de metade das mulheres que responderam este quesito da pesquisa. Mesmo a consequência positiva menos relatada – “ficou mais fácil namorar, transar ou manter uma relação amorosa” – aparece nas respostas de pelo menos $\frac{1}{3}$ das mulheres sem filhos ou que postergaram o nascimento destes, independentemente da idade.

Estes resultados dialogam com os achados de Oliveira e Marcondes (2004) para as camadas médias paulistanas. As autoras identificaram que a postergação da maternidade, além de ser uma alternativa encontrada pelas mulheres para se dedicar à construção da vida profissional,

⁷³ As mulheres que tiveram filhos depois dos 30 anos e indicaram “adiou demais e acabou por não ter filhos” devem representar algum problema de preenchimento do questionário.

como consequência também traria maior estabilidade emocional e financeira. Com isso as mulheres poderiam adquirir a segurança e a maturidade que consideram necessárias para assumir as responsabilidades envolvidas na condição de ser mãe.

Repercussões que podem ser interpretadas como negativas são menos mencionadas pelas mulheres definitiva ou temporariamente sem filhos do que as avaliações positivas sobre esta condição. Dificuldade de engravidar após um período prolongado de postergação e frustração por não ter sido mãe são apontadas por 16% das mulheres que nunca tiveram filhos na faixa etária entre 30 e 39 anos e por 25% das mulheres na mesma situação que têm idade entre 40 e 49 anos. Entre as que tiveram filhos após os 30 anos, um percentual menor relata ter enfrentado problemas para engravidar devido ao adiamento da maternidade – 10% e 16% entre as mais jovens e mais velhas, respectivamente. De forma esperada, a dificuldade de engravidar é mais comum entre as mulheres mais velhas, uma vez que a infertilidade aumenta com o passar dos anos. A proporção de mulheres inférteis chega a dobrar após os 35 anos quando comparadas às mulheres de 20 anos. A probabilidade de ficar permanentemente sem filhos, por sua vez, aumenta 0,8% para cada ano de adiamento. Além da dificuldade de engravidar, os riscos de aborto espontâneo e gravidez fora do útero também aumentam com avanço da idade da mãe (TOULEMON, 1996; SCHMIDT et al., 2012).

Pode haver um misto de situações entre as mulheres que afirmam ter adiado demais e por isso acabaram por não ter filhos. Esta resposta pode contemplar as mulheres que mais velhas descobriram problemas de infertilidade e também aquelas que adiaram por tanto tempo a maternidade que acabaram se adaptando à vida sem filhos e desistiram da ideia de se tornar mães. A resposta como foi formulada não permite realizar maiores especulações, já que dependia da interpretação de cada uma das entrevistadas. O que é relevante e se pode extrair desta resposta, entretanto, é que cerca de 20% das mulheres sem filhos de 30 a 39 anos e 40% daquelas que tinham entre 40 e 49 anos indicaram que a maternidade poderia fazer parte de seus planos quando eram mais jovens e que por situações diversas podem ter mudado com o passar do tempo. Entre as que desistiram do plano de se tornar mães, esta situação pode ser encarada tanto de maneira voluntária quanto involuntária, a depender da interpretação que cada mulher dá individualmente à sua história.

A frustração por não ter se tornado mãe é maior entre as mulheres mais velhas do que entre as mulheres mais jovens. Isto pode ser tanto uma questão de idade quanto de coorte. Pode

se relacionar mais à idade quando se considera que as mulheres mais jovens que não tem filhos e pretendem ser mães têm maiores chances e expectativas que seus planos se concretizem do que aquelas que já passaram dos 40 anos de idade. Por outro lado, pode ser uma questão de coorte. É possível que as mulheres da coorte mais recente estejam mais certas de uma possível decisão de não ter filhos e, mesmo após os 40, não venham a relatar tanta frustração quanto a coorte anterior. É impossível, entretanto, com apenas um ponto no tempo verificar qual das hipóteses faz mais sentido no caso brasileiro.

As demais repercussões negativas, relacionadas principalmente ao companheiro, são muito pouco relatadas pelas mulheres. Separar-se e ficar sozinha são apontadas como consequências da ausência de filhos por no máximo 5% das mulheres, a depender da situação reprodutiva e do grupo etário. Aquelas que afirmam ter perdido o companheiro porque ele queria ter filhos logo não chega a 1% das mulheres.

Há ainda mais uma resposta possível: “ser mãe mais tarde exige mais energia para acompanhar a vida dos filhos”. Esta resposta se afasta do padrão estabelecido pelas demais, as quais de fato situam a consequência na vida da respondente. Esta resposta por sua vez, se apresenta mais como uma constatação geral do que como uma interpretação pessoal. Uma evidência disso é que seu percentual de resposta é alto independentemente de que a mulher tenha ou não tido filhos. Cerca de metade das mulheres de 30 a 39 anos, independentemente de sua situação reprodutiva, responderam positivamente a esta resposta. Entre as mais velhas essa resposta foi mais comum para aquelas que tiveram filhos depois dos 30 anos – 65% – do que entre as que nunca tiveram filhos – 40%.

Ao separar para fins exploratórios as repercussões entre positivas e negativas é possível avaliar sob outro ângulo como as mulheres avaliam as consequências da ausência de filhos em suas vidas. Como é possível que mais de uma resposta seja mencionada por cada entrevistada, sua avaliação final sobre não ter tido filhos antes dos 30 anos pode conter tanto aspectos negativos quanto positivos. São classificadas como repercussões positivas as seguintes respostas: “pôde aproveitar a vida”, “tornou-se uma pessoa independente”, “ter tido filho(s) mais tarde a tornou uma mãe mais confiante”, “alcançou seus objetivos profissionais” e “ficou mais fácil namorar, transar ou manter uma relação amorosa”. Como negativas são classificadas as seguintes repercussões: “adiou demais e acabou por não ter filhos”, “adiou demais e acabou tendo

dificuldade para engravidar”, “sente-se frustrada por não ter sido mãe”, “se separou e ficou sozinha” e “perdeu companheiro porque ele queria ter filhos logo”.

A resposta “ser mãe mais tarde exige mais energia para acompanhar a vida dos filhos” não foi classificada nem como positiva nem como negativa: a ela foi atribuída uma classificação neutra. O mesmo foi feito com a resposta “outras”. Como não há nenhum tipo de especificação, é impossível saber se as mulheres se refeririam a repercussões positivas ou negativas.

O Quadro 2 sumariza a classificação adotada neste trabalho para as respostas do quesito da PNDS 2006 sobre repercussões da ausência de filhos em positivas, negativas e neutras.

QUADRO 2 – Quadro-resumo da classificação das repercussões da ausência de filhos em positiva, negativa e neutra, a partir dos dados da PNDS 2006

Categoria	Repercussões
Positivas	<ul style="list-style-type: none"> - Pôde aproveitar a vida - Tornou-se uma pessoa independente - Ter tido filho(s) mais tarde a tornou uma mãe mais confiante - Alcançou seus objetivos profissionais - Ficou mais fácil namorar, transar ou manter uma relação amorosa
Negativas	<ul style="list-style-type: none"> - Adiou demais e acabou tendo dificuldade para engravidar - Sente-se frustrada por não ter sido mãe - Separou-se e ficou sozinha - Perdeu companheiro porque ele queria ter filhos logo
Neutras	<ul style="list-style-type: none"> - Ser mãe mais tarde exige mais energia para acompanhar a vida dos filhos - Outras

Fonte: Elaboração própria.

Pelos resultados da Tabela 15, que apresenta a distribuição das mulheres segundo estas categorias criadas, observa-se que a maioria delas, independentemente da idade e da situação reprodutiva, reporta pelo menos uma consequência classificada como positiva, ainda que visualizem também repercussões negativas da ausência de filhos. Apenas entre as mulheres de 40 a 49 anos que nunca tiveram filhos o grupo das que indicam tanto consequências positivas quanto negativas é maior que o grupo das mulheres que reportam apenas repercussões positivas. Entre as demais a maioria reconhece apenas consequências positivas de não terem tido filhos antes dos 30 anos. Mesmo quando as mulheres identificam repercussões negativas da ausência temporária ou definitiva de filhos, mais de 80% delas também menciona alguma consequência positiva desta

situação. Desta forma a percepção das mulheres quanto às repercussões do adiamento da maternidade em suas vidas é em geral bastante positiva, como foi também constatada por Berquó e Garcia (2012).

TABELA 15 – Distribuição das mulheres por qualificação (positiva/negativa) da repercussão da ausência de filhos, por grupo etário e situação reprodutiva. Brasil, 2006

Classificação da repercussão	Nunca teve filho		Teve primeiro filho com 30 anos ou mais	
	30 a 39 anos (n=509)	40 a 49 anos (n=291)	30 a 39 anos (n=228)	40 a 49 anos (n=322)
Somente positiva	54,6%	29,8%	83,9%	67,5%
Somente negativa	8,4%	15,0%	1,1%	4,7%
Positiva e negativa	34,7%	49,4%	11,6%	25,8%
Somente neutra	2,3%	5,8%	3,4%	2,0%
Somente positiva + Positiva e negativa	89,4%	79,2%	95,5%	93,4%
Somente negativa + Positiva e negativa	43,2%	64,4%	12,7%	30,5%

Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

As mulheres que parecem ser mais satisfeitas com não terem tido filhos antes dos 30 anos são aquelas que postergaram a maternidade, em especial as que têm entre 30 e 39 anos. Entre essas mais de 80% mencionam apenas repercussões positivas da ausência temporária de filhos. Apenas 1% delas reportam exclusivamente consequências negativas de ter esperado até os 30 anos para ter filhos. Este valor é inferior ao observado para as demais mulheres. A maior diferença é em relação às mulheres de 40 a 49 anos que nunca tiveram filhos. Entre estas 15% indicam apenas consequências negativas da ausência de filhos.

Estes resultados, entretanto, se referem a todas as mulheres conjuntamente, segmentadas apenas por grupos etários e situação reprodutiva. Assim como para as razões da ausência de filhos, a percepção das mulheres acerca dos impactos desta condição em suas vidas pode mudar de acordo com suas características socioeconômicas e demográficas. Além disso, a avaliação sobre a condição de ser temporária ou permanentemente sem filhos pode variar de acordo com as razões que as levaram até esta situação. As próximas seções, portanto, são destinadas ao aprofundamento da análise das repercussões da ausência de filhos por estes diferentes prismas.

4.3. As características socioeconômicas e demográficas e as repercussões da ausência de filhos: como elas se relacionam?

Como constatado nos capítulos anteriores, as características socioeconômicas e demográficas que se destacam ao avaliar a ausência de filhos – temporária ou definitiva – são escolaridade, renda e situação marital. Assim como foi feito para as razões apontadas pelas mulheres para não terem tido filhos antes dos 30 anos, esta seção destina-se a explorar a relação entre estas principais características e as repercussões desta condição na vida das mulheres que não tiveram filhos ou que apenas postergaram a maternidade. São quatro as consequências da ausência de filhos selecionadas para análise: duas que compreendem a ambos os grupos de mulheres – uma positiva e uma negativa –, uma destinada às mulheres que tiveram filhos depois dos 30 anos e uma direcionada às mulheres que nunca tiveram filhos.

A primeira repercussão possível de ser respondida por ambos os grupos é “pôde aproveitar a vida”. É uma das respostas classificadas como positiva e é em média a mais reportada pelas mulheres: cerca de 70% delas indicam que esta é uma das consequências da ausência de filhos em suas vidas. A representante negativa para o grupo completo das mulheres estudadas é a resposta “adiou demais e acabou tendo dificuldade para engravidar”. Embora seja a consequência negativa mais mencionada pelas mulheres, ela não alcança proporções tão altas quanto a positiva. Em média, cerca de 15% delas relatam que tiveram problemas para engravidar devido ao prolongado tempo de postergação da maternidade.

Com enfoque nas mulheres que tiveram filhos depois dos 30 anos, é avaliada também a resposta “ter tido filho(s) mais tarde a tornou uma mãe mais confiante”, que é a repercussão mais apontada por essas mulheres – cerca de 80% delas o fazem. A última consequência escolhida – direcionada às mulheres que nunca tiveram filhos – é “sente-se frustrada por não ter sido mãe”. Diferentemente das demais repercussões que foram escolhidas devido à sua representatividade numérica perante as demais respostas, “sente-se frustrada por não ter sido mãe” destaca-se principalmente por sua importância teórica. É a única resposta que trata diretamente de frustração e possivelmente de arrependimento. Portanto, embora não seja reportada pela maioria das mulheres que nunca experimentaram a maternidade, sua exploração mais profunda permite compreender melhor quem são as mulheres que possivelmente se arrependem de não terem tido filhos.

Embora estas duas últimas respostas sejam direcionadas a um grupo específico de mulheres – as que se tornaram mães apenas após os 30 anos de idade e as que nunca tiveram filhos, respectivamente –, existem mulheres cujas respostas não eram direcionadas a elas que as indicaram afirmativamente. Por não se saber exatamente porque estas respostas foram dadas – erros nos questionários ou respostas prospectivas, por exemplo – nesta seção a análise será feita apenas para o grupo cuja resposta foi dirigida a ele⁷⁴.

Na Tabela 16 são apresentados os percentuais de mulheres que reportaram estas quatro repercussões nos grupos extremos de cada uma das características selecionadas, segundo as situações reprodutivas “nunca teve filhos” e “teve primeiro filho com 30 anos ou mais”.

As mulheres nos estratos mais altos de renda e escolaridade reportam mais como uma consequência de não terem tido filhos ou terem adiado o nascimento destes que tenham conseguido aproveitar a vida do que as mulheres nos estratos mais baixos destas características, independente do grupo etário. Para a situação marital, por outro lado, não há diferença estatisticamente significativa entre estar e nunca ter estado em união. Portanto, diferentemente da renda e da escolaridade, a situação conjugal não deve impactar a percepção da ausência de filhos como uma maneira de aproveitar mais a vida.

A dificuldade de engravidar após um período prolongado de postergação da maternidade é mais indicada pelas mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto do que pelas mulheres com ensino superior completo. O mesmo ocorre com as mulheres que estão em união. Porém, como anteriormente mencionado, isto deve ser resultado de uma maior chance de que uma mulher unida tenha tentado engravidar quando comparada a uma mulher que nunca se uniu. Quando se consideram os extremos de renda, não é estatisticamente significativa a diferença entre eles. Uma hipótese para a diferença na escolaridade é que mulheres mais instruídas podem ter maior acesso à informação e, conseqüentemente, programem melhor a postergação da fecundidade, ao ter em vista os problemas de infertilidade que podem decorrer de um adiamento prolongado da maternidade. Como não há diferença entre os extremos de renda, tampouco há indícios de que seja esta característica que mais impacte o acesso à informação sobre concepção, mas a escolaridade.

⁷⁴ Uma parte das respostas ser “ter tido filho(s) mais tarde a tornou uma mãe mais confiante” entre as mulheres que nunca tiveram filhos nascidos vivos, pode ser daquelas que adotaram uma criança em algum momento da vida. Como elas não estão identificadas no questionário, optou-se por excluir da análise todas as mulheres que não tinham filhos nascidos vivos, independentemente de que tivessem ou não filhos adotivos.

TABELA 16 – Percentual de mulheres de 30 a 49 anos⁷⁵ que indicaram determinada repercussão da ausência de filhos por situação reprodutiva e características socioeconômicas e demográficas selecionadas Brasil, 2006

		Pôde aproveitar a vida	Adiou demais e acabou tendo dificuldade para engravidar	Tornou-se uma mãe mais confiante	Sente-se frustrada por não ter sido mãe
Nunca teve filhos	Sem instrução e fundamental incompleto (n=181)	48,7%	26,0%	–	32,3%
	Superior completo (n=218)	79,1%	12,3%	–	18,3%
	Nunca esteve em união (n=360)	71,7%	14,8%	–	12,8%
	Está em união (n=318)	66,4%	24,6%	–	26,0%
	Grupo renda: A1, A2 ou B1 (n=91)	85,1%	15,6%	–	23,0%
	Grupo renda: D ou F (n=199)	62,5%	21,7%	–	24,1%
Teve primeiro filho com 30 anos ou mais	Sem instrução e fundamental incompleto (n=134)	62,9%	20,7%	81,1%	–
	Superior completo (n=139)	74,5%	7,6%	79,4%	–
	Nunca esteve em união (n=28)	72,4%	1,2%	69,0%	–
	Está em união (n=393)	68,4%	15,8%	78,5%	–
	Grupo renda: A1, A2 ou B1 (n=96)	76,6%	7,5%	82,8%	–
	Grupo renda: D ou F (n=131)	54,4%	14,5%	81,3%	–

Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

A percepção de ter se tornado uma mãe mais confiante por ter adiado o nascimento do primeiro filho para depois dos 30 anos parece ser universal. Em nenhuma das características socioeconômicas selecionadas – que são as que mais impactam a ausência de filhos – há diferença no percentual de mulheres que reportam essa repercussão entre os grupos extremos. Isto significa que para essa repercussão da ausência temporária de filhos, não importa em qual classe econômica uma mulher esteja, qual seja seu nível de instrução e nem mesmo se ela está em união ou não: cerca 80% das mulheres se sentem mais confiantes para exercer a maternidade por haver tido filhos após os 30 anos.

Por sua vez, a frustração por não ter sido mãe não é diferente entre as mulheres nos estratos mais altos e nos mais baixos de renda. Cerca de ¼ das mulheres de 30 a 49 anos sentem-se frustradas por não ter vivenciado a maternidade, independentemente de que estejam entre as mais ricas ou as mais pobres do país. O que pode diferenciá-las em algum momento é o acesso aos procedimentos de reprodução assistida. Embora ambos os grupos sejam possíveis

⁷⁵ Não foi possível realizar a separação por grupos etários por limitações do tamanho da amostra.

demandantes desses tratamentos no futuro, estar em uma classe econômica mais alta facilita o acesso a estes procedimentos.

Para escolaridade e situação marital, entretanto, há diferença entre os grupos extremos. As mulheres sem instrução ou com ensino fundamental incompleto e as mulheres que estavam em união no momento da pesquisa apresentam maior frustração pela ausência de filhos que as mulheres com ensino superior e aquelas que nunca se uniram, respectivamente. Como identificado no Capítulo 3, a ausência voluntária de filhos é mais comum entre as mulheres mais escolarizadas. Esta pode ser uma hipótese para o motivo que elas apresentem menos frustração por não ter se tornado mães do que as mulheres com menos instrução.

Já em relação à situação marital, as mulheres que nunca se uniram e não tiveram filhos podem reportar menos frustração por não ter vivenciado a maternidade do que as mulheres em união por duas razões. A primeira é que uma parte destas mulheres pode não ter nem se casado nem tido filhos por ter realmente baixas expectativas familiares e por isso não reportem tanta frustração. A segunda razão é que dada a conexão entre nupcialidade e maternidade, no caso das mulheres que possivelmente teriam tido filhos se tivessem se unido, como a maternidade nunca se mostrou como uma possibilidade tangível, pois elas nunca estiveram em uma união, elas podem ser mais conformadas com essa situação.

Por outro lado, as mulheres unidas que reportam frustração por não ter se tornado mães possivelmente iniciaram a união com a perspectiva de que tivessem filhos. Como para elas essa possibilidade pareceria mais próxima, o não cumprimento desse plano poderia gerar uma frustração maior. Porém, sem uma pesquisa qualitativa específica sobre ausência de filhos, é totalmente inviável que estas hipóteses sejam confirmadas e, se confirmadas, qual seria o percentual de mulheres que se classifica em cada uma dessas categorias⁷⁶.

Para além da análise das repercussões isoladamente, a Tabela 17 apresenta a distribuição das mulheres de 30 a 49 anos de acordo com a qualificação das repercussões que indicaram para a ausência de filhos, temporária ou permanente. Assim como na seção anterior as repercussões foram classificadas como positivas, negativas ou neutras.

⁷⁶ A classificação da ausência de filhos entre voluntária e involuntária segundo situação marital não contribui muito para esta análise, porque as mulheres que nunca se uniram são as que possuem o maior percentual de classificação indeterminada. Mais de 80% delas não puderam ser classificadas com segurança em nenhuma das categorias criadas.

TABELA 17 – Distribuição das mulheres de 30 a 49 anos por qualificação (positiva/negativa) da repercussão da ausência de filhos, por características socioeconômicas e demográficas selecionadas e situação reprodutiva. Brasil, 2006

		Somente positiva	Somente negativa	Positiva e negativa	Somente neutra
Nunca teve filhos	Sem instrução e fundamental incompleto (n=181)	25,8%	25,5%	39,8%	8,9%
	Superior completo (n=218)	60,6%	2,5%	35,2%	1,7%
	Nunca esteve em união (n=360)	51,6%	8,1%	37,8%	2,5%
	Está em união (n=318)	41,9%	14,0%	40,2%	3,9%
	Grupo renda: A1, A2 ou B1 (n=91)	60,2%	2,1%	36,3%	1,3%
	Grupo renda: D ou F (n=199)	36,7%	16,3%	43,6%	3,4%
Teve primeiro filho com 30 anos ou mais	Sem instrução e fundamental incompleto (n=134)	58,7%	2,6%	37,2%	1,5%
	Superior completo (n=139)	83,2%	0,0%	12,0%	4,8%
	Nunca esteve em união (n=28)	86,3%	0,0%	11,2%	2,6%
	Está em união (n=393)	72,3%	4,2%	20,8%	2,7%
	Grupo renda: A1, A2 ou B1 (n=96)	84,0%	0,0%	10,7%	5,4%
	Grupo renda: D ou F (n=131)	61,7%	2,7%	32,3%	3,4%

Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

Avaliações estritamente positivas da ausência de filhos são mais comuns entre as mulheres com maior nível de instrução e nos estratos mais altos de renda. O percentual de mulheres que realizaram apenas avaliações positivas da ausência de filhos entre as que nunca os tiveram chega a ser duas vezes maior para os estratos mais altos quando comparados aos mais baixos. Para as mulheres que apenas postergaram a maternidade é apenas 40% maior. Nesse mesmo sentido pode-se observar que a insatisfação plena com a ausência de filhos, isto é, em que são mencionadas apenas repercussões negativas desta condição, é muito maior entre as mulheres com menores níveis de instrução e renda: chega a ser dez vezes maior nestes grupos do que entre as mulheres com ensino superior completo e no estrato mais alto de renda.

Para a situação marital não há diferença estatisticamente significativa na avaliação da ausência de filhos em positiva ou negativa entre as mulheres que nunca os tiveram. Entre as que apenas adiaram o nascimento destes para após os 30 anos, as mulheres que nunca se uniram apresentam uma satisfação maior que aquelas que estavam em união no momento da pesquisa.

Por fim, para as mulheres que nunca experimentaram a maternidade, ponderar a percepção entre avaliações positivas e negativas da ausência de filhos ocorre em proporção similar entre os extremos das três características analisadas: escolaridade, renda e situação

marital. Entre as que adiaram o nascimento do primeiro filho, as mulheres mais escolarizadas e no estrato mais alto de renda indicam menos este misto de avaliações do que as mulheres nos extremos opostos da característica. Isto é resultado da grande satisfação com a condição reprodutiva em que estão. Essas mulheres reportam menos repercussões negativas da postergação da maternidade em geral, seja de maneira isolada ou combinada a avaliações positivas.

Para avançar na análise das repercussões da ausência de filhos no Brasil, o próximo passo, realizado na próxima seção, consiste na exploração das avaliações desta condição de acordo com as razões apontadas pelas mulheres para que não tenham tido filhos ou que tenham adiado o nascimento destes.

4.4. Razões *versus* repercussões da ausência de filhos

Na exploração das razões da ausência de filhos realizada no Capítulo 3 deste trabalho, “queria estudar/ter profissão” e “queria aproveitar a vida” destacaram-se como as razões mais comuns apontadas pelas mulheres para não tivessem tido filhos ou para que tenham adiado o nascimento destes. O quesito que trata das repercussões da ausência de filhos, no qual se embasada todo este capítulo, tem como opções de respostas “pôde aproveitar a vida” e “alcançou seus objetivos profissionais”. Desta forma é possível investigar em quanto as mulheres entendem que tiveram de sucesso em atingir seus objetivos a partir da ausência definitiva ou temporária de filhos⁷⁷.

Das mulheres que indicaram “aproveitar a vida” como razão para a ausência de filhos, quase 90% avalia que tiveram sucesso neste ponto. Entre as mulheres que indicaram que investimento em escolaridade e carreira era uma razão para que adiassem o nascimento dos filhos ou mesmo deixassem de tê-los, em torno de 65% avaliaram que alcançar os objetivos profissionais foi uma das implicações da ausência de filhos em suas vidas. Embora a maioria das mulheres avalie que teve sucesso ao postergar o nascimento dos filhos ou deixar de tê-los para um avanço na carreira, não é pequeno o percentual de mulheres que não interpretaram esta condição como vantajosa no mercado de trabalho.

⁷⁷ As razões reportadas assim como indicado no Capítulo 3, estão sujeitas à racionalização *ex post*, isto é, a uma revisão das respostas a partir da experiência posterior, com os fatos já consumados. Como as repercussões se referem ao período presente, isto é, ao momento que a pergunta foi respondida, a racionalização *ex post* não se mostra inicialmente como um problema.

Não apenas 90% das mulheres que tinham o intuito de aproveitar a vida ao adiar ou não vivenciar a maternidade entendem esta como uma repercussão da ausência de filhos, como metade das mulheres que não reportaram esta razão também o fazem. Desta forma, aproveitar a vida mostra-se não somente uma consequência positiva planejada da ausência de filhos, como também inesperada por uma parte das mulheres.

Outras duas razões para a ausência de filhos também se destacaram na análise realizada no capítulo anterior: “não quis ter filhos” e “nunca se casou”. Como não se tratavam de planos condicionados a esta situação, como as razões tratadas anteriormente, não há um paralelo direto com nenhuma das repercussões possíveis a ser apontadas na pesquisa. Quando se avalia a percepção das mulheres que apontaram cada uma destas quatro razões quanto às repercussões da ausência de filhos como positivas e/ou negativas (Tabela 18), não parece existir diferença entre elas. Uma possível explicação é que estas respostas, exceto “nunca se casou”, são em boa parte respondidas pelas mesmas mulheres. Por outro lado, dada a discussão sobre ausência voluntária e involuntária de filhos, estas razões avaliadas individualmente podem não trazer tanta clareza do que está por trás dessa condição. Assim, uma forma de refinar esta análise é replicar esta investigação para a classificação proposta no Capítulo 3 para ausência involuntária ou voluntária de filhos.

TABELA 18 – Distribuição das mulheres de 30 a 49 anos por qualificação (positiva/negativa) da repercussão da ausência de filhos, por razões selecionadas e situação reprodutiva. Brasil, 2006

		Somente positiva	Somente negativa	Positiva e negativa	Somente neutra
Nunca teve filhos	Nunca se casou	52,3%	7,2%	38,2%	2,3%
	Não queria	51,1%	6,5%	40,3%	2,1%
	Queria aproveitar a vida	53,1%	2,6%	43,8%	0,6%
	Queria estudar/ter profissão	51,5%	3,6%	44,6%	0,4%
Teve primeiro filho com 30 anos ou mais	Nunca se casou	83,7%	2,4%	12,2%	1,7%
	Não queria	64,6%	0,0%	34,9%	0,5%
	Queria aproveitar a vida	76,7%	0,6%	22,7%	0,0%
	Queria estudar/ter profissão	77,8%	0,3%	21,9%	0,0%

Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

Ao se avaliar a percepção das mulheres sobre as repercussões da ausência definitiva ou temporária de filhos em suas vidas de acordo com a classificação entre voluntária e involuntária (Tabela 19), diferenças importantes são reveladas principalmente entre as mulheres que nunca tiveram filhos. Para aquelas que tiveram filhos depois dos 30 anos, os resultados

seguem o observado nas análises anteriores: a maioria delas faz avaliações positivas da postergação da maternidade, independente da natureza deste adiamento⁷⁸. A única particularidade é o percentual de mulheres que adiaram a maternidade provavelmente por constrangimentos de maneira involuntária e reportaram apenas repercussões classificadas como neutras, isto é, que responderam somente “outras” ou “ser mãe mais tarde exige mais energia para acompanhar a vida dos filhos”. Como estas respostas receberam classificação de neutra exatamente porque não tinham nenhuma indicação clara de satisfação ou insatisfação, é difícil fazer qualquer interpretação deste resultado.

TABELA 19 – Distribuição das mulheres de 30 a 49 anos por qualificação (positiva/negativa) da repercussão da ausência de filhos, por natureza desta condição (voluntário/involuntário) e situação reprodutiva. Brasil, 2006

		Somente positiva	Somente negativa	Positiva e negativa	Somente neutra
Nunca teve filhos	Ausência involuntária de filhos por razões biológicas (n=84)	27,6%	17,9%	46,2%	8,3%
	Provável ausência involuntária de filhos por constrangimentos (n=50)	14,9%	42,6%	38,5%	4,0%
	Ausência voluntária de filhos (n=84)	52,0%	8,1%	36,8%	3,1%
	Classificação indeterminada (n=414)	50,7%	6,0%	40,6%	2,7%
Teve primeiro filho com 30 anos ou mais	Possível ausência involuntária de filhos por constrangimentos (n=62)	76,0%	1,8%	7,5%	14,7%
	Ausência voluntária de filhos (n=45)	79,9%	0,0%	20,1%	0,0%
	Classificação indeterminada (n=309)	71,9%	4,2%	22,8%	1,1%

Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

Entre as mulheres que nunca tiveram filhos, as voluntariamente sem filhos mostraram-se mais satisfeitas com sua condição reprodutiva do que aquelas que são não foram mães involuntariamente. O percentual de mulheres que reporta apenas repercussões positivas, porém, não é tão próximo daqueles observados entre as mulheres que apenas adiaram o nascimento dos filhos. Entre as mulheres que nunca os tiveram e foram classificadas como voluntariamente sem filhos, cerca de metade delas faz apenas avaliação positiva desta condição.

A maior insatisfação está entre aquelas classificadas como provável ausência involuntária de filhos por constrangimentos. Cerca de 40% delas reportam apenas repercussões negativas de não haver tido filhos. Este percentual é significativamente maior do que o das

⁷⁸ Isto é válido também para a classificação indeterminada, que apresenta distribuição nas qualificações de ausência de filhos parecidas com as demais categorias.

mulheres classificadas com ausência involuntária de filhos por razões biológicas. Estas mulheres que não tiveram filhos por limitações biológicas são as que mais balanceiam suas avaliações em positivas e negativas concomitantemente. Por não ter conseguido atingir suas expectativas reprodutivas por limitações biológicas, é possível que uma parte dessas mulheres busque enxergar o lado positivo da ausência de filhos como uma maneira de se conformar com a situação.

Entre aquelas classificadas com ausência involuntária por constrangimentos e por sua vez não têm limitações biológicas, a percepção para uma parte delas pode ser de que a realização de seus planos reprodutivos estivesse totalmente sob seu controle, isto é, que não enxerguem as condições adversas como constrangimentos limitantes. Assim a percepção negativa pode prevalecer para o grupo de mulheres nesta situação, que podem se sentir responsáveis pelo insucesso dos planos reprodutivos.

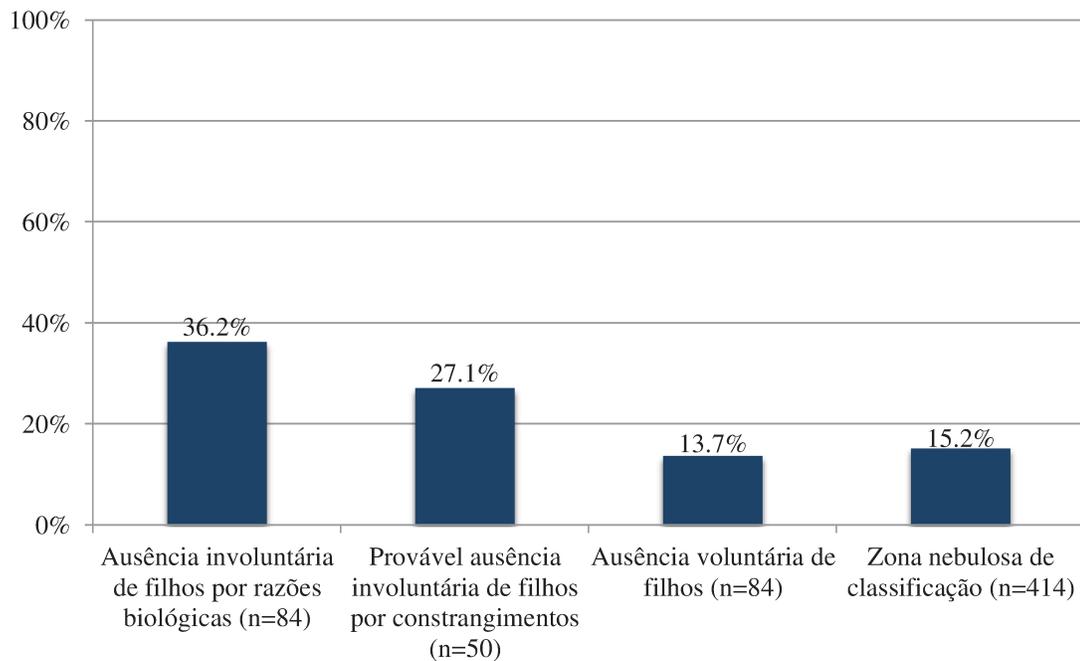
As mulheres alocadas na classificação indeterminada se aproximam das mulheres voluntariamente sem filhos em termos de avaliação da repercussão da ausência de filhos. Este é outro indício de que, conforme pontuado no momento da criação da categorização, uma parte considerável desta categoria tenderia a ser classificada como voluntariamente sem filhos.

Uma se destaca teoricamente entre as repercussões negativas que poderiam ser indicadas pelas mulheres na PNDS 2006, embora o mesmo não ocorra numericamente. Como apontado na seção anterior, a resposta “sente-se frustrada por não ter sido mãe” é a única que trata claramente de frustração e possivelmente de arrependimento. Esta é uma medida mais específica de insatisfação com a ausência definitiva de filhos. Quando avaliada a partir da classificação da ausência de filhos entre voluntária e involuntária (Figura 25), é difícil encontrar significância estatística das diferenças entre os grupos, dado que a amostra é bastante restrita.

A partir dos dados utilizados não é possível provar que o percentual de mulheres frustradas por não ter sido mães seja diferente entre as involuntariamente sem filhos por razões biológicas e por constrangimentos. Tampouco se pode afirmar que exista diferença nestes percentuais entre as mulheres voluntariamente sem filhos e as involuntariamente sem filhos por constrangimentos. O que se pode atestar a partir dos dados da PNDS 2006 é que as mulheres voluntariamente sem filhos demonstram menos arrependimento e frustração por não ter sido mães do que as mulheres que não tiveram filhos por limitações biológicas. Embora este resultado não surpreenda, é importante levar um ponto em consideração. O percentual de frustração por

não ter sido mãe não é residual entre as mulheres voluntariamente sem filhos. Ainda que seja pequeno – inferior a 15% –, ao menos uma a cada dez dessas mulheres classificadas como voluntariamente sem filhos pelo critério mais rígido estabelecido neste trabalho apresenta frustração por não ter experimentado a maternidade.

FIGURA 25 – Percentuais de mulheres sem filhos de 30 a 49 anos que relatam que se sentem frustradas porque nunca foram mães, por natureza desta condição (voluntária/involuntária). Brasil, 2006



Fonte: Brasil (PNDS 2006). Tabulação própria.

Os resultados desta seção reforçam a complexidade da análise da ausência de filhos. Nem mesmo as mulheres rigidamente classificadas como voluntariamente sem filhos estão isentas de que apresentem frustrações e avaliações negativas acerca de sua condição reprodutiva, como tampouco as involuntariamente sem filhos não identifiquem consequências positivas desta situação. Embora as avaliações sejam coerentes com o que se poderia esperar das mulheres sem filhos temporária ou definitivamente de acordo com suas classificações em ausência voluntária ou involuntária, a pluralidade de circunstâncias sempre se apresenta como uma realidade a ser ressaltada.

4.5. Comentários finais

A ausência de filhos no Brasil é considerada positiva pela maioria das mulheres que não se tornaram mães antes dos 30 anos. As mais satisfeitas são aquelas que apenas adiaram a maternidade para após os 30 anos de idade. As mulheres que nunca tiveram filhos também apresentam em grande parte avaliações positivas desta condição, porém numa intensidade muito inferior às mulheres que apenas adiaram o nascimento do primeiro filho.

A pluralidade de situações encontradas ao avaliar as razões da ausência de filhos no Capítulo 3 também se apresenta como uma realidade para as repercussões desta condição na vida destas mulheres. Nem as mulheres involuntariamente sem filhos reportam apenas consequências negativas desta condição, como tampouco as mulheres voluntariamente sem filhos estão libertas de sentir frustrações e realizar avaliações negativas acerca de sua condição reprodutiva. Embora estes casos extremos sejam a minoria das mulheres sem filhos definitiva ou temporariamente, eles são fundamentais para a exemplificação da complexidade deste fenômeno. Não apenas as mulheres apresentam uma multiplicidade de razões para não haver tido filhos como, mesmo mulheres que não se tornaram mães antes dos 30 anos pelas mesmas razões, podem fazer avaliações totalmente diferentes desta condição.

Desta forma, assim como mencionado para a exploração das razões da ausência de filhos, as repercussões desta condição também precisam ser avaliadas através de pesquisas qualitativas. Ainda que a classificação das consequências em positiva e negativa seja mais imediata que a categorização das mulheres em ausência voluntária e involuntária, há muito ainda a ser aprofundado. Entre as mulheres que apontam tanto implicações positivas quanto negativas, qualitativamente quais delas devem ser mais importantes? Entre as que indicam frustração por não ter se tornado mães, o que teria feito esta situação ser diferente? Mesmo entre as que não reportam se sentem frustradas, algumas delas teriam tido filhos se as circunstâncias fossem diferentes? Além disso, quantas das mulheres que não se tornaram mães não o fizeram porque se adaptaram à vida sem filhos, ainda que inicialmente o plano fosse ter pelo menos um filho?

São muitas as questões que se abrem para as implicações da ausência de filhos. E elas não se restringem apenas às percepções imediatas desta condição ou às consequências médicas do adiamento da maternidade. Pode-se pensar também nas repercussões para os filhos nascidos de mães mais velhas. O adiamento da maternidade tenderia a aumentar as chances dos filhos serem fortemente desejados e nascidos em famílias com maior estabilidade financeira e menor chance

de dissolução (SOBOTKA, 2009; SCHMIDT et al., 2012; MUSICK; MICHELMORE, 2015; BEAUJOUAN; SOBOTKA, 2017).

O adiamento do nascimento dos filhos também afeta as relações intergeracionais. Como o espaço de tempo entre as gerações aumenta, os pais e os avós seriam mais propensos a ter dificuldades de comunicação com seus filhos e netos e de partilhar valores, ideias e interesses comuns. Também devido a este maior espaçamento entre as gerações, as pessoas que iniciam a parentalidade mais tardiamente seriam menos propensas a sobreviver até o tempo que seus filhos atinjam a idade adulta, se casem ou tenham seus filhos⁷⁹ (SOBOTKA, 2009; SCHMIDT et al., 2012).

A ausência de filhos pode repercutir de muitas maneiras diferentes. As implicações podem ser médicas, emocionais, sociais e econômicas. Os impactos nas medidas de período de fecundidade também podem ser interpretados como uma repercussão da ausência de filhos, explorada no primeiro capítulo desta tese. Assim, este último capítulo não apenas reforça a complexidade da ausência de filhos como também torna ainda mais evidente a conexão entre as diferentes perspectivas de análise deste fenômeno abordadas neste trabalho.

⁷⁹ Uma mulher que tem filho(a) aos 25 anos de idade tem apenas 1% de chance de não vê-lo(a) completar 18 anos de idade. Se este(a) filho(a) se torna pai ou mãe com a mesma idade que ela – 25 anos, há apenas 2% de chance de que esta mulher não conheça eu(sua) neto(a). Já para uma mulher de 45 anos a chance de não ver o filho(a) comemorar o 18º aniversário é de 5,5%. Se este(a) filho(a) inicia a parentalidade com a mesma idade que ela tinha – 45 anos, a chance de não estar viva no nascimento do(a) neto(a) sobe para 60% (SOBOTKA, 2009; SCHMIDT et al., 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Questionamentos importantes se revelam diante do aumento da ausência de filhos no Brasil principalmente entre 2000 e 2010. Quem são as mulheres que adiam ou permanecem definitivamente sem filhos? Quais são as razões envolvidas nesta condição? E quais são os impactos desta conjuntura na vida dessas mulheres?

Não ter filhos temporária ou permanentemente não é um comportamento exclusivo de determinados grupos. Existem mulheres que adiam o nascimento dos filhos ou mesmo deixam de vivenciar a maternidade em todas as características socioeconômicas e demográficas. Algumas delas, entretanto, apresentam não apenas uma maior concentração de mulheres sem filhos como também impactam diretamente a chance de pertencer a este grupo.

As características de nupcialidade, escolaridade e renda se apresentam como as que se relacionam mais fortemente à ausência de filhos. A primeira aproxima as mulheres que tiveram filhos depois dos 30 anos daquelas que iniciaram a maternidade antes deste período. Isto é, conjugalidade e reprodução possuem uma forte relação, independentemente do momento da vida da mulher em que a maternidade se inicia. Porém, a chance de uma mulher que nunca se uniu não ter filhos, quando comparada a uma que está em união, se reduz drasticamente entre 1970 e 2010. Pela análise exploratória observou-se também que neste período ocorreram dois movimentos contrários, porém igualmente importantes. De um lado, reduz-se a ausência de filhos entre as mulheres que nunca se uniram e, de outro, aumenta-se o percentual de ser sem filhos entre as mulheres unidas ou que estiveram em união. Estes resultados sugerem um ligeiro afrouxamento da relação entre união e reprodução: tanto mais mulheres nunca unidas têm filhos quanto mais mulheres unidas deixam de tê-los, mesmo que temporariamente.

Já escolaridade e renda – com concentração em seus estratos mais altos – aproximam as mulheres que adiam o nascimento dos filhos daquelas que deixam definitivamente de tê-los. Os resultados sugerem que o avanço da escolaridade entre as mulheres pode ter uma estreita relação com o aumento da ausência de filhos no Brasil. Se a mesma estrutura educacional de 2010 tivesse sido vivenciada em todos os demais anos censitários não se teria observado aumento do percentual de mulheres sem filhos, mas quase uma constância nestes valores entre 1980 e 2010.

A exploração da ausência de filhos a partir das características socioeconômicas e demográficas das mulheres constitui apenas uma parte do que se pode conhecer da ausência de filhos. Ainda que mulheres se assemelhem nestas características, as razões para não que tenham filhos ou para que tenham adiado o nascimento destes podem ser muito diferentes; assim como a sua avaliação sobre esta condição em suas vidas. Desta forma, o avanço deste trabalho nessa direção se mostrou fundamental para uma abordagem mais profunda e complexa do fenômeno.

Quanto às razões, destacam-se entre as mais mencionadas pelas mulheres: “queria estudar/ter profissão”, “queria aproveitar a vida antes de ser”, “não quis ter filhos” e “nunca se casou”. As duas primeiras mais reportadas pelas mulheres mais escolarizadas e mais ricas e a última, como esperado, mais indicada pelas mulheres que nunca se uniram, principalmente entre aquelas que nunca tiveram filhos. A razão “não quis ter filhos” se desdobrou em uma discussão fundamental sobre ausência de filhos: seria ela voluntária ou involuntária?

A partir do critério estabelecido neste trabalho – devidamente descrito no Capítulo 3– a ausência definitiva e involuntária de filhos por razões biológicas foi estimada em 2% para a população feminina geral de 40 a 49 anos. Já a ausência voluntária de filhos foi mensurada num intervalo de 2% e 7,5% entre todas as mulheres brasileiras deste mesmo grupo etário. Estas estimativas, entretanto, variam entre os diferentes grupos socioeconômicos e demográficos. Enquanto que a ausência involuntária de filhos por razões biológicas é mais comum nos estratos mais baixos de renda e escolaridade – possivelmente influenciada pela diferença de acesso a tratamentos de reprodução assistida entre os grupos extremos destas características –, a ausência voluntária de filhos, por sua vez, é mais comum entre as mulheres mais escolarizadas e nos estratos mais altos de renda, o que é coerente com a literatura sobre o tema.

As percepções das mulheres acerca da ausência de filhos não se limitam, apesar disso, às razões pelas quais a mulher deixou de ter filhos ou deixou para tê-los mais tarde. Outra perspectiva importante é conhecer as repercussões desta condição na vida das mulheres. A avaliação das mulheres quanto à ausência definitiva ou temporária de filhos é, em geral, bastante positiva no Brasil. As mais satisfeitas são aquelas que apenas adiaram a maternidade para após os 30 anos de idade. As mulheres que nunca tiveram filhos também apresentam em grande parte avaliações positivas desta condição, porém numa intensidade abaixo das mulheres que apenas adiaram o momento de se tornarem mães.

A multiplicidade de situações relacionadas às razões da ausência de filhos também é encontrada para as implicações desta condição na vida destas mulheres. Algumas situações extremas – que, apesar de minoria, são fundamentais para exemplificar a complexidade deste fenômeno –, podem ser encontradas entre as mulheres brasileiras. Há entre as mulheres involuntariamente sem filhos aquelas que reportam apenas consequências positivas desta condição, assim como também existem mulheres voluntariamente sem filhos cuja avaliação acerca de sua condição reprodutiva seja exclusivamente negativa e/ou sintam-se frustradas porque não se tornaram mães. Assim, não somente as mulheres apresentam uma pluralidade de razões para que não tenham filhos, como mesmo com razões semelhantes para tal, elas podem realizar avaliações totalmente diferentes desta condição.

Com a finalização deste trabalho, a necessidade de aprofundamento na investigação deste tema torna-se ainda mais evidente. As possibilidades de abordagem deste fenômeno a partir dos dados utilizados não se esgotam com esta tese, principalmente no que diz respeito à PNDS. Outros quesitos disponíveis nesta pesquisa podem ser combinados para a investigação da ausência de filhos como idade à primeira união, idade de início das atividades sexuais, uso de métodos contraceptivos, busca por tratamentos de fertilização, entre tantos outros. E para uma análise ainda mais aprofundada das razões e repercussões da ausência de filhos, pesquisas qualitativas se fazem necessárias. Apenas entrevistas em profundidade podem acessar percepções tão pessoais e fornecer informações mais precisas para melhor delinear esta condição e as relações estabelecidas a partir dela. Todavia nem mesmo com estas há garantias de que uma classificação completa seja realizada. Por se tratar de questões tão profundas, elementos da psicologia devem ser levados em consideração e como agenda de pesquisa reforça-se a multidisciplinaridade dos temas demográficos.

Para os censos demográficos, recortes importantes podem ser explorados para a relação entre ausência de filhos e características socioeconômicas e demográficas. Os que se destacam são os recortes geográficos e por situação marital. As mulheres sem filhos na Região Nordeste se assemelham às mulheres sem filhos da Região Sudeste? As mulheres sem filhos que estão em união são diferentes das daquelas que não estão em união?

Embora haja impossibilidade de identificação direta da idade da mulher ao nascimento do primeiro filho a partir dos censos demográficos para a maioria das mulheres⁸⁰, uma possibilidade de avanço na análise seria o uso da técnica de reconstrução de histórias de nascimentos⁸¹, com a qual haveria a possibilidade de se obter – se não para todas, para a maioria das mulheres – uma estimativa da idade que possuía ao nascimento de seu primeiro filho, independentemente da quantidade de filhos tidos e da idade destes.

Outra abordagem fundamental para se pensar este fenômeno na Demografia é a projeção da ausência de filhos no Brasil nas próximas décadas. Das mulheres que chegaram aos 30 anos de idade sem filhos em 2006, metade delas deixou de ter filhos permanentemente. Se esta proporção se mantiver com o aumento da ausência de filhos entre as mulheres mais jovens, quais serão os impactos populacionais, tanto em termos sociais e econômicos quanto de medidas demográficas?

Os dados mais recentes utilizados nesta tese aproximam-se de uma década de sua coleta. O que não se configura um problema em si, porém provoca uma reflexão sobre qual seria a situação atual do fenômeno e suscita ainda mais o interesse nos cenários futuros.

A temática da ausência de filhos, em uma busca despretensiosa, mostra-se cada vez mais presente na mídia nacional e internacional⁸². Discutida até mesmo em programas televisivos de grande alcance⁸³, a reflexão sobre ter ou não ter filhos atravessa as esferas particulares e inicia uma jornada também pelos espaços públicos, não limitados aos meios de comunicação em massa.

As redes sociais têm que se mostrado uma ferramenta importante de debate e no contexto deste trabalho vale ressaltar a expansão e o reconhecimento de pautas feministas através

⁸⁰ A única exceção são as mulheres que possuem apenas um(a) filho(a) e este(a) tem menos de um ano de idade.

⁸¹ Para mais informações sobre a técnica de reconstrução de histórias de nascimentos, recomenda-se a leitura de: Miranda-Ribeiro (2007).

⁸² Serão destacadas apenas quatro reportagens sobre o tema para fim de exemplificação. A primeira intitulada “Filhos? Não, obrigada”, foi capa da revista *Veja* em maio de 2013 (JIMENEZ, 2013). Quase na mesma época, em agosto de 2013, a reportagem “*The childfree life*” foi capa da revista *Time* (SANDLER, 2013). Quase um ano depois em julho de 2014, a revista *Istoé* publicou a reportagem “Filhos não, obrigado” (BRANDALISE, 2014). Por fim a mais recente, o blog “Família Plural” hospedado no site do Estadão fez em junho de 2016 a publicação “Elas decidiram não ter filhos e se consideram mulheres por inteiro” (PEREIRA, 2016), em resposta à declaração do presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan que afirmou dias antes que mulheres que trocam a maternidade por suas carreiras e rejeitam as tarefas do lar seriam “meias mulheres” (BBC, 2016).

⁸³ No dia 15 de junho de 2017 o programa “Encontro com Fátima Bernardes” da TV Globo teve como principal assunto as mulheres que não querem ter filhos. Apenas na Grande São Paulo o programa deve ter sido assistido por cerca de 1,7 milhão de pessoas, conforme dados do Kantar Ibope Media, responsável por estas estimativas no Brasil. Para mais informações consultar: Disponível em: <<https://www.kantaribopemedia.com/conteudo/dados-rankings/audiencia-de-tv-sp/>>.

destes meios (OLIVEIRA; SILVA, 2016). Ao atingir principalmente as mulheres mais jovens, o contato com os ideais feministas pode impactar no presente e no futuro o percentual de mulheres voluntariamente sem filhos, definitiva ou temporariamente. Com a construção de um ambiente com maior aceitação da diversidade de situações reprodutivas, especialmente da ausência de filhos, a maternidade ganha terreno para ser cada vez mais uma escolha do que uma imposição (BLOOM; PEBLEY, 1982). Para elucidar o conteúdo em circulação nas redes sociais no que diz respeito a não ter filhos, especialmente entre as jovens, foi escolhida uma das ilustrações de “O Projeto Mulheres” de Carol Rossetti (Figura 26). Nela é transmitida claramente a ideia da maternidade como um direito de escolha e não uma imposição. É possível que esta nova fase do feminismo influencie atual e futuramente muitas mulheres diante de suas escolhas reprodutivas, principalmente quando estas se tratam de escolhas livres e não limitadas pelas circunstâncias.

FIGURA 26 – Ilustração de Carol Rossetti sobre ausência voluntária de filhos



Fonte: O Projeto Mulheres, de Carol Rossetti⁸⁴.

O papel do feminismo, entretanto, não se limita às escolhas livres. Como apontado por McDonald (2000), a inequidade de gênero na família, em contraponto ao avanço na

⁸⁴ Para mais informações sobre o projeto consultar o site: Disponível em: <<https://www.carolrossetti.com.br/mulheres>>.

escolarização e da presença feminina no mercado de trabalho, seriam fundamentais para se pensar a recente queda da fecundidade. Diante disso, mulheres que valorizam o seu envolvimento em instituições voltadas para o indivíduo – principalmente escola e trabalho – seriam confrontadas com um impasse no qual seu papel na família seria incompatível com suas aspirações como indivíduos. Como consequência, algumas mulheres nesta situação poderiam evitar um papel na família ao invés de abrir mão de suas aspirações profissionais. Isso pode significar ter menos filhos do que se deseja, adiar o nascimento destes para um momento mais oportuno, ainda que este não fosse o plano inicial, ou mesmo deixar de ter filhos. Assim, a construção de uma sociedade mais igualitária para mulheres e homens pode impactar a ausência de filhos de maneiras opostas e igualmente importantes. Dar às mulheres que querem ser mães o direito de fazê-lo quando desejem e àquelas que não o querem o direito de nunca ter filhos sem que sejam julgadas por isto.

Esta reflexão é colocada também com o intuito de ilustrar a diversidade de situações relacionadas à ausência de filhos. Ao se pensar em projeções, não apenas se precisa levar em consideração a pluralidade de perfis, razões e repercussões da ausência de filhos, como também compreender as mudanças sociais e econômicas que podem impactar este fenômeno. Pode-se levar em conta também situações como crises econômicas ou persistência de epidemias como a do Zika vírus, que podem fazer com que o adiamento dos nascimentos dos filhos seja mais comum e/ou mais prolongado⁸⁵ (MIRANDA-RIBEIRO; RIOS-NETO; GARCIA,2016).

Esta tese buscou contribuir no debate sobre a ausência de filhos no Brasil sob diferentes perspectivas com a utilização das bases de dados disponíveis para tal. Como o trabalho científico nunca se conclui em uma tese, nesse caso não foi diferente. Tão importante quanto sintetizar os achados deste trabalho, estas considerações finais também tinham como propósito apresentar os desafios futuros e as questões que se abriram para este tema.

Uma célebre frase do filósofo francês Félicité Robert de Lamennais anuncia que “a ciência serve para nos dar uma ideia de quão extensa é a nossa ignorância”. Espera-se que avanços importantes tenham sido obtidos com este trabalho na discussão sobre ausência de filhos no Brasil. Contudo que nisto não se finde sua utilidade. Que ele seja, além de tudo, um retrato da ignorância que ainda nos cerca sobre este fenômeno e inspiração para trabalhos futuros.

⁸⁵ De acordo com reportagens de 14 de novembro de 2017 de jornais de grande circulação como O Globo, Valor Econômico e Folha de São Paulo (BAIMA, 2017; BÔAS, 2017; FRANCO, 2017), pesquisadores do IBGE teriam apontado estas como as prováveis causas da redução de 5,1% na quantidade de nascimentos entre 2015 e 2016.

REFERÊNCIAS

- ABMA, J. C.; MARTINEZ, G. M. Childlessness among older women in the United States: trends and profiles. **Journal of Marriage and Family**, US, v. 68, n. 4, p.1045-1056, 2006.
- ALMEIDA, R.; BARBOSA, R. J. Transição religiosa no Brasil. In: ARRETCHE, M. (Org.). **Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2015.p. 335-364.
- ALVES, J. E. D.; BARROS, L. F. W.; CAVENAGHI, S. M. **A família DINC no Brasil: algumas características sócio-demográficas**. Rio de Janeiro, RJ: ENCE/IBGE, 2010. (Texto para Discussão 30).
- _____; CAVENAGHI, S. M. Timing of childbearing in below replacement fertility regimes: how and why Brazil is different? In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE IUSSP, 26., 2009, Marrakech. **Anais...** Paris: IUSSP, 2009.
- ANYAEGBU, G. Using the OECD equivalence scale in taxes and benefits analysis. **Economic & Labour Market Review**, v. 4, n. 1, p. 49-54, 2010.
- ARIÈS, P. Two successive motivations for the declining birth rates in the West. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 6, n. 4, p. 645-650, 1980.
- ABEP – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. **Critério de classificação econômica Brasil**. São Paulo, SP, 2008. Disponível em: <<http://www.abep.org/criterio-brasil>>.
- BAIMA, C. Zika pode ter causado forte queda em número de nascimentos no Brasil. **O Globo**, Rio de Janeiro, RJ, 14 nov. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/zika-pode-ter-causado-forte-queda-em-numero-de-nascimentos-no-brasil-22065174>>. Acesso em: 15 nov. 2017.
- BADINTER, E. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, R. J. **Comparabilidade das informações disponíveis nos Censos (1960-2010) e PNADs (1976, 1985, 1995 e 2005)**. São Paulo, SP: Centro de Estudos da Metrópole, 2014. (Texto para Discussão 17).
- _____. **Nota técnica: instruções para o uso dos bancos de microdados das amostras dos Censos Demográficos brasileiros (1960 a 2010)**. São Paulo, SP: Centro de Estudos da Metrópole, 2013.
- BASTEN, S.; SOBOTKA, T. **Future fertility in low fertility countries**. Vienna: Institute of Demography, 2013. (Working Paper 5).
- BBC. Presidente da Turquia gera polêmica ao declarar que mulheres sem filhos 'são incompletas'. **BBC Brasil**, 7 jun. 2016. Disponível em: <<http://www.bbc.com/portuguese/internacional-36468521>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- BEAUJOUAN, E.; SOBOTKA, T. **Late motherhood in low-fertility countries: reproductive intentions, trends and consequence**. Vienna: Institute of Demography, 2017. (Working Papers 2).
- BECKER, G. The demand for children. In: _____. **A treatise on the family**. Boston: Harvard University Press, 1981. p. 93-112.

_____. An economic analysis of fertility. In: Universities-National Bureau. **Demographic and economic change in developed countries**. New York, NY: Columbia University Press, 1960.

BERCOVICH, A. Fecundidade da mulher negra: constatações e questões. **Textos NEPO 11**, Campinas, SP, 1987.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Tendências dos diferenciais educacionais e econômicos da fecundidade no Brasil entre 2000 e 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.

_____; GARCIA, S. Algumas considerações sobre a reprodução tardia. In: TURRA, C. M.; CUNHA, J. M. P. (Org.). **População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012. p. 135-139.

_____. Sobre o Sistema Internacional de Pesquisa em Demografia e Saúde Reprodutiva. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, SP, v. 11, supl. 1, p. 72-89, 2008.

_____; CAVENAGHI, S. M. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos**, São Paulo, SP, v. 74, p. 11-15, 2006.

_____; CAVENAGHI, S. M. Brazilian fertility regimes: profiles of women below and above replacement levels. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE IUSSP, 25., 2005, Tours. **Anais...** Paris: IUSSP, 2005.

_____. Nupcialidade da população negra no Brasil. **Textos NEPO 11**, Campinas, SP, 1987.

BLOOM, D. E.; TRUSSELL, J. What are the determinants of delayed childbearing and permanent childlessness in the United States? **NBER Working Paper 1140**, 1984.

_____; PEBLEY A. R. Voluntary childlessness: a review of evidence and implications. **Population Research and Policy Review**, Amsterdam, v. 1, n. 3, p. 203-224, 1982.

BÔAS, B. V. Zika faz número de nascimentos no Brasil ter a maior queda em 26 anos. **Valor Econômico**, Rio de Janeiro, RJ, 14 nov. 2017. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/5193597/zika-faz-numero-de-nascimentos-no-brasil-ter-maior-queda-em-26-anos>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

BONGAARTS, J.; FEENEY, G. On the quantum and tempo of fertility. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 24, n. 2, p. 271-291, 1998.

BONIFÁCIO, G. M. O; BARROS, J. V. S. Estimativa da idade média ao nascimento do primeiro filho no contexto de declínio da fecundidade: os casos de Brasil e Bolívia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012.

BRANDALISE, C. Filhos não, obrigado. **Istoé**, 18 jul. 2014. Disponível em: <https://istoe.com.br/373521_FILHOS+NAO+OBRIGADO/>. Acesso em: 13 nov. 2017.

BRASIL. ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **9º Relatório do Sistema Nacional de Produção de Embriões – SisEmbrião**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://portal.anvisa.gov.br/documents/33840/2817584/9%C2%BA+Relat%C3%B3rio+do+Sistema+Nacional+de+Produ%C3%A7%C3%A3o+de+Embri%C3%B5es+-+SisEmbrião/94d6467b-0a32-4277-8933-36c701900314>>. Acesso em: 31 out. 2017.

_____. Ministério da Saúde. Portaria n. 3.149, de 28 de dezembro de 2012. Ficam destinados recursos financeiros aos estabelecimentos de saúde que realizam procedimentos de atenção à Reprodução Humana Assistida, no âmbito do SUS, incluindo fertilização in vitro e/ou injeção intracitoplasmática de espermatozoides. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt3149_28_12_2012.html>. Acesso em: 31 out. 2017.

_____. Ministério da Saúde. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança**. Brasília, DF, 2009.

CAETANO, A. J.; DIAS, J. G. Classificação socioeconômica comparativa utilizando Critério Brasil, Wealth Index e Análise de Classes Latentes: uma aplicação com dados do PNDS 2006. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 18., 2012, Águas de Lindóia, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012.

CALDWELL, J. C. Three fertility compromises and two transitions. **Population Research and Policy Review**, Amsterdam, v. 27, n. 4, p. 427-446, 2008.

_____. Toward a restatement of demographic transition theory. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 2, n. 3-4, p. 321-366, 1976.

CAMARANO, A. A. Movimentos migratórios recentes na Região Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, Curitiba, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1998.

CARVALHO, J. A. M.; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, São Paulo, SP, v. 22, n. 2, p. 351-369, 2005.

_____; SAWYER, D. O.; RODRIGUES, R. N. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2.ed. São Paulo, SP: ABEP, 1998.

CASTLES F. G. The world turned upside down: below replacement fertility, changing preferences and family-friendly public policy in 21 OECD countries. **Journal of European Social Policy**, v. 13, n. 3, p. 209–227, 2003.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. Childlessness in Brazil: socioeconomic and regional diversity. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE IUSSP, 27., 2013, Bussan. **Anais...** Paris: IUSSP, 2013.

COALE, A. J. The decline of fertility in Europe since de eighteenth century as a chapter in demographic history. In: _____; WATKINS, S. C. (Ed.). **The decline of fertility in Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1986.

COUTINHO, R. Z. **The transformation to low fertility in Brazil**. 2016. 230f. Tese (Doutorado em Filosofia) – College of Arts and Sciences, University of North Carolina, Chapel Hill, 2016.

_____; BARROS, J. V. S.; CARVALHO, A. A. 30 Anos de DHS: o que andamos pesquisando sobre fecundidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 32, n. 2, p. 395-407, 2015.

ESPING-ANDERSEN, G; BILLARI, F. C. Re-theorizing family demographics. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 1, n. 41, p. 1-31, 2015.

EUROSTAT. **Demography report**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2015.

FARIA, V.; POTTER, J. E. Televisão, telenovelas e queda de fecundidade no nordeste. **Novos Estudos**, São Paulo, SP, n. 62, p. 21-39, 2002.

_____. Políticas de governo e regulação da fecundidade: conseqüências não antecipadas e efeitos perversos. **Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, SP, n. 5, p. 62-103, 1989.

FRANCO, L. Com zika e crise, nascimentos recuam no país após 6 anos; casamentos caem. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, SP, 14 nov. 2017. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/11/1935245-com-zika-e-crise-nascimentos-recuam-no-pais-apos-6-anos-casamentos-caem.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

FRIAS, L. A. M.; CARVALHO, J. A. M. Uma avaliação de fecundidade no Brasil ao início do século. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 9, n. 2, p. 193-199, 1992.

GOLDANI, A. M. Rethinking Brazilian fertility decline. In: INTERNATIONAL POPULATION CONFERENCE IUSSP, 24., 2001, Salvador, BA. **Anais...** Paris: IUSSP, 2001.

GOLDSTEIN, J. R., SOBOTKA, T.; JASILIONIENE, A. The end of lowest-low fertility? **Population and Development Review**, New York, NY, v. 35, n. 4, p. 663-700, 2009.

GUEDES, M. C. Mulheres de alta escolaridade: repensando a relação entre maternidade e mundo do trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., Caxambu, MG, 2008. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.

GUZMÁN, J. M.; RODRÍGUEZ, J. La fecundidad pre-transicional en América Latina: un capítulo olvidado. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, v. 21, n. 57, p. 217-246, 1993.

HAGENAARS, A.; VOS, K.; ZAIDI, M. A. **Poverty statistics in the late 1980s: research based on micro-data**. Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities, 1994.

HAKIM, C. **Childlessness in Europe**. Research report to the Economic and Social Research Council, 2005.

HEATON, T. B.; JACOBSON, C. K.; HOLLAND, K. Persistence and change in decisions to remain childless. **Journal of Marriage and Family**, US, v. 61, n. 2, p. 531-539, 1999.

HOUSEKNECHT, S. K. Voluntary childlessness. In: SUSSMAN, B.; STEINMETZ, S. K. (Ed.). **Handbook of marriage and the family**. New York, NY: Plenum Press, 1983. p. 369-395.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas do Registro Civil 2016**. Rio de Janeiro, RJ, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/135/rc_2016_v43_informativo.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2017.

_____. **Censo Demográfico 2010: resultados gerais da amostra**. Rio de Janeiro, RJ, 2012.

_____. **Notas metodológicas do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, RJ, 2010.

_____. **Educação das mulheres determina taxas de fecundidade e de mortalidade infantil.** Rio de Janeiro, RJ, 2003. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/26122003censofecundhtml.shtm>>.

_____. **Censo Demográfico 2000:** documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, RJ, 2002.

_____. **Censo Demográfico 2000:** manual do recenseador. Rio de Janeiro, RJ, 2000.

_____. **Censo Demográfico 1991:** documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, RJ, 1996.

_____. **Censo Demográfico 1991:** manual do recenseador. Rio de Janeiro, RJ, 1991.

_____. **Censo Demográfico 1980:** documentação dos microdados da amostra de 25%. Rio de Janeiro, RJ, 1983.

_____. **Censo Demográfico 1980:** manual do recenseador. Rio de Janeiro, RJ, 1980.

_____. **Censo Demográfico 1970:** documentação dos microdados da amostra de 25%. Rio de Janeiro, RJ, 1973.

_____. **Censo Demográfico 1970:** manual do recenseador. Rio de Janeiro, RJ, 1970.

JIMENEZ, G. Filhos? Não, obrigada. **Revista Veja**, Seção Comportamento, p. 114-122, maio 2013.

LESTHAEGHE, R. The second demographic transition: a concise overview of its development. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, v. 111, n. 51, p. 18112–18115, 2014.

_____. The unfolding story of the second demographic transition. **Population Studies Center Research Report**, v. 10, n. 696, 2010.

_____; VAN DE KAA, D. J. Twee demografischetransities? (two demographic transitions?). In: VAN DE KAA, D. J.; _____ (Ed.). **Bevolking: groeienkrimp** (Population: growth and decline). Deventer: Van LoghumSlaterus, 1986. p. 9-24.

LUTZ, W.; SKIRBEKK, V.; TESTA M. R. The low-fertility trap hypothesis: forces that may lead to further postponement and fewer births in Europe. **Vienna Yearbook of Population Research**, p. 167-192, 2006.

MAIA, A. G; SAKAMOTO, A.; WANG, S. X. Socioeconomic attainments of Japanese brazilians and Japanese Americans. **Sociology of Race and Ethnicity**, v. 1, n. 4, p. 547-563, 2015.

MANCERO, X. **Escalas de equivalencia:** reseña de conceptos y métodos. Santiago de Chile, Chile: CEPAL, 2001. (Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos).

MARTINE, G.; ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. **Urbanization and fertility decline:** cashing in on structural change. Londres: IIED, 2013. (Working Paper).

_____. Brazil's fertility decline, 1965-95: a fresh look at key factors. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 22, n. 1, p. 47-75, 1996.

MASLOW, A. **Motivation and personality.** New York, NY: Harper and Row, 1954.

MCDONALD, P. Gender equity in theories of fertility transition. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 26, n. 3, p. 427-439, 2000.

MENCARINI L; TANTURRI, M. L. High fertility or childlessness: micro-level determinants of reproductive behaviour in Italy. **Population**, London, v. 61, n.4, p. 389-415, 2006.

MENEGHIM, J. C. A.; OLIVEIRA, M. C. F. A. Análise da relação entre ausência de filhos e características socioeconômicas e demográficas para mulheres de 50 a 59 anos no período de 1980 a 2010 no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.

MERRICK, T. W.; BERQUÓ, E. **The determinants of Brazil's recent rapid decline in fertility**. Washington, DC: National Academy Press, 1983.

MIETTINEN, A. et al. Increasing childlessness in Europe: time trends and country differences. **Families and Societies Working Paper**, n. 33, 2015.

MIRANDA-RIBEIRO, A.; RIOS-NETO, E. L. G.; GARCIA, R. A. Anticipación y postergación de los nacimientos en la transición de la fecundidad en Brasil. **Notas de Población**, Santiago de Chile, Chile, v. 43, n. 103, p. 29-43, 2016.

_____; RIOS-NETO, E. L. G.; CARVALHO, A. M. Efeitos tempo, parturição e quantum no Brasil: indicadores de período e evidências empíricas. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, RJ, v. 30, n. 1, p. 145-170, 2013.

_____. **Reconstrução de histórias de nascimentos a partir de dados censitários: aspectos teóricos e evidências empíricas**. 2007. 177f. Tese (Doutorado em Demografia) – CEDEPLAR, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2007.

MOREIRA, M. M.; FUSCO, W. Filho único no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu, PR. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2016.

_____; FUSCO, W. As mulheres sem filho no Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.

MORETTIN, P. A.; BUSSAB, W. O. **Estatística básica**. 5.ed. São Paulo, SP: Editora Saraiva, 2004.

MOULTRIE, T. A. The el-Badry correction. In: _____ et al (Ed.). **Tools for demographic estimation**. Paris: IUSSP, 2013a. Disponível em: <<http://demographicestimation.iussp.org/content/el-badry-correction>>.

_____. Assessment of parity data. In: _____ et al (Ed.). **Tools for demographic estimation**. Paris: IUSSP, 2013b.

MUSICK, K.; MICHELMORE, K. Change in the stability of marital and cohabiting unions following the birth of a child. **Demography**, Chicago, v. 52, n. 5, p. 1463-485, 2015.

OECD. **What are equivalence scales?** Paris, 2009. Disponível em: <<https://www.oecd.org/eco/growth/OECD-Note-EquivalenceScales.pdf>>.

OLIVEIRA, B. N.; SILVA, F. J. G. Feminismo nas mídias sociais: atualidades e potencialidades. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SOCIOLOGIA DA UFS, 1., 2016, Aracaju, SE. **Anais...** Aracaju, SE: UFS, 2016.

OLIVEIRA, M. C. F. A.; MARCONDES, G. Os tempos para o trabalho e para a família na população feminina em áreas metropolitanas brasileiras. **Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP**, Campinas, SP, v. 7, n. 1, p. 61-88, 2016.

_____; VIEIRA, J. M.; MARCONDES, G. Cinquenta anos de relações de gênero e geração no Brasil: mudanças e permanências. In: ARRETCHE, M. (Org.). **Trajetórias da desigualdade: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos**. São Paulo, SP: Editora da UNESP, 2015.

_____; MARCONDES, G. Maternidade precoce x tardia: mudança de padrão ou heterogeneidade? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.

_____. A segunda transição demográfica: nova teoria ou mais do mesmo? In: TURRA, C. M.; CUNHA, J. M. P. (Org.). **População e desenvolvimento em debate: contribuições da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2012. p. 141-150.

_____. Constrangimentos e motivações: a propósito da queda da fecundidade em Göran Therborn. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2008.

_____; MARCONDES, G. Contabilizando perdas e danos: maternidade, trabalho e conjugalidade no pós-feminismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu, MG. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.

_____. Trabalho, família e condição feminina: considerações sobre a demanda por filhos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 6, n. 1, p. 25-33, 1989.

ORTEGA, J. A.; KOHLER, H. P. **Measuring low fertility: rethinking demographic methods**. Rostock, Alemanha: Max Planck Institute for Demographic Research, 2002.

PATARRA, N. L.; OLIVEIRA, M. C. F. A. Transição, transições. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Brasília, DF. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 1988.

PAULO, M. A. O momento do nascimento do primeiro filho e a situação da mulher no mercado de trabalho no Brasil: uma análise do salário por grupos socioeconômicos. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 19., 2014, São Pedro, SP. **Anais...** Belo Horizonte, MG: ABEP, 2014.

PEREIRA, C. Elas decidiram não ter filhos e se consideram mulheres por inteiro. **Blog Família Plural**, 13 jun. 2016. Disponível em: <<http://emails.estadao.com.br/blogs/familia-plural/elas-decidiram-nao-ter-filhos-e-se-consideram-mulheres-por-inteiro/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

PEREIRA, P. J. **Adoção: realidades e desafios para um Brasil do Século XXI**. 2012. 203f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2012.

POSTON, D. L.; TRENT, K. International variability in childlessness: a descriptive and analytical study. **Journal of Family Issues**, v. 3, n. 4, p. 473-491, 1982.

- RIGOTTI, J. I. R. Variáveis de educação dos censos demográficos brasileiros de 1960 a 2000. In: RIOS-NETO, E. L. G.; RIANI, J. L. R. (Org.). **Introdução à demografia da educação**. Belo Horizonte, MG: ABEP, 2004.
- RIOS-NETO, E. L. G. Passado, presente e futuro da fecundidade: uma visão de idade, período e coorte. **Revista Brasileira de Estudos de População**, São Paulo, SP, v. 17, n. 1/2, p.5-15, 2000.
- RIPSA. **Taxa específica de fecundidade – A.6 – 2012**. Brasília, DF, 2012. (Fichas de qualificação da RIPSA – 2012).
- ROSETO-BIXBY, R. L.; CASTRO-MARTÍN, T.; MARTÍN-GARCIA, T. Is Latin America starting to retreat from early and universal childbearing? **Demographic Research**, v. 20, n. 9, p. 169-194, 2009.
- ROWLAND, D. T. Historical trends in childlessness. **Journal of Family Issues**, v. 28, n. 10, p. 1311-1337, 2007.
- SANDLER, L. Having it all without having children. **Time**, 12 ago. 2013. Disponível em: <<http://content.time.com/time/subscriber/article/0,33009,2148636,00.html>>. Acesso em: 13 nov. 2017.
- SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 16, p. 137-150, 2001.
- SCHMIDT, L. et al. Demographic and medical consequences of the postponement of parenthood. **Human Reproduction Update**, Inglaterra, v. 18, n. 1, p. 29-43, 2012.
- SHAPIRO, G. Voluntary childlessness: a critical review of the literature. **Studies in the Maternal**, v. 6, n. 1, p. 1-15, 2014.
- SOBOTKA, T. Shifting parenthood to advanced reproductive ages: trends, causes, and consequences. **Intergenerational Justice Review**, v. 9, n. 2, p. 56-61, 2009.
- _____. Childless societies? Trends and projections of childlessness in Europe and the United States. In: POPULATION ASSOCIATION OF AMERICA ANNUAL MEETING PROGRAM, 2005, Philadelphia. **Anais...** Maryland, EUA: PAA, 2005.
- _____. Is lowest-low fertility in Europe explained by the postponement of childbearing? **Population and Development Review**, New York, NY, v. 30, n. 2, p. 195-220, 2004.
- SOUZA, G. A. A. **Sucessão das gerações na Bahia**: reencontro de uma totalidade esquecida. 1996. 369f. Tese (Doutorado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996.
- TANTURRI, M. L. et al. State-of-the-art report: childlessness in Europe. **Families and Societies Working Paper**, n. 32, 2015.
- _____; MENCARINI, L. Childless or childfree? Paths to voluntary childlessness in Italy. **Population and Development Review**, New York, NY, v. 34, n. 1, p. 51-77, 2008.
- THERBORN, G. **Sexo e poder**: a família no mundo, 1900-2000. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2006.

TIMÆUS, I. M.; MOULTRIE, T. A. Distinguishing the impact of postponement, spacing and stopping on birth intervals: evidence from a model with heterogeneous fecundity. **Journal of Biosocial Science**, Inglaterra, v. 45, n. 3, p. 311-330, 2013.

_____. On postponement and birth intervals? **Population and Development Review**, New York, NY, v. 34, n. 3, p. 483-510, 2008.

TOMAZ, R. Feminismo, maternidade e mídia: relações historicamente estreitas em revisão. **Galaxia**, São Paulo, SP, n. 29, p. 155-166, 2015.

TOULEMON, L. Very few couples remain voluntarily childless. **Population: An English Selection**, v. 8, p. 1-27, 1996.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. Population Division. **World fertility patterns 2015**. New York, NY, 2015.

VÁSQUEZ, G. Maternidade e feminismo: notas sobre uma relação plural. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, MS, v. 3, n. 6, p. 167-181, 2014.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometric analysis of cross section and panel data**. London; Cambridge: MIT Press, 2002.

APÊNDICE A – Fontes de dados e variáveis

Neste apêndice são apresentadas e discutidas as fontes de dados e as variáveis utilizadas para o desenvolvimento desta tese.

As fontes de dados utilizadas neste trabalho – abordadas na seção A.1 – são duas: os Censos Demográficos de 1970 a 2010 e a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006. Os Censos Demográficos são utilizados no Capítulo 2, com o objetivo de explorar a relação entre ausência de filhos e características socioeconômicas e demográficas das mulheres. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) de 2006 é utilizada nos capítulos seguintes, 3 e 4, interessados em explorar as razões e as repercussões da ausência de filhos na vida das mulheres que (ainda) não os tiveram ou que os tiveram após os 30 anos, respectivamente.

A escolha de utilizar duas fontes de dados distintas é resultado da impossibilidade de explorar todas as questões deste trabalho a partir de uma única fonte. Os Censos são capazes de fornecerem informação para um período de 40 anos, mas não permitem a identificação direta da idade da mulher ao nascimento do primeiro filho para todas as mulheres, o que inviabiliza a identificação das mulheres que tiveram filhos apenas após os 30 anos de idade. Além disso, por não se tratar de uma pesquisa específica sobre reprodução, os Censos não possuem quesitos sobre as percepções da ausência de filhos. A PNDS, apesar de cobrir todas as lacunas apontadas nos Censos Demográficos, por sua vez não permite uma avaliação temporal. Os quesitos de razões e repercussões da ausência de filhos estão presentes apenas na PNDS de 2006. Desta forma, uma fonte de dados torna-se complementar à outra, o que possibilita que o trabalho avance muito mais do que se apenas uma delas fosse escolhida para o desenvolvimento da tese.

As variáveis selecionadas de ambas as fontes de dados são apresentadas na seção A.2. Nos Censos Demográficos, as variáveis referem-se a características socioeconômicas e demográficas das mulheres de 25 a 49 anos: região geográfica, situação de domicílio, cor ou raça, religião, situação marital, nível de escolaridade, situação laboral e renda domiciliar por escala de equivalência. Na PNDS, além de características socioeconômicas e demográficas – exploradas por variáveis similares, com algumas adaptações e apenas uma inclusão – também são utilizados quesitos sobre percepções da ausência de filhos, tanto em relação às razões apontadas para não ter tido filhos antes dos 30 anos ou nunca os ter tido, quanto no que diz respeito às repercussões desta condição na vida das mulheres. Pelo marco de adiamento da maternidade ter sido definido na PNDS em 30 anos de idade, o recorte etário para esta base será de 30 a 49 anos.

A.1 Fontes de dados

A.1.1 Censos Demográficos

Os dados utilizados no Capítulo 2 desta tese, cujo objetivo é explorar a relação entre ausência de filhos e características socioeconômicas e demográficas, são provenientes dos Censos Demográficos brasileiros de 1970 a 2010. Realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os Censos Demográficos abrangem as pessoas residentes em domicílios situados em todo o território nacional na data de referência. São aplicados dois questionários: um básico, que contém perguntas referentes às características domiciliares e individuais elementares e, outro, que possui além dos quesitos que também constam no questionário básico, outras perguntas mais detalhadas sobre características do domicílio e de seus moradores, referentes à religião, raça/cor, migração, deficiência, fecundidade, nupcialidade, escolaridade, trabalho e rendimento (BARBOSA, 2013; IBGE, 1991; 2000; 2010). Este segundo questionário é aplicado apenas nas unidades selecionadas para a amostra e é a partir dele, cujas informações são denominadas microdados da amostra, que são extraídos os dados para o desenvolvimento do Capítulo 2. Como há mudanças significativas nos quesitos dos censos de um ano para outro, é necessário realizar a compatibilização das variáveis (BARBOSA, 2013; 2014), que serão devidamente descritas na seção A.2.1.

O desenho amostral adotado pelo IBGE desde o Censo de 1960 compreende a seleção sistemática e com equiprobabilidade dentro de cada setor censitário, de uma amostra dos domicílios particulares, das famílias e também de indivíduos de grupos conviventes recenseados em domicílios coletivos, com fração amostral constante para setores de um mesmo município. A amostragem em si, porém, é refeita a cada Censo. As amostras dos Censos de 1970 e 1980 foram constituídas de aproximadamente 25% dos domicílios particulares e pessoas neles recenseadas, além de 25% dos grupos familiares ou componentes de grupos conviventes recenseados em domicílios coletivos. Para a realização dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 foram definidas duas frações amostrais distintas: 10% para os municípios com população estimada superior a 15.000 habitantes e 20% para os demais municípios. Para o Censo Demográfico de 2010 foram aplicadas cinco frações de amostragem, considerando os tamanhos dos municípios em termos da população estimada: 50% para municípios com até 2.500 habitantes, 33% para municípios com

população estimada entre 2.500 e 8.000 habitantes, 20% para municípios com intervalo entre 8.000 e 20.000 habitantes, 10% para aqueles com população entre 20.000 e 500.000 habitantes e 5% para municípios com população estimada acima de 500.000 habitantes. (BARBOSA, 2013; IBGE, 1973; 1983; 1996; 2002; 2010).

Como nos Censos Demográficos é utilizada amostragem probabilística, cada unidade selecionada na amostra representa além dela mesma, outras unidades que fazem parte da população. Assim, para cada unidade domiciliar – e conseqüentemente para cada um de seus moradores – é associado um fator de expansão ou peso. Barbosa (2013) sugere que sejam utilizados pesos analíticos, que são construídos a partir da equação (1):

$$P_a = n * \frac{P_e}{N} \quad (1)$$

onde P_a é o peso analítico, n é o tamanho da amostra, P_e é o peso expandido e N é o tamanho populacional.

A utilização dos pesos analíticos visa reduzir a subestimação dos erros, embora não resolva completamente o problema. O intuito é obter melhores resultados de testes de hipótese – fundamentais para a modelagem estatística – sem alteração das estimativas pontuais.

Uma observação importante é que no Censo de 1970 foram também entrevistados não moradores presentes no domicílio durante o momento da entrevista e, por isso, é necessário efetuar a seleção apenas dos moradores para a realização de quaisquer análises (BARBOSA, 2013).

Os microdados dos Censos Demográficos utilizados neste trabalho foram obtidos no site do Centro de Estudos da Metrópole (CEM)⁸⁶.

O recorte etário para os dados censitários é de mulheres de 25 a 49 anos. Esta escolha se justifica pelo aumento significativo de mulheres sem filhos a partir de 25 anos – em especial entre os anos 2000 e 2010 – e 49 anos por marcar o fim do período reprodutivo.

⁸⁶ Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/>>.

A.1.2 PNDS

Para desenvolvimento dos Capítulos 3 e 4 da tese – o terceiro interessado em explorar as razões da ausência de filhos e o quarto as repercussões desta condição da vida das mulheres – são utilizados os dados provenientes da Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS) de 2006. Esta pesquisa foi realizada sob a coordenação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e execução do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Esta é atualmente a fonte mais completa sobre saúde sexual e reprodutiva representativa em nível nacional no Brasil. Esta pesquisa está em sua terceira edição no país. As anteriores foram a Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar (PNSMIPF), realizada em 1986 e a PNDS, em 1996⁸⁷. A PNDS 2006 teve por objetivos principais caracterizar a população feminina de 15 a 49 anos e crianças com menos de cinco anos a partir de fatores demográficos e socioeconômicos, identificando padrões reprodutivos e de conjugalidade, além de questões de saúde das mulheres e das crianças, com enfoque nestas últimas (BRASIL, 2009; COUTINHO; BARROS; CARVALHO, 2015).

A amostragem da pesquisa segue um modelo estratificado de conglomerados aleatório simples em duas etapas. A primeira é realizada a partir de sorteio aleatório dos setores censitários, dentro de cada um dos dez estratos construídos – a saber: as cinco macrorregiões brasileiras divididas em urbano e rural⁸⁸. A segunda etapa consistiu no sorteio dos domicílios dentro dos setores censitários selecionados. No total foram entrevistadas 15.575 mulheres em idade fértil (BRASIL, 2009).

Para a coleta dos dados foram utilizados dois questionários: um para informações do domicílio e de seus moradores e outro destinado às mulheres elegíveis⁸⁹ no domicílio. O Questionário do Domicílio foi aplicado em todos os domicílios amostrados. Entretanto, naqueles onde não havia mulher elegível o questionário foi respondido apenas parcialmente. Nos

⁸⁷ Todas estas pesquisas se inserem no projeto MEASURE DHS (Demographic and Health Survey). Realizado em escala global com apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) e em parceria com várias instituições internacionais, este projeto tem como objetivo “prover dados e análises para um amplo conjunto de indicadores de planejamento, monitoramento e avaliação de impacto nas áreas de população, saúde e nutrição de mulheres e crianças nos países em desenvolvimento” (BERQUÓ, 2008, p. 77).

⁸⁸ Apenas a PNDS 2006 é representativa para a área rural da região Norte. As pesquisas anteriores não possuem esta característica.

⁸⁹ São consideradas elegíveis as mulheres com idade entre 15 e 49 anos residentes em domicílios particulares – que não estivessem ausentes por mais de 12 meses, independentemente de seu estado conjugal (BRASIL, 2009).

domicílios elegíveis, além da Ficha de Domicílio completa, foi aplicado o questionário mais amplo, denominado Questionário da Mulher. Neste trabalho é utilizado principalmente este segundo questionário, visto que é nele em que estão as informações específicas sobre reprodução. Apesar de ser um estudo de corte transversal, a pesquisa também recupera, no Questionário da Mulher, informações retrospectivas – através de histórias de vida – e coleta dados prospectivos, como intenções de comportamentos e perspectivas futuras (BRASIL, 2009).

Os dados da PNDS 2006 devem ser utilizados com a ponderação informada na base de dados e com recomposição do desenho amostral. As variáveis utilizadas neste processo são: CM002_CONG, CM003 ESTR e XM999_PESO. Além disso, como possui tamanho amostral reduzido quando comparado aos Censos, é fundamental verificar o número de entrevistas efetivamente realizadas para determinado quesito, de forma a respeitar os tamanhos mínimos de amostra para inferências estatísticas (BRASIL, 2009).

O recorte etário para os dados da PNDS de 2006 é de 30 a 49 anos. O marco de 30 anos é uma definição da própria pesquisa nos quesitos de postergação da fecundidade e 49 anos por delimitar o fim do período reprodutivo e ser a idade mais avançada considerada na pesquisa.

A.2. Variáveis

A.2.1 Censos Demográficos

A partir de trabalhos nacionais (CAVENAGHI; ALVES, 2013; OLIVEIRA; VIEIRA; MARCONDES, 2015) e internacionais (AMBA; MARTINEZ, 2006; ROSERO-BIYBY; CASTRO-MARTÍN; MARTÍN-GARCIA, 2009) sobre o tema, as variáveis abaixo – descritas no Quadro A.1 – foram selecionadas para o desenvolvimento do Capítulo 2. Estas são as variáveis disponíveis nos Censos que a partir da literatura, se revelam mais promissoras na análise.

QUADRO A.1 – Variáveis selecionadas e compatibilizadas dos Censos Demográficos com suas respectivas descrições, categorias e funções nos modelos

Tipo	Variável	Categorias
Resposta	Indicadora se a mulher teve ou não teve filho nascido vivo	Teve filho Não teve filho
Explicativa	Região geográfica Compatibilizada	Região Norte Região Nordeste Região Sudeste Região Sul Região Centro-Oeste + UF Tocantins
Explicativa	Situação de domicílio	Urbano Rural
Explicativa	Cor ou raça	Branca ou amarela Preta Parda ou indígena
Explicativa	Religião	Católica/Ortodoxa Outras religiões cristãs Outras religiões não cristãs Sem religião
Explicativa	Situação marital	Solteira (ou nunca esteve em união) Casada (ou está em união) Separada, desquitada, divorciada ou viúva (ou não está, mas já esteve em união)
Explicativa	Nível de escolaridade	Sem instrução ou fundamental incompleto Fundamental completo ou médio incompleto Médio completo ou superior incompleto Superior completo
Explicativa	Situação laboral	Trabalha Não trabalha
Explicativa	Grupo de renda mensal domiciliar por escala de equivalência	20% com maior rendimento Grupo intermediário 40% com menor rendimento

Fonte: Elaborado pela autora.

Apesar de a variável resposta considerar apenas se as mulheres tiveram ou não filhos nascidos vivos e não a quantidade destes, foi considerada “*missing*” as parturições improváveis – isto é, o nascimento de mais de uma criança a cada 18 meses no período reprodutivo⁹⁰ –, uma vez que o restante das variáveis para estas mulheres pode ser igualmente problemático⁹¹.

⁹⁰Moultrie (2013b).

⁹¹Com a correção de parturição improvável, 0,07% da amostra total passa a ser *missing*, o que representa 4% do total de *missing* da amostra completa.

Moreira e Fusco (2014) apontam que haveria subestimação das mulheres sem filhos porque muitas delas poderiam declarar seus filhos adotivos como filhos próprios. Considerando os objetivos deste trabalho, isso não seria um problema visto que o interesse é na experiência da maternidade. A informação de se a mulher tem ou não filhos adotivos não existem nos Censos Demográficos. Uma aproximação possível para os Censos seria captar a presença de filhos no domicílio, o que leva à limitação da não captação de filhos adotivos fora dele. Além da maior dificuldade de captação desta informação, o grupo de mulheres que têm apenas filhos adotivos é muito pequeno. Pereira (2012) observou, a partir da PNDS, que em 2006 apenas 2,7% das mulheres entrevistadas declararam ter filhos adotivos. Destas, mais de 80% também relataram ter filhos biológicos. Portanto, trabalhar com este quesito de quantidade de filhos tidos nascidos vivos não traz prejuízo à análise.

Como indicado anteriormente, há mudanças significativas nos quesitos dos Censos de um ano para outro, portanto é fundamental realizar a compatibilização das variáveis para que todas se adequem às categorias apresentadas no Quadro 1. Em alguns casos é necessário utilizar quesitos parecidos, mas não idênticos, ou mesmo combinar quesitos para a formação de uma variável no banco de dados final (BARBOSA, 2013; 2014).

As regiões geográficas foram compatibilizadas de acordo com as alterações territoriais que ocorreram no período, em especial o desmembramento da porção norte da UF de Goiás para a criação da UF de Tocantins, em 1988. Desta forma, foi adicionada a UF de Tocantins ao Centro-Oeste nos Censos de 1991, 2000 e 2010 para que a comparação fosse possível.

São consideradas três categorias na variável cor ou raça: “branca ou amarela”, “parda ou indígena” e “preta”. Na compatibilização da variável a separação das pardas das indígenas é inviável, já que no Censo de 1980 os indígenas foram classificados como pardos (IBGE, 1983; BARBOSA, 2013). Dadas as particularidades do comportamento reprodutivo das mulheres pretas quando comparadas aos demais grupos, estas mulheres devem ser consideradas em categoria exclusiva e não agregadas às pardas em uma categoria “negras” (BERCOVICH, 1987). A opção de agregar as amarelas com as brancas foi feita pela maior proximidade das taxas de fecundidade, renda e escolaridade entre estes grupos que entre as amarelas e as pretas, pardas e indígenas (IBGE, 2003; MAIA; SAKAMOTO; WANG, 2015). O percentual de mulheres que se declaram amarelas é em geral inferior a 1%. Por ser uma amostra mais restrita, as estimativas tratando este

grupo separadamente seriam menos confiáveis que as dos demais grupos. Ao se agregar estas mulheres a um grupo grande como o das mulheres brancas, garante-se que estas observações não sejam excluídas da amostra e não comprometam as estimativas deste grupo no qual foram incorporadas. É importante ressaltar que em 1970 não existiu o quesito cor ou raça no Censo (IBGE, 1970; 1973), portanto esta variável está disponível apenas para os Censos posteriores.

No Censo de 1970 não há separação entre as religiões protestantes tradicionais e pentecostais. Por isso é necessário agrupar estas duas categorias em uma única, denominada “Outras religiões cristãs” nos Censos de 1980, 1991, 2000 e 2010 (IBGE, 1970; 1973).

Os quesitos de nupcialidade sofreram grandes mudanças entre 1970 e 2010. Nos dois primeiros Censos não era possível identificar claramente se o indivíduo havia estado em uma união estável e não estava mais na data de referência do Censo. Além dos estados civis havia apenas a categoria “outra”, destinada às pessoas que viviam em companhia de cônjuge sem terem realizado casamento civil ou religioso (IBGE, 1970; 1980). A categoria “separado” era atribuída apenas àqueles que haviam sido casados no civil e/ou no religioso e estavam separados não judicialmente. Deste modo só é possível saber se o entrevistado esteve em alguma união antes da data de referência se esta tiver sido formal (IBGE, 1970; 1973; 1980; 1983). Em 1991, a categoria “separado” recebe nova definição, em que são incluídos também os indivíduos que viviam em união informal (IBGE, 1996). Em 2000 e 2010 há um quesito que classifica se o entrevistado vive, já viveu ou nunca viveu em união (IBGE, 2002; 2010). Seria possível compatibilizar mais fielmente este quesito se as mulheres que tiveram uma união estável que não existia mais na data de referência fossem classificadas segundo seu estado civil para todos os Censos. Porém a perda da informação de estar alguma vez em união, mesmo que informalmente – indisponível para este último caso para os Censos de 1970 e 1980 – foi considerada um problema mais grave que a limitação de compatibilização. Por isso, optou-se por utilizar o estado civil como *proxy* para o estado conjugal apenas em dois Censos – 1970 e 1980 – e para os demais Censos utilizou-se a situação conjugal da mulher, que inclui ter estado em união mesmo que não tenha sido em casamento civil e/ou religioso.

Os quesitos de rendimento também diferem a cada ano. No Censo de 1970, por exemplo, só há uma questão relacionada a esse tópico, na qual é solicitado ao entrevistado que seja informada sua renda média advinda de todas as fontes. Deste modo, não é possível decompor as fontes de renda e identificar a parcela não proveniente de trabalho (BARBOSA, 2014). Dados

os objetivos deste trabalho, esta limitação do dado não reflete um problema, uma vez que a variável utilizada é a renda mensal domiciliar em sua totalidade e não apenas o rendimento oriundo exclusivamente do trabalho. Para fins de compatibilização, nos Censos posteriores são utilizados todos os rendimentos independentemente da fonte.

A utilização da renda domiciliar total como variável não é viável devido às diferenças de tamanho e composição dos domicílios. O método mais simples de ajuste para as diferenças no tamanho do domicílio é dividir a renda domiciliar pela quantidade de indivíduos que vivem nele, isto é, obter a renda per capita. Este método pressupõe que todos os indivíduos têm as mesmas necessidades de consumo para desfrutar do mesmo padrão de vida. Além disso, assume que todos os gastos são individualizados e que não há aproveitamento de recursos por outros membros do domicílio. Porém, o gasto de energia elétrica, por exemplo, tende a não dobrar quando o domicílio passa de uma para duas pessoas porque, apesar de que alguns gastos dobrem – como aqueles relacionados à quantidade de banhos –, outros não se alteram, como o gasto com a geladeira, que se mantém única no domicílio (MANCERO, 2001; ANYAEGBU, 2010).

O conceito de escala de equivalência é concebido para levar em conta esses dois elementos simultaneamente. O primeiro é chamado “equivalência por unidade de consumidor”, que trata as diferentes necessidades entre os membros do domicílio em termos de um membro de referência. O segundo são as “economias de escala”, que dizem respeito à adição de um novo membro na residência implicar gastos cada vez menores para se manter constante o padrão de vida deste domicílio. Assim como o segundo adulto não ocasiona o dobro do consumo, tampouco as crianças, adolescentes e demais adultos o aumentam nesta proporção. Contudo, é difícil definir escalas de equivalência que levem em conta todos os fatores relevantes (MANCERO, 2001; ANYAEGBU, 2010).

Existem propostas paramétricas e outras mais sofisticadas e complexas, como as subjetivas e de comportamento observado⁹². O uso generalizado das escalas paramétricas deve-se principalmente à sua facilidade de aplicação e entendimento. Por essa razão, este será o método utilizado neste trabalho. A escala adotada será a OECD modificada, proposta pela primeira vez por Hagenarset et al. (1994 *apud* OECD, 2009), que atribui o valor de 1 para o chefe do domicílio, de 0,5 para cada membro adulto adicional e de 0,3 para cada membro menor de 14 anos (MANCERO, 2001; OECD, 2009; ANYAEGBU, 2010).

⁹²Para conhecimento das técnicas não paramétricas, recomenda-se a leitura de: Mancero (2001).

A distribuição dos indivíduos em grupos de rendimento – 40% com menor rendimento, 20% com maior rendimento e grupo intermediário – foi feita considerando a população brasileira total para cada ano censitário separadamente – com aplicação dos pesos amostrais, de forma que não foi necessário deflacionar os valores declarados pelos entrevistados.

O quadro de apresentação de todos os quesitos selecionados para a construção das variáveis em cada ano censitário (Quadro A.3) pode ser encontrado ao final deste apêndice, na seção A.3. As compatibilizações⁹³ propostas para as variáveis de situação de domicílio, cor ou raça, religião (considerando e desconsiderando o Censo de 1970), situação marital, situação laboral e escolaridade podem ser encontradas no mesmo Apêndice nos Quadros A.4 a A.10, respectivamente.

A.2.2 PNDS

A.2.2.1 Socioeconômicas e demográficas

As variáveis socioeconômicas e demográficas selecionadas na base de dados da PNDS estão disponíveis do Quadro A.2.

Apesar de a maioria das variáveis ser similar àquelas selecionadas nos Censos Demográficos, é importante evidenciar as diferenças entre elas. Devido ao tamanho da amostra da PNDS 2006 ser muito menor que a amostra dos Censos, para algumas variáveis não é viável trabalhar com tantas categorias quanto foram utilizadas na análise dos dados censitários.

A variável “regularidade de frequência a atividades religiosas” – não disponível nos Censos Demográficos – foi acrescida a esta lista de variáveis da PNDS selecionadas para análise. Isto porque a frequência às atividades religiosas pode ser mais importante que a religião em si para as práticas reprodutivas.

⁹³ A rotina em SAS elaborada pela autora para a compatibilização dos Censos de 1970 a 2010, de acordo com as indicações neste trabalho, estará disponível mediante solicitação por e-mail: Disponível em: <jmeneghim@gmail.com>.

QUADRO A.2 – Variáveis selecionadas da PNDS-2006 com suas respectivas descrições e categorias

Variável	Categorias
Situação reprodutiva	Nunca teve filho Teve (primeiro) filho com 30 anos ou mais Teve (primeiro) filho com menos de 30 anos
Região geográfica	Região Norte Região Nordeste Região Sudeste Região Sul Região Centro-Oeste
Situação de domicílio	Urbano Rural
Cor ou raça	Branca ou amarela Preta Parda ou indígena
Religião em que foi criada	Católica Outras cristãs Outras não-cristãs Sem religião
Religião atual	Católica Outras cristãs Outras não-cristãs Sem religião
Regularidade de frequência a atividades religiosas	Nunca Menos de uma vez por semana Uma vez por semana ou mais
Situação marital	Nunca esteve em união Está em união Não está, mas já esteve em união
Situação laboral	Trabalha Não trabalha
Nível de instrução	Sem instrução ou fundamental incompleto Fundamental completo ou médio incompleto Médio completo ou superior incompleto Superior completo
Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB - versão 2008)	A1, A2 ou B1 B2 ou C D ou E

Fonte: Elaborado pela autora.

Outra alteração importante ocorreu na variável que trata da renda do domicílio. Nos Censos Demográficos a renda domiciliar é avaliada segundo escalas de equivalência. Já na PNDS os dados de renda não são precisos o suficiente para que se mantenha o método usado nos

Censos. Para a classificação econômica da população, o método mais comumente utilizado para dados da PNDS é o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB)⁹⁴, da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP). Esse método atribui pontos a alguns bens duráveis do domicílio e serviços de acordo com a quantidade de cada um – televisão em cores, rádio, banheiro, automóvel, empregada mensalista, máquina de lavar, videocassete e/ou DVD, geladeira e freezer (aparelho independente ou parte da geladeira duplex) – e ao nível de escolarização de seu responsável – com cinco categorias de nível de instrução: analfabeto/até 3ª série fundamental, até 4ª série fundamental, fundamental completo, médio completo e superior completo (ABEP, 2008; CAETANO; DIAS, 2012).

As sete categorias resultantes deste método foram agrupadas em apenas três. Isto foi feito com o intuito de se aproximar do critério utilizado para os dados censitários, em que a população foi dividida em três grupos: 20% com maior rendimento, 40% intermediários e 40% com menor rendimento. As classes econômicas A1, A2 e B1 juntas correspondem a 13,9% da população brasileira em 2005, as B2 e C, a 58,2% e as classes D e E a 28% da população brasileira neste mesmo ano (ABEP, 2008). Apesar de não ser exatamente a divisão 20-40-40 utilizada para os Censos, esta junção é a que mais se aproxima desses valores, que tem como intuito avaliar os extremos econômicos populacionais: aqui os 13,9% de classes econômicas mais altas e os 28% de classes econômicas mais baixas.

Por fim, não foram consideradas mães aquelas mulheres que apenas têm filhos adotivos. Embora sua experiência de maternidade se assemelhe àquela experimentada pelas mulheres que têm filhos biológicos, uma limitação da base de dados impediu que elas fossem classificadas segundo as categorias estabelecidas acima: não é possível saber qual idade a mulher tinha no momento da adoção. Além disso, como para os Censos demográficos não foram considerados os filhos adotivos na análise⁹⁵, pela ausência desta informação, a comparabilidade das definições entre os capítulos fica mais precisa. Desta forma por escolha metodológica, são

⁹⁴ Caetano e Dias (2012) optaram por utilizar para a PNDS 2006 a versão de 2008 do CCEB, por ser a mais próxima da data da pesquisa. Esta versão utilizou como base os dados do Levantamento Sócio Econômico de 2005 do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE). Neste trabalho será seguida a escolha feita por estes autores.

⁹⁵ Como previamente apontado é possível que filhos adotivos sejam reportados como nascidos vivos nos dados censitários, porém o percentual de mulheres que apenas possuem filhos adotivos é muito pequeno. Já nos dados da PNDS, isso só seria possível com erro no questionário, uma vez que eles são contabilizados separadamente.

consideradas sem filhos aquelas mulheres que nunca tiveram filhos nascidos vivos e não exatamente as mulheres que não são mães.

A.2.2.2 Percepções acerca da ausência de filhos

Na exploração das razões e repercussões da ausência de filhos, são dois os quesitos utilizados, um para cada tópico. Ambos os quesitos são apenas respondidos pelas mulheres com 30 anos ou mais que nunca tiveram filhos ou que os tiveram a partir dos 30 anos.

Para a investigação das razões apontadas pelas mulheres para que não tenham tido filhos antes dos 30 anos – e conseqüentemente as razões para que nunca tenham tido filhos para aquelas que não os tiveram – é utilizado o quesito 637. A pergunta feita às mulheres é “Hoje em dia é cada vez mais comum que as mulheres adiem a maternidade por que tem outros projetos de vida⁹⁶. Quais das seguintes razões explicam melhor por que você não teve filhos nascidos vivos antes dos 30 anos?”. Há 12 respostas possíveis – e a oportunidade de resposta aberta na categoria “outros”. A mulher podia indicar como verdadeira mais de uma delas. Algumas das respostas possíveis são: nunca quis ter filhos, queria estudar/ter profissão antes de ter filhos, queria aproveitar outras coisas da vida antes de ser mãe, por medo da gravidez ou do parto, nunca teve relações sexuais, nunca se casou, entre outras.

Para a exploração das repercussões da ausência de filhos – ou do adiamento do nascimento dos filhos para além dos 30 anos – o quesito utilizado é o 642. O enunciado é: “Quais das seguintes situações explicam melhor as repercussões na sua vida por não ter tido filhos antes dos 30 anos”. Como possibilidade de respostas entre as 11 opções – e oportunidade de resposta aberta na categoria “outros”, existem: adiou demais e acabou por não ter filhos, sente-se frustrada por não ter sido mãe, alcançou seus objetivos profissionais, pôde aproveitar a vida, ter tido filho(s) mais tarde a tornou uma mãe mais confiante, entre outras.

Todas as variáveis utilizadas na construção do banco de dados final da PNDS 2006 estão disponível no final deste apêndice, na seção A.3, Quadro A.11.

⁹⁶ Esta introdução para a pergunta não se fazia necessária e pode mesmo ter influenciado algumas respostas. Entretanto, o possível viés causado por ela não deve ser grande o suficiente para fazer ressalvas com os dados coletados neste quesito. Em uma próxima rodada da pesquisa, porém, seria interessante que esta frase não fosse lida para a respondente a fim de evitar qualquer tipo de viés de informação.

A.3 Quadros de seleção e compatibilização de variáveis dos Censos Demográficos e seleção de variáveis da PNDS 2006

Nesta seção são apresentadas as variáveis selecionadas dos Censos Demográficos de 1970 a 2010 e da PNDS 2006, nos Quadros A.3 e A.11, respectivamente. As compatibilizações das variáveis dos Censos Demográficos de situação de domicílio, cor ou raça, religião (considerando e desconsiderando o Censo de 1970), situação marital, situação laboral e escolaridade são apresentadas nos Quadros A.4 a A.10, respectivamente.

QUADRO A.3 – Quesitos selecionados dos Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010 para a construção das variáveis, com código e categorias de respostas

Variável a ser construída	Ano	Código	Quesito	Categorias de resposta
regiao	1970	UF	UF	Construção das regiões compatibilizadas
regiao	1980	V2	UF	Construção das regiões compatibilizadas
regiao	1991	UF	UF	Construção das regiões compatibilizadas
regiao	2000	V0102	UF	Construção das regiões compatibilizadas
regiao	2010	V0001	UF	Construção das regiões compatibilizadas
sitdom	1970	V004	Código da situação de domicílio	0 - Urbano; 1 - Suburbano; 2 - Rural
sitdom	1980	V598	Situação da pessoa	0 - Urbano; 1 - Rural
sitdom	1991	V1061	Situação do domicílio	1 - Área Urbanizada; 2 - Área Não Urbanizada; 3 - Área Urbana Isolada; 4 - Aglomerado Rural de Extensão Urbana; 5 - Aglomerado Rural Isolado ou Povoado; 6 - Aglomerado Rural Isolado ou Núcleo; 7 - Outros Aglomerados; 8 - Área Rural (Exclusive Aglomerado Rural)

(continuação)

Variável a ser construída	Ano	Código	Quesito	Categorias de resposta
sitdom	2000	V1006	Situação do domicílio	1 - Urbano; 2 - Rural
sitdom	2010	V1006	Situação do domicílio	1 - Urbano; 2 - Rural
sexo	1970	V023	Sexo	0 - Homem; 1 - Mulher
sexo	1980	V501	Sexo	1 - Homem; 3 - Mulher
sexo	1991	V0301	Sexo	1 - Masculino; 2 - Feminino
sexo	2000	V0401	Sexo	1 - Masculino; 2 - Feminino
sexo	2010	V0601	Sexo	1 - Masculino; 2 - Feminino
grupet	1970	V027	Idade em meses ou anos	0; 1 ;2 ;3; ...; 99 - Ignorado
grupet	1980	V606	Idade em anos	000; 001; ...; 130; 999 - Idade ignorada
grupet	1991	V3072	Idade	0; 1; 2; ...
grupet	2000	V4752	Idade calculada em anos	0; 1; 2; ...
grupet	2010	V6036	Idade calculada em anos	0; 1; 2; ...; 140
racacor	1970	-	-	-
racacor	1980	V509	Cor	2 - Branca; 4 - Preta; 6 - Amarela; 8 - Parda; 9 - Sem declaração
racacor	1991	V0309	Cor ou raça	1 - Branca; 2 - Preta; 3 - Amarela; 4 - Parda; 5 - Indígena; 9 - Ignorado
racacor	2000	V0408	Cor ou raça	1 - Branca; 2 - Preta; 3 - Amarela; 4 - Parda; 5 - Indígena; 9 - Ignorado
racacor	2010	V0606	Cor ou raça	1 - Branca; 2 - Preta; 3 - Amarela; 4 - Parda; 5 - Indígena; 9 - Ignorado
relig/ religs	1980	V508	Religião	0 - Sem religião; 1 - Católica ou melquita; 2 - Protestante ou tradicional; 3 - Protestante pentecostal; 4 - Espírita kardecista; 5 - Espírita afro; 6 - Religiões orientais; 7 - Judaica ou israelita; 8 - Outras religiões; 9 - Sem declaração
relig/ religs	1991	V0310	Religião ou culto	(1)
relig/ religs	2000	V4090	Código da religião	(1)
relig/ religs	2010	V6121	Qual é a sua religião ou culto?	(1)

(continuação)

Variável a ser construída	Ano	Código	Quesito	Categorias de resposta
sitmar	1970	V040	Estado conjugal	1 - Casamento no civil; 2 - Casamento só no civil; 3 - Casamento só no religioso; 4 - Consensual ou outro; 5 - Solteiro; 6 - Separado; 7 - Desquitado; 8 - Divorciado; 9 - Viúvo; 0 - Sem declaração
sitmar	1980	V526	Estado conjugal	0 - Viúvo; 1 - Casamento civil e religioso; 2 - Casamento só no civil; 3 - Casamento só no religioso; 4 - Outra; 5 - Solteiro; 6 - Separado; 7 - Desquitado; 8 - Divorciado; 9 - Sem declaração
sitmar	1991	V3342	Situação Conjugal Atual da Pessoa	1 - Casada em 1ª união; 2 - Casada em outra união; 3 - Casada com número de uniões ignorado; 4 - Separada, Desquitada, Divorciada ou Viúva; 5 - Solteira
sitmar	2000	V0436	Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)	1 - Sim; 2 - Não, mas viveu; 3 - Nunca viveu
sitmar	2010	V0637	Vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)	1 - Sim; 2 - Não, mas viveu; 3 - Não, nunca viveu
escol	1970	V038	Último grau concluído com aprovação	1 - Primário/Elementar; 2 - Ginásial/Médio 1º ciclo; 3 - Ginásial/Médio 2º ciclo; 4 - Superior; 5 - Nunca frequentou escola; 0 - Sem declaração
escol	1980	V523	Última série concluída	0 - Nenhuma; 1 - 1ª série; 2 - 2ª série; 3 - 3ª série; 4 - 4ª série; 5 - 5ª série; 6 - 6ª série; 7 - 7ª série; 8 - 8ª série; 9 - Sem declaração
escol	1980	V524	Grau da última série concluída	0 - Nenhuma; 1 - Alfabetização de adultos; 2 - Primário elementar; 3 - Ginásial médio; 4 - 1º grau; 5 - 2º grau; 6 - Colegial médio; 7 - Superior; 8 - Mestrado ou doutorado; 9 - Sem declaração

(continuação)

Variável a ser construída	Ano	Código	Quesito	Categorias de resposta
escol	1991	V3241	Anos de estudo	0, 1, 2, 3, ...
escol	2000	V4300	Anos de estudo	00 - Sem instrução ou menos de 1 ano; 01; 02; ...; 16; 17 - 17 anos ou mais; 20 - Não determinado; 30 - Alfabetização de adultos
escol	2010	V6400	Nível de instrução	1 - Sem instrução e fundamental incompleto; 2 - Fundamental completo e médio incompleto; 3 - Médio completo e superior incompleto; 4 - Superior completo; 5 - Não determinado
sitlab	1970	V043	Situação principal de emprego	0 - Afazeres domésticos; 1 - Estudante; 2 - Aposentado; 3 - Vive de renda; 4 - Doente ou inválido; 5 - Detento; 6 - Sem ocupação; 7 - Trabalha ou procura emprego e sem declaração
sitlab	1980	V528	Trabalhou nos últimos 12 meses?	1 - Sim; 3 - Não; 5 - Frente de seca
sitlab	1991	V0345	Trabalhou em todos ou em parte dos últimos 12 meses	1 - Habitualmente; 2 - Eventualmente; 3 - Não trabalhou
sitlab	2000	V0439	Na semana de 23 a 29/7/2000 trabalhou remunerado	1 - Sim; 2 - Não
sitlab	2000	V0440	Na semana, tinha trabalho mas estava afastado?	1 - Sim; 2 - Não
sitlab	2010	V0641	Trabalhou ganhando em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios	1 - Sim; 2 - Não
sitlab	2010	V0642	Tinha trabalho remunerado do qual estava temporariamente afastado(a)	1 - Sim; 2 - Não
gruprend	1970	V025 ⁽²⁾	Parentesco ou relação com o chefe da família	Categoria utilizada: 1 - Chefe da família
gruprend	1970	V041	Rendimento médio mensal	Variável contínua

(continuação)

Variável a ser construída	Ano	Código	Quesito	Categorias de resposta
gruprend	1980	V503 ⁽²⁾	Relação com o chefe do domicílio	Categoria utilizada: 1 – Chefe
gruprend	1980	V607	Rendimento bruto na ocupação principal	Variável contínua
gruprend	1980	V609	Renda em dinheiro bruto em outras ocupações	Variável contínua
gruprend	1980	V610	Rendimento recebido do aposentado	Variável contínua
gruprend	1980	V611	Rendimento recebido de aluguel	Variável contínua
gruprend	1980	V612	Rendimento recebido de doações	Variável contínua
gruprend	1980	V613	Rendimento recebido de outros rendimentos	Variável contínua
gruprend	1991	V0109	Número do Domicílio	Identificador
gruprend	1991	V3561	Rendimento Nominal Total	Variável contínua
gruprend	2000	V0110	Número total de moradores homens no domicílio	0, 1, 2, ...
gruprend	2000	V0111	Número total de moradoras mulheres no domicílio	0, 1, 2, ...
gruprend	2000	V7616	Rendimento mensal domiciliar	Variável contínua
gruprend	2010	V6531	Rendimento domiciliar per capita em julho de 2010	Variável contínua
sfnv	1970	V050	Quantidade de filhos nascidos vivos até a data do censo	0; 1; ...; 30; 99 – Ignorado
sfnv	1980	V550	Filhos tidos nascidos vivos	00; 01; ...; 15; 98 - A ser inputado; 99 – Ignorado
sfnv	1980	V551	Filhas tidas nascidas vivas	00; 01; ...; 15; 98 - A ser inputado; 99 – Ignorado
sfnv	1991	V3354	Total de filhos(as) tidos(as) nascidos(as) vivos(as)	0; 1; 2; ...
sfnv	2000	V4620	Total de filhos nascidos vivos	0; 1; 2; ...
sfnv	2010	V6633	Total de filhos nascidos vivos que teve até 31 de julho de 2010	0; 1; 2; ...; 31
sftot	1970	V050	Quantidade de filhos nascidos vivos até a data do Censo	0; 1; ...; 30; 99 – Ignorado
sftot	1970	V051	Quantidade de filhos nascidos mortos	0; 1; ...; 8; 9 – Ignorado

(continuação)

Variável a ser construída	Ano	Código	Quesito	Categorias de resposta
sftot	1980	V550	Filhos tidos nascidos vivos	00; 01; ...; 15; 98 - A ser inputado; 99 – Ignorado
sftot	1980	V551	Filhas tidas nascidas vivas	00; 01; ...; 15; 98 - A ser inputado; 99 – Ignorado
sftot	1980	V552	Filhos tidos nascidos mortos	00; 01; ...; 15; 98 - A ser inputado; 99 – Ignorado
sftot	1980	V553	Filhas tidas nascidas mortas	00; 01; ...; 15; 98 - A ser inputado; 99 – Ignorado
sftot	1991	V3351	Total de filhos (as) tidos (as)	0; 1; 2; ...
sftot	2000	V4690	Total de filhos tidos	0; 1; 2; ...
sftot	2010	V6800	Total de filhos tidos nascidos vivos e nascidos mortos	0; 1; 2; ...; 31
peso	1970	V054	Peso da pessoa	Variável contínua
peso	1980	V604	Peso da pessoa	Variável contínua
peso	1991	V7301	Peso ou fator para expansão da amostra	Variável contínua
peso	2000	P001	Peso	Variável contínua
peso	2010	V0010	Peso	Variável contínua

Fonte: Elaboração da própria autora a partir da documentação dos censos (IBGE).

(1) As listas de religiões não foram anexadas por ocuparem juntas mais de 20 páginas. As relações de religiões estão disponíveis na documentação dos Censos.

(2) Quesito utilizado para a construção da variável identificadora do domicílio (*id_dom*).

QUADRO A.4 – Compatibilização da variável “Situação de domicílio” (*sitdom*)

Ano	Variável	Categorias	
		1	2
Final	sitdom	Urbano	Rural
1970	V004	0 - Urbano; 1 - Suburbano	2 – Rural
1980	V598	0 – Urbano	1 – Rural
1991	V1061	1 - Área Urbanizada; 2 - Área Não Urbanizada; 3 - Área Urbana Isolada	4 - Aglomerado Rural de Extensão Urbana; 5 - Aglomerado Rural Isolado ou Povoado; 6 - Aglomerado Rural Isolado ou Núcleo; 7 - Outros Aglomerados; 8 - Área Rural (Exclusive Aglomerado Rural)
2000	V1006	1 – Urbano	2 – Rural
2010	V1006	1 – Urbano	2 – Rural

Fonte: Elaboração da própria autora a partir da documentação dos censos (IBGE).

QUADRO A.5 – Compatibilização da variável “Raça/cor” (*racacor*)

Ano	Variável	Categorias	
		1	2
Final	racacor	Branca ou amarela	Preta, parda ou indígena
1980	V509	2 - Branca; 6 – Amarela	4 - Preta; 8 - Parda (indígena compõe parda)
1991	V0309	1 - Branca; 3 – Amarela	2 - Preta; 4 - Parda; 5 - Indígena
2000	V0408	1 - Branca; 3 – Amarela	2 - Preta; 4 - Parda; 5 - Indígena
2010	V0606	1 - Branca; 3 – Amarela	2 - Preta; 4 - Parda; 5 - Indígena

Fonte: Elaboração da própria autora a partir da documentação dos censos (IBGE).

QUADRO A.6 – Compatibilização da variável “Religião”, considerando o Censo de 1970 (*religc*)

Ano	Variável	Categorias			
		1	2	3	4
Final	religc	Católica/ Ortodoxa	Outras cristãs	Outras não cristãs	Sem religião
1970	V028	1	2	3 e 4	5
1980	V508	1	2 e 3	De 4 a 8	0
1991	V0310	De 11 a 13	De 21 a 59	De 61 a 84	00
2000	V4090	De 110 a 199	De 210 e 529	De 530 a 896	De 0 a 2
2010	V6121	De 110 a 199	De 210 e 529	De 530 a 896	De 0 a 2

Fonte: Elaboração da própria autora a partir da documentação dos censos (IBGE).

QUADRO A.7 – Compatibilização da variável “Religião”, desconsiderando o Censo de 1970 (*religs*)

Ano	Variável	Categorias				
		1	2	3	4	5
Final	religs	Católica/ Ortodoxa	Protestante tradicional	Protestante pentecostal	Outras religiões	Sem religião
1980	V508	1	2	3	De 4 a 8	0
1991	V0310	De 11 a 13	De 21 a 30	De 31 a 59	De 61 a 84	00
2000	V4090	De 110 a 199	De 210 e 279	De 280 a 529	De 530 a 896	De 0 a 2
2010	V6121	De 110 a 199	De 210 e 279	De 280 a 529	De 530 a 896	De 0 a 2

Fonte: Elaboração da própria autora a partir da documentação dos censos (IBGE).

QUADRO A.8 – Compatibilização da variável “Situação marital” (*sitmar*)

Ano	Variável	Categorias		
		1	2	3
Final	sitmar	Solteira (ou nunca esteve em união)	Casada/em união estável (ou está em união)	Viúva, desquitada, separada, divorciada (ou já esteve em união)
1970	V040	5 – Solteiro	1 - Casamento no civil e no religioso; 2 - Casamento só no civil; 3 - Casamento só no religioso; 4 - Consensual ou outro	6 - Separado; 7 - Desquitado; 8 - Divorciado; 9 – Viúvo
1980	V526	5 – Solteiro	1 - Casamento civil e religioso; 2 - Casamento só no civil; 3 - Casamento só no religioso; 4 – Outra	0 - Viúvo; 6 - Separado; 7 - Desquitado; 8 – Divorciado
1991	V3342	5 – Solteiro	1 - Casado em 1ª união; 2 - Casado em outra união; 3 - Casado com número ignorado de uniões	4 - Separada, Desquitada, Divorciada ou Viúva
2000	V0436	3 - Nunca viveu	1 – Sim	2 - Não, mas viveu
2010	V0637	3 - Nunca viveu	1 – Sim	2 - Não, mas viveu

Fonte: Elaboração da própria autora a partir da documentação dos censos (IBGE).

QUADRO A.9 – Compatibilização da variável “Situação laboral” (*sitlab*)

Ano	Variável	Categorias	
		1	2
Final	sitlab	Trabalha	Não trabalha
1970	V043	7 - Trabalha ou procura emprego e sem declaração	0 - Afazeres domésticos; 1 - Estudante; 2 - Aposentado; 3 - Vive de renda; 4 - Doente ou inválido; 5 - Detento; 6 - Sem ocupação
1980	V528	1 - Sim; 5 - Frente de seca	2 – Não
1991	V0345	1 - Habitualmente; 2 – Eventualmente	3 - Não trabalhou
2000	V0439 e V0440	(V0439: 1 - Sim) OU (V0439: 2 - Não E V0440: 1 - Sim)	V0439: 2 - Não E V0440: 2 – Não
2010	V0641 e V0642	(V0641: 1 - Sim) OU (V0641: 2 - Não E V0642: 1 - Sim)	V0641: 2 - Não E V0642: 2 – Não

Fonte: Elaboração da própria autora a partir da documentação dos censos (IBGE).

QUADRO A.10 – Compatibilização da variável “Escolaridade” (*escol*)

Ano	Variável	Categorias							
		1		2		3		4	
Final	escol	Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto		Superior completo	
1970	V037 e V038	V038: 5 - Nunca frequentou escola	-	V038: 2 - Ginásial/Médio 1º ciclo	V037: 5 - 4ª	V038: 3 - Ginásial/Médio 2º ciclo	V038: 4 - 3ª	V038: 4 - Superior	V037: 5 - 4ª; 6 - 5ª ou 6ª
		V038: 1 - Primário elementar	-	V038: 3 - Ginásial/Médio 2º ciclo	V037: 2 - 1ª; 3 - 2ª	V038: 4 - Superior	V037: 2 - 1ª; 3 - 2ª; 4 - 3ª		
		V038: 2 - Ginásial/Médio 1º ciclo	V037: 2 - 1ª; 3 - 2ª; 4 - 3ª	V524: 3 - Ginásial médio	V523: 4 - 4ª				
1980	V523 e V524	V524: 0 - Nenhuma	-	V524: 4 - 1º grau	V523: 8 - 8ª	V524: 5 - 2º grau	V523: 3 - 3ª	V524: 7 - Superior	V523: 4 - 4ª; 5 - 5ª; 6 - 6ª
		V524: 1 - Alfabetização para adultos		V524: 5 - 2º grau	V523: 1 - 1ª; 2 - 2ª	V524: 6 - Colegial médio	V523: 3 - 3ª	V524: 8 - Mestrado ou doutorado	
		V524: 2 - Primário elementar	-	V524: 6 - Colegial médio	V523: 1 - 1ª; 2 - 2ª	V524: 7 - Superior	V523: 1 - 1ª; 2 - 2ª; 3 - 3ª		
		V524: 3 - Ginásial médio	V523: 1 - 1ª; 2 - 2ª; 3 - 3ª						
		V524: 4 - 1º grau	V523: 1 - 1ª; 2 - 2ª; 3 - 3ª; 4 - 4ª; 5 - 5ª; 6 - 6ª; 7 - 7ª						
1991	V3241	0 a 7 anos		8 a 10 anos		11 a 14 anos		15 anos ou mais	
2000	V4300	0 a 7 anos; 30 - Alfabetização de adultos		8 a 10 anos		11 a 14 anos		15 anos ou mais	
2010	V6400	Sem instrução e fundamental incompleto		Fundamental completo e médio incompleto		Médio completo e superior incompleto		Superior completo	

Fonte: Elaboração da própria autora a partir da documentação dos Censos (IBGE) e Rigotti (2004).

QUADRO A.11 – Código da variável, quesito e variáveis construídas na PNDS 2006

Código da variável	Quesito	Variáveis construídas
M102_IDAD	Idade da mulher	grupetq, grupetd, idade
M229_ALGU	Já teve algum filho nascido vivo	sitrep
M230_IDAD	Idade ao ter o primeiro filho nascido vivo	sitrep, idade_primeiro_filho
CM004_MACR	Região geográfica	regiao
CM008_SITU	Situação de domicílio	sitdom
M111_COR	Cor ou raça	racacor
M108_RELI	Religião em que foi criada	religc
M109_RELI	Religião atual	religa
M110_SERV	Frequência a atividades religiosas	religfreq
M706_ALEM	Trabalha, além das atividades domésticas	sitlab
M707_OCUP	Realiza atividade com recebimento de pagamento	sitlab
M708_TRAB	Já trabalhou alguma vez	sitlab
M710_TRAB	Trabalhou alguma vez durante os últimos 12 meses	sitlab
M501_CASA	Atualmente casada ou em união	sitmar
M502_ALGU	Alguma vez já esteve casada ou em união	sitmar
XP110_ANOS	Anos de estudo	escol, anos_estudo, clasecon, gruprend
P011B_GRAU	Último grau/curso concluído com aprovação	escol, clasecon, gruprend
D025B2_TELE	Quantidade de televisões existentes no domicílio	clasecon, gruprend
D025A2_RADI	Quantidade de rádios existentes no domicílio	clasecon, gruprend
D025C2_BANH	Quantidade de banheiros existentes no domicílio	clasecon, gruprend
D025D2_AUTO	Quantidade de automóveis existentes no domicílio	clasecon, gruprend
D025J2_EMPR	Quantidade de empregadas domésticas no domicílio	clasecon, gruprend
D025G2_ASPI	Quantidade de aspiradores de pó existentes no domicílio	clasecon, gruprend

(continuação)

Código da variável	Quesito	Variáveis construídas
D025H2_MAU	Quantidade de máquinas de lavar existentes no domicílio	clasecon, gruprend
D025I2_VIDE	Quantidade de videocassetes e/ou DVD existentes no domicílio	clasecon, gruprend
D025E2_GELA	Quantidade de geladeiras existentes no domicílio	clasecon, gruprend
D025F2_FREE	Quantidade de freezers existentes no domicílio	clasecon, gruprend
M603_QUER	Quer ter um(a) filho/outro(a) filho(a) ou prefere não ter filho/mais filhos?	quer_filhos
M619B_FILH	Número de filhos que escolheria ter por toda a vida	num_filhos_toda_vida
M63701B_NUNC	Razão de não ter tido filhos antes dos 30 anos: nunca quis ter filhos	razao_sf_nunca_quis, razao_sf_nao_quis
M63702B_AIND	Razão de não ter tido filhos antes dos 30 anos: ainda não quis ter filhos	razao_sf_ainda_nao_quis, razao_sf_nao_quis
M63703B_QUER	Razão de não ter tido filhos antes dos 30 anos: queria estudar	razao_sf_estudar
M63704B_APRO	Razão de não ter tido filhos antes dos 30 anos: aproveitar outras coisas	razao_sf_aproveitar
M63705B_MEDO	Razão de não ter tido filhos antes dos 30 anos: medo da gravidez	razao_sf_medo_gravidez, razao_sf_medo_gravidez_parto
M63706B_MEDO	Razão de não ter tido filhos antes dos 30 anos: medo do parto	razao_sf_medo_parto, razao_sf_medo_gravidez_parto
M63707B_NUNC	Razão de não ter tido filhos antes dos 30 anos: sem relações sexuais	razao_sf_sem_rel_sex
M63708B_ENGR	Razão de não ter tido filhos antes dos 30 anos: engravidou e perdeu	razao_sf_perdeu, razao_sf_perdeu_abortou
M63709B_ENGR	Razão de não ter tido filhos antes dos 30 anos: engravidou e abortou	razao_sf_abortou, razao_sf_perdeu_abortou
M63710B_NUNC	Razão de não ter tido filhos antes dos 30 anos: nunca se casou	razao_sf_nunca_casou
M63711B_NUNC	Razão de não ter tido filhos antes dos 30 anos: sem companheiro com quem queria ter filhos	razao_sf_nao_quis_comp, razao_sf_companheiro
M63712B_COMP	Razão de não ter tido filhos antes dos 30 anos: companheiro não quis ter filho	razao_sf_comp_nao_quis, razao_sf_companheiro

(continuação)

Código da variável	Quesito	Variáveis construídas
M63796B_OUTR	Razão de não ter tido filhos antes dos 30 anos: outras razões	razao_sf_outras_razoes
M64201B_ADIE	Repercussão não ter tido filhos antes dos 30 anos: adiou e ficou sem filhos	rep_sf_ficou_sem
M64202B_ADIE	Repercussão não ter tido filhos antes dos 30 anos: adiou e teve dificuldade para engravidar	rep_sf_dif_engrav
M64203B_SEPA	Repercussão não ter tido filhos antes dos 30 anos: se separou e ficou sozinha	rep_sf_sozinha
M64204B_PERD	Repercussão não ter tido filhos antes dos 30 anos: perdeu companheiro porque ele queria ter filhos	rep_sf_perdeu_comp
M64205B_FRUS	Repercussão não ter tido filhos antes dos 30 anos: frustração por não ser mãe	rep_sf_frustracao
M64206B_MAIS	Repercussão não ter tido filhos antes dos 30 anos: mais fácil namorar	rep_sf_fac_namorar
M64207B_ALCA	Repercussão não ter tido filhos antes dos 30 anos: alcançou objetivos profissionais	rep_sf_obj_profis
M64208B_APRO	Repercussão não ter tido filhos antes dos 30 anos: aproveitou a vida	rep_sf_aprov_vida
M64209B_EXIG	Repercussão não ter tido filhos antes dos 30 anos: exige mais energia	rep_sf_mais_energia
M64210B_MAIS	Repercussão não ter tido filhos antes dos 30 anos: mãe mais confiante	rep_sf_confiante
M64211B_PESS	Repercussão não ter tido filhos antes dos 30 anos: tornou-se uma pessoa independente	rep_sf_independente
M64296B_OUTR	Repercussão não ter tido filhos antes dos 30 anos: outras razões	rep_sf_outras_razoes

Fonte: Elaboração da própria autora a partir dos questionários da PNDS 2006.

APÊNDICE B – Tabulações do Capítulo II

TABELA B.1 – Percentual de mulheres sem filhos por região geográfica por ano censitário em grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Ano	Grupo etário	Região Norte	Região Nordeste	Região Sudeste	Região Sul	Região Centro-Oeste+TO	Geral
1970	25 a 29 anos	21,6%	28,2%	28,3%	22,4%	21,2%	26,6%
1980	25 a 29 anos	18,3%	25,7%	30,0%	24,6%	21,8%	27,0%
1991	25 a 29 anos	19,2%	27,4%	32,7%	26,9%	22,8%	28,9%
2000	25 a 29 anos	20,8%	28,7%	35,1%	29,4%	25,4%	30,8%
2010	25 a 29 anos	28,0%	35,3%	45,4%	41,7%	35,7%	39,9%
1970	30 a 34 anos	12,3%	17,4%	16,4%	12,4%	12,4%	15,6%
1980	30 a 34 anos	10,1%	15,3%	17,6%	13,2%	12,4%	15,6%
1991	30 a 34 anos	10,3%	15,8%	18,2%	14,3%	12,4%	16,2%
2000	30 a 34 anos	11,7%	17,2%	20,8%	16,5%	14,2%	18,1%
2010	30 a 34 anos	17,0%	21,6%	27,9%	23,2%	20,2%	24,0%
1970	45 a 49 anos	8,6%	12,6%	12,3%	9,2%	9,7%	11,6%
1980	45 a 49 anos	5,8%	10,6%	10,6%	8,0%	7,6%	9,8%
1991	45 a 49 anos	5,2%	9,7%	10,7%	8,2%	7,4%	9,5%
2000	45 a 49 anos	5,9%	9,5%	11,0%	8,8%	7,8%	9,8%
2010	45 a 49 anos	9,1%	12,0%	14,2%	10,2%	9,6%	12,4%
1970	25 a 49 anos	12,5%	17,4%	17,0%	13,1%	12,9%	16,1%
1980	25 a 49 anos	9,9%	15,3%	17,1%	13,3%	12,1%	15,4%
1991	25 a 49 anos	9,9%	15,4%	18,0%	14,2%	12,3%	15,9%
2000	25 a 49 anos	11,2%	16,4%	19,6%	15,9%	13,8%	17,2%
2010	25 a 49 anos	16,1%	20,5%	25,6%	21,3%	19,0%	22,3%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Tabulação própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

TABELA B.2 – Percentual de mulheres sem filhos por situação de domicílio por ano censitário em grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Ano	Grupo etário	Urbano	Rural	Geral
1970	25 a 29 anos	30,2%	21,1%	26,6%
1980	25 a 29 anos	29,7%	19,2%	27,0%
1991	25 a 29 anos	31,0%	20,0%	28,9%
2000	25 a 29 anos	32,7%	20,0%	30,8%
2010	25 a 29 anos	42,1%	24,6%	39,9%
1970	30 a 34 anos	17,6%	12,5%	15,6%
1980	30 a 34 anos	17,3%	11,0%	15,6%
1991	30 a 34 anos	17,3%	11,2%	16,2%
2000	30 a 34 anos	19,3%	11,6%	18,1%
2010	30 a 34 anos	25,4%	14,3%	24,0%
1970	45 a 49 anos	13,1%	9,1%	11,6%
1980	45 a 49 anos	10,5%	8,1%	9,8%
1991	45 a 49 anos	10,1%	7,5%	9,5%
2000	45 a 49 anos	10,2%	7,5%	9,8%
2010	45 a 49 anos	12,8%	9,1%	12,4%
1970	25 a 49 anos	18,2%	12,8%	16,1%
1980	25 a 49 anos	16,8%	11,4%	15,4%
1991	25 a 49 anos	17,0%	11,3%	15,9%
2000	25 a 49 anos	18,2%	11,6%	17,2%
2010	25 a 49 anos	23,5%	14,4%	22,3%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Tabulação própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

TABELA B.3 – Percentual de mulheres sem filhos por nível de instrução por ano censitário em grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Ano	Grupo etário	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Geral
1970	25 a 29 anos	23,5%	41,7%	72,3%	66,1%	26,6%
1980	25 a 29 anos	22,6%	30,2%	44,1%	58,1%	27,0%
1991	25 a 29 anos	18,8%	28,1%	45,8%	64,0%	28,9%
2000	25 a 29 anos	15,8%	26,7%	48,9%	68,0%	30,8%
2010	25 a 29 anos	18,2%	25,5%	45,6%	75,9%	39,9%
1970	30 a 34 anos	14,1%	24,7%	46,5%	44,5%	15,6%
1980	30 a 34 anos	12,8%	20,0%	27,2%	37,9%	15,6%
1991	30 a 34 anos	10,7%	15,3%	25,8%	38,5%	16,2%
2000	30 a 34 anos	10,3%	15,0%	28,4%	43,0%	18,1%
2010	30 a 34 anos	12,2%	16,1%	27,5%	49,7%	24,0%
1970	45 a 49 anos	10,9%	19,1%	32,5%	35,7%	11,6%
1980	45 a 49 anos	8,7%	14,5%	19,6%	30,7%	9,8%
1991	45 a 49 anos	7,7%	11,2%	16,6%	24,2%	9,5%
2000	45 a 49 anos	7,2%	9,3%	14,7%	19,9%	9,8%
2010	45 a 49 anos	9,4%	10,9%	14,4%	21,3%	12,4%
1970	25 a 49 anos	14,5%	25,6%	45,2%	45,1%	16,1%
1980	25 a 49 anos	13,0%	19,3%	27,2%	38,7%	15,4%
1991	25 a 49 anos	10,9%	16,0%	25,7%	36,8%	15,9%
2000	25 a 49 anos	10,1%	14,9%	26,6%	38,3%	17,2%
2010	25 a 49 anos	12,2%	15,8%	25,8%	42,8%	22,3%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Tabulação própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos, os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

TABELA B.4 – Percentual de mulheres sem filhos por situação laboral por ano censitário em grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Ano	Grupo etário	Trabalha	Não trabalha	Geral
1970	25 a 29 anos	56,0%	18,1%	26,6%
1980	25 a 29 anos	48,6%	15,4%	27,0%
1991	25 a 29 anos	44,1%	17,4%	28,9%
2000	25 a 29 anos	42,4%	20,4%	30,8%
2010	25 a 29 anos	47,9%	28,7%	39,9%
1970	30 a 34 anos	35,2%	10,6%	15,6%
1980	30 a 34 anos	28,8%	8,8%	15,6%
1991	30 a 34 anos	24,5%	9,6%	16,2%
2000	30 a 34 anos	24,3%	12,1%	18,1%
2010	30 a 34 anos	28,0%	17,9%	24,0%
1970	45 a 49 anos	23,0%	9,0%	11,6%
1980	45 a 49 anos	16,6%	7,2%	9,8%
1991	45 a 49 anos	13,6%	7,1%	9,5%
2000	45 a 49 anos	11,8%	8,2%	9,8%
2010	45 a 49 anos	12,9%	11,6%	12,4%
1970	25 a 49 anos	34,1%	11,3%	16,1%
1980	25 a 49 anos	27,3%	9,4%	15,4%
1991	25 a 49 anos	23,6%	10,0%	15,9%
2000	25 a 49 anos	22,7%	12,2%	17,2%
2010	25 a 49 anos	25,6%	17,5%	22,3%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Tabulação própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos, os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

TABELA B.5 – Percentual de mulheres sem filhos por grupo de renda por ano censitário em grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Ano	Grupo etário	20% com maior rendimento	40% intermediários	40% com menor rendimento	Geral
1970	25 a 29 anos	37,5%	25,2%	20,7%	26,6%
1980	25 a 29 anos	40,4%	25,9%	17,1%	27,0%
1991	25 a 29 anos	44,8%	27,7%	18,6%	28,9%
2000	25 a 29 anos	53,9%	30,7%	16,7%	30,8%
2010	25 a 29 anos	66,9%	40,7%	22,9%	39,9%
1970	30 a 34 anos	23,1%	14,9%	11,6%	15,6%
1980	30 a 34 anos	24,2%	15,6%	9,4%	15,6%
1991	30 a 34 anos	25,7%	15,3%	10,1%	16,2%
2000	30 a 34 anos	32,2%	18,0%	9,6%	18,1%
2010	30 a 34 anos	43,1%	24,2%	13,3%	24,0%
1970	45 a 49 anos	14,2%	10,5%	10,9%	11,6%
1980	45 a 49 anos	11,9%	9,0%	9,1%	9,8%
1991	45 a 49 anos	11,9%	8,7%	8,7%	9,5%
2000	45 a 49 anos	12,8%	9,3%	7,7%	9,8%
2010	45 a 49 anos	15,8%	11,9%	10,3%	12,4%
1970	25 a 49 anos	22,6%	15,1%	12,8%	16,1%
1980	25 a 49 anos	22,7%	14,9%	10,5%	15,4%
1991	25 a 49 anos	23,9%	15,0%	10,9%	15,9%
2000	25 a 49 anos	28,8%	16,9%	10,0%	17,2%
2010	25 a 49 anos	36,5%	22,5%	13,8%	22,3%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Tabulação própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

TABELA B.6 – Percentual de mulheres sem filhos por situação marital por ano censitário em grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Ano	Grupo etário	Solteira (ou nunca esteve em união)	Casada/em união estável (ou está em união)	Viúva, desquitada, separada, divorciada (ou já esteve em união)	Geral
1970	25 a 29 anos	90,0%	8,2%	11,5%	26,6%
1980	25 a 29 anos	84,8%	9,7%	10,1%	27,0%
1991	25 a 29 anos	82,9%	11,7%	10,0%	28,9%
2000	25 a 29 anos	82,2%	14,5%	12,8%	30,8%
2010	25 a 29 anos	83,9%	23,5%	20,3%	39,9%
1970	30 a 34 anos	84,5%	4,9%	8,3%	15,6%
1980	30 a 34 anos	79,7%	5,2%	6,6%	15,6%
1991	30 a 34 anos	76,4%	5,9%	6,8%	16,2%
2000	30 a 34 anos	78,0%	8,1%	9,6%	18,1%
2010	30 a 34 anos	76,0%	14,1%	15,1%	24,0%
1970	45 a 49 anos	79,9%	5,6%	6,3%	11,6%
1980	45 a 49 anos	76,1%	4,3%	4,3%	9,8%
1991	45 a 49 anos	74,3%	4,0%	4,0%	9,5%
2000	45 a 49 anos	77,3%	4,5%	5,3%	9,8%
2010	45 a 49 anos	68,5%	6,9%	8,4%	12,4%
1970	25 a 49 anos	83,6%	5,7%	8,0%	16,1%
1980	25 a 49 anos	78,8%	5,6%	6,2%	15,4%
1991	25 a 49 anos	76,1%	6,2%	6,3%	15,9%
2000	25 a 49 anos	77,8%	7,8%	8,4%	17,2%
2010	25 a 49 anos	74,5%	12,9%	13,4%	22,3%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Tabulação própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos, os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

TABELA B.7 – Percentual de mulheres sem filhos por cor ou raça por ano censitário em grupos etários selecionados. Brasil, 1980-2010

Ano	Grupo etário	Branca ou amarela	Preta	Parda ou indígena	Geral
1980	25 a 29 anos	28,6%	29,0%	23,9%	27,0%
1991	25 a 29 anos	31,0%	31,6%	25,6%	28,9%
2000	25 a 29 anos	34,3%	30,0%	25,8%	30,8%
2010	25 a 29 anos	46,5%	36,8%	33,1%	39,9%
1980	30 a 34 anos	16,3%	18,5%	14,0%	15,6%
1991	30 a 34 anos	17,3%	19,4%	14,1%	16,2%
2000	30 a 34 anos	19,8%	20,1%	15,2%	18,1%
2010	30 a 34 anos	27,8%	24,3%	19,8%	24,0%
1980	45 a 49 anos	9,9%	13,1%	8,9%	9,8%
1991	45 a 49 anos	9,9%	12,4%	8,4%	9,5%
2000	45 a 49 anos	10,3%	11,9%	8,5%	9,8%
2010	45 a 49 anos	13,0%	14,4%	11,2%	12,4%
1980	25 a 49 anos	16,1%	18,2%	13,8%	15,4%
1991	25 a 49 anos	16,9%	19,0%	14,0%	15,9%
2000	25 a 49 anos	18,8%	18,6%	14,5%	17,2%
2010	25 a 49 anos	25,3%	22,7%	18,9%	22,3%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Tabulação própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

TABELA B.8 – Percentual de mulheres sem filhos por religião por ano censitário em grupos etários selecionados. Brasil, 1970-2010

Ano	Grupo etário	Católica/ Ortodoxa	Outras cristãs	Outras não cristãs	Sem religião	Geral
1970	25 a 29 anos	26,6%	22,8%	32,7%	33,1%	26,6%
1980	25 a 29 anos	26,9%	23,0%	34,0%	32,8%	27,0%
1991	25 a 29 anos	28,7%	26,6%	41,7%	29,9%	28,9%
2000	25 a 29 anos	31,1%	27,9%	47,8%	28,0%	30,8%
2010	25 a 29 anos	41,0%	35,5%	56,1%	36,0%	39,9%
1970	30 a 34 anos	15,7%	12,0%	18,5%	21,4%	15,6%
1980	30 a 34 anos	15,6%	12,1%	19,8%	22,2%	15,6%
1991	30 a 34 anos	16,0%	13,3%	24,5%	20,0%	16,2%
2000	30 a 34 anos	18,2%	15,3%	30,9%	19,2%	18,1%
2010	30 a 34 anos	24,5%	20,1%	37,6%	25,0%	24,0%
1970	45 a 49 anos	11,8%	8,6%	12,8%	17,4%	11,6%
1980	45 a 49 anos	10,0%	6,8%	11,0%	14,0%	9,8%
1991	45 a 49 anos	9,7%	6,7%	13,7%	12,4%	9,5%
2000	45 a 49 anos	10,1%	7,1%	14,2%	13,1%	9,8%
2010	45 a 49 anos	12,6%	9,9%	17,9%	15,2%	12,4%
1970	25 a 49 anos	16,2%	12,6%	19,1%	21,9%	16,1%
1980	25 a 49 anos	15,5%	12,1%	19,0%	20,8%	15,4%
1991	25 a 49 anos	15,8%	13,2%	23,5%	18,9%	15,9%
2000	25 a 49 anos	17,4%	14,5%	27,4%	18,3%	17,2%
2010	25 a 49 anos	22,8%	19,1%	33,0%	22,8%	22,3%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos de 1970 a 2010). Tabulação própria.

Nota: No grupo etário de 25 a 49 anos os percentuais foram padronizados com base na população feminina total em 2010.

APÊNDICE C – Resultados dos modelos do Capítulo II

TABELA C.1– Estimativas pontuais das razões de chance de uma mulher não ter filhos dos modelos de regressão logística para grupos etários selecionados e informação de percentual de predição correta dos modelos. Brasil, 1970-2010

Categorias	25 a 29 anos					30 a 34 anos					45 a 49 anos				
	1970 (coorte 1941- 1945)	1980 (coorte 1951- 1955)	1991(c oorte 1962- 1966)	2000(c oorte 1971- 1975)	2010 (coorte 1981- 1985)	1970 (coorte 1936- 1940)	1980 (coorte 1946- 1950)	1991 (coorte 1957- 1961)	2000 (coorte 1966- 1970)	2010 (coorte 1976- 1980)	1970 (coorte 1921- 1925)	1980 (coorte 1931- 1935)	1991 (coorte 1942- 1946)	2000 (coorte 1951- 1955)	2010 (coorte 1961- 1965)
<i>Região – Ref: Região Norte</i>															
Região Nordeste	2,22	1,94	1,75	1,63	1,41	2,29	2,02	1,97	1,56	1,33	1,73	1,96	2,08	1,49	1,23
Região Sudeste	1,73	1,74	1,73	1,48	1,31	1,75	1,81	1,88	1,53	1,33	1,63	1,95	2,22	1,65	1,43
Região Sul	1,56	1,64	1,64	1,45	1,31	1,52	1,62	1,69	1,37	1,17	1,34	1,60	1,87	1,45	1,09
Região Centro-Oeste + TO	1,60	1,31	1,13	1,05	0,98*	1,63	1,40	1,23	1,01*	0,94	1,54	1,58	1,60	1,17	0,95*
<i>Situação de domicílio – Ref: Rural</i>															
Urbano	0,56	0,61	0,69	0,77	0,91	0,55	0,58	0,65	0,78	0,91	0,91	0,75	0,80	0,80	0,89
<i>Cor ou raça – Ref: Branca</i>															
Preta	–	0,82	0,94	0,96	0,97	–	**	1,04*	1,12	1,06	–	1,04*	1,07	1,20	1,13
Parda ou indígena	–	0,93	0,97	0,94	0,89	–	**	0,97	0,98	0,93	–	0,91	0,96	0,97	1,00*
<i>Religião – Ref: Católica/Ortodoxa</i>															
Outras cristãs	0,98*	0,99*	1,05	1,06	1,01*	0,90	0,96	1,01*	0,98*	0,95	0,85	0,87	0,84	0,85	0,88
Outras não cristãs	1,02*	0,95	0,91	1,04	1,15	1,02*	0,94	0,96*	1,17	1,24	1,01*	0,95	1,05*	1,10	1,18
Sem religião	0,71	0,84	0,93	0,94	1,01*	0,85	0,93	1,05	1,09	1,19	1,05*	1,12	1,00*	1,27	1,18
<i>Situação marital – Ref: Casada/em união estável (ou está em união)</i>															
Solteira (nunca esteve em união)	127,62	55,85	38,83	26,85	16,84	133,62	76,80	56,79	42,57	21,22	63,60	69,38	67,21	70,71	29,66
Viúva, desquitada, separada, divorciada (ou já esteve em união)	2,11	1,07	0,90	0,96	1,00*	2,49	1,40	1,28	1,33	1,34	1,13	1,04*	1,02*	1,23	1,29

(continuação)

Categorias	25 a 29 anos					30 a 34 anos					45 a 49 anos				
	1970 (coorte 1941- 1945)	1980 (coorte 1951- 1955)	1991(c) oorte 1962- 1966)	2000(c) oorte 1971- 1975)	2010 (coorte 1981- 1985)	1970 (coorte 1936- 1940)	1980 (coorte 1946- 1950)	1991 (coorte 1957- 1961)	2000 (coorte 1966- 1970)	2010 (coorte 1976- 1980)	1970 (coorte 1921- 1925)	1980 (coorte 1931- 1935)	1991 (coorte 1942- 1946)	2000 (coorte 1951- 1955)	2010 (coorte 1961- 1965)
<i>Escolaridade – Ref: Sem instrução e fundamental incompleto</i>															
Fundamental completo e médio incompleto	1,48	1,17	1,33	1,43	1,29	1,25	1,19	1,14	1,18	1,21	1,47	1,48	1,31	1,13	1,12
Médio completo e superior incompleto	3,20	1,64	2,21	2,62	2,39	2,08	1,48	1,77	1,93	1,88	2,03	1,83	1,90	1,67	1,39
Superior completo	3,97	2,35	3,81	4,27	4,96	2,53	2,08	2,84	3,18	3,38	2,23	2,51	2,69	2,33	2,14
<i>Situação laboral – Ref: Trabalha</i>															
Não trabalha	**	0,66	0,72	0,75	0,86	1,16	0,84	0,89	0,89	1,08	0,89	0,94	1,04	1,08	1,25
<i>Grupo de renda – Ref: 40% com menor rendimento</i>															
40% intermediários	2,54	1,95	1,61	1,75	1,78	2,57	2,12	1,62	1,74	1,85	1,32	1,14	1,01	1,11	1,17
20% com maior rendimento	5,37	4,37	3,14	3,53	3,52	5,26	4,16	3,04	3,42	3,53	1,73	1,37	1,13	1,32	1,47
% Predição correta total	91,4	88,7	87,8	85,9	81,4	93,5	92,3	92,0	90,4	86,0	93,2	93,7	94,5	94,3	91,7
% Predição correta "não teve filhos"	74,2	70,6	70,8	68,1	65,0	69,5	69,1	68,8	61,2	50,2	52,1	58,3	61,5	56,3	47,1
% Predição correta "teve filhos"	96,8	95,3	94,3	93,2	90,5	97,5	96,7	96,2	96,4	95,5	98,2	97,9	97,9	98,3	97,4

Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1970 a 2010. Elaboração própria.

Notas: * indica categoria não significativa com nível de confiança de 95% (Wald).

** indica variável não significativa para entrada no modelo (p-valor > 0.05).

– indica variável inexistente no modelo.